



**GUILHERME DE CAMARGO SCALZILLI**

**OPINIÃO E ATIVISMO NA IMPRENSA BRASILEIRA:  
UM ESTUDO SOBRE A REVISTA *CAROS AMIGOS***

**CAMPINAS,  
2015**





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

**GUILHERME DE CAMARGO SCALZILLI**

**OPINIÃO E ATIVISMO NA IMPRENSA BRASILEIRA:  
UM ESTUDO SOBRE A REVISTA *CAROS AMIGOS***

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas**

**CAMPINAS,  
2015**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sca49o Scalzilli, Guilherme de Camargo, 1970-  
Opinião e ativismo na imprensa brasileira : um estudo sobre a revista Caros Amigos / Guilherme de Camargo Scalzilli. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Maria das Graças Conde Caldas.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Caros Amigos (Revista). 2. Jornalismo. 3. Análise do discurso. 4. Opinião (Filosofia) - Aspectos políticos. I. Caldas, Maria das Graças Conde. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** opinion and political activism in brasilian press : a study on Caros Amigos magazine

**Palavras-chave em inglês:**

Caros Amigos (Magazine)

Journalism

Discourse analysis

Opinion (Philosophy) - Political aspects

**Área de concentração:** Divulgação Científica e Cultural

**Titulação:** Mestre em Divulgação Científica e Cultural

**Banca examinadora:**

Maria das Graças Conde Caldas [Orientador]

Margarethe Born Steinberger-Elias

Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

**Data de defesa:** 24-03-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Divulgação Científica e Cultural

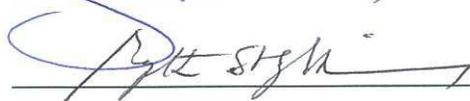
BANCA EXAMINADORA:

Maria das Graças Conde Caldas



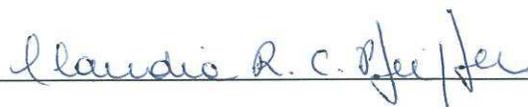
---

Margarethe Born Steinberger-Elias



---

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



---

Elizabeth de Moraes Gonçalves

---

Vera Regina Toledo Camargo

---

IEL/UNICAMP  
2015



## RESUMO

O tema central deste trabalho é o artigo de opinião como instrumento de militância política na mídia impressa brasileira. Inicialmente questionamos o paradigma ético da objetividade que alimenta os mecanismos legitimadores do jornalismo contemporâneo. Em seguida apresentamos as bases conceituais da Análise de Discurso de linha francesa, particularmente as desenvolvidas por Dominique Maingueneau, recorrendo a Patrick Charaudeau para a abordagem do Discurso Político e a Eliseo Verón para a do Contrato de Leitura. Depois passamos a um estudo do ativismo jornalístico, abordando questões como subjetividade, gênero, autoria, ideologia e dogmatismo. Então apresentamos a trajetória da revista *Caros Amigos*, lançada em 1997, de cunho predominantemente autoral e engajado na defesa de valores de esquerda. A revista é objeto de um Estudo de Caso interpretativo a respeito de artigos de opinião dedicados ao tema Política Brasileira, colhidos numa amostragem periódica de cinco exemplares, separados por intervalos quadrienais (1997, 2001, 2005, 2009 e 2013). A análise comprova que o repertório opinativo é propício para a investigação da identidade editorial do veículo de comunicação, mesmo quando os articulistas desfrutam de relativa liberdade de pauta e posicionamento. Os traços semânticos e as variações do *ethos* autoral pedagógico mostram que o articulismo da publicação era fundamental para o projeto pluralista e inovador que a marcava inicialmente, e que a restrição do seu espaço opinativo esteve ligada à adoção de um modelo mais sectário e ortodoxo de jornalismo militante. Além disso, o conjunto de colaboradores da revista serve como espécie de microcosmo da intelectualidade brasileira de esquerda, refletindo as suas oscilações ao longo dos governos federais que se sucederam desde o final do século passado.

**Palavras-chave:** Jornalismo, Opinião, Militância, *Caros Amigos*, Análise do Discurso.



## ABSTRACT

The central theme of this work is the opinion article as political activism tool in the Brazilian media. We initially criticize the ethical paradigm of objectivity that endorses the legitimizing mechanisms of contemporary journalism. Next, we present the conceptual foundations of French Discourse Analysis, particularly those developed by Dominique Maingueneau, using Patrick Charaudeau to address the Political Discourse and Eliseo Verón for the “reading contract”. Then we come to a study of journalistic activism, examining issues such as subjectivity, genres, authorship, ideology and dogmatism. We present the trajectory of *Caros Amigos* magazine, launched in 1997, predominantly authorial and engaged in the defense of left-wing values. The magazine is the subject of an interpretive Case Study on opinion articles devoted to Brazilian political subjects, and collected on a periodic sampling of five copies, separated by four-year intervals (1997, 2001, 2005, 2009 and 2013). The analysis shows that the opinionative repertoire is conducive to research the editorial identity of print media, even when the writers enjoy relative assignment and bias freedom. The semantic marks and the changes in pedagogical authorial *ethos* show that columnism was central to the pluralistic and innovative project that initially marked the magazine, and that the restriction of its opinionative space was linked to the adoption of a more sectarian and orthodox militant journalistic model. In addition, the magazine's columnist set serves as a kind of microcosm of Brazilian left-wing intellectual thinking, reflecting its fluctuations over the federal governments since the end of last century.

**Keywords:** Journalism, Opinion, Activism, *Caros Amigos*, Discourse Analysis.



# SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 01  |
| Apresentação  | 04  |
| Justificativa   | 11  |
| Metodologia   | 20  |
| <br>  |     |
| <b>CAPÍTULO 1: COMUNICAÇÃO E DISCURSO</b>                     | 25  |
| 1.1 – O primado do interdiscurso                              | 25  |
| 1.2 – O vínculo contratual                                    | 28  |
| 1.3 – Problemas ideológicos                                   | 32  |
| 1.4 – Formações e práticas discursivas                        | 35  |
| 1.5 – O <i>ethos</i>  | 39  |
| <br>  |     |
| <b>CAPÍTULO 2: JORNALISMO OPINATIVO</b>                       | 43  |
| 2.1 – A subjetividade   | 43  |
| 2.2 – O gênero  | 47  |
| 2.3 – O autor   | 53  |
| 2.4 – Opinião e militância                                    | 59  |
| <br>  |     |
| <b>CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIA DA REVISTA <i>CAROS AMIGOS</i></b>  | 67  |
| 3.1 – Origem e período Sérgio de Souza (1997-2008)            | 67  |
| 3.2 – Período Mylton Severiano (2008-2009)                    | 79  |
| 3.3 – Período Hamilton Octavio de Souza (2009-2013)           | 83  |
| 3.4 – Modelo editorial da revista                             | 87  |
| <br>  |     |
| <b>CAPÍTULO 4: O DISCURSO POLÍTICO DA <i>CAROS AMIGOS</i></b> | 95  |
| 4.1 – <i>Corpus</i> e abordagem                               | 95  |
| 4.2 – Marcas da formação discursiva de esquerda               | 107 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.2.1 – Traços semânticos   | 119 |
| 4.3 – Variações de um <i>ethos</i> pedagógico                       | 121 |
| 4.3.1 – O <i>ethos</i> de cumplicidade                              | 122 |
| 4.3.2 – O <i>ethos</i> racional                                     | 126 |
| 4.3.3 – O <i>ethos</i> de liderança                                 | 129 |
| 4.4 – Da liberdade ao dogmatismo                                    | 133 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | 139 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | 145 |
| <b>ANEXOS</b>   |     |
| I) Artigos de Guilherme Scalzilli publicados na <i>Caros Amigos</i> | 157 |
| II) A revista <i>Caros Amigos</i> em trabalhos acadêmicos           | 169 |
| III) Artigos analisados   | 183 |

Para Leo Gilson Ribeiro e Sérgio de Souza.



## **AGRADECIMENTOS**

A Maria Luiza, Henrique, Gustavo e Adriana, pelo apoio desde sempre.

À Carolina, pelo estímulo contagiante e imprescindível.

À Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas, por acreditar no projeto, pela atenciosa orientação durante seu desenvolvimento e pelo inestimável impulso que deu às minhas relutantes pretensões acadêmicas.

Às professoras Margarethe Born Steinberger-Elias e Cláudia Pfeiffer, pelas sugestões decisivas que aprimoraram esta pesquisa.

Às professoras Suzana Dias e Carolina Cantarino, pelos debates provocativos e enriquecedores que promoveram nas suas aulas.

À Alessandra Carnauskas pela ajuda prestativa e eficaz.

À CAPES, pela bolsa fornecida.



# INTRODUÇÃO

Pertenci ao quadro de colaboradores da revista *Caros Amigos* por dez anos ininterruptos, entre abril de 2001 e março de 2011. Foram cento e vinte artigos opinativos sobre os mais diversos temas, de conflitos internacionais à legislação antidrogas, passando por cultura, religião, esportes, urbanismo e outros assuntos que parecessem relevantes. Apesar dessa heterogeneidade, contudo, é possível dizer que meus textos versaram predominantemente sobre política nacional.<sup>1</sup>

Jamais tive, esperei ou pedi remuneração pelos artigos. Tampouco recebia quaisquer sugestões de pauta, enfoque e abordagem. O conteúdo dos textos não sofria alterações, salvo em casos de erros gramaticais ou factuais graves. Apenas dois ou três títulos infelizes foram mudados após o envio, pelo que fiquei bastante agradecido. Até março de 2007 sequer havia limites claros de espaço para os arquivos, embora os mantivesse dentro de certos padrões regulares.

Raramente fui informado, com antecedência, sobre as matérias de capa e as entrevistas do número seguinte. Como a distância e outros afazeres profissionais impediam minha presença nas reuniões da redação, mantive contato mínimo com os funcionários da revista e nenhum com os demais colaboradores. Só encontrei o editor-chefe Sérgio de Souza na época em que iniciamos a parceria, e talvez duas outras vezes depois. Na última delas também estive rapidamente com Mylton Severiano, Wagner Nabuco, Renato Pompeu e outros membros importantes da publicação.

Possuía bastante liberdade criativa, portanto, considerando a praxe do jornalismo impresso, onde as pautas cotidianas e as restrições de gênero, de especialidade profissional e de linha editorial norteiam o material opinativo. Se havia algum constrangimento na colaboração, partia do esforço do autor em atender às expectativas que ele criava para si mesmo, tendo em vista o perfil geral do veículo. É razoável afirmar que procurava me manter fiel a certa identidade imaginária da *Caros Amigos*, mas também que essa identidade tinha mais a ver com a minha própria visão do público-alvo da revista do que com modelos construídos por interesses programáticos

---

<sup>1</sup> No Anexo I há uma listagem dos artigos. Os textos integrais estão disponíveis em:  
<http://www.guilherme.scalzilli.nom.br/Artigos/Caros%20Amigos/Revista%20Caros%20Amigos.htm>

ou mercadológicos. Até onde possuí consciência das escolhas que fiz, procurei apenas construir argumentos sólidos acerca dos tópicos recentes de interesse público.

As abordagens seguiam pretensões assumidamente militantes, entre pedagógicas e mobilizadoras, mas não estavam alinhadas a vertentes político-partidárias claras – não de maneira proposital, pelo menos, tanto que muitas vezes manifestei visões contrárias ao repertório de valores hegemônico na publicação. Esse distanciamento eventual não pareceu relevante ao longo dos períodos Sérgio de Souza e Mylton Severiano (1997-2009), marcados pelo diletantismo e pela heterogeneidade autoral. Entretanto, a partir da chegada de Hamilton Octávio de Souza à direção da revista, senti que enveredava por caminhos cada vez mais antagônicos às visões predominantes sobre determinados tópicos.

Minha saída acompanhou a reforma editorial de março de 2011, que restringiu o espaço do articulismo e passou a privilegiar as reportagens e as entrevistas. Refletindo sobre essas mudanças, que eu mesmo havia defendido outrora, percebi que elas coincidiam com duas tendências simultâneas.

A primeira, interna à *Caros Amigos*, aponta para um posicionamento mais claro e homogêneo da sua linha editorial, provocado (e evidenciado) por uma redução no quadro de articulistas e pela conseqüente uniformização dos enunciados que a definem. Essa percepção remete ao crescente ceticismo da intelectualidade de esquerda com o programa administrativo federal encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que ela ajudou a construir e foi parcialmente abandonando ao longo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Menos verborrágica e plural, mais circunspecta e descritiva, a revista parece caminhar para um tradicionalismo condizente com seu novo alinhamento “ideológico”. Mas o movimento leva também ao abandono do projeto original da publicação, lançado por Sérgio de Souza em 1997.

O segundo fenômeno, de natureza ampla e conjuntural, está ligado à crise financeira dos veículos impressos. Apesar das versões que responsabilizam o suporte eletrônico, sempre me pareceu que os problemas corporativos da mídia tradicional espelham um antigo e paulatino recuo de credibilidade que a revolução tecnológica apenas acelerou. Isso não significa que o jornalismo perdeu relevância na sociedade contemporânea, mas que alguns dos seus instrumentos convencionais de legitimação e algumas das suas normas éticas demandam reformulações. No Brasil, o centro do debate

(ainda) não pode ser ocupado pela internet e por suas potências, mas pelo paradigma informativo que elas colocam em cheque, tornando necessário questionar o cânone da objetividade e mostrar que este não esgota as possibilidades narrativas da imprensa na apreensão de fenômenos contemporâneos relevantes.

A soma de ambas as tendências gerou as bases problemáticas desta investigação. Construída em torno do artigo de opinião como instrumento de militância política na mídia impressa, a pesquisa desenvolveu-se a partir de um questionamento sobre o modo como o repertório opinativo do veículo jornalístico ajuda a configurar a sua identidade editorial. A partir daí, a dissertação testa a hipótese de que os artigos publicados na revista *Caros Amigos* demonstram o afastamento do projeto plural e inovador que a marcava no início, adotando modelo sectário e tradicionalista de jornalismo militante.

Além deste preâmbulo testemunhal, a Introdução esboça um panorama do jornalismo contemporâneo a partir de dois enfoques: a Apresentação aborda a crise empresarial dos veículos jornalísticos e a Justificativa defende a superação dos seus paradigmas éticos e profissionais, além de apontar a relevância da *Caros Amigos* para o debate acerca de novos modelos. A Metodologia resume os instrumentos analíticos adotados, explicitando os critérios de seleção e interpretação dos textos.

O Capítulo I, “Comunicação e Discurso”, resume certas bases conceituais da lingüística apropriadas para uma abordagem crítica do *corpus*. Partindo de vários ramos dedicados ao texto, desemboca no universo da Análise do Discurso e, especificamente, na linhagem representada por Dominique Maingueneau. A complexa questão do conceito de ideologia recebe as necessárias ponderações, em parte para relativizar sua própria importância nos objetivos finais da pesquisa.

O Capítulo II, “Jornalismo Opinativo”, reflete sobre a importância da subjetividade na mediação jornalística, procurando relativizar os estigmas negativos que o modelo tradicional utiliza para neutralizá-la. Depois de reunir as referências teóricas que demonstram a obsolescência da suposta primazia do relato factual sobre a opinião, a investigação problematiza as tipologias de gênero, o *ethos* autoral e o ativismo político.

O Capítulo III, “Trajetória da Revista Caros Amigos”, descreve o mensário segundo uma cronologia dividida em períodos, representados pelos sucessivos editores-chefes da publicação: Sérgio de Souza, Mylton Severiano e Hamilton Octavio de Souza. Cada etapa acompanha um resumo dos acontecimentos internos da redação e um

panorama contextual da política brasileira. O capítulo também inclui um perfil das singularidades do padrão editorial vigente na revista.

O Capítulo IV, “O discurso político da *Caros Amigos*”, destina-se à análise do *corpus*. Depois de explicar os critérios do recorte voltado aos temas da Política Brasileira, apresenta as edições da amostragem e dá prosseguimento à interpretação dos artigos segundo os conceitos da Análise do Discurso.

## **Apresentação**

A revolução tecnológica das últimas décadas, principalmente a disseminação da internet, estimula debates acalorados sobre o futuro do jornalismo em qualquer suporte. Não por acaso, essas discussões transcorrem na companhia de um crescente volume de diagnósticos sombrios acerca da atividade.

“Há, evidentemente, uma crise de imprensa em todo o mundo capitalista”, escreveu Nelson Werneck Sodré (1999, p. 392) numa época em que o cenário tecnológico atual era quase quimérico. Alberto Dines (1997) também já via a instituição “mais desnorteada do que nunca” (p. 38). A impressão dos especialistas não melhorou nos últimos anos, pelo contrário: “O jornalismo está em apuros”, vaticinou Philip Meyer (2007, p. 11), ecoando os lamentos e as previsões alarmistas que se multiplicam pelas tribunas onde o tema é abordado.

De fato, os levantamentos disponíveis têm demonstrado há tempos uma queda acentuada na credibilidade jornalística (TRAQUINA, 2001, p. 171), fenômeno que parece não estar restrito ao mercado estadunidense, relativamente desenvolvido e eclético. No Brasil, a última Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), apontou que 75% dos entrevistados, numa amostragem de 18.300 pessoas, não lêem jornais diários (p. 64) e que 85% não acompanham revistas impressas (p. 74). Quase metade do público de jornais impressos (45%) desconfia das notícias que circulam nesses veículos, índice que chega a 56% no caso das revistas (p. 83). E estes são os melhores índices apontados para todas as mídias.

O baixo grau de confiança acompanha um longo e gradativo decréscimo na circulação e nas receitas dos veículos tradicionais, tanto no exterior (MARSHALL,

2003, p. 26) quanto no país (SANT'ANNA, 2008, p. 18). Conseqüentemente, a dívida financeira das empresas de comunicação brasileiras chegou a níveis inéditos, o que também acarretou um generalizado corte de postos de trabalho no setor (CORRÊA, 2005, p. 3). Veículos tradicionais encerraram cadernos e editorias importantes, passaram a produzir apenas para suporte digital ou simplesmente deixaram de existir.

A natureza, as origens e a extensão desse processo permanecem controversas, mas as análises confluem no diagnóstico de que se trata de um sintoma de problemas estruturais. De maneiras variáveis, os estudiosos costumam orbitar em torno das três crises simultâneas mencionadas por Dominique Wolton (2004): a econômica, marcada pela nova lógica empresarial dos grupos multimidiáticos; a técnica, trazida pela velocidade e pela multiplicidade das notícias disponíveis; e a política, oriunda do lapso de legitimidade causado pelos mesmos fatores (p. 302-305).

A primeira face da crise foi antecipada por Edward Herman e Noam Chomsky (1988), que denunciavam o *modelo propagandístico* assumido pelas grandes empresas jornalísticas dos EUA, baseado em “filtros” como a concentração corporativa e o predomínio dos interesses publicitários. Leandro Marshall (2003) envereda pelo mesmo caminho, lembrando que a lógica do marketing “atinge a essência da imprensa, das notícias, dos noticiários, da informação e dos próprios jornalistas” (p. 17), contaminação que provoca “uma transformação generalizada dos padrões éticos, estéticos e culturais do universo da informação” (p. 24).

O segundo aspecto é salientado por Lourival Sant'Anna (2008), que aponta a concorrência da internet, do rádio e dos canais televisivos pagos no enfraquecimento dos jornais como opções informativas (p. 37). Philip Meyer (2007) afirma que há uma saturação do próprio modelo de influência junto à opinião pública: “o novo problema está no excesso de mensagens, que ultrapassa a capacidade do público de apreendê-las” (p. 19). O “paradoxo da abundância” gera uma falta de atenção do público e um conseqüente desinteresse da sociedade pelas questões centrais que deveriam mobilizá-la (STEINBERGER, 2005, p. 175).

Bernardo Kucinski (2005) desenvolve o terceiro argumento de Wolton, a partir dos dois anteriores. Para o autor, o jornalismo brasileiro vive um grave dilema ético, provocado pelo esvaziamento dos referenciais de conduta dos profissionais e por sua rendição mercantilista ou ideológica (p. 17-27). A falta de pluralismo, a tendência

conservadora e neoliberal, o monopólio produtivo e a submissão editorial a interesses privados estão entre os paradoxos característicos da crise de legitimidade que afeta o jornalista contemporâneo (p. 113-121).

O problema dessas explicações é que, embora importantes, elas não elucidam realmente muita coisa. Por um lado, restringem a crise dos veículos de comunicação a aspectos mercadológicos e administrativos, ou seja, a âmbitos exteriores e contingentes da mediação jornalística. Também fazem da internet uma espécie de bode expiatório de problemas que, na verdade, são anteriores a ela, pois nasceram já no interior dos suportes tradicionais e só precisavam, para irromper, de uma alternativa disponível que fosse capaz de quebrar o consumo inercial de um público há muito desgostoso.

Por outro lado, contraditoriamente, a ênfase excessiva nas dificuldades produtivas dos veículos tradicionais alimenta um pendor meio nostálgico, dado a subestimar o papel do suporte eletrônico no futuro da atividade jornalística. Embora reconheçam as facilidades técnicas disponíveis, alguns especialistas defendem que a versão digital da notícia se resume a um “conceito-fetichê” (KUCINSKI, 2005, p. 77), e que “não existe web-jornalismo”, mas um “serviço público que se adapta a diferentes meios tecnológicos” (LAGE, 2005, p. 161). Na mesma linha crítica, Núria Almiron e Josep Jarque (2008) afirmam que todos os problemas e desafios do ramo sobrevivem às inovações, que consideram apenas cosméticas, “semânticas”, pretextos para um esforço manipulador (p. 116-117).

Temos então um esforço dúbio para provar que a decadência do jornalismo origina-se numa esfera material e econômica, mas independe das especificidades comunicativas da própria estrutura de produção que sufoca os veículos convencionais. Acontece que o paradoxo não encontra respaldo nas estatísticas brasileiras recentes. Elas ilustram que as dificuldades da imprensa ultrapassam o âmbito do suporte, pois não houve, no curto prazo, um verdadeiro movimento de substituição de fonte informativa que suprisse o abandono dos meios impressos. O grau de preferência e confiança desfrutado pela internet continua irrisório, mesmo com o declínio dos jornais e das revistas (PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA 2014, p. 92).

Os apologistas da imutabilidade essencial da imprensa ignoram o que a baixa confiança nela insinua a respeito dos princípios de isenção, neutralidade e objetividade que alimentaram as ilusões de grandeza e perenidade dos veículos durante algum tempo.

Em resumo, esquivam-se de admitir que foi o cânone jornalístico em vigor que perdeu o lastro de credibilidade, e não o seu instrumento físico de propagação. É mais ou menos como Nilson Lage (2005) vê essa conjuntura:

A crise do jornalismo não reside na troca de mídias [...]. Resulta da incapacidade de confrontar preconceitos, saberes entrincheirados e arcaicos; conviver com o fascismo que ressurge de várias formas; enfrentar a crença corrente de que a informação do mal é mais perigosa do que o mal em si (LAGE, 2005, p. 162).

A inviabilidade prática dos “saberes entrincheirados e arcaicos” (o repertório da objetividade) não parece tão absurda quanto a resistência de alguns a tomá-la como um fato consumado. Do ponto de vista da exatidão e do rigor factual, são eloqüentes as estatísticas sobre a enorme e longeva incidência de erros pontuais nas reportagens dos grandes jornais estadunidenses, símbolos históricos do objetivismo clássico (MEYER, 2007, p. 93-102). No ambiente brasileiro, além do que já conhecemos da experiência cotidiana, é fácil lembrar casos famosos e extremos, como o da Escola Base (1994), nos quais pessoas inocentes foram gravemente prejudicadas a partir de reproduções não-chechadas de acusações informais.

Quanto ao rigor ético, o código da imparcialidade absoluta jamais impediu que seus supostos seguidores aceitassem uma comprometedora simbiose com as elites econômicas e geopolíticas (WOLTON, 2004, p. 289-295), e tampouco evitou que a informação se metamorfoseasse em vertente propagandística voltada à fabricação de consensos vantajosos para governos e instituições privadas (HERMAN e CHOMSKY, 1988, p. 18-24).

De qualquer forma, seria no mínimo precipitado menosprezar as conseqüências da revolução tecnológica, fenômeno complexo e poderoso que Manuel Castells (1999) chegou a comparar ao surgimento do alfabeto, com desdobramentos inclusive nos sistemas de crenças e códigos humanos (p. 353-355). O próprio Bernardo Kucinski (2005), após equiparar a novidade à invenção dos tipos móveis por Johannes Gutenberg, elenca a transmissão de dados, a facilidade de manuseio e a capacidade de armazenamento como avanços que podem revolucionar o trabalho com a informação (p. 71-73).

O conceito de “webjornalismo”, portanto, está longe de ser descartado como um

neologismo vazio. Diversos autores vêm adaptando ou desenvolvendo instrumentos epistemológicos para as especificidades da linguagem recém-nascida. Edson Dalmonte (2009), por exemplo, acredita em novos “critérios de noticiabilidade” associados à experiência temporal imediatista (p. 111) e marcados por um cenário de “notícias onipresentes, acesso global a uma diversidade de informação, interatividade, cobertura em tempo real, material multimídia e personalização de conteúdos” (p. 120).

Para Castells (1999), a diferenciação, a estratificação, a integração do público leitor e principalmente o apelo multidisciplinar definirão as estratégias mercadológicas da “cultura da virtualidade real” (p. 393-395). O intercâmbio entre a simultaneidade e a intemporalidade, entre o eterno e o efêmero, transformará o contato do indivíduo com o mundo exterior através da tecnologia (p. 486-487).

Cedo ou tarde, a prática jornalística será obrigada a se adequar à realidade emergente, satisfazendo as necessidades imediatas da audiência digital, inclusive os seus variáveis critérios de relevância (CORRÊA, 2005, p. 12). A segmentação, o incremento de exigências e a disponibilidade de opções levarão ao fortalecimento da informação de tipo “utilitário”, gradativamente individualizada e localizada (SANT’ANNA, 2008, p. 181), exacerbando o processo bem-sucedido que alavancou o mercado de revistas no seu período áureo (MIRA, 1997, p. 337-339).

A perspectiva de valorização do local, do individual e do testemunho traz uma problemática singular para a legitimação social do jornalista. O predomínio do diletantismo nas interações virtuais reforça a importância do relato noticioso interpretativo, limpo de pretensões a uma postura falsamente distanciada (BELTRÃO, 1960, p. 36-45). Apenas a atuação crítica do profissional é capaz de vencer os “excessos da informação” e a “tirania do acontecimento” que alienam um público já soterrado de referências inconfiáveis (WOLTON, 2004, p. 290-291), e de resistir às “mutações” que o neoliberalismo impõe aos veículos para sufocar o senso crítico, a reflexão, o ímpeto contestador (MARSHALL, 2003, p. 31-37).

Enquanto a internet disponibiliza os fatos em tempo real, a solução antevista pelos diretores dos veículos impressos e por especialistas no mercado é oferecer aos leitores um diferencial analítico e opinativo que eles não encontram na miscelânea da Rede (SANT’ANNA, 2008, p. 155, 174, 184). É “reaprender a construir e a disponibilizar o contexto, a sair da fragmentação noticiosa” (CORRÊA, 2005, p. 12).

Manuel Carlos Chaparro (2012b) vai além: “É preciso romper, de vez, e urgentemente, com o velho paradigma que divide o jornalismo em opinião e informação” (p. 3).

Eis a superação fundamental do velho cânone da objetividade: a emergência libertadora e desestabilizadora de “subjetividades nascentes, polifônicas, heterogêneas, mestiças, individuais ou coletivas” (PELBART (2000, p. 18). Um empenho sistemático no sentido de “desmediatizar o pensamento, isto é, abrir a mídia para outras linguagens que não a sua própria”, transformando os procedimentos de representação do mundo físico em metadiscursos voltados à própria estrutura da informação veiculada nos meios hegemônicos (STEINBERGER, 2005, p. 164, 174).

Trata-se, portanto, de resgatar a essência militante do jornalismo (BUCCI, 2000, p. 49) e a legitimidade profissional de uma conduta politizada e intelectualmente autônoma nas relações de trabalho (MORETZSOHN, 2001, p. 12). Desígnios semelhantes incentivaram o surgimento, nos EUA, de uma proposta reformuladora batizada como “jornalismo cívico” (origem do “Jornalismo Cidadão” português), de cunho participativo e mesmo francamente ativista, centrada no aprimoramento da vida pública, no respeito às demandas comunitárias e na valorização da cidadania (TRAQUINA, 2001, p. 171-184).

O tema conduz naturalmente ao objeto desta pesquisa, a revista *Caros Amigos*, criada em 1997, talvez o melhor exemplo contemporâneo da imprensa militante brasileira. Criada vislumbrando um modelo heterogêneo, a publicação tem como característica singular o conteúdo predominantemente subjetivo, ao mesmo tempo calcado em tradições jornalísticas sólidas e consagradas (PEREIRA FILHO, 2004, p. 111). Estas heranças sintetizavam as experiências profissionais dos seus idealizadores, particularmente as de Sérgio de Souza (1934-2008), que dirigiu o veículo nos primeiros onze anos.

Na pioneira *Realidade*, marco da imprensa brasileira moderna que haviam ajudado a construir, os futuros criadores da *Caros Amigos* buscaram as grandes reportagens inspiradas no *new journalism* estadunidense, o tratamento audacioso dos temas cotidianos, as entrevistas bombásticas, o formato inusual. A revista da editora Abril foi também um laboratório bem-sucedido para a proposta inovadora de construir um veículo de grande estrutura e vasta circulação que desobedecesse às convenções narrativas da objetividade, fortalecendo a posição crítica do jornalista diante do regime

militar que havia pouco irrompera no país (FARO, 1999, p. 64-66).

Das experiências posteriores na cooperativa informal Arte & Comunicação, o grupo encabeçado por Sérgio de Souza trazia o espírito libertário e provocativo de uma vertente menos dogmática e doutrinária da imprensa alternativa dos anos 1970 (KUCINSKI, 2003, p. XV). Veículos como *Bondinho*, *Jornalivro*, *Grilo* e *Ex* marcaram uma gradativa radicalização da ruptura com a linguagem noticiosa tradicional, processo que de certa maneira acompanhava o recrudescimento da repressão estatal, às vésperas do período mais tenebroso da ditadura (idem, p. 178-186).

A *Caros Amigos* também refletia suas contingências históricas. Fortalecidos durante a atribulada redemocratização do país, os grandes periódicos informativos assumiram nos anos seguintes a defesa ostensiva e sistemática de preceitos econômicos neoliberais (hegemonia do capital privado, desestatização, desregulamentação, Estado mínimo, etc.), cujas inevitáveis implicações político-partidárias não tardariam a sobressair (FONSECA, 2005, p. 60-61). A polarização eleitoral e o poder financeiro dos grupos favoráveis às privatizações geraram um clima de permissividade na relação destes com os veículos de comunicação (KUCINSKY, 2005, p. 59).

Nesse ínterim, o crescente processo de segmentação do mercado editorial, iniciado na década de 1970 (MIRA, 1997), sugeria estratégias mercadológicas que ultrapassassem os recortes já consagrados de gênero, faixa etária e etnia. A vertente politizada foi um dos produtos dessa demanda por especialização. No final do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, havia uma parcela importante do público leitor identificada com o sentimento oposicionista, mas carente de representação fora dos circuitos informativos hegemônicos.

*Caros Amigos* supriu essa lacuna e virou um símbolo do espírito contestador e mobilizador, politicamente insatisfeito, ansioso por discutir novas perspectivas para o país (PEREIRA FILHO, 2004). Com orgulhoso ímpeto visionário, a revista aglutinava autores das mais diversas aptidões e preferências, constituindo um variado mosaico formal onde predominava a mais absoluta liberdade criativa.

Durante os dezessete anos de árdua sobrevivência (1997-2014), a revista acompanhou a decadência do programa de centro-direita que havia combatido, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e a eleição de Dilma Rousseff (2010). Ao longo desse período, o quadro de colaboradores da revista sofreu

mudanças consideráveis, refletindo e simultaneamente provocando guinadas na sua própria linha editorial. Ou melhor, transparecendo um gradativo afunilamento ideológico da perspectiva analítica predominante na publicação.

## **Justificativa**

A imprensa brasileira possui longa tradição vinculada ao periodismo de matiz doutrinário, abertamente opinativo e combatente. O viés militante predominou no jornalismo nacional desde o surgimento dos primeiros veículos, no início do século XIX, permanecendo quase inalterado ao longo das diversas campanhas políticas que agitaram o país até a consolidação da República (1889), e mesmo depois (SODRÉ, 1999, p. 159-164).

O desenvolvimento técnico e a especialização profissional que se seguiram à abertura das primeiras empresas de comunicação de massa no Brasil levaram a um gradativo predomínio da reportagem, da entrevista e das editorias setorializadas (idem, p. 296). As chamadas “técnicas jornalísticas modernas” institucionalizaram-se apenas na década de 1950, contudo, trazidas por grandes corporações midiáticas de capital estrangeiro que concentrariam órgãos de vários suportes, dominando o mercado informativo e publicitário (ibidem, p. 388-389). Baseados nas idéias de objetividade, isenção e neutralidade, os métodos recém-chegados marcaram o advento e a disseminação de princípios éticos, investigativos e representativos que se tornavam predominantes em toda imprensa internacional.

Trata-se, portanto, de um repertório condicionado pelos interesses de grupos sócio-econômicos específicos e adotado em contextos históricos bastante determinados. Sintomaticamente, as características gerais desse cânone coincidem com algumas definições do conceito de ideologia encontradas na literatura contemporânea: conjunto de crenças, práticas e símbolos compartilhados por um setor restrito (VAN DIJK, 1999, p. 44-45), conquista o reconhecimento geral através de pressupostos de veracidade, interesse público e valor cultural originados por critérios diversos de competência técnica (idem, p. 237). Além disso, fornece bases racionais para uma prática discursiva hegemônica (EAGLETON, 1997, p. 44), autorizando-a socialmente, como se fosse uma característica universal, indissociável da profissão (p. 59-62).

Pierre Bourdieu (1997) desenvolve o conceito de *campo* ao designar um “espaço social estruturado” no qual interagem forças dominantes e dominadas em permanente confronto para subverter ou perenizar suas respectivas posições. O autor chama de “campo jornalístico” (p. 57) o espaço diferenciado que a imprensa ocupa no imaginário da sociedade, estruturado através de um “conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião)” que filtram a relevância dos temas levados a público (p. 67).

Assim, o princípio da objetividade simboliza e unifica os pressupostos que embasam o mito supra-institucional da imprensa, configurando uma entidade homogênea, de interesse exclusivamente público e democrático, despida de aspirações financeiras ou políticas. Um “quarto poder” imanente, sacralizado e de tal forma blindado pela imagem que produz de si mesmo que a simples afirmação de independência parece capaz de garantir a sua infalibilidade ética (BUCCI, 2000, p. 39).

O processo de valorização desse campo inicia-se no “reconhecimento social do papel mediador do jornalista, que é o que legitima a sua demanda pelo acesso aos fatos e confere credibilidade à informação transmitida” (MORETZSOHN, 2007, p. 140). O diploma universitário contribui para a legitimação dos indivíduos, servindo como atestado de capacidade discursiva e de comprometimento com a prestação de serviço e a transmissão da “verdade” (MEYER, 2007, p. 246). A institucionalização resguarda o “discurso competente” dos especialistas, na célebre expressão de Marilena Chauí (2007, p. 19), já que, parafraseando a autora, não é qualquer um que pode transmitir versões dos acontecimentos a qualquer audiência em qualquer veículo e em qualquer situação. Possuindo o diferencial da competência, os jornalistas credenciam-se a atuar como “purificadores da democracia”, compartilhando a prerrogativa civilizatória com os veículos que os empregam (WOLTON, 2004, p. 294).

Para Nelson Traquina (2001), os valores e rotinas do meio configuram mesmo uma “ideologia profissional”, que sustenta desde os critérios de noticiabilidade até o agendamento cotidiano dos veículos, passando pela própria identidade coletiva dos funcionários das empresas de comunicação (p. 28-29). As normas ligadas à objetividade remetem a “saberes de procedimento” (p. 31), destinados a reforçar a imagem do jornalista como “observador desinteressado” (p. 65), que por sua vez constitui parte de um *ethos* “determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a atividade

jornalística e que (...) tem sido projetado no imaginário coletivo da própria sociedade” (p. 122).

Existe uma tendência, no interior dos círculos profissionais, a aceitar que os preceitos da imparcialidade são úteis à elaboração das chamadas “formas canônicas” do meio jornalístico, a notícia e a reportagem (LAGE, 2005, p. 15). Porém, como apontou Gaye Tuchman (1977), os métodos de afirmação da impessoalidade no cotidiano das redações equivalem a meros “rituais estratégicos” de autopreservação corporativa, cuja eficácia na superfície das formalidades não se reproduz necessariamente no material noticioso produzido. Também cabe ressaltar que semelhantes códigos de conduta servem de mecanismos institucionais para o cerceamento e a manipulação. Foucault (1996) os denomina “rituais”:

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 39).

Os valores de aptidão e prestígio são impostos por constrangimentos organizacionais e econômicos (TRAQUINA, 2001, p. 71-78), que erigem uma espécie de proteção simbólica para as elites profissionais no interior das empresas e na disputa por nichos mercadológicos (VAN DIJK, 1999, p. 73). O esforço do repórter para se mostrar “isento” responde a uma dicotomia artificial e convenientemente simplista que visa estabelecer de maneira autoritária a “verdade” indiscutível que os editores julgam conveniente divulgar (GRILLO, 2004, p. 83-87).

O profissionalismo contemplado pela validação da imparcialidade serve aos interesses empresariais, portanto, na medida em que dissimula as relações de poder e suaviza as manipulações que os favorecem (MORETZSOHN, 2001, p. 2-7). Além disso, ajuda a “domesticar o ímpeto da crítica” (idem, p. 12), excluindo ou desqualificando atitudes e manifestações que fogem a normas de comportamento baseadas numa aceção passiva da neutralidade.

Embora o modelo objetivista seja alicerçado em bandeiras republicanas que incluem a transparência e o livre questionamento, o campo jornalístico utiliza-o para

evitar um debate profundo sobre as implicações de sua natureza empresarial (SODRÉ, 1966, p. 515) e a inviabilidade prática de confrontar os interesses dos anunciantes além de certos limites. Paradoxalmente, os defensores da isenção mercantilizada questionam a autonomia de publicações como a revista *Caros Amigos* (cuja receita publicitária é quase exclusivamente estatal), fingindo ignorar as especificidades técnicas e as prerrogativas legais que deixam a modalidade governamental de anúncio menos permeável a manipulações do que sua congênere privada (FIORUCCI, 2009).

A mitologia da exatidão informativa engloba os preceitos econômicos, políticos e partidários dos veículos que a propagandeiam, enquanto a opção pela análise recebe as pechas de panfletário, especulativo e inconfiável, que se estendem a qualquer negação crítica daquelas agendas institucionais (PENNA, 2007, p. 5-11). A demonização da esfera pública, dos partidos políticos e dos sindicatos ajuda a enraizar socialmente o modelo editorial preferido pelos investidores, pois trivializa os seus mecanismos de viabilização (MORETZSOHN, 2007, p. 119).

O procedimento legitimador também fomenta a desqualificação institucional e a consequente fragilidade financeira das poucas iniciativas que resistem aos padrões hegemônicos da imprensa corporativa. Esses veículos, associados pejorativamente ao termo “alternativo”, são caracterizados como propagandísticos e amadores, herdeiros mambembes do jornalismo socialista, de caráter supostamente disciplinador e censório (KUNCZIK, 1997, p. 118-122). A exigência de formação técnica, usual nas grandes empresas de comunicação, termina de empurrar o opinionismo, de forte viés diletante, para um lugar secundário, vicioso, desautorizado.

O recurso a certa linguagem tida como confiável alimenta uma tirania “simplificadora e homogeneizante” de visões de mundo (STEINBERGER, 2005, p. 162-163), ou de “discursos sobre a realidade”, que ocultam “as mediações discursivas (portanto, ideológicas) que dão a esses fatos o *status* de notícia” (MORETZSOHN, 2000, p. 3). Tudo resulta na criação de uma aura de credibilidade ao redor do enunciado que se afirma como informativo, impregnando-o com um “valor acrescentado” que se impõe às possibilidades reflexivas (TRAQUINA, 2001, p. 155). Forma e conteúdo amalgamam-se numa lógica recíproca de valorização: a estrutura noticiosa contribui para naturalizar o repertório neoliberal, por exemplo, que reforça a pretensa superioridade daquela sobre o debate e a argumentação (FONSECA, 2005, p. 366-369).

A “missão informativa” do Jornalismo serve à sua valorização publicitária num ambiente cada vez mais globalizado e homogeneizante. “Sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares” (GENRO FILHO, 1987, p. 66-67). Na perspectiva marxista, o “efeito de apresentação da realidade”, apagando os mecanismos produtivos da notícia e as marcas da individualidade do jornalista, impõe uma visão de classe à suposta essência científica do relato (idem, p. 87-88).

“O medo que o bom filho da civilização moderna tem de afastar-se dos fatos”, escrevem Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985, p.14), “é exatamente o mesmo medo do desvio social”. O juízo de valor e a abstração ameaçam o imaginário da neutralidade porque são maleáveis, imprevisíveis e potencialmente subversivos. Incitam o ceticismo de um público acomodado ao consumo acrítico do conteúdo informativo. Forçando a analogia entre o “artigo”, na acepção adotada pelo *corpus* desta pesquisa, e o “ensaio” analisado por Adorno (1986), compreenderemos que ambos assustam porque evocam a “liberdade do espírito”:

O esforço do sujeito por conseguir penetrar aquilo que se esconde como objetividade atrás da fachada é estigmatizado como ocioso, por meio da negatividade. [...] Ser um homem com os pés no chão ou ser um avoador: eis a alternativa (ADORNO, 1986, p. 168).

E essa dicotomia cumpre um papel fundamental na validação do objetivismo. Voltado ao estudo histórico da imprensa estadunidense, Michael Schudson (2010) defende que a superação do ideal da imparcialidade, consensual já desde as décadas finais do século XIX, levou ao desenvolvimento de “um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (p. 144). Esse método, calcado num ceticismo relativista perante a representação da exterioridade, seria característico da crise de valores que se seguiu à I Guerra Mundial e ajudaria a resgatar a credibilidade dos veículos e dos profissionais junto a uma sociedade incrédula e desiludida (p. 185-187).

Em outras palavras, a ideologia da objetividade carrega a presunção de que seu próprio modelo se tornou perigosamente inalcançável. A auto-representação fragmentada, instável e contraditória do sujeito pós-moderno (HALL, 2004, p. 13) joga suspeitas sobre a validade jornalística da expressão autoral e cria a necessidade de

procedimentos que o domesticuem. Por isso, não é exatamente a natureza subjetiva da opinião que a desqualifica, e sim a sua incapacidade de (ou seu desinteresse em) ocultá-la. A depreciação da parcialidade ganha cores moralistas e hipócritas porque não visa realmente anular o inevitável juízo de valor do trabalho jornalístico, mas escamoteá-lo sob convenções formais e estilísticas (CHAPARRO, 2012b, p. 17-18). Numa típica assimilação ideológica, o pragmatismo reproduz a mistificação enquanto parece negá-la.

Setores majoritários da investigação jornalística ainda hesitam em abandonar de vez o conceito naturalizado e mistificador da neutralidade, preferindo tolerá-lo como espécie de imanência positiva da profissão, um valor incontroverso, inevitável e desprovido de carga ideológica (HACKETT, 1984, p. 253-254). Mesmo os analistas que se negam a conceber uma imprensa totalmente livre de arbítrios e contaminações externas defendem a objetividade enquanto propósito ideal, sempre imaginando existir um “fato” em estado bruto, aberto a eventuais manipulações (BUCCI, 2000, p. 50).

Semelhante reducionismo permeia vários depoimentos de pesquisadores do ramo, para os quais existe uma “verdade imparcial” (MEYER, 2007, p. 108) a ser relatada de forma “objetiva” (BELTRÃO, 1980, p. 89). Outros repudiam a ameaça do “opinionismo” (DINES, 1997, p. 40), do “ativismo cego” (KUNCZIK, 1997, p. 350) e do esforço de “convencimento” (LAGE, 2005, p. 73). Os manuais de redação também adotam esse antagonismo, para propor uma divisão de gêneros discursivos que estabelece os lugares aceitáveis do factual e do opinativo (GRILLO, 2004, p.83).

Mas não basta reconhecer a inevitabilidade da marca subjetiva, quando a constatação apenas reforça um sistema de valores calcado nos antagonismos valorativos que prestigiam a busca de uma objetividade impossível. É o que ocorre com vertentes originadas nos chamados “estudos da parcialidade” (*news bias studies*), de influências muito perceptíveis no comentarismo crítico atual, cujas denúncias carregam a presunção de que existe a possibilidade de um relato fiel e neutro dos fatos, embora ele seja eternamente corrompido por diversos interesses nebulosos de viés manipulador (TRAQUINA, 2002, p. 58-59).

Adelmo Genro Filho (1987) aponta a insuficiência da simples constatação da impossibilidade objetiva:

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é

impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade (GENRO FILHO, 1987, p. 86).

A fantasia de isenção absoluta perdeu respaldo em quase todas as esferas epistemológicas. A chamada Nova História francesa nasceu justamente como reação às concepções positivistas do relato factual baseado apenas na análise de documentos (LE GOFF, 2005, p. 40-41). Seus teóricos e seguidores propõem uma “história das estruturas, não dos acontecimentos (...). História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática” (idem, p. 52). A “história imediata”, vertente dessa linha que converge para o relato jornalístico, defende uma postura “próxima, participativa” do pesquisador em relação ao tema (ibidem, p. 288). Ela não busca a neutralidade, que já considera inatingível, mas a transparência dos procedimentos interpretativos do historiador (ibidem, p. 308).

Mais abrangente e reconhecida, a Teoria da Complexidade (MORIN, 2010) busca apreender a multidimensionalidade científica, em permanente e fecunda interação com todas as dinâmicas formadoras da experiência humana. Questiona o pensamento cartesiano, unidimensional e simplificador, para recuperar as dimensões morais e políticas, intelectuais e auto-reflexivas da ciência. Edgar Morin (2010) postula a aproximação entre o empirismo e a especulação filosófica, de maneira que ambos se completem e superem as respectivas limitações. O “retorno do sujeito” confrontaria a “razão fechada”, valorizando a desordem, o caos, o acaso, a individualidade e a irracionalidade na apreensão do mundo (p. 167-168). A idéia é romper o estatuto falsamente superior da clareza explicativa e da precisão estatística, “para tentarmos compreender a multidisciplinaridade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade” (p. 192).

As abordagens recentes da mídia, em particular aquelas voltadas às questões da linguagem, há muito abandonaram a distinção conceitual entre narrativa noticiosa e comentário (CHARAUDEAU, 2009, p. 175). Não faz sentido insistir nas separações entre os gêneros e as naturezas dos textos jornalísticos, já que a análise das características formais da notícia demonstra que ela “organiza suas temporalidades, seus personagens e suas causalidades lançando mão dos mesmos recursos de que dispõem as narrativas da imaginação” (VOGEL, 2005, p. 1-4). Ademais, se “não há discurso sem

sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 96), o próprio efeito de sentido da objetividade noticiosa é determinado socialmente e, assim, é tão ideológico quanto o enunciado político (STEINBERGER, 2005, p. 74).

A carência de estudos acadêmicos sobre o texto opinativo na imprensa brasileira talvez derive de certa desconfiança dos círculos intelectuais diante do campo jornalístico (LAGE, 2005, p. 164-167). Baseado numa visão negativa e instrumental do opinionismo nascida na crítica noticiosa, o estigma depreciativo da parcialidade parece extrapolar os limites da manipulação dissimulada, atingindo toda forma de expressão subjetiva. Relegada a um plano abstrato e subalterno, presa aos enquadramentos estabelecidos pelo estudo dos gêneros convencionais (editorial, coluna, artigo, resenha, etc.), a opinião continua apartada do âmbito informativo, fornecendo elementos restritos de análise sobre os grupos sociais e os órgãos de comunicação.

O debate acerca dos padrões jornalísticos vigentes pede que consideremos a subjetividade não apenas como intrínseca à atividade intelectual, mas principalmente como estratégia necessária para a compreensão de um repertório simbólico saturado por notícias imediatas: “quanto mais há acontecimentos, menos a informação pode reduzir-se ao relato dos fatos, mais ela requer interpretação” (WOLTON, 2004, p. 286). Para que a imprensa mantenha sua relevância social e política, “os fatos correntes expostos pelo jornalismo têm de ser devidamente interpretados” (BELTRÃO, 1960, p. 36).

Instrumento peculiar de abordagem, apreensão e transmissão da realidade, o texto opinativo também carrega informações a respeito dos indivíduos que o produzem e, por extensão, dos traços identitários dos veículos que o divulgam. Sob um ângulo contratual, esboçado adiante na Metodologia, essas características iluminam as expectativas e o imaginário do conjunto de leitores vislumbrado pela publicação (DALMONTE, 2009, p. 31).

É verdade que, a rigor, tais possibilidades se apresentam em qualquer material discursivo do universo midiático. A relevância específica do artigo assinado e reflexivo para uma nova abordagem da informação consiste em reverter o apagamento da individualidade que ajuda a dissimular as operações manipuladoras do enunciado noticioso tradicional (LAGO e BENETTI, 2010, p. 108). A transparência militante do texto autoral, além das diversas camadas significativas que agrega, suscita uma nova problematização acerca do conceito de ideologia e das fronteiras entre informação e

ativismo político-partidário.

O opinionismo impresso ainda esclarece muito sobre o contexto no qual a sua revalorização se tornou possível. A importância da revista *Caros Amigos* para a reflexão sobre o ativismo jornalístico pode ser apreendida somente através daquela complexa perspectiva histórica. É ali que o papel militante do articulista ganha sentido e relevância, e que a própria expressão da subjetividade autoral assume um caráter essencialmente político.

Nada existe de gratuito ou casual na simultaneidade entre as disputas eleitorais travadas no país desde os últimos anos do século passado e o ressurgimento (e depois a sobrevivência) de uma imprensa militante de esquerda. Tampouco seria sensato dissociar ambos os fenômenos da gradativa queda de credibilidade que vem afetando os veículos de comunicação tradicionais, em especial os apologistas do cânone da imparcialidade. Os debates acerca de uma possível reformulação dos paradigmas éticos da mídia informativa ganhariam muito se admitissem que o público não tem migrado para o suporte digital buscando apenas facilidades utilitárias.

Os numerosos trabalhos acadêmicos disponíveis sobre a *Caros Amigos* limitam-se a estudá-la sob a ótica da “grande reportagem”, da literatura marginal, do jornalismo literário, do editorial e de recortes genéricos similares, incorporando passivamente as categorias apaziguadoras que viabilizam a legitimação institucional do veículo no seio da objetividade ideológica. Falta à esmagadora maioria das pesquisas uma abordagem que ilumine o verdadeiro diferencial da revista, a particularidade que a afasta do convencionalismo, isto é, o recurso explícito à subjetividade como instrumento de mediação entre o leitor e a esfera factual.<sup>2</sup>

Cabe reforçar que a importância do conteúdo subjetivo de *Caros Amigos* não se restringe às digressões pontuais que abarca, mas envolve também os diálogos indiretos que elas promovem no interior da própria revista. Sua estrutura desafia a homogeneidade estilística e intelectual comumente associada ao formato de periódico impresso (BUCCI, 2000, p. 109-111). Não exhibe uma orientação temática, sequer nas áreas de especialidade que poderiam pautar os comentaristas. Reúne manifestações desiguais, amiúde conflitantes, que em outras conjunturas produtivas soariam

---

<sup>2</sup> O Anexo II traz um painel de trabalhos acadêmicos dedicados à revista *Caros Amigos*, incluindo os seus resumos.

inconciliáveis no mesmo ambiente editorial (GRAMSCI, 1978, p. 188).

Na dinâmica dessa multiplicidade e nas oscilações analíticas dos colaboradores manifesta-se a identidade camaleônica da publicação. O grau de heterogeneidade que ela apresenta e a maneira como organiza suas representações reflete um posicionamento institucional em relação às conjunturas políticas brasileiras e internacionais, à cultura de massas e aos grandes temas econômicos da atualidade. As inovações que suscitou no mercado brasileiro de periódicos impressos, os debates que promove e as manifestações discursivas que abriga fazem de *Caros Amigos* uma referência privilegiada para análises sobre o texto de opinião enquanto gênero autônomo, o papel da subjetividade nas mediações informativas, as relações da intelectualidade com o poder estatal e as perspectivas do jornalismo nos tempos vindouros.

## **Metodologia**

As premissas bibliográficas desta pesquisa incluem obras referenciais e estudos acadêmicos das áreas de Comunicação, Jornalismo, Sociologia, Linguística, Semiótica, História e Filosofia. Entre os temas estudados destacam-se: os paradigmas éticos da imprensa e o cânone da objetividade (Introdução); a natureza e as estruturas do discurso midiático e do discurso político (Capítulo I); os gêneros jornalísticos, a autoria, o opinionismo e o texto militante (Capítulo II); a revista *Caros Amigos* e a história recente da intelectualidade de esquerda no Brasil (Capítulos III e IV).

Na interpretação do *corpus* adotaremos os conceitos da chamada “Escola Francesa” da Análise do Discurso. Sem abandonar as menções às outras vertentes que convivem nesse campo epistemológico, privilegiaremos a base teórica e os métodos fornecidos pela obra de Dominique Maingueneau, acrescentando-lhes as contribuições de Patrick Charaudeau no âmbito do discurso político. Uma apropriação informal do conceito de *Contrato de Leitura* desenvolvido por Eliseo Verón fornecerá subsídios para reflexões sobre a conformação da identidade editorial do veículo impresso.

A exploração empírica do objeto central, o artigo opinativo, será realizada através de um Estudo de Caso de natureza descritiva, explicativa e ilustrativa (YIN, 2001, p. 34). As estratégias analíticas enquadram-se nesses tipos de estudo porque seguirão modelos teóricos apropriados às peculiaridades do *corpus*, buscando a) esgotar

as unidades possíveis de análise dentro de um grupo temático, b) respeitar determinados padrões investigativos, c) descrever séries temporais representativas e d) elaborar uma curva evolutiva pertinente (idem, p. 156).

A abrangência do universo textual disponível nos mais de duzentos exemplares publicados ao longo dos dezessete anos da *Caros Amigos* (1997-2014) dificulta sistematizá-lo estatisticamente, desígnio que a essência subjetiva e a multiplicidade do material já inviabilizariam de antemão. Mesmo nos limites formais da dissertação, contudo, é possível explorar as potencialidades ocultas por esse obstáculo:

Descobrir a unidade real sob a aparente diferenciação e a contradição, bem como descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade: é este o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das idéias e do historiador [...] (GRAMSCI, 1978, p. 174).

O modo como estabelecermos a evolução cronológica das montagens discursivas é importante para contemplarmos as eventuais oscilações identitárias da *Caros Amigos* desde o lançamento. O necessário acréscimo de fenômenos históricos de relevância política e de eventos internos do veículo traz maior complexidade e certo desafio metodológico à construção dessa periodicidade.

Adequando os propósitos de contextualização às exigências do Estudo de Caso, a seleção dos exemplares buscará uma amostragem periódica regular que permita a inclusão dos três jornalistas que dirigiram a revista até 2013 e ao mesmo tempo abarque todos os governos federais que se sucederam durante a sua trajetória. A confluência pretendida resulta em cinco edições, separadas por intervalos de quatro anos:

- Abril de 1997 (número de lançamento, sob a direção de Sérgio de Souza, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso);
- Janeiro de 2001 (Sérgio de Souza, segundo governo FHC);
- Janeiro de 2005 (Sérgio de Souza, primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva);
- Janeiro de 2009 (Mylton Severiano, segundo governo Lula);
- Janeiro de 2013 (Hamilton Octávio de Souza, governo Dilma Rousseff).

A controversa questão dos gêneros jornalísticos será devidamente explorada no Capítulo II (item 2.2), mas nada impede que adotemos uma nomenclatura tradicional

para descrever o recorte utilizado. Dentre as possibilidades de categorização disponíveis na bibliografia especializada, podemos recorrer ao modelo proposto por José Marques de Melo (1985). Assimilando os critérios desse autor, o *corpus* analisado ficará restrito aos chamados “artigos de opinião”, ou seja, a textos dissertativos, com autoria determinada e natureza analítica, destituídos de marcas identificadoras de regularidade, de periodicidade ou de predeterminação de pautas, como títulos permanentes, restrições temáticas e fotografias dos autores.

Esses limites são importantes para concentrarmos as análises em textos cujos autores tenham desfrutado de relativa liberdade de escolha para tópicos e pontos de vista, com o mínimo de condicionantes ou expectativas que interferissem no processo criativo. Deixamos de considerar, assim, colunas e seções pessoais, além de espaços que incluam perfis biográficos, entrevistas, reportagens, resenhas, charges e ensaios fotográficos.

Dentro das permeáveis fronteiras genéricas do articulismo, os textos são selecionados em função da predominância do tema “Política Brasileira”, determinada com auxílio de mapeamento prévio do *corpus* (Capítulo IV). Cada número fornece um conjunto variável de artigos que abordam assuntos afins ligados ao tema central (partidos, eleições, governos, movimentos sociais, programas, etc), gerando bases comparativas para refletirmos sobre a evolução dos discursos políticos dos articulistas ao longo da cronologia considerada.

A abordagem partirá de um conceito de “discurso” ligado à maneira como certas regularidades textuais se articulam com suas condições de produção, formando repertórios simbólicos institucional e socialmente aceitos (MAINGENEAU, 1997, p.21-22). A pesquisa não ficará restrita, portanto, à eventual confirmação de pressupostos enunciativos através de uma quantificação vocabular. Ela esmiuçarà o uso dos recursos lingüísticos (orações adversativas, tipos e tempos verbais, termos introdutórios, adjetivações, operadores de argumentação, etc.) na incorporação do repertório de esquerda, na construção do *ethos* autoral e de seu antagonista imaginário, nas referências contextuais e nas estratégias persuasivas. Esses elementos fornecem marcas das “operações discursivas” (VERÓN, 2004, p. 40) que fundamentam os heterogêneos contratos de leitura que a revista *Caros Amigos* estabeleceu junto ao coletivo dos leitores no decorrer dos anos.

Conhecemos a impossibilidade de supor efeitos incontrovertidos na esfera da recepção e sabemos que, sob a ótica da semiologia contemporânea, a investigação exigiria um trabalho de campo, com instrumental sociológico, para revelar as “gramáticas de reconhecimento” dos discursos abordados e posteriormente compará-las com as averiguações prévias no âmbito da produção do suporte (ibidem, p. 182). Mas esse desígnio escapa às pretensões e às possibilidades do presente trabalho, que se contentará em testar hipóteses analíticas acerca do potencial do texto opinativo na conformação da identidade editorial da revista *Caros Amigos*, para então descrever e examinar as suas eventuais oscilações. Desdobramentos e aprofundamentos eventuais da investigação podem ser realizados por trabalhos posteriores.

Tendo em vista a natureza do material, ganha importância o procedimento hermenêutico do pesquisador e seu esforço para aliar a memória institucionalizada, de raízes político-sociais e econômicas, com a memória interdiscursiva, ligada aos saberes e valores exteriores que ali se articulam (ORLANDI, 2005, p. 47-48). Realizamos esse encontro de referências reunindo perfis biográficos dos editores-chefes da revista e dos autores analisados, panoramas históricos da época de cada exemplar, depoimentos dos profissionais ligados à publicação e trabalhos acadêmicos sobre as trajetórias da intelectualidade de esquerda nos últimos quinze anos. Os testemunhos e o material historiográfico fornecerão contrapontos e esclarecimentos às fontes primárias do estudo, enriquecendo as análises textuais.

Longe de oferecerem interpretações definitivas e totalizantes, os artigos são considerados como partes representativas de uma dinâmica plural e por vezes contraditória, que ilustra, ela própria, o perfil heterogêneo da publicação (BARTHES, 2004, p. 198). A revista *Caros Amigos* agrega diversas “identidades” complementares, que podem sobressair dependendo do enfoque genérico e dos instrumentos analíticos adotados. Os resultados aqui delineados, questionáveis por sua própria essência subjetiva e parcial (GENRO FILHO, 1987, p. 11), valem menos como diagnósticos definitivos desse veículo específico do que pelo esforço de comprovação das incontáveis potencialidades do artigo opinativo.

Assim como na elaboração metodológica e no esforço hermenêutico, é necessário evitar a enganadora tentação do esgotamento dos temas tratados. Refletir sobre as identidades discursivas que envolvem um assunto não implica necessariamente

analisar o próprio tópico em toda a sua complexidade. Este trabalho não visa estudar, digamos, as intrincadas problemáticas que envolvem as linhagens do ativismo revolucionário ou as especificidades programáticas dos partidos brasileiros de esquerda, mas apenas as marcas identitárias da *Caros Amigos* a respeito. Até que ponto as visões dos colaboradores da revista dialogam com outras formações discursivas e com repertórios intelectuais previamente desenvolvidos é perspectiva que o trabalho pode abrir para interessados em outros contextos analíticos.

# CAPÍTULO 1: COMUNICAÇÃO E DISCURSO

## 1.1 – O primado do interdiscurso

Muitas são as correntes teóricas dedicadas ao conceito de “discurso”, inclusive nos domínios da chamada Escola Francesa, com desdobramentos que podem afastar as linhagens umas das outras, chegando mesmo ao nível da incompatibilidade. Cada vertente adota nomenclaturas próprias e responde a problemas epistemológicos dedicados a *corpora* específicos, ou que admitem metodologias diferenciadas no tratamento deles (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 185-186). Para manter a coerência da pesquisa e simplificar o seu instrumental analítico, seguimos um eixo teórico baseado na obra de Dominique Maingueneau (1976; 1997; 2007; 2008a; 2008b; 2008c), com eventuais menções a tópicos desenvolvidos por Patrick Charaudeau (1998; 2006a; 2006b; 2008; 2009) e Eliseo Verón (1980a; 1980b; 1985; 2004).

Esses autores trabalham com uma idéia aberta, pragmática e multidisciplinar de discurso, que ultrapassa as esferas puramente verbais, gramaticais ou conteudísticas dos enunciados para integrá-las às condições de produção do ato comunicativo. “Manifestação espaço-temporal do sentido” (VERÓN, 1980a, p. 85), o discurso delimita as regularidades e as restrições enunciativas predominantes num determinado âmbito social (MAINGUENEAU, 1997, p. 21-23). Realiza-se, desta maneira, no dispositivo de intercâmbio onde as instâncias textuais e contextuais, verbais e institucionais, estão amalgamadas inseparavelmente (MAINGUENEAU, 2007, p. 19).

Maingueneau (2008a) resume as características basilares da sua acepção de discurso: organiza-se de acordo com regras que ultrapassam o âmbito da frase; é orientado pelos interesses imediatos de um locutor ou de um conjunto de locutores; visa resultados práticos, não necessariamente verbais; é interativo, presumindo sempre um *co-enunciador* que participa da comunicação; atua sobre um contexto histórico-social e modifica-se em função dele; apóia-se em referências pessoais, temporais, espaciais, etc., que determinam a atitude do enunciador; respeita critérios gerais e específicos de

legitimação, aceitação e credibilidade; e está inscrito num emaranhado de outros discursos que lhe conferem sentido (p. 52-55).

O último aspecto, representado pela noção de *interdiscursividade*, é central no pensamento do autor francês e marcará todos os seus percursos analíticos. O interdiscurso constitui um entrelaçamento de discursos múltiplos que se delimitam e definem mutuamente, ainda que de maneira implícita (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 324). Em “Gênese do Discurso” (2007), Maingueneau constrói sete hipóteses voltadas ao conceito:

- a) “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso” (p. 21);
- b) a relação entre os discursos possui um caráter de tradução, de “intercompreensão regrada”;
- c) o sistema interdiscursivo é organizado por “restrições semânticas globais”, como o vocabulário, a temática, as instituições envolvidas, etc. (p. 22);
- d) tais regras instituem uma “*competência interdiscursiva*” que legitima os enunciados;
- e) o discurso está inserido numa “*prática discursiva*” ampla, ligada ao contexto histórico-social de sua produção;
- f) a prática discursiva inclui também uma “*prática intersemiótica*” que envolve diversos âmbitos sócio-sígnicos (p. 23);
- g) a inscrição sócio-histórica da prática discursiva configura um “esquema de correspondência” entre as restrições semânticas de cada formação discursiva e as da sua exterioridade material (p. 23-24).

Falar em “primado do interdiscurso” equivale a negar a existência isolada de qualquer discurso, inserindo-o numa dinâmica de intercâmbio e heterogeneidade enunciativa. Há sempre um “Outro” presente no enunciado, estabelecendo sua natureza dialógica e ajudando a definir suas particularidades. Esse Outro não representa apenas uma moldura identitária, nem uma referência externa gerada por citações e paráfrases, apreensíveis como marcas lingüísticas “mostradas”. Ele faz parte da própria essência do Mesmo enunciador, estabelecendo com ele um conflito permanente, mediado por regras tácitas, que engendra a aparência de unidade do discurso. Distingue, portanto, a sua heterogeneidade “constitutiva” (p. 33).

A interdiscursividade atravessa todos os *campos discursivos*, agrupamentos amplos de formações discursivas que compartilham as mesmas funções sociais e interagem de maneiras diversas (p. 35-36). Quando o analista seleciona arbitrariamente certos subconjuntos de formações discursivas sujeitos às mesmas restrições e possibilidades semânticas, esses recortes hipotéticos originam *espaços discursivos*, subconjuntos de formações discursivas (ver Item 1.4 a seguir) caracterizados pela instabilidade, pelo intercâmbio e pela multiplicidade de enunciados (p. 37-38).

As relações entre discursos pertencentes a contextos cronologicamente diversos admitem certa dissimetria entre eles. Mas a antecedência do discurso “primeiro” e a sua apropriação pelo “segundo” não implica um processo linear e irreversível de influência constitutiva. Imersos num jogo complexo e plural, os dois Outros envolvidos configuram-se mutuamente no interior do espaço discursivo, mobilizando várias formações discursivas coexistentes (p. 41-42).

Maingueneau resume, assim, o foco principal de sua análise:

O espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte o seu Outro. É esse último aspecto, o de um processo de dupla tradução, que vai nos interessar, essencialmente (MAINGUENEAU, 2007, p. 43).

O interdiscurso baseia-se em uma *rede semântica* específica e coerente que ajuda a definir as relações do discurso com seu Outro (p. 38). O sistema de restrições semânticas da rede serve como um filtro que seleciona e autoriza certas regularidades textuais incluídas numa formação discursiva (p. 49). Essa intertextualidade legitimada envolve combinações lexicais (p. 81-84), temáticas e subtemáticas (p. 88), que se articulam com o estatuto do enunciador (sua competência), com a situação espaciotemporal do enunciado (a “dêixis” do discurso) e com o modo de enunciação (o tom ou o gênero que ela adota) (p. 91-98).

Todo modelo interdiscursivo se organiza a partir de unidades básicas de significação, os *semas*, que podem ser “positivos”, aceitos pelos discursos, ou “negativos”, rejeitados por eles. A oposição dos semas positivos e negativos reafirma-os reciprocamente e ao mesmo tempo garante a identidade e o posicionamento do

enunciador. A partir dos semas valorizados e repudiados em determinada formação discursiva, e da maneira como eles se articulam no interior dela, o analista pode empreender uma reflexão a respeito do lugar ocupado pelo discurso em questão na dinâmica de trocas, restrições e expectativas que o enunciador estabelece com seu destinatário (p. 103-104).

## 1.2 – O vínculo contratual

A natureza dialógica da enunciação extrapola o âmbito da interdiscursividade e envolve as expectativas e necessidades dos sujeitos ligados pelo ato comunicativo. O intercâmbio que os aproxima depende de uma relação de “intersubjetividade” entre eles, isto é, do compartilhamento de regras, pressupostos e saberes comuns, necessários para que a própria situação de troca linguageira seja viabilizada. O repertório simbólico subentendido e esperado por todas as partes assemelha-se a um contrato jurídico baseado em obrigações e contrapartidas tácitas (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 138-139).

O *contrato de comunicação* segue determinadas normas de reconhecimento e credibilidade calcadas em critérios de valorização, como pertinência, sinceridade, informatividade e modalidade. Na esfera institucional, estabelece e preserva uma espécie de pacto subentendido com o público-alvo do órgão emissor, retribuindo-lhe a audiência com a satisfação de suas demandas (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31-40). Conforme aprofundamos no capítulo seguinte, essa expectativa tem muito a ver com as regras do próprio gênero de discurso veiculado (idem, p. 69).

Patrick Charaudeau confere grande importância à ideia de vínculo contratual. O autor utiliza-a para refletir sobre as práticas de interação social, o campo midiático e os métodos de persuasão do debate político.

Em “Linguagem e Discurso” (2008), Charaudeau defende que a relação entre os sujeitos comunicantes e os destinatários se dá através de *contratos* e *estratégias*. Os primeiros têm dinâmica ritualística e almejam certo consenso acerca das práticas sociais, acordo que envolve o reconhecimento mútuo das respectivas competências. Já o investimento estratégico visa atingir objetivos práticos, geralmente a sedução ou o convencimento do destinatário (p. 56). Os dois instrumentos ajudam os sujeitos

comunicantes a criar imagens de si mesmos e dos destinatários que legitimem e corroborem o que é transmitido (p. 58).

O contrato de comunicação endossa o “quadro de referência” da situação de troca e é determinado por seus *dados externos* e *internos*. Os dados externos são “regularidades comportamentais dos indivíduos”, legitimadas e reconhecidas socialmente a partir da obediência a certas condições: a identidade dos sujeitos, a finalidade, o propósito e as características do dispositivo material da troca linguageira (CHARAUDEAU, 2009, p. 67-69). Os dados internos, de natureza discursiva, dependem das condições vigentes nos espaços de intercâmbio e estão ligadas aos procedimentos viabilizadores da enunciação, às relações entre os sujeitos e à organização do discurso (idem, p. 70-71).

Assim, todo contrato se baseia em repertórios intelectuais e afetivos pressupostos. No caso da instância midiática, essa condição é fundamental para garantir a sua credibilidade junto ao público e também o grau de inteligibilidade do conteúdo transmitido (ibidem, p. 80-81). Os veículos procuram harmonizar uma “visada de informação”, voltada a fortalecer a sua autoridade mediadora, e uma “visada de captação”, destinada a suprir a necessidade de dramatizar a mensagem para seduzir o leitor e eventualmente persuadi-lo (idem, p. 86-93). Mas o conteúdo não existe sozinho, e sim articulado numa dimensão material com o dispositivo de enunciação que o viabiliza, sofrendo suas influências através dos materiais, do suporte e da tecnologia utilizados (ibidem, p. 104-105).

Os dois principais objetivos do contrato da enunciação midiática têm natureza ética e comercial:

Quanto à finalidade do presente contrato, sabemos que ela é dupla: uma finalidade *ética*, de transmissão de informações em nome dos valores democráticos, informando o cidadão para que ele participe da vida pública; uma finalidade *comercial* para conquistar o maior número de leitores, ouvintes, telespectadores, uma vez que o conjunto de informações está sujeito à competição e não pode viver (sobreviver) senão sob a condição de vender (ou colher receitas de publicidade) (CHARAUDEAU, 2006a, p. 2 – *tradução minha*).

Quando analisamos o jornalismo de militância, no entanto, a abordagem precisa assimilar também as peculiaridades do discurso político. Charaudeau (2006b) associa o contrato de comunicação política ao funcionamento de um dispositivo de interação que organiza e propicia as trocas languageiras (p. 53). O dispositivo atua aos níveis da *governança*, da *opinião* e da *mediação*. “No primeiro desses lugares se encontra a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; no segundo, encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro, a *instância midiática*” (p. 55). Na instância cidadã, a opinião é construída fora das estruturas governamentais. O mesmo vale para a instância midiática, que desfruta de reconhecimento geral para realizar a conexão entre os outros dois níveis (p. 58-62).

Esse reconhecimento é conquistado por um esforço permanente de credibilidade e de cooptação visando garantir a fidelidade do público. A legitimação dos sujeitos falantes (sejam eles indivíduos, grupos, instituições ou empresas) é fundamental para a dinâmica política. Daí o uso de discursos de lealdade, protesto, denúncia, etc. (p. 63-64), mais afeitos à construção de imagens de pertencimento institucional, de sabedoria e de especialidade. “Questionar a legitimidade é questionar o próprio direito e não a pessoa; questionar a credibilidade é questionar a pessoa (...). A legitimidade remete ao *Eu*; a autoridade, à relação *Eu-tu*” (p. 67-68).

A metáfora jurídica do elo comunicativo serve como premissa para a noção mais específica de *contrato de leitura*, desenvolvida por Eliseo Verón (1985) para a análise semiológica de veículos impressos, em especial as revistas voltadas ao público feminino. O autor valoriza particularmente as “condições de recepção” dos enunciados impressos, entendidas como o resultado das suas operações de produção, circulação e reconhecimento. As fórmulas discursivas utilizadas pelos veículos para satisfazer continuamente os interesses do público numa situação de concorrência mercadológica são baseadas em estruturas enunciativas que equivalem a cláusulas tácitas do compromisso informativo, isto é, a “modalidades do dizer” mais adequadas para atingir determinado grupo de leitores costumeiros ou potenciais (VERÓN, 1985, p. 2-3).

Sabemos que o ato discursivo engendra, segundo Michel Pêcheux, “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do próprio lugar e do lugar do outro” (GADET e HAK, 1990, p. 82). Aqui é fundamental a especificidade do “dispositivo de enunciação”, que

compreende a imagem que faz de si mesmo o enunciador, a imagem que ele constrói do seu destinatário e a relação entre ambos que o próprio discurso estabelece (VERÓN, 2004, p. 173). Em outras palavras, o vínculo de consumo da informação busca satisfazer as expectativas criadas por uma idéia hipotética do público-alvo. Atribuindo saberes, papéis e características ao leitor, o jogo enunciativo oscila por modalidades variadas que resultarão na “transparência” ou na “opacidade” relativa do discurso (idem, p. 177-179), culminando em graus igualmente diversos de cumplicidade.

O dispositivo de enunciação que estabelece publicamente a identidade do veículo atua em três dimensões: a produção do público-alvo, o posicionamento competitivo do periódico no mercado e os anunciantes que o financiam (ibidem, p. 198-199). Todas essas dimensões se interdeterminam com base no mesmo contrato de leitura, estratégia de diferenciação enunciativa que não abarca apenas o conteúdo do material impresso, mas também as “modalidades do dizer”, fortemente ancoradas nas particularidades genéricas (ibidem, p. 223).

O contrato pode atingir uma complexidade que ultrapassa os limites da superfície textual. Todo tipo de elemento significativo ajuda a construir o vínculo com os leitores, inclusive as imagens, a diagramação, as cores, etc. O uso regular, sistemático e diferenciado desses elementos comporá as *invariantes referenciais*, fragmentos identitários que distinguirão o veículo e o associam a seu público (VERÓN, 1985, p. 5-6). Mesmo na esfera estritamente lingüística, são muitas as variáveis disponíveis, conforme aponta Verón:

Posição didática ou não didática, transparência ou opacidade, distância ou diálogo, objetividade ou cumplicidade, valores compartilhados no nível do dito ou no nível das modalidades de dizer, forte articulação dos níveis ou discursos. Apresentados “em paralelo”, grau e tipo de saber atribuídos ao leitor: através das decisões tomadas a respeito dessas dimensões (...) se constrói o contrato de leitura; há um enunciador que propõe a um destinatário ocupar um lugar (VERÓN, 2004, p. 179)

Finalmente, cabe lembrar que o contrato de leitura estabelece um elo entre os níveis textual e contextual do ato comunicativo, pois a aceitação do pacto não deixa de representar um posicionamento sócio-histórico do destinatário. Na medida em que ele se identifica com as especificidades discursivas do veículo, dispensado a sua concorrência, o consumidor da informação passa a compartilhar determinados repertórios simbólicos

que formam aquela identidade. A natureza político-partidária dessa aproximação ganha particular importância quando nos debruçamos sobre o ativismo jornalístico.

### 1.3 – Problemas ideológicos

Algumas linhagens da Análise do Discurso convergem no pressuposto de que ela deve objetivar uma reflexão acerca de aspectos chamados “ideológicos”, embora suas definições variem no grau de organicidade, unidade e instrumentalização que lhes são atribuídas (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 300-303). “Se queremos saber que aparência têm as ideologias”, afirma Teun Van Dijk (1999), por exemplo, “como funcionam e como se criam, transformam e reproduzem, precisamos observar detalhadamente suas *manifestações discursivas*” (p. 19).

Afinal, segundo Mikhail Bakhtin (2004), todo signo é ideológico (p. 31), deixando marcas desta natureza na “realidade material” de qualquer texto, isto é, nas palavras utilizadas, nos tópicos abordados, nos tipos e nos gêneros escolhidos pelo autor (p. 42-44). As marcas remetem aos mecanismos de autorização e reconhecimento que determinam as chamadas “gramáticas” de produção e recepção dos enunciados (STEINBERGER, 2005, p. 83).

Mesmo admitindo os pressupostos acima, seria necessário esmiuçar a fundo o conceito de “ideologia”, antes de enveredarmos por uma investigação norteada por ele. Entretanto, basta um primeiro contato com a bibliografia dedicada ao tema para notarmos que suas múltiplas noções fornecem um leque igualmente vário de desdobramentos analíticos.

Segundo uma visão hegemônica nas vertentes marxistas, o discurso é ponto de confluência entre língua e história, a instância onde a ideologia se reproduz e dissemina (ORLANDI, 2007, p. 16-20). Esta linha presume que os grupos humanos identificam e selecionam seus membros em função de uma “consciência social” compartilhada. A ideologia seria então um “modo de articulação entre significação e poder”, baseado na *legitimação*, na *dissimulação*, na *fragmentação* e na *reificação* (CHARAUDEAU, 2006, p. 192).

Para Ferruccio Rossi-Landi (1987), a ideologia, ligada à reprodução material e simbólica da experiência humana em sociedade, abarca três acepções. A primeira

assemelha-se a uma ciência das idéias, remetendo às origens iluministas da palavra, de abrangência quase universal. A segunda ganhou impulso com o marxismo e está ligada a um sentido negativo, de fraude ou ilusão, e ao uso desta falsidade para a conquista de vantagens individuais ou coletivas. Já a terceira possui uma natureza neutra e espontânea, referindo-se a um “planejamento social” originado por certa visão de mundo (p. 131-133). O autor então define a ideologia como “racionalização discursiva, uma acomodação teórica, de uma atitude ou estado de falsa consciência (...) que se tornou falso pensamento por meio da elaboração de signos e do uso da língua” (p. 139).

Terry Eagleton (1997) elenca seis definições históricas para esse “repertório social de crenças e valores”, combinando níveis crescentes de abrangência e escalas diversas de instrumentalização por parte dos grupos envolvidos numa dinâmica de disputa de poder (p. 38-40). Todas as variações seguem parâmetros pejorativos, neutros (“descritivos”) ou positivos, que interferem nas próprias abordagens dos traços ideológicos a serem esmiuçados num *corpus* eventual (p. 49-51).

Eagleton defende que a ideologia seja estudada a partir de elementos discursivos gerados pelas relações entre os sujeitos emissores e os receptores, entre a linguagem utilizada e os efeitos que pretende atingir, e entre a elocução e seu contexto social (p. 22). Rejeita, assim, tanto uma noção de “idéias sem corpo” quanto sua oposta, a de um conjunto de “padrões de comportamento” (p. 171); tanto a propagação consciente e deliberada de valores quanto a sua manifestação espontânea (p. 193-194). Finalmente, propõe um modelo intermediário entre a solidez unitária e a indeterminação subjetiva: “a ideologia antes contribui para a constituição de interesses sociais do que reflete passivamente posições dadas previamente, mas, apesar disso, legisla a existência de tais posições por sua própria onipotência discursiva” (p. 194).

John B. Thompson (1990) também detecta uma ambigüidade entre abordagens explicativas e condenatórias do termo. A estas acrescenta as tendências homólogas de abraçar a ideologia como traço inerente à experiência humana (uma espécie de “cimento social”) ou de dispensá-la como sistema de símbolos enganadores e destinados apenas a conquistar ou perpetuar o poder de certa classe (p. 5-10). Adotando uma definição mais peremptória de ideologia (“significado a serviço do poder”, p. 7), Thompson defende que ela possui uma dimensão sócio-histórica, ligada às suas condições de produção, circulação e recepção, além de uma dimensão formal e uma dimensão simbólica, sendo

que as duas últimas estão restritas ao domínio propriamente discursivo (p. 20-22).

Voltado à reflexão sobre o viés tendencioso na mídia informativa, Robert A. Hackett (1984) problematiza os conceitos de ideologia mais comumente usados para a abordagem daquele campo: a) sistema de representações de interesses sociais, econômicos ou políticos; b) sistema de pressupostos voltados à naturalização ou à perpetuação da ordem vigente; e c) esforço de interpelação e convencimento da audiência. Hackett afirma não ser possível situar a ideologia num pólo oposto ao da objetividade jornalística e refuta a pretensão de certos analistas de apontar traços ideológicos “no interior” do conteúdo noticioso (p. 253). O autor sugere que o analista da mídia combine as três concepções de ideologia acima, tomando o cuidado de não contaminá-las com seus próprios repertórios ideológicos e de não simplificá-la sob óticas puramente propagandísticas ou politicamente maniqueístas (p. 254-255).

A tricotomia hegemônica dedicada ao conceito de ideologia conduz a uma espécie de dilema epistemológico para o estudioso de um veículo com as especificidades da *Caros Amigos*. As visões extremas (positivas ou negativas) correm o risco de simplificar em demasia as motivações do contrato de leitura firmado pela revista com seu público, enquanto as ditas “neutras” subestimam o viés politizado e persuasivo do opinionismo de caráter militante. Torna-se necessário, então, abandonar a palavra sem rechaçar completamente alguns de seus possíveis desdobramentos, apenas substituindo-a por soluções terminológicas mais amplas e adequadas à metodologia da presente investigação.<sup>3</sup>

Esse desvio estratégico inicia-se nas reflexões de Eliseo Verón (2004), que considera a ideologia uma formulação histórica, de finalidade puramente descritiva. Verón prefere falar em “ideológico”, dimensão onipresente nas interações humanas, definida como “sistema de relações entre um discurso e suas condições (sociais) de produção” (p. 44-45). Aqui, o conceito aparece vinculado às gramáticas de produção

---

<sup>3</sup> As reflexões de Paul Ricoeur (1991) sobre ideologia e utopia fornecem elementos proveitosos para a análise do ativismo jornalístico, em particular o vinculado à militância de esquerda. Ambos os conceitos são ambíguos, pertencem ao domínio do imaginário e ajudam na constituição de identidades individuais ou coletivas. A utopia elabora símbolos identitários a partir de expectativas futuras irrealizáveis, geradas pela superação do presente possível. A ideologia, por sua vez, gera símbolos identitários que distorcem e legitimam construções simbólicas acerca do presente e do passado (p. 501-505). “A ideologia é afinal um sistema de ideias que se torna obsoleto porque não se adapta à realidade presente, ao passo que as utopias são saudáveis apenas na medida em que contribuem para a interiorização de mudanças” (p. 506).

dos discursos e às conexões entre os textos e seus ambientes sócio-históricos (p. 72-73). A análise do *ideológico discursivo* deve buscar a identificação das operações relacionais que o texto estabelece com as esferas de produção, circulação e consumo, através de vestígios (“pegadas”) que elas deixam no discurso ao produzirem sentidos (p. 78-79).

Outra noção relevante é a do *quadro de referência cultural*, conforme elaborado por Umberto Eco (1990). Para ele, a ideologia é um “sistema de assunções e expectativas que interage com a mensagem e determina a escolha dos códigos à cuja luz deve ela ser decodificada” (p. 379). Trata-se de um repertório de significados anteriores ao ato comunicativo, que se articula com os códigos reconhecidos socialmente para compor um “sistema de significação”. É o sistema de significação do emissor da mensagem que a análise semiológica pode esmiuçar, apontando nele o sistema de significação que a mensagem pressupõe vigorar no âmbito receptor (p. 380).

Finalmente, chegamos à abordagem de Patrick Charaudeau (2006b), centrada no caráter simbólico das relações políticas, que concebe a ideologia não como conjunto de produtos acabados e homogêneos, mas enquanto processo ininterrupto de constituição da subjetividade (p. 193). Charaudeau afirma que as ideologias são sistemas dinâmicos de representações sociais baseadas em valores e conhecimentos tidos por incontestáveis em dada coletividade. Representam menos um repertório pronto do que a constante conformação de novos repertórios de saberes que, tornados rígidos e fechados, podem originar “doutrinas” e, por outro lado, mantendo-se fluídos, geram um sistema de “crenças” (p. 200-201).

Seria mais apropriado, então, falar em *imaginários sociodiscursivos*, que fundamentam as relações sociais e se encontram materializados em enunciados linguageiros (p. 203). Os imaginários sociodiscursivos constituem a superfície discursiva de uma dimensão simbólica (representação e interpretação da realidade) mais ou menos consciente, pacífica e ritualizada (p. 204-206). Alguns imaginários sociodiscursivos são compostos por valores amplos, de significação variável segundo o ambiente, como liberdade, justiça, tradição, modernidade, soberania, etc (p. 207-210).

## **1.4 – Formações e práticas discursivas**

Podemos conciliar os apontamentos acima sobre a interdiscursividade, o

contrato de comunicação e os imaginários sociodiscursivos reunindo-os em torno do conceito de *formação discursiva*. A expressão foi originalmente concebida por Michel Foucault (2004) como conjunto de enunciados sujeitos aos mesmos sistemas de regras historicamente determinadas, e reconhecíveis pelos repertórios simbólicos que compartilham (p. 43). Incorporada à Análise do Discurso por Michel Pêcheux (GADET e HAK, 1990), a noção recebeu influências do marxismo de linha althusseriana, ganhando papel relevante nas reflexões de ordem política e ideológica. Depois dos anos 1980, o termo recebeu conformações que variavam segundo os analistas, permanecendo envolta em certa polêmica (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 270-272).

Mantendo-se fiel à herança foucaultiana, Dominique Maingueneau (2008c) confere particular importância ao conceito. Para o autor, a formação discursiva é uma “unidade não-tópica” de análise, na medida em que não reproduz tipos de discursos ligados a setores profissionais, instituições ou outros grupos sociais delimitados, nem a molduras “transversas” desprovidas de inscrição histórica, como as de caráter lingüístico, funcional ou comunicacional (p. 16-17).

Ao contrário dos *posicionamentos* (unidades tópicas de análise), as formações discursivas ultrapassam limites formais ou tipológicos preestabelecidos e possuem forte ancoragem contextual, que o analista utiliza para delimitar a sua amplitude no tratamento dos *corpora* considerados. As formações discursivas podem ser “unifocais”, centradas numa unidade ampla (tema, gênero, posicionamento, etc.), ou “plurifocais”, associando vários grupos discursivos numa interação polifônica (p. 18-20).

Mesmo em condição de unicidade focal, o interdiscurso que atravessa determinada comunidade traz elementos externos que ajudam a redefinir os pressupostos estabelecidos nas suas formações discursivas. Elas são domínios inconscientes e instáveis perpassados por uma memória social, configurados por redes de formulações enunciativas que se agrupam num processo discursivo em torno de um “sujeito universal” próprio. “O interdiscurso domina cada formulação particular, fixa o que ela fala e o sujeito que a garante” (MAINGUENEAU, 1997, p. 113-115).

Maingueneau explica a dupla gênese das séries fixas de enunciados:

Assim, toda formulação estaria colocada, de alguma forma, na intersecção de dois eixos: o “vertical”, do pré-construído, do *domínio de memória*, e o “horizontal”, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciativo é produzido como se

interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe. O “domínio de memória” representa o interdiscurso como *instância de construção de um discurso transverso* que regula tanto o modo de doação dos objetos de que fala o discurso para um sujeito enunciador quanto o modo de articulação desses objetos (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

Mas as formações discursivas também se consolidam através da negação de uma antagonista. É o que se observa na relação polêmica, de particular interesse para o analista da militância jornalística. Nesse caso, a formação discursiva cria o simulacro de um Outro e passa a dialogar com ele de maneira direta ou, mais frequentemente, indireta (p. 122). O dialogismo possui uma face *constitutiva* (suas condições implícitas de aceitação) e outra *mostrada* (a interdiscursividade manifesta) (p. 123). Ambas se articulam para que os agentes assumam posições e identidades mais ou menos precisas no confronto, o que equivale a dizer que “um ponto em debate não poderia ser dissociado do modo como esse debate é tecido” (p. 124).

O conceito de formação discursiva remete aos ambientes sociais que as adotam, já que “os modos de organização dos homens e de seus discursos são indissociáveis, as doutrinas são inseparáveis das instituições que as fazem emergirem e as mantêm”. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 105). Essas instâncias configuram *comunidades discursivas*, que incluem desde os produtores dos textos até os órgãos difusores dos mesmos e, por extensão, também as coletividades às quais eles se dirigem, unidas por “saberes de conhecimento e de crença, nos quais seus membros se reconhecem” (idem, p. 106).

Maingueneau (2008c) descreve a comunidade discursiva como um grupo específico e sociologicamente determinado que partilha uma memória social e um sistema de normas que norteiam os enunciados, ritos e comportamentos dos seus indivíduos e instituições. Os *discursos constituintes* (filosófico, científico, político, etc.) fornecem coesão identitária e ao mesmo tempo são gerados pelos coletivos, marcando posicionamentos que delimitam “um modo de organização social e um modo de existência de textos” (p. 44-45).

Situado na origem e na manutenção de determinada identidade enunciativa, o posicionamento determina um “lugar de produção discursiva” no interior da comunidade e em função do tipo de discurso ao qual pertence. O termo revela tanto a

identidade em questão quanto as operações lingüísticas que a instauram (gêneros, vocabulário, tom, etc.), numa dinâmica permanente de reconfiguração apoiada no interdiscurso. Nesse sentido, o conceito se aproxima da noção de formação discursiva, com um viés político-partidário mais marcante (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 453-454).

O caráter de uma comunidade depende, portanto, das formações discursivas que são produzidas e disseminadas no seu interior, mas também das variáveis materiais e simbólicas que influenciam na configuração dos próprios discursos. A coexistência das dimensões sociais e textuais determina uma *prática discursiva* (MAINGUENEAU, 1976, p. 190). Associada às noções de *semântica global* e *condições de produção*, a prática discursiva segue suas normas e restrições como filtros legitimadores da competência enunciativa e como critérios de recepção e interpretação dos discursos.

Para Maingueneau, a prática discursiva é relevante

“(...) quando se torna necessário apreender uma formação discursiva como inseparável de comunidades discursivas que a produzem e a difundem: a formação discursiva é agora pensada num mesmo movimento como conteúdo, como modo de organização dos homens e como rede específica de circulação dos enunciados (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 453-454).

Aqui se faz necessário um esclarecimento final acerca da aplicação empírica dos conceitos de Dominique Maingueneau: ao analisarmos o discurso político da *Caros Amigos*, devemos pressupor que ele exhibe as marcas de um posicionamento ou de uma formação discursiva? Esse dilema é relevante, visto que o discurso político (e particularmente o discurso político de um veículo específico de comunicação) encontra-se delimitado por condições históricas, materiais e institucionais, podendo configurar, assim, uma unidade tópica de análise. Por outro lado, o discurso de esquerda ultrapassa as fronteiras citadas, pois abrange um vasto leque programático, incorpora elementos de múltiplos gêneros e campos discursivos, e ainda promove interações com todos os espaços discursivos do jornalismo impresso.

Além disso, o caráter diversificado e mutável do articulismo da *Caros Amigos* transcende possíveis restrições profissionais, partidárias, estéticas, etc., dificultando

enquadramentos prévios. O próprio conceito de “esquerda” é relativo, como aponta Norberto Bobbio (2011), podendo “designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações” (p. 107-108).

Preferimos então considerar que a análise da identidade editorial da revista, embora lide com diversos posicionamentos (circunscritos individual e institucionalmente), envolve acima de tudo, conforme veremos, os traços característicos da formação discursiva de esquerda que norteia seu contrato de leitura com o público (MOTTA e POSSENTI, 2008). As marcas semânticas da interdiscursividade configuradora desse pacto remetem, portanto, aos sentidos compartilhados no interior da heterogênea comunidade discursiva que a *Caros Amigos* representa.

### 1.5 – O *ethos*

O conceito de *ethos* recebe grande atenção na obra de Dominique Maingueneau. Partindo das acepções aristotélicas do termo, dedicadas ao estudo da retórica tradicional, o autor inscreve-o no âmbito da enunciação como um produto simbólico de produção interativa, derivada do ato discursivo e indissociável do contexto sócio-histórico. Trata-se de um elemento subjetivo que atua junto com a argumentação no esforço de seduzir e persuadir o público. A configuração do *ethos* atinge este objetivo conferindo um estatuto de veracidade e autoridade ao “fiador” do discurso, com base nas representações imaginárias de sua cena de enunciação ou de sua cenografia (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17).

A *cena de enunciação* referida acima deriva de uma metáfora de origem teatral que abarca as regras do ato discursivo, os “lugares” sociais onde ele transcorre e os “papéis” que cada participante desempenha no processo. Maingueneau (2008a) fala em *cena englobante*, vinculada ao tipo do discurso (jornalístico, por exemplo) e em *cena genérica*, ligada às normas próprias do gênero adotado (artigo opinativo, no caso desta pesquisa). Já a *cenografia* caracteriza a dimensão imediatamente encontrada pelo leitor, que através dela recebe pistas sobre a maneira como deve abordar o texto (a simulação de uma carta, de um testemunho pessoal, de um cronograma, etc). Engendrada pelo próprio ato discursivo, a cenografia institui um modo de apreensão das informações e, por isso, está intrinsecamente ligada à produção do *ethos* (p. 85-87).

Muito da valorização propiciada pelo *ethos* advém de estereótipos valorizados ou rejeitados em torno da corporalidade e do comportamento do fiador, que terminarão “incorporados” por ele e aceitos pelo público. Ao travar contato com um texto, portanto, o leitor já está imbuído de expectativas criadas no próprio ato da leitura, e que não se referem apenas ao *ethos* esperado (ou desejado), mas também a um “anti-*ethos*” que personifica a sua negação (MAINGUENEAU, 1997, p. 47-48).

O *ethos* não resulta apenas de imagens anteriores ao ato discursivo, pré-concebidas pelos co-enunciadores. Ele é produzido pelo encontro dessas expectativas com as representações simbólicas originadas pela enunciação, sejam mostradas ou ditas, diretas ou indiretas (idem, p. 18-19). O processo de legitimação proporcionado pelo *ethos* depende da adequação dos co-enunciadores a determinados padrões discursivos vigentes e subentendidos na situação de comunicação, isto é, de um “escoramento recíproco entre a cena de enunciação e o conteúdo desenvolvido, conformes que são um ao outro” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 24).

É importante esclarecer, contudo, que a imagem criada pelo público acerca do autor não segue apenas as intenções conscientes e os esforços pragmáticos deste, pois depende da formação discursiva que ambos compartilham. A incorporação mencionada acima é o encontro da formação discursiva com o *ethos* do enunciador, materializando nele determinadas formas de vivência social e repertórios de valores ancorados historicamente (MAINGUENEAU, 1997, p. 46). A incorporação do *ethos* não se dá, portanto, da mesma maneira em todos os gêneros e tipos de discurso, pois cada qual participa de cenas de enunciação particulares, refletindo essas diferenças.

Maingueneau insiste na importância de se conceber o *ethos* como fruto de uma conjunção entre a “forma” e o “conteúdo” do enunciado:

O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem “ideias” que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada em uma “maneira de ser”, o imaginário de um vivido. (...) convencer consiste em atestar o que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo (MAINGUENEAU, 1997, p. 48-49).

A conformação do *ethos* se dá através de vários dispositivos textuais, que ao analista cabe esmiuçar dentro do recorte interpretativo adotado. A “voz” que confere

uma personalidade ao enunciador e, conseqüentemente, a sua autoridade enquanto fiador do ato comunicativo, é gerada por elementos como o tom, o ritmo, os verbos, os embreantes, as modalizações, as marcas genéricas, etc (MAINGUENEAU, 2008a, p. 98). No encontro desses elementos com as marcas semânticas da formação discursiva de esquerda, revelam-se as estratégias de construção da identidade militante dos colaboradores da revista *Caros Amigos*.



## CAPÍTULO 2: JORNALISMO OPINATIVO

### 2.1 – A subjetividade

Com a crescente relativização dos paradigmas éticos e formais da objetividade jornalística, não é mais possível afirmar que da notícia à opinião há apenas um percurso intensificador das suas respectivas essências subjetivas. Essa visão gradualista pressupõe que se pode “construir” a imparcialidade através de metodologias apropriadas. Acontece que, independente da rigidez estrutural adotada pelo material de aspiração informativa, ele jamais logrará uma abordagem absolutamente neutra da realidade. “Os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, *não são puramente objetivos*”, pois sua percepção imediata e sua transformação em relato ocorrem através de julgamentos e interpretações de sujeitos inseridos numa totalidade contextual (GENRO FILHO, 1987, p. 18).

A investigação desenvolvida por Luiz Antônio Marcuschi (1991) sobre os verbos introdutórios de opinião fornece um exemplo entre muitos desse condicionamento. Mesmo quando o jornalista acredita reproduzir fielmente as opiniões alheias, ele se transforma num filtro que interfere na essência do juízo transmitido, reconfigurando-o em função de critérios ideologicamente marcados: “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto” (p. 75).

Todas as etapas produtivas da imprensa envolvem graus variados de seleção e ordenamento arbitrários (dos temas e episódios a relatar, dos personagens consultados, do espaço ocupado na página, da eventual ilustração, do material lingüístico formador dos títulos e do corpo da matéria), que terminarão por impregnar o texto de valores individuais (CHAPARRO, 2012a, p. 8). Os atos de mediação interagem com a experiência histórica sob diversos níveis de conscientização, num trabalho de linguagem que dialoga com as tradições literárias e possui caráter inevitavelmente interpretativo (VOGEL, 2005, p. 5).

“Qualquer que seja a enunciação considerada, informação factual ou expressão

verbal de uma necessidade, como a fome, é socialmente dirigida” (MOTTER, 2001, p. 22). Impossível aspirar à neutralidade, portanto, “uma vez que o sujeito do conhecimento introduz algo de si no objeto, instituindo entre ambos uma relação subjetivo-objetiva” (idem, p. 29). “Ideologicamente, quem informa não pode ser confundido com a informação, pois (...) irá relatá-la de acordo com um determinado ponto de vista: daí a impossibilidade de se falar propriamente numa conduta imparcial” (MORETZSOHN, 2007, p.116). Luiz Gonzaga Motta (2005) concorda:

(...) a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática das notícias. Procura sempre vincular os fatos ao mundo físico, mas cria incessantemente efeitos catárticos. É um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor. É polissêmica, intersubjetiva, híbrida, transita contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica (MOTTA, 2005, p. 9).

O debate em torno desse hibridismo remete a uma longa tradição de teorias do conhecimento, cujas escolas mais recentes coincidem na admissão da natureza subjetiva de qualquer processo de apreensão do mundo material (MORETZSOHN, 2000, p. 2). Os analistas dedicados ao campo jornalístico acatam os mesmos pressupostos, apesar de certa propensão a defender que os profissionais atuem contra a essência criativa da atividade. Mas são poucos os estudos do tema que logram partir da generalização para estabelecer um modelo conceitual que trate da subjetividade sem o viés da negação de seu antípoda objetivista. Talvez por causa da dificuldade em apreender a natureza da manifestação opinativa fora de um suposto antagonismo que a defina, há tantas versões do escalonamento de tipologias narrativas segundo o componente subjetivo quanto há modelos de teorização sobre o texto jornalístico em geral.

Luiz Beltrão (1960) considera que o aparecimento gradativo da interpretação faz parte de uma escala de “intensificação” do trabalho jornalístico. O predomínio do caráter informativo, no pólo noticioso, teria uma natureza “extensiva” e uma permanente preocupação com o imediatismo, os prazos e as pautas circunstanciais (p. 46). A presença crescente da análise conduz ao extremo oposto, do jornalismo “intensivo”, preocupado com a escolha prévia e ponderada dos temas, a completude e a

precisão da abordagem, a investigação de questões estruturais e das componentes causais dos acontecimentos. Esse seria também um caminho de “aprofundamento” da apreciação dos fatos, com desdobramentos na linguagem, na periodicidade e até no suporte físico do veículo (p. 81).

Ivo Dittrich (2003) divide as categorias jornalísticas segundo as suas dimensões informativas e argumentativas (p. 21-23). A reportagem ocuparia um lugar intermediário entre a notícia e o ensaio, diferenciados pelos graus de respaldo que buscam nos documentos ou em raciocínios e ilações (p. 32). A transição por essas estruturas acompanharia a passagem de um texto endossado por “argumentos de autoridade, fatos e estatísticas” a outro, opinativo, dependente da concordância ou da adesão do leitor (p. 116).

Manuel Carlos Chaparro (2012a) critica reiteradamente a dicotomia que preconiza a superioridade do objetivismo sobre a subjetividade. Defensor de uma visão mista do jornalismo, o autor coaduna com certas escolas que consideram a intenção de “ajuizamento e comentário” como determinante do segundo viés (p. 8) e que o creditam a um esforço de fornecer descrições ou versões dos fatos (p. 12).

Para Nilson Lage (2005), a questão depende de uma diferenciação formal entre o texto “expositivo”, que organiza as transcrições do ocorrido, o “descritivo”, que representa um estado de coisas e o “dissertativo”, que discorre sobre determinado tema (p. 46). Na base desse raciocínio atua um componente pragmático, isto é, a intencionalidade promotora da opção pelo registro conveniente a certos efeitos sobre o público leitor. A notícia, que “pretende informar, e não convencer”, buscaria o máximo de elementos factuais que lhe permitam apresentar-se como tal (p. 73). O resultado estaria vinculado aos métodos usados para a abordagem dos fenômenos externos e às técnicas textuais aplicadas no relato (p. 82).

Um aspecto incômodo das visões apresentadas é que, embora admitam oscilações na ênfase subjetiva dos estilos jornalísticos, elas não esmiúçam os elementos propriamente lingüísticos cujas intensidades ou freqüências acarretam a variação. Na maioria dos casos, buscam nas referências à realidade material as marcas definidoras de uma função informativa do texto, esquecendo-se de que “o relato dos acontecimentos não se restringe aos gêneros notícia e reportagem, mas se integra também aos comentários do gênero editorial” (GRILLO, 2004, p. 106). Recortes isolados, como o

das “descrições definidas”, presentes em reportagens temáticas (DITTRICH, 2003), são insuficientes para esgotar uma questão dessa envergadura.

Talvez o dilema seja uma conseqüência inevitável do pressuposto duplo de que, por um lado, “a significação neutra de uma palavra, relacionada com uma realidade efetiva, nas condições reais de uma comunicação verbal, sempre provoca o lampejo da expressividade” (BAKHTIN, 1992, p. 311) e, por outro, de que “todo juízo tem, por estrutura, a pretensão da verdade, enquanto, também por estrutura, toda verdade tem a pretensão da objetividade” (BELTRÃO, 1980, p. 29). Nesse quadro de maleabilidade epistemológica, o critério da modulação do componente subjetivo para explicar as particularidades do opinionismo pode reproduzir tanto a predisposição do observador a detectar imanências (“informativas”, “analíticas” “descritivas”, “persuasivas”) no objeto considerado quanto uma categorização do texto jornalístico vinculada aos falsos antagonismos que alicerçam o paradigma objetivista.

Soa mais apropriado, então, distinguir as modalidades discursivas da imprensa tomando-as como procedimentos interpretativos de graus variáveis (marcados por elementos lexicais, estruturais e semiológicos), mas também, ao mesmo tempo, como estágios diferentes de evidenciação de sua inevitável essência subjetiva. Esse critério permite apontar que, no texto noticioso tradicional, a subjetividade é sistematicamente dissimulada, enquanto a própria natureza autoral do artigo opinativo o situa numa outra dimensão enunciativa.

Sheila Vieira de Camargo Grillo (2004) demonstra que a ocultação do sujeito enunciador, típica do material informativo dos grandes veículos, está na base de um procedimento de representação autorizada do real, imposto através de um enunciado “centrado no referente” (p. 64). A sedimentação de ferramentas de linguagem (títulos, tempos verbais, discurso citado, etc.) destinadas a criar fundamentos informativos inquestionáveis visa à eliminação dos traços de individualidade (p. 87), “de forma a camuflar a instância de produção jornalística que se legitima por sua transparência em relação aos fatos” (p. 235).

O distanciamento do narrador jornalístico serve à ocultação de suas estratégias narrativas e, por conseguinte, da própria existência da mediação (MOTTA, 2005, p. 8). A manipulação de recursos lingüísticos e extralingüísticos produz uma retórica própria do estilo tido como “confiável” que, por sua vez, serve a estratégias de objetivação

destinadas a criar o que Roland Barthes (1972) chama de “o efeito de real”: “na ideologia de nosso tempo, a referência obsessiva ao ‘concreto’ (...) está sempre armada como uma máquina de guerra contra o sentido” (p. 41), para criar um conceito impositivo de verossimilhança e “para fazer da notação o puro encontro de um objeto e de sua expressão” (p. 44).

Caberia aqui ponderar que o editorial de um periódico impresso, ao menos em sua conformação clássica, apesar de possuir viés opinativo predominante, costuma apresentar-se com a marca de uma suposta impessoalidade: não é assinado, usa verbos na terceira pessoa do singular ou na primeira do plural e absorve uma identidade institucional ou um repertório de valores de origem socialmente difusa ou totalizante (BELTRÃO, 1980, p. 52-53). Mas seria equivocados superestimar o verdadeiro efeito de impessoalidade que esses métodos atingem. Os editoriais são facilmente reconhecíveis como tal, seja por sua localização no interior do veículo, seja pela tipografia e por outros recursos visuais utilizados para diferenciá-los. Ademais, os juízos ali expressos estão inevitavelmente associados a uma identidade específica, ainda que ela possua caráter corporativo.

## **2. 2 – O gênero**

Diversas variáveis ajudam a estabelecer a identidade genérica de um texto, dependendo dos instrumentos analíticos dedicados à questão (funcionalistas, enunciativos, comunicacionais) e dos aspectos discursivos que privilegiam, como os de caráter social, institucional, compositivo ou formal. Seguindo essas diferenciações gerais, os muitos estudos dedicados às Teorias do Jornalismo fornecem vasta multiplicidade classificatória, derivada de critérios como a finalidade, a função lingüística dominante, o enfoque, a periodicidade, a noticiabilidade, a estrutura composicional e assim por diante.

Preferimos aqui adotar um rótulo conscientemente amplo (“artigo opinativo”), que aparece na reconhecida classificação de José Marques de Melo (1985). Para chegar a esse termo, o autor parte de um critério de intencionalidade (expor os fatos ou interpretá-los) e de um critério que ele chama de “processual”, envolvendo a apreensão da realidade, o relato a seu respeito e as leituras da coletividade:

No caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 1985, p. 48).

Para Marques de Melo, a vasta categoria do “jornalismo opinativo” inclui o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta do leitor. A sua acepção de “artigo” nos interessa porque abrange a autoria definida e explícita, o lapso temporal em relação aos fatos abordados (idem, p. 49) e a ênfase na argumentação (ibidem, p. 93). Também é útil considerar a falta de vínculos empregatícios ou funcionais do autor com o veículo que edita o material, ao contrário do que ocorre normalmente com a coluna regular (ALVES FILHO, 2005, p. 127).

Mas nem todas as descrições de “artigo opinativo” disponíveis na bibliografia são adequadas ao texto publicado na revista *Caros Amigos*, cuja riqueza advém justamente de suas especificidades no âmbito discursivo. Nomenclaturas à parte, se as listas disponíveis não alteram a essência dos textos formadores de um *corpus* eventual, elas tendem a homogeneizar particularidades que nem sempre operam com os mesmos resultados. Por isso evitamos associar o rótulo escolhido a pontos de vista particulares, que possam conduzir a simplificações condicionadas por pressupostos metodológicos.

Tais ressalvas também são importantes para marcar a guinada conceitual que o enfoque nos gêneros sofre quando nos afastamos dos estudos jornalísticos e adotamos certas linhagens da Análise do Discurso. Como já assinalado anteriormente, o caminho que nos interessa na questão do texto opinativo é aquele que conduz à delimitação de um *contrato de comunicação* (ou *de leitura*) entre o veículo e seu público. E o percurso teórico discursivo que precisamos seguir até o contrato nem sempre recebe a devida atenção das reflexões sobre a imprensa.

Em primeiro lugar, é necessário advertir que a idéia de *gênero* não pode ser confundida com a de *tipo* de discurso. Dependendo dos critérios adotados para a classificação, as *tipologias* podem se referir isoladamente a níveis cognitivos e abstratos (descritivo, narrativo, argumentativo), às condições de produção do fenômeno comunicativo ou às intenções do enunciador. Mais frequentemente, agregam tais amplitudes de acordo com a situação institucional considerada.

Os “modelos enunciativos” levam em consideração os interlocutores, a situação e o lugar de enunciação. Os chamados “modelos comunicacionais” investigam as funções da linguagem, do conteúdo e das atitudes presentes na situação de troca. Já os “modelos situacionais” consideram os lugares sociais onde esse intercâmbio transcorre ou os posicionamentos ideológicos envolvidos (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 593-595).

Patrick Charaudeau, (2009) propõe um esquema conceitual que organiza a tipologia midiática em dois eixos gráficos que se cruzam. A linha horizontal se refere ao tratamento da informação (“acontecimento relatado”, “acontecimento comentado”, “acontecimento provocado”), tomando por base o lugar ocupado pela mediação, relativo ao mundo material. A linha vertical envolve os tipos interno e externo de instância enunciativa, graduados segundo o nível de engajamento ou de intervenção analítica do enunciador e sua posição no veículo. Assim, o editorial, a crônica e os comentários de jornalistas pertenceriam à instância interna e as análises especializadas à instância externa da mesma categoria “acontecimento comentado” (p. 209-210).

Para Dominique Maingueneau (2008b), os tipos são “unidades tópicas” ligadas a atividades (administração, publicidade, política, etc.) e aglutinam diversos gêneros de discurso segundo o pertencimento deles ao mesmo “aparelho institucional” ou ao mesmo “posicionamento” (p. 16-17). Maingueneau distingue as tipologias comunicacionais (ligadas a “setores de atividade social”), as tipologias de situações de comunicação (específicas para cada gênero do discurso) e as tipologias lingüísticas e discursivas (propriamente enunciativas). Sem descartar a relevância de rótulos voltados à função predominante do discurso (“polêmica”, “prescritiva” e “informativa”, “política”, “estética” e “ética”, ou “referencial”, “emotiva”, “metalinguística” e “poética”), o autor defende que o analista adote critérios propriamente “discursivos”, construindo “tipologias que não separassem, por um lado, as caracterizações ligadas às funções, aos tipos e aos gêneros de discurso, e, por outro, as caracterizações enunciativas” (p. 59-61).

Mikhail Bakhtin (1992) considera os *gêneros* do discurso como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, configurados a partir do estilo, do tema e da composição do texto (p. 279). Cada uma dessas dimensões estabelece unidades estruturais e relações comunicativas que se articulam para produzir conjuntos

enunciativos característicos, identificáveis a determinados gêneros (p. 284). A expressividade peculiar resultante será reconhecível nos textos assemelhados que compartilham as mesmas regras discursivas, criando uma interação dialógica entre eles, envolvendo não apenas o objeto, mas inclusive a maneira como outros indivíduos, em situações diversas, os abordam (p. 311-320).

Para Eliseo Verón (2004), a classificação precisa levar em conta as estruturas produtivas do discurso, no âmbito do suporte, e as relações sociais que se refletem no diálogo entre os emissores e os receptores do discurso midiático. As definições dos tipos discursivos exigem uma investigação sobre as suas raízes no sistema institucional que os abriga e sobre os procedimentos que eles adotam para atingir o maior grau de eficácia no mesmo contexto (p. 195). O autor também ressalta a importância do suporte na determinação do gênero:

Também parece difícil definir como tipo o discurso da informação (...) sem conceitualizar, por um lado, sua articulação com a rede tecnológica dos meios e com os sistemas de normas que regem a profissão de jornalista e, por outro, suas modalidades de construção de um único destinatário genérico, o cidadão habitante (...), comprometido em rotinas diversas de apropriação do espaço-tempo do cotidiano (VERÓN, 2004, p. 196).

Afiliado à linhagem tipológica de viés comunicacional, Charaudeau (2009) elenca três níveis de articulação para os componentes que delimitam os gêneros. No “lugar de construção do sentido” atuam as condições de produção e recepção do texto. O “grau de generalidade das características textuais” determina as constantes recorrentes que diferenciam e unificam certos grupos de discursos. Já o “modo de organização discursiva” expõe as atribuições funcionais dos componentes lingüísticos para extrair determinados efeitos (p. 204-206).

Por conseguinte, o gênero “informação midiática” nasce do entrelaçamento de uma “instância enunciativa” (a identidade e a posição social do enunciador), de um “modo discursivo” (relato, comentário ou provocação), de um “conteúdo temático” (o objeto abordado) e de um “dispositivo”, equivalente ao suporte físico da mídia em questão (p. 207). O editorial, a crônica e o artigo opinativo seriam então subgêneros marcados pelo engajamento e pela “personalização do ponto de vista”, diferenciados segundo o propósito, a temática predominante e o recurso à argumentação (p. 235).

As especificidades genéricas refletem uma imagem prévia do receptor ao qual se dirige o discurso, e ao mesmo tempo são determinadas por ela. Os recursos lingüísticos que geram o estilo adotado pelo autor responderão, portanto, à suas concepções acerca do público-alvo que ele toma como interlocutor (BAKHTIN, 1992, p. 324). A escolha está intimamente ligada às situações comunicativas específicas de cada enunciado, refletindo a individualidade do emissor nos juízos que faz do assunto e no lugar social que ocupa ou acredita ocupar durante os estágios de produção e transmissão da mensagem. Assim, a dimensão pragmática é determinante para o estabelecimento do gênero de discurso mais apropriado a certas circunstâncias e finalidades.

Os pré-requisitos necessários aos procedimentos comunicativos dependem de aptidões que permitam aos agentes envolvidos produzir, captar e compreender os enunciados. Há uma *competência lingüística*, formada pelo domínio do vocabulário e dos recursos de linguagem utilizados para a constituição da mensagem, e uma *competência enciclopédica*, abrangendo “conhecimentos sobre o mundo”, ou seja, os dados necessários para a sua adequação às “condições de êxito” daquela manifestação (MAINGUENEAU, 2008a, p. 41). Mas é a *competência genérica* que define os tipos de enunciados mais convenientes às diversas situações de troca, que autoriza a participação dos indivíduos ou grupos no processo e, principalmente, que estabelece os “papéis” a serem desempenhados pelos seus participantes (idem, p. 44).

As relações entre os órgãos de comunicação e seus públicos baseiam-se em presunções de competências variáveis, condicionadas pelo perfil editorial do veículo e pela imagem do “leitor-modelo” que este visa atingir, seduzir, convencer (ibidem, p. 49). Trata-se, como descrito na introdução metodológica, de um “contrato” subentendido entre ambas as esferas, fundamentado em torno de expectativas geradas pelos atos de linguagem. Para satisfazer tal compromisso, os gêneros de discursos precisam adequar-se a determinadas “condições de êxito” (ibidem, p. 65). Devem corresponder a uma finalidade específica, às aptidões e prerrogativas dos envolvidos, à temporalidade da comunicação (periodicidade, duração, continuidade, validade), às características materiais do suporte e, finalmente, à organização textual exigida pelas circunstâncias (ibidem, p. 66-68).

Assim Maingueneau aproxima os conceitos de gênero e contrato:

Os enunciados dependentes da AD se apresentam, com efeito, não apenas como fragmentos de língua natural desta ou daquela formação discursiva, mas também como amostras de um certo gênero de discurso. Reencontra-se aqui a noção de “contrato”: cada “gênero” presume um contrato específico pelo ritual que define” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34).

Mas frequentemente as categorias genéricas precisam se adaptar ao “discurso de referência” que o veículo jornalístico estabelece para definir e depois preservar seu leitorado no ambiente competitivo do mercado midiático, dominado por uma crescente segmentação (VERÓN, 2004, p. 198). Então os enunciados produzidos adotam variações estratégicas para satisfazer o vínculo com o leitor, o contrato de leitura que diferencia o periódico dos seus concorrentes, que o aproxima dos anunciantes e que estabelece um metadiscurso acerca de sua própria identidade.

As estratégias enunciativas aplicadas pelos órgãos midiáticos buscam incorporar meios diversificados que recombinem as propriedades semânticas dos textos de acordo com seus interesses corporativos. Criam e desenvolvem espécies de subgêneros alinhados a determinada “gramática de produção”, indissociável daquele veículo específico nas condições sócio-históricas em que se encontra. A gramática nasce da configuração de certas “modalidades do dizer” como, por exemplo, os níveis de proximidade ou distanciamento pedagógico, de transparência ou opacidade estética, de posicionamento narrativo, etc (idem, p. 199-201).

Além de adaptar-se à periodicidade e à segmentação, o texto de revista precisa moldar “o tom e a linguagem” para satisfazer os anseios dos seus leitores, ganhando particularidades que destaquem o periódico em meio à saturação de ofertas assemelhadas (SCALZO, 2004, p. 62-66). Se o padrão formal dos semanários e mensários já permite um amálgama entre opinião e informação, a “editorialização” (uniformização estilística do conjunto textual do veículo) absorve e reorganiza as modalidades enunciativas e os conjuntos de valores que norteiam as pautas e abordagens para que a revista tenha “a cara do seu público” (BUCCI, 2000, p. 109-111).

Em suma, os fatores internos e externos da constituição dos gêneros jornalísticos são indissociáveis sob a ótica de uma estratégia de comunicação. Na articulação de fatores textuais, produtivos e históricos que sustentam a relação intersubjetiva entre o jornalista (o articulista) e o leitor conformam-se as identidades sociais de ambos e, por

extensão, a imagem coletiva do próprio veículo que os aproxima. O recurso ao viés analítico e, mais especificamente, a preferência pelo artigo opinativo, representam um posicionamento político, numa acepção ampla da palavra, que marca de modo indelével o contrato de leitura que tais escolhas propiciam. O gênero de discurso adquire então um papel libertário, pois contribui para o questionamento das próprias estratégias mediadoras do jornalismo (BONINI, 2012).

### 2.3 – O autor

Diante do apresentado neste capítulo, entendemos que a questão da autoria atravessa todas as dimensões essenciais do artigo opinativo. A explicitação do autor destaca o texto de natureza predominantemente subjetiva no universo jornalístico (ALVES FILHO, 2005, p. 120-121), fornece um elemento diferenciador na conformação dos gêneros discursivos dentro de grandes categorias e contribui de maneira decisiva para estabelecer a credibilidade e o potencial persuasivo do texto de viés militante. Também nessa individualização do sujeito enunciativo sobressai o diferencial da revista *Caros Amigos*, cujo mosaico identitário produz uma heterogeneidade inusual nas publicações similares do mercado.

A noção contemporânea de autoria é resultado de um processo que se desenvolveu na Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII, provocado por extensas polêmicas envolvendo a imputabilidade jurídica dos responsáveis pelos textos em circulação pública e a reivindicação de direitos financeiros sobre eles (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 74). O reconhecimento hegemônico da figura do autor e seu protagonismo na evolução da indústria cultural suscitaram problematizações críticas associando a relevância do valor individual ao imaginário capitalista, que busca suplantar a linguagem (“fechá-la”) pela afirmação simplificadora de um nome transformado em valor (BARTHES, 2004, p. 58-63).

Para Michel Foucault (2006), a abstração em torno da figura do autor é um “princípio de rarefação do discurso”, que unifica e naturaliza as suas significações (p. 26-28). A legitimação do texto pela marca autoral serve como instrumento de controle e dominação, pois contribui para impor repertórios de valores tidos como aceitáveis por causa da posição social de quem os transmite (p. 36-37). Ao contrário do nome próprio

numa situação linguageira cotidiana, o nome do autor num texto publicado possui natureza designativa, que contribui para distinguir, aproximar e classificar um conjunto de textos, distinguindo-os de outros enquanto modos discursivos específicos e reservando-lhes tratamentos diferenciados (FOUCAULT, 1997, p. 42-45).

Assim, a autoria adquire a capacidade de moldar as condições de recepção e reprodução dos discursos na sociedade: serve como objeto peculiar de apropriação, adapta-se facilmente a diversas circunstâncias de intercâmbio e fornece uma imagem racional e coerente do indivíduo que ela denomina (*idem*, p. 47-53). Cumprindo esses requisitos, a identificação incorpora e desempenha uma “função autor”, presente de maneiras variadas em todos os discursos e determinante para garantir a eficácia de um texto a partir da posição simbólica que o “eu” enunciador ocupa no contexto de sua atuação como tal (*ibidem*, p.55-57).

Francisco Alves Filho (2005) define o autor como “instância, a um só tempo, *singular e histórica, individual e social, criada e criadora*” (p. 64-65). O conceito representa a personificação nominal da “macro-responsabilidade por um texto ou obra”, enquanto a autoria, por sua vez, abarca um processo enunciativo mais vasto e complexo, que se desenvolve na interação do autor com outros enunciadores e com o público, e que é marcado pela intencionalidade, a origem sócio-cultural e a natureza representacional, polifônica e sintetizadora do discurso (p. 67-68). Para Alves Filho, o autor é

(...) a instancia humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico (ALVES FILHO, 2005, p. 93).

Dominique Maingueneau (2008a) utiliza metáforas como “voz”, “ritmo” e “tom” para se referir às características individuais que, associadas ao vocabulário e aos argumentos, produzem a personalidade enunciativa do autor (o seu *ethos*). Esse caráter público, mantendo sintonia com o imaginário coletivo acerca de sua posição social, estabelece o reconhecimento da autoridade do indivíduo enquanto “fiador” de certos conjuntos de proposições (p. 95-98). O *ethos*, as “idéias” e as formas de transmiti-las

configuram os sentidos do discurso, que logram maior eficácia persuasiva na medida em que a identidade autoral e o enunciado harmonizam-se e asseguram a legitimidade do ato discursivo (p. 99). “Para exercer um poder de captação, o *ethos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica”, perpassando os estereótipos e os gêneros de discurso que lhe são característicos (p. 101).

Cada gênero possui uma funcionalidade própria da noção de autoria, ligada ao grau de explicitude das evidências textuais de uma individualidade enunciativa (ALVES FILHO, 2005, p. 162). Num extremo impessoal figuram os “gêneros padronizados”, que utilizam referências consagradas de modelos institucionais onde prevalece o emissor indeterminado. Já os “gêneros maleáveis” permitem a manifestação da subjetividade, pois ocupam situações de enunciação nas quais se presume a existência e de um sujeito produtor. A primeira modalidade abarca regulamentos, normas, instruções técnicas, receitas e currículos, mas também orienta os textos jornalísticos noticiosos, calcados no apagamento ou na dissimulação da singularidade. Quando os autores rompem essa padronização, cria-se no seu interior um “efeito de autoria” (idem, p. 167-168).

No jornalismo opinativo, caracterizado pela citada maleabilidade, a macro-responsabilidade enunciativa é referenciada inicialmente pela nomeação da pessoa que escreve, mas não se limita a essa referência. O veículo possui uma “assinatura” institucional presumida por seu público-alvo, fazendo com que o pertencimento a determinado rol de autores confira ao articulista uma identidade compartilhada com seus colegas.

Há um diferencial importante, contudo, no artigo de colaboradores eventuais ou desprovidos de vínculos empregatícios com determinada publicação. Embora não deixe de assimilar afinidades exteriores, esse texto apresenta principalmente uma autoria individualizada de tipo sócio-profissional, isto é, propõe uma enunciação de ênfase subjetiva, independente da linha editorial predominante (ou não determinada através da hierarquia profissional) e protagonizada por um representante de certa parcela da sociedade cujos atributos intelectuais ou funcionais o qualificam para aquela função analítica (ibidem, p. 172-174). Patrick Charaudeau divide a qualificação reconhecida do autor em duas esferas:

O crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da *posição*

*social* do informador, do *papel* que ele desempenha na situação de troca, de sua *representatividade* para com o grupo de que é porta-voz, quanto do *grau de engajamento* que manifesta com relação à informação transmitida (CHARAUDEAU, 2009, p. 52).

Essas dimensões da construção do autor como “hipótese interpretativa” que conduz os sentidos na instância de recepção demonstram que devemos distinguir a identidade “empírica” da “autoral”, mas que não podemos dissociá-las completamente (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 75). Se os textos opinativos contribuem para o estabelecimento e a manutenção de um contrato de leitura amplo e institucionalizado com o veículo que os publica, é necessário reconhecer que aqueles também firmam seus elos contratuais independentes, centrados nas expectativas geradas por funções específicas de autoria.

O articulista representa um sujeito imaginário determinado no conjunto enunciativo da publicação, cooptando com diferentes intensidades as parcelas do seu leitorado e gerando identificações múltiplas, eventualmente contraditórias, no interior da mesma personalidade editorial. Elementos textuais que tendem à padronização segundo a autoria (estilo, vocabulário, tema, enfoque, especialidade) aliam-se a variáveis características do veículo e do suporte (periodicidade, pauta, segmentação, regularidade da colaboração) para pleitear a fidelidade e a adesão do público. O próprio hábito de leitura e a seleção e o encadeamento que o norteiam estão ligados às imagens que o leitor constrói acerca dos autores, que por sua vez ajudam-no a construir uma imagem global do título.

É temerário, porém, abstrair generalizações e tipologias exclusivamente sob o critério da multiplicidade autoral. A nomenclatura proposta por Luiz Beltrão (1960, p. 61-62), dividindo a imprensa em “ecclética” e “ideológica”, embora se origine de um saudável e até pioneiro ceticismo quanto à imparcialidade real dos órgãos pretensamente informativos, redundando na mera substituição de um antagonismo enganador por outro. Dependendo do sentido adotado para esses termos classificatórios e da maneira como se investiga os tratamentos conferidos à notícia e à opinião, qualquer veículo pode ser enquadrado em ambos os níveis, e mesmo em nenhum deles.

O que urge superar no paradigma dicotômico da neutralidade é justamente a legitimação de enunciados baseada em imanências discutíveis. Termos como “ecclético” e “ideológico” carregam evidentes conotações valorativas, em especial no repertório

simbólico do campo jornalístico, onde as concepções de pluralidade e engajamento servem a estratégias mercadológicas muito específicas. A idéia de que o alinhamento doutrinário se restringe a um texto (ou a um efeito de autoria) apaixonado e inflexível, que transmuta o registro dos fatos a suas conveniências, soa demasiado simplista no complexo universo da mídia contemporânea.

Semelhante dificuldade classificatória revela-se na caracterização da identidade editorial de uma publicação a partir dos perfis individuais dos seus colaboradores. Voltando à *Caros Amigos*, os “fiadores” da cena enunciativa não se apóiam apenas em estatutos de capacidade técnica ou profissional, pois esta depende de uma notoriedade que os articulistas raramente dispõem fora daquele âmbito e de uma restrição temática que inexistente, graças à liberdade de pauta que vigora na revista. Ademais, as possíveis variações no quadro de colaboradores fariam oscilar a personalidade global do mensário, inviabilizando a associação entre ambos os elementos.

Outro importante problema da tipologia autoral segundo traços biográficos repousa no caráter diletante das participações reunidas na publicação, que dificilmente se restringem a temas circunscritos pelas qualificações técnicas, acadêmicas ou funcionais dos articulistas. É bem verdade que o chamado “pé biográfico” (apresentação breve do autor que aparece junto ao texto) “ajuda a legitimar o caráter sócio-histórico da autoria nos artigos porque incorpora um conjunto de valorações sócio-ideológicas” (ALVES FILHO, 2008). Mas essa referência biográfica, na *Caros Amigos*, segue uma liberdade quase tão ampla quanto a observada nas pautas, chegando mesmo a utilizar a ironia e outros recursos metalingüísticos para dialogar com o respectivo texto<sup>4</sup>. Embora forneçam dados interessantes sobre as imagens que os autores preferem fazer de si mesmos, os pés biográficos da revista não servem para descrevê-la sob critérios de capacitação pessoal.

O diletantismo enquanto aspecto dominante da função de autoria remete aos “intelectuais-jornalistas” criticados por Pierre Bourdieu (1997, p. 101-111). Indivíduos “situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados”, eles utilizam a ambiguidade resultante para fugir das obrigações vigentes nos dois

---

<sup>4</sup> Um exemplo: “Jarbas Medeiros é cientista político e esclarece que faz crítica radical ao capitalismo, mas que vive dele, como todos nós, ao que parece. Indaga mesmo se ele, Jarbas, não será talvez um dos produtores espúrios e descartáveis, por não entender a realidade?” (MEDEIROS, J. Capitalismo para quê?. *Caros Amigos*, ano VIII, n. 94, p. 17, janeiro de 2005).

universos e para influenciá-los através de “um meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o esoterismo jornalístico”. Pressionados pelas restrições impostas na esfera profissional, os intelectuais-jornalistas estendem-nas sobre os outros campos produtivos permeáveis à sua influência, particularmente os da esfera cultural, “conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado”. As imposições são encadeadas e recíprocas, determinadas pelo grau de autonomia dos profissionais nas respectivas empresas e pelo grau de autonomia destas no interior do universo concorrencial.

Feitos os necessários ajustes pontuais, as descrições acima parecem ilustrar com fidelidade o conjunto autoral reunido pela *Caros Amigos*. De fato, a primazia da especulação sobre o rigor conceitual e do viés persuasivo sobre o embasamento técnico às vezes produz um efeito de fragilidade argumentativa, remetendo a certo “esoterismo” ativista de esquerda que alguém poderia qualificar de intelectualmente irresponsável. Novamente, porém, cabe relativizar esse quadro. Há algo da ideologia objetivista na defesa implícita que Bourdieu faz das “obrigações” vigentes nos campos jornalístico e especializado. Aliás, considerando a autonomia temática e estilística dos colaboradores da revista e o caráter fundamentalmente subjetivo do discurso que produzem, seria leviano supor que eles precisariam sofrer constrangimentos para desempenhar seu característico ativismo.

O máximo que se poderia generalizar sobre os sujeitos enunciadoreis da revista é que eles investem numa imagem pública próxima do protótipo revolucionário de intelectual “pedagogo e militante”, dedicado a transformar a sociedade através de uma postura combativa e polêmica diante de assuntos contemporâneos (NASCIMENTO, 1989, p. 21). Mesmo correndo o risco de incorrer em equívocos localizados sobre a real intencionalidade dos muitos autores envolvidos, um enquadramento desse tipo faria justiça à autorrepresentação institucional da *Caros Amigos* como órgão de investigação, denúncia e análise, alinhado a um repertório axiológico relativamente claro, simbolizado pela epígrafe “A primeira à esquerda”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Inicialmente concebida para slogan promocional, a frase foi incorporada como epígrafe “informal” da revista, e atualmente aparece nas capas, abaixo do nome da publicação. Numa entrevista concedida em fevereiro de 2008, o então editor-chefe Sérgio de Souza atribui a criação da divisa ao publicitário Zoca Moraes. Disponível em: <https://blogdopaulinho.wordpress.com/2008/04/16/a-ultima-entrevista-de-sergio-de-souza/>. Acesso em: 9 fev. 2015.



A epígrafe, embaixo do nome da revista, na capa

A dinâmica do contrato de leitura exige que a revista presuma um leitor interessado em certa abordagem dos fatos e, por reciprocidade, que os articulistas busquem se adequar a tais expectativas. Mas eles não obedecem a demandas condicionadas apenas por sistemas de pensamento político-partidários ou pelo discurso de referência que os abriga. Precisam também manter fidelidade à “função autor” determinada pelo gênero específico de artigo opinativo, na sua linhagem militante, que unifica e diferencia o conteúdo da publicação. É mais na preservação do *ethos* ativista e inconformado que os colaboradores da *Caros Amigos* constroem sua autoridade enunciativa.

## 2.4 – Opinião e militância

O estigma negativo que marca a opinião em seu antagonismo com o suposto papel informativo da imprensa tem origens no pensamento platônico (MORETZSOHN, 2007, p. 196). Também por causa dessa herança, o imaginário iluminista associava a opinião à incerteza e à insegurança, vendo na manifestação da consciência individual uma expressão carente de provas empíricas e afeita ao aparecimento de preconceitos e superstições (NASCIMENTO, 1989, p.36-40). Para o racionalismo triunfante dos revolucionários franceses, o universo da opinião era característico dos procedimentos persuasivos da mal afamada atividade política, onde as paixões e os preconceitos suplantariam a rigidez intelectual e os conflitos se resolveriam através da violência e do consenso negociado (idem, 153-154).

Essa tradição atravessa a modernidade e seduz autores contemporâneos, que situam as opiniões entre a ciência e a filosofia, num estágio difuso e redutor da subjetividade, onde as proposições opinativas mergulham nas “falsas percepções e nos

maus sentimentos” (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 105). A opinião é retratada, entre as demais “funções do vivido”, como dimensão perceptiva e afetiva que se transforma em “qualidade abstrata” e em “potência geral” apenas para maliciosamente atrair, indispor ou afastar os indivíduos e os grupos sociais (idem, p. 188): “é da opinião que vem a desgraça dos homens. A ciência volta-se contra a opinião, que lhe empresta um gosto religioso de unidade ou de unificação” (ibidem, p. 265).

Em outros registros, a opinião aparece como estágio anterior ao conhecimento, uma excrescência temerária que deve ser vencida para se chegar à “verdade do fato” (BOSI, 1992, p. 115). É um freio neutralizador das estranhezas dos indivíduos perante o mundo, alienando-os e conformando-os ao poder autoritário (idem, p. 116). Relativizando a experiência objetiva, portanto negando-a, “oscilando ao sabor dos episódios”, ela conduz a uma inatividade acomodada à maleabilidade dos juízos, que impede os sujeitos de atravessar a esfera ideológica (ibidem, p. 117).

Sob a ótica dos estudos sobre a mídia contemporânea, porém, o termo possui conotações menos pejorativas.

Robert E. Lane e David O. Sears (1966) adotam uma concepção reativa da opinião, localizando-a na resposta individual a determinados eventos ou provocações externos (p. 16). As opiniões variam de acordo com a “direção” e a “intensidade”, respectivamente ligadas a juízos de natureza valorativa (aprovação e desaprovação) e à veemência (ou à fidelidade) dos seus defensores (p. 17-21). Também calcado em sistemas de crenças e convicções, esse modelo prevê que as informações e os conceitos preestabelecidos são escolhidos por conveniência e recebem “significados” circunstanciais, podendo gerar sistemas de valores mais fechados e dogmáticos ou abertos a dissensos e argumentações (p. 119).

Voltado para os estudos jornalísticos, Luiz Beltrão (1980) define a opinião como “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo” (p. 14). Para esse autor, a opinião diferencia-se das crenças porque está sujeita a questionamentos, contingências e instabilidades; é individual, mas desenvolve-se no interior dos grupos e só se realiza plenamente através da pluralidade e do debate. Depende, portanto, de uma veiculação ampla para adquirir existência pública (p. 16-18). Eis o papel da mídia, e da imprensa em particular, no estabelecimento social da opinião, ajudando a moldar uma “compreensão objetiva”

sobre os fatos, que mescla “tradição, inovação, verdade e objetividade” (p. 28).

As maleabilidades formais do artigo opinativo refletem e provocam certa relativização das fronteiras discursivas que distinguem os registros histórico, erudito e didático (e mesmo o essencialmente “jornalístico”), em especial se os considerarmos a partir de um enfoque estratégico ou pragmático (CHARAUDEAU, 2006a). Francisco Alves Filho (2005) sintetiza essa diferenciação:

A opinião no jornalismo não pretende veicular conhecimentos que possam ser atestados por critérios epistêmicos (como é o caso das ciências), mas expressar crenças avaliativas que implicam julgamento de bom ou ruim, certo ou errado, embora o discurso científico seja por vezes evocado para conferir sustentação à opinião (ALVES FILHO, 2005 p. 120).

Para Patrick Charaudeau, a opinião pode ser tomada enquanto modalidade, categoria de julgamento e questão sociológica. A modalidade remete ao ato elocutivo de marcar posição num universo de certezas e crenças. A categoria de julgamento resulta de combinações lógicas que podem configurar um conhecimento, uma crença ou uma apreciação. Já o tema sociológico assume a denominação freqüente de “opinião pública”, grupo de convicções partilhadas pela maioria da população (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 407-409).

Teun Van Dijk (1999) associa opinião e crença, na acepção platônica (*doxa*) dos juízos compartilhados pelos indivíduos (p. 36), para depois caracterizá-las como esferas próprias da ideologia (p. 53). Sem aspirar ao estatuto da “verdade fática”, a opinião reflete um posicionamento contextualizado e socialmente aceito que revela muito mais sobre a pessoa ou o grupo envolvidos do que sobre o próprio assunto central (p. 54-55). Por isso, ao sintetizarmos um conjunto de opiniões supostamente aceitas e compreendidas por determinada parcela da coletividade, nos aproximamos das formulações ideológicas que fundamentam a identidade editorial do veículo (p. 311).

Patrick Charaudeau (2009) afirma que, no discurso analítico dos suportes periódicos, manifesta-se um “saber de opinião”, modulado por “efeitos de verdade” construídos através da verossimilhança do conteúdo e da autoridade do enunciador. Este já não tenta parecer neutro, mas suficientemente convicto e explicativo para afirmar-se como confiável perante o leitorado (p. 49-54). A opinião oscila entre os universos da

informação, do cientificismo e do didatismo, recebendo da primeira o modelo de constituição da veracidade factual, do segundo a demonstração argumentativa e da última o recurso à vulgarização (“dramatização”) para se tornar inteligível a um grande número de pessoas (p. 61-63).

O autor também insere a opinião no domínio amplo das crenças, dominado pelo “imaginário de saber”, isto é, a convicção irracional em determinados sistemas de valores (p. 120-121). Formulada sobre conhecimentos, mas dissociada de sua construção e de seus desdobramentos afetivos, a opinião remete a modelos de comportamento determinados por contextos sócio-culturais. Ela não produz um conhecimento, isto é, uma verdade sobre o mundo, mas uma verdade sobre o sujeito em sua relação com os fatos (p. 122-123). O que distingue o articulismo das modalidades anteriores é que ele se move pela disposição predominante e explícita de comentar e avaliar os fatos, com maior ênfase nos aspectos persuasivos da enunciação. Ou seja: “emitir um propósito (o tema de que se fala), inseri-lo numa proposição (o questionamento) e trazer argumentos (persuadir)” (p. 177).

Essa verdade opinativa, cujo compartilhamento visa à adesão alheia, possui três instâncias: a “comum”, de alcance amplo ou geral, a “relativa”, dependente de convicções pessoais, e a “coletiva”, que se refere a grupos humanos e tem caráter generalizante:

A verdade de *opinião* tem duas características: ela se baseia em sistemas de crença e procura ser compartilhada pela maioria, sendo que esse compartilhamento estabelece um consenso que seria garantidor de seu valor. No interior dessa verdade, pode-se distinguir três tipos de opinião: a opinião *comum*, a mais amplamente compartilhada, expressa mais freqüentemente por enunciados de valor geral (“Não se matam inocentes”); a opinião *relativa*, que se discute, mas que remete a uma convicção, expressa com a ajuda de enunciados modalizados (“Eu acho que é uma reação justa”); a opinião *coletiva*, que emite um julgamento sobre os outros encerrando-se numa categoria que os essencializa (“Os americanos são dominadores”). Frequentemente se produzem deslocamentos de um tipo de verdade a outro (CHARAUDEAU, 2009, p. 267).

Sob um enfoque cognitivo, a atividade argumentativa opera através da problematização (“fazer saber”), da explicação (“fazer compreender”) e da comprovação (“fazer crer”), estratégias voltadas a estabelecer a confiabilidade do

sujeito enunciador (a sua “posição de verdade”) e a força de sedução do seu discurso (CHARAUDEAU, 1998). Já na perspectiva do contrato de comunicação, a argumentação persuasiva é uma prática social baseada na aceitação mútua e simultânea de um sistema de raciocínio lógico e de um repertório básico de princípios conceituais. Ela não está isenta das restrições habituais da situação comunicativa, mas o articulista possui liberdade para refutá-las eventualmente, pois não precisa calcar sua credibilidade em restrições formais de distanciamento, frieza, fundamentação empírica e equilíbrio contraditório, embora busque fazê-lo na maioria das vezes.

Nas situações em que esse amálgama de potencialidades é atravessado por estratégias persuasivas voltadas à materialização de efeitos no campo político, o texto opinativo adquire uma dimensão militante, insatisfeita com a mera proposição de temas para debates na esfera pública. Enquanto a sociedade civil é o espaço da “opinião pura”, calcado em *imaginários societários*, a militância pertence à chamada sociedade cidadã, na qual a opinião participa de trocas baseadas em *imaginários políticos*, que visam gerar atitudes através do convencimento (CHARAUDEAU, 2009, p. 255).

Parece incontroverso que um pragmatismo semelhante marca de variadas maneiras todo processo discursivo midiático, mas a militância diferencia-se das práticas autorizadas da imprensa, acima de tudo, porque é explícita no seu posicionamento. Além do propósito de intervir no âmbito das práticas sociais conscientizando e mobilizando o leitorado, ela também assume um lugar especial na produção dos discursos: em sua luta contínua pela legitimação na esfera jornalística, a própria manifestação da subjetividade transforma-se em estratégia combativa.

Apesar do que prega o ideário objetivista, o ativismo jornalístico é complexo e multifacetado. Não se restringe necessariamente a uma categoria hipotética de “imprensa partidária”, na linha do panfleto operário e socialista, que “difunde, congrega e articula as informações necessárias para o desempenho desse papel, isto é, de veicular conteúdos ideológicos” (PENNA, 2007, p. 6), pois tal enquadramento exigiria uma identidade editorial homogênea e programaticamente definida. A revista *Caros Amigos* é exemplo de variedade autoral que contraria essa uniformização.

Mas o ativismo tampouco satisfaz o modelo oposto, dito “propagandístico” e associado à imprensa tradicional, cujos filtros de relevância noticiosa e tratamento da informação (posicionamento, contextualização, tom, profundidade) acompanham as

conveniências de agentes poderosos nas esferas pública e empresarial (HERMAN e CHOMSKY, 1988). Essa categorização exige determinadas relações corporativas e contingências financeiras que não se reproduzem na esmagadora maioria das publicações “alternativas” de marcada natureza ativista. Além disso, mesmo quando o predomínio do financiamento estatal poderia indicar uma influência determinante sobre pautas e enfoques, é sempre muito difícil apontá-la em ambientes dominados pelo exercício plural do opinionismo (FIORUCCI, 2009, p. 229).

Para discorrer sobre as variedades militantes do texto opinativo sob um ponto de vista político, parece coerente voltar à obra de Patrick Charaudeau (2006b). O autor vê no discurso político um “sistema de pensamento” calcado em princípios referenciais amplos, um ato de comunicação encabeçado por indivíduos motivados e um “comentário” mais ou menos engajado sobre a atividade política (p. 40-41). É um ponto de encontro da opinião com a verdade:

No plano da linguagem certamente existe um lugar no qual se inscreve o discurso político, aquele em que precisamente se encontram opinião e verdade em uma relação dialética entre a construção da opinião, na qual desemboca o julgamento reflexivo, e a verdade, que surge da ação e do ato de decisão (CHARAUDEAU, 2006b, p. 45)

A produção dessa modalidade discursiva ocorre num lugar de governança (a instância política), num lugar de opinião (a instância cidadã) e num lugar de mediação (a instância midiática) situado entre as duas primeiras (p. 55-58). A instância midiática, através do contrato de comunicação que estabelece com seu público, busca ao mesmo tempo legitimar-se diante dele e seduzi-lo, escamoteando o viés comercial dessa aproximação sob um apelo democrático e participativo baseado em diversos critérios de reconhecimento (p. 62-67).

A partir do exposto acima, concluímos que o enunciador militante e o enunciador político (entendido como ocupante ou pretendente a cargo eletivo) ocupam lugares diferentes na construção discursiva, mas que ambos se aproximam na essência pragmática do ato comunicativo e nas estratégias de cooptação dos seus respectivos públicos. Eis porque, nas análises sobre procedimentos persuasivos do agente político, sobressaem diversas características comuns às manifestações de indivíduos que, embora não se coloquem na situação de beneficiários diretos da aceitação pública, visam

conquistá-la para finalidades similares. É razoável, portanto, assimilar as apreciações de Charaudeau a respeito do emissor “político” mantendo a perspectiva de estendê-las ao emissor “ativista”, embora o autor não o faça explicitamente.

O político possui uma dupla identidade discursiva, determinada ao mesmo tempo através de seu posicionamento ideológico e de sua inserção no processo comunicativo (p. 79-80). Razão e paixão articulam-se com os argumentos que ele usa para defender idéias, causas e programas, modulados segundo a imagem que faz dos ouvintes, espectadores ou leitores (p. 82-83). Em outras palavras, os raciocínios (*logos*) ajudam a constituir uma imagem (*ethos*) e uma atitude sedutora (*pathos*) “para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores” (p. 84). Daí advém que a força da argumentação utilizada depende dos seus efeitos de veracidade, articulados pelo enunciador na construção de raciocínios éticos ou morais e de raciocínios pragmáticos ou “de responsabilidade” (p. 101-102).

Ao apresentar as condições de produção do citado posicionamento ideológico do sujeito político, Charaudeau propõe tomá-lo como um leque de representações sociais, ou “*maneiras de ver* (discriminar e classificar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante *discursos* que engendram *saberes*, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto” (p. 197). Os saberes (*maneiras de dizer*) são divididos em *saberes de conhecimento*, voltados a uma classificação dos fenômenos exteriores, e *saberes de crença*, baseados em juízos sobre a exterioridade e ligados à identidade dos grupos.

Mas a fronteira entre esses dois tipos de saber é porosa, ainda mais em virtude de muitos sujeitos jogarem com essa porosidade com fins estratégicos, apresentando um tipo de saber em lugar e posição do outro (CHARAUDEAU, 2006b, p. 198-199).

Saberes de conhecimento e de crença articulam-se em múltiplos graus e intensidades para gerar “sistemas de pensamento”, que por sua vez configuram *teorias*, *doutrinas* e *ideologias*. As primeiras têm aspiração à cientificidade e ao rigor metodológico. As *doutrinas* são baseadas em opiniões e norteiam raciocínios e atitudes sob um viés algo transcendental. As *ideologias*, por fim, configuram blocos de conceitos totalizantes sobre o mundo, calcados na irrefutabilidade de certas bases

subjetivas; podem ser fluídas, tendendo a aproximar-se de um sistema de crenças, ou podem ser fechadas, constituindo uma doutrina (p. 199-201).

Resumindo, o discurso opinativo adquire natureza militante quando sua ênfase persuasiva extrapola os procedimentos discursivos da instância midiática e da instância cidadã, incorporando também as estratégias típicas da esfera política. A opinião abandona, assim, a passividade especulativa e os rigores referenciais do esforço analítico. Articula bases racionais, subjetivas e emotivas em saberes de conhecimento e de crença, que utiliza como força de argumentação para uma estratégia legitimadora do autor no processo comunicativo, com o objetivo final de validar os sistemas de pensamento que ele julga mais apropriados à cooptação de determinado grupo social.

## CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIA DA REVISTA CAROS AMIGOS

### 3.1 – Origem e período Sérgio de Souza (1997-2008)

Sérgio de Souza (1934-2008) iniciou a carreira no jornalismo como repórter dos jornais *Folha de São Paulo* e *Notícias Populares*. Depois atuou nas revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *Quatro Rodas*. Esteve entre os fundadores da célebre *Realidade* (1966), da editora Abril, e deixou-a no início de 1968, quando a empresa começou a praticar a autocensura para evitar as sanções do regime ditatorial.

Levou consigo Roberto Freire, Eduardo Barreto, José Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano, Hamilton Almeida Filho, Woyle Guimarães, Ruy Barbosa e J. A. Granville Ponce, para com eles fundar a cooperativa Arte & Comunicações, que organizaria periódicos “alternativos” como *O Bondinho* (1971), *Jornalivro* (1971), *O Grilo* (1972) e *Ex-* (1973) (KUCINSKY, 2003, p. 175-178). Foi chefe da sucursal paulista do programa *Fantástico* (Rede Globo) e diretor de jornalismo das rádios Globo e Excelsior e da TV Tupi. Trabalhou ainda na TV Bandeirantes <sup>6</sup>.

Em 1996, fundou a editora Casa Amarela, em São Paulo, com os sócios João Noro, Roberto Freire, Francisco Vasconcelos e Jorge Broglio <sup>7</sup>. Os amigos logo iniciaram debates sobre uma nova publicação mensal, agregando também Hélio de Almeida, Matthew Shirts, Alberto Dines e José Carlos Marão. Entre as muitas ideias sugeridas para o formato do veículo, havia uma de linha “futurista”, associada à revolução tecnológica, e uma de vertente “para-literária” <sup>8</sup>.

Foi Dines quem sugeriu o título *Caros Amigos*, imaginando matérias semelhantes a cartas dirigidas aos membros da equipe. Segundo o jornalista, a

---

<sup>6</sup> <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/95>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>7</sup> <http://blogdopaulinho.wordpress.com/2008/04/16/a-ultima-entrevista-de-sergio-de-souza/>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>8</sup> <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Aos-10-anos-Caros-Amigos-continua-icone-do-jornalismo-progressista/12/13139>. Acesso em: 9 fev. 2015.

plataforma editorial seria “baseada na combinação do não-engajamento político com reportagens incisivas”. No entanto, afirma, “o projeto inicial foi seqüestrado e quando finalmente o número zero foi impresso, o produto final era outro”. Por discordar dos rumos tomados então, o jornalista se afastou do comando editorial <sup>9</sup>.

Sérgio de Sousa apresenta a sua concepção para a revista:

(...) mensal, de autor, que (...) trouxesse reportagens, artigos, colunas, seções, humor, fotografia e uma grande entrevista que batizei de "explosiva", para brincar com a clássica "exclusiva" (...). Todos os trabalhos publicados levariam assinatura, não seriam admitidos pseudônimos e os autores é que decidiriam que tema abordar, partindo de uma proposta simples: fale sobre algo que o esteja incomodando muito ou agradando muito. Somente as reportagens e a entrevista de capa eram decididas em reunião de pauta <sup>10</sup>.

Embora houvesse certa afinidade política entre os fundadores do mensário, eles não chegaram a estabelecer previamente uma linha ideológica para a publicação. “Todos sabíamos qual era a ideologia do outro e que éramos caras de esquerda”, afirmou Roberto Freire. “Isso, claro, se refletiria na revista. E, desde o começo, eu sempre disse que não iria trabalhar para qualquer órgão de imprensa que fizesse algum tipo de política partidária” <sup>11</sup>. Conforme veremos, essas divergências terminariam selando o afastamento de Freire e de outros fundadores do grupo original.

A capa do número inaugural (abril de 1997) trazia uma fotografia do jornalista Juca Kfoury, personagem da Entrevista Explosiva do mês. Duas reportagens compunham a edição: uma de Emiliano José sobre o primeiro brasileiro condenado à morte no período republicano e uma de César Ventura sobre o comércio de charutos cubanos. Mylton Severiano realizou um perfil do escritor João Antônio e Roberto Freire apresentou a vida e a obra do lingüista e filósofo Noam Chomsky. Guto Lacaz e Jaguar assinavam charges e cartuns humorísticos. Leo Gilson Ribeiro inaugurava a seção Janelas Abertas, dedicada à literatura, e também fazia considerações sobre a

---

<sup>9</sup> [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/nova\\_historia\\_oficial\\_a\\_cada\\_decada](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/nova_historia_oficial_a_cada_decada). Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>10</sup> <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Aos-10-anos-Caros-Amigos-continua-icone-do-jornalismo-progressista/12/13139>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>11</sup> <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/1354>. Acesso em: 9 fev. 2015.

globalização econômica, em outro texto. O ensaio fotográfico coube a Walter Firmo.

José Márcio Penido (jornalista), Luis Fernando Verissimo (escritor), Frei Betto (escritor), Ignácio de Loyola Brandão (escritor), Plínio Marcos (dramaturgo), José Hamilton Ribeiro (jornalista), André Forastieri (jornalista), Gabriel Priolli (jornalista), Júlio Medaglia (maestro), Mário Prata (escritor), Paulo Freire (músico), Ricardo Kotscho (jornalista), Diogo Pacheco (maestro), Matthew Shirts (jornalista), Roberto Durmmond (escritor), Ciro Pessoa (músico) e Sérgio Cabral (jornalista) assinavam artigos opinativos. Um discurso do escritor Gabriel García Márquez na assembléia geral da Sociedade Interamericana de Imprensa fechava o número. Os nomes dos colaboradores apareciam juntos, com breves notas biográficas, na página 4, sob o título “Os caros amigos”. As referências seriam abandonadas para ressurgir apenas no número 10 (janeiro de 1998), já ocupando as notas de rodapé que permanecem até o momento.

#### Capa do número 1



Eis o editorial que apresentava a nova publicação:

*Caros Amigos* é uma reunião de inteligências e talentos que andam espalhados por diversos meios de comunicação, alguns; e outros que estão marginalizados por todos os meios.

Têm esses talentos e inteligências, diferentes modos de pensar e interpretar a realidade, mas se identificam, todos, num ponto crucial: a ética, preocupação primeira desta revista mensal que estréia nas bancas do país inteiro com a intenção de discutir o Brasil e o mundo

de hoje de um ponto de vista original, pelo menos no que se refere ao atual mercado de publicações.

Outros muitos talentos e inteligências, brasileiros e estrangeiros, irão desfilar nas páginas futuras de *Caros Amigos* - a lista é enorme e cada um, como nós, tem absoluta certeza da existência de um largo contingente de leitores, mulheres e homens, jovens e maduros, ávidos por uma publicação que lide com idéias, que seja crítica, que leve a reflexão. E que traga tudo isso sem ser aborrecida, mas com bom humor; sem academicismo, mas com linguagem cotidiana; sem partidarismo, sem vanguardismo, sem voluntarismo, na verdade, sem nenhum ismo.

Da tiragem inicial de 50 mil exemplares foram vendidos quase 21 mil, proporção que se manteve, com poucas variações, nos três anos seguintes. A publicidade era esparsa, quase exclusivamente de origem privada: Fiat, Volkswagen, Alumni. A exceção estatal vinha com uma página paga pela TeleSP, ainda pertencente ao sistema Telebrás (governo federal).

### Número 1, anúncio da Fiat

**FIAT PALIO WEEKEND. FINALMENTE TEM NOVIDADES NA SUA PRIMA.**

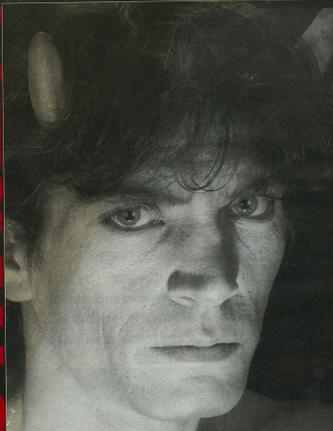
Você já pensou em ir para um lugar completamente novo sob o sol do Brasil. Afinal, um país tão bonito como o nosso, bem que já estava merecendo um carro à altura. E você vai se surpreender com esse encontro. Chegou o Fiat Palio Weekend. Um carro para quem é apaixonado por liberdade com segurança, por aventura com conforto, por diversão com desempenho. Um carro completamente novo, com a sofisticação tecnológica e a atenção aos detalhes que você sempre sonhou: 4 portas, freios ABS, duplo air bag, ar-condicionado, o maior espaço interno da categoria, ligação elétrica multipontos e motores 1.5 e 1.6 16 válvulas. É o Fiat Palio Weekend e o primeiro carro brasileiro a oferecer air bag de série para motorista, na versão Scie. Só o que não é novo é o seu desejo por um carro assim. Agora você não tem mais nada para esperar e sem olhar às costas para mudar a direção da sua vida. Com o Fiat Palio Weekend.

**NOVIDOS PELA PALHAÇA. FIAT**

Número 1, anúncio da Alumni

**OUTRAGEOUS**

A tradução desta palavra está no Mam e na Alumni.



**Mapa de localização:  
Mam - São Paulo  
Parque do Ibirapuera  
Portão 3  
Até 27 de abril**

**Patrocinador:  
alumni**

Número 1, anúncio da Telesp

**2,5 MILHÕES  
DE TELEFONES  
FORAM  
ALTERADOS  
NO ESTADO  
DE SÃO PAULO.  
É MELHOR  
VOCE  
ATUALIZAR A  
SUA AGENDA.**

Para tornar mais eficiente os seus serviços, a Telesp está implantando o Plano de Remuneração Telefônica. Em todo o Estado de São Paulo, já foram alterados 2,5 milhões de números. Por isso, é muito importante atualizar agendas telefônicas, cadastros, computadores e, ainda, reprogramar os telefones que estão na memória do fac-símile.

**MAIORES INFORMAÇÕES, (LIGUE GRÁTIS) 0800-102102 OU TELESPI INTERNET: [www.telesp.com.br](http://www.telesp.com.br).**

### Número 1, anúncio da Volkswagen



**A Volkswagen é a primeira montadora de automóveis latino-americanos a receber o ISO 9001. Novidade só se ela fosse a segunda.**

Se para muita gente o ISO 9001 da Volkswagen foi uma novidade, para ela não foi nenhuma surpresa. Na verdade, foi uma consequência. Qualidade sempre foi a primeira palavra do nosso dicionário. A principal matéria-prima das nossas fábricas. Tanto que uma delas, a fábrica de Taubaté, recebeu o ISO 9002 há dois anos. E voltou a repeti-lo feito um ano depois. Falta o ISO 9001 para certificar a marca Volkswagen. Isso só foi possível graças ao empenho de todos os setores da empresa, do projeto até a Assistência Técnica. Foi assim que a Volkswagen conquistou o direito de dizer que é a primeira montadora da América Latina que tem um sistema de qualidade de primeiro mundo. Novidade só se ela fosse outra empresa.

**VOLKSWAGEN**  
Weir culture, weir people.

A identidade original de *Caros Amigos*, implícita no seu próprio título, remetia a uma ideia de união afetiva e geracional de seus realizadores. Este vínculo ultrapassava limites cronológicos ou geográficos, pois envolvia principalmente as visões de mundo e os interesses profissionais dos colegas outrora empenhados na concepção de *Realidade*, que procurariam desenvolver um jornalismo combativo à sombra da ditadura militar (FIORUCCI, 2009, p. 53). Em outras palavras, o que unia e diferenciava o grupo “era sua conduta peculiar, caracterizada pelo desprezo às convenções e tradições, fazendo deles uma das mais demarcadas ‘panelas’ do jornalismo brasileiro sob o aspecto do código de comportamento” (KUCINSKY, 2003, p. 176).

Semelhante empatia predominava nos bastidores da publicação, pelo menos durante o comando de Sérgio de Souza. “O espírito da revista é diferente”, afirmou Marina Amaral. “Há uma troca intensa. Todo mundo lê as matérias e dá palpite, opina nas chamadas de capa”<sup>12</sup>. A falta de editorias fixas, o quadro enxuto de funcionários e as restrições orçamentárias alimentavam um clima permanente de cumplicidade entre os membros da equipe. Solidários e idealistas, eles recorriam frequentemente a sacrifícios

<sup>12</sup>

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/Caros%20Amigos%20Um%20outro%20jornalismo%20e%20possivel.doc>. Acesso em: 9 fev. 2015.

pessoais para viabilizar o projeto. Um exemplo emblemático dessa disposição foi o episódio da reportagem “Quem é Renan Calheiros” (número 125, agosto de 2007), quando a equipe doou salários e pró-labores para pagar as despesas da viagem a Alagoas<sup>13</sup>.

Rigidez de horários, prazos e condutas, escalas hierárquicas e outras rotinas comuns nas grandes empresas do ramo foram flexibilizadas desde o começo na *Caros Amigos*. Essas maleabilidades ajudavam a amenizar algumas carências materiais da editora, como relata Natália Viana:

Só faço reportagens de ônibus, porque o motorista da redação vive ocupado. Não podemos fazer matérias fora de São Paulo, e como a verba é curta, qualquer despesa extra precisa ser estudada. Os computadores são velhos, há poucas linhas telefônicas, a internet é lenta, o salário não é essas coisas. Mas para mim isso tudo é detalhe. Só prova que quem está aqui está por tesão. E muitas vezes me pego chamando a Casa Amarela de “minha casa”.<sup>14</sup>

Sérgio de Souza costumava dizer que o “verdadeiro patrocínio de *Caros Amigos* é a generosidade de todos os que a fazem, colaboradores e o grupo fixo”. Segundo o editor, apenas três colaboradores recebiam remuneração mensal. Todo o restante era composto de voluntários, inclusive estagiários, fotógrafos, ilustradores, correspondentes nacionais (Brasília e Rio de Janeiro) e internacionais (Alemanha, França, Argentina e Angola)<sup>15</sup>. Apesar das precariedades, entretanto, o fundador da *Caros Amigos* resistia a qualificá-la como “alternativa”, de certa maneira revelando uma aceção negativa desse nicho editorial e contrapondo-o às condições de produção da revista, já que

(...) ela pertence a uma editora registrada na Junta Comercial; ela tem seu título, *Caros Amigos*, registrado no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial; ela é membro da ANER - Associação Nacional dos Editores de Revistas; ela tem periodicidade e chega às bancas do país inteiro por intermédio da DINAP - Distribuidora Nacional de Publicações, do grupo Abril, tida como a maior distribuidora de revistas do Brasil, sendo que isso ocorre religiosamente há 10 anos; ela tem uma tabela de preços do espaço publicitário a ser

---

<sup>13</sup> <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/95>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>14</sup> Idem

<sup>15</sup> <http://blogdopaulinho.wordpress.com/2008/04/16/a-ultima-entrevista-de-sergio-de-souza/>. Acesso em: 9 fev. 2015.

comercializado em suas páginas; ela é produzida por profissionais tanto na área editorial quanto na comercial e administrativa, na sede que tem endereço físico, paga aluguel, contas de luz, água e telefone; ela mantém um site na internet; ela já foi premiada por várias entidades de reconhecida expressão no cenário nacional, assim como o site; ela consome toneladas de papel e de tinta gráfica mensalmente; ela circula nos meios que pensam o país, como a universidade, os colégios (corpos docente e discente), as câmaras municipais e assembleias legislativas, os executivos municipais e estaduais, o judiciário, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto (FIORUCCI, 2009, p. 58).

Mas é interessante registrar que o jornalista não deixava de aderir ao rótulo “alternativo” quando este ajudava a situar a *Caros Amigos* numa vertente contra-hegemônica da imprensa nacional:

Alternativos, na concepção que entendo, seriam os veículos não-ligados a empresas grandes; veículos de linha editorial ditada pelos profissionais que os fazem e não por empresários; veículos independentes de qualquer entidade, pública ou privada; que tenham compromisso de publicar a opinião de seus colaboradores, além da dos seus editores; veículos infensos a eventuais pressões ou censura; a diferença, enorme, entre o capital de uma editora desse tipo de publicação e o de uma editora da imprensa grande; a relação entre os profissionais de uma e de outra, respeitosa e fraternal na primeira, rígida e impessoal na segunda<sup>16</sup>.

Outro amálgama importante para o ânimo fundador da revista pode ser encontrado no contexto histórico de seu nascimento. O período de redemocratização pós-ditatorial do país foi marcado por administrações de claro alinhamento com as doutrinas econômicas neoliberais. O processo nasceu durante as gestões de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), chegando ao ápice com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). A principal marca do período foi uma ampla política de privatizações de importantes empresas públicas, como a Companhia Vale do Rio Doce (maio de 1997) e a Telebrás (julho de 1998).

Além da impopularidade dessas medidas, a política econômica oficial gerou uma escalada dos juros (atingindo 45% em novembro de 1997), da dívida pública e do desemprego. Mesmo sob crescente insatisfação popular, no entanto, o governo federal continuava recebendo maciço apoio dos grandes veículos de comunicação (FIORUCCI,

---

16 Idem.

2009, p. 19-20). Sérgio de Sousa não escondia a intenção de confrontar esse consenso:

O meu propósito era criar uma publicação de interesse geral que se posicionasse contrariamente ao "pensamento único" que então transpirava de toda a grande imprensa do país, seguidora fiel do governo privatista de Fernando Henrique Cardoso<sup>17</sup>.

Wagner Nabuco, ex-diretor de marketing da revista *Veja*, tornou-se um dos sócios da editora Casa Amarela em outubro de 1997<sup>18</sup>. Entretanto, nos anos seguintes, o grupo original de fundadores afastou-se aos poucos do núcleo editor da *Caros Amigos*. Em fevereiro de 1999, João Noro e Roberto Freire deixaram a Edição Executiva, que ficou a cargo de Marina Amaral. Em novembro desse ano, José Arbex Jr. ocupou o posto de editor especial. Colaboradores como Arbex Jr., Gilberto Felisberto Vasconcellos e Mylton Severiano assumiram colunas ou seções fixas.

Freire creditou sua saída a uma trajetória de gradativa partidarização da linha editorial, considerada por ele uma traição a seus ideais:

(...) eu fui traído também, porque essa decisão foi tomada à minha revelia, de maneira unilateral, sem que eu fosse consultado, sem me perguntarem se eu concordava ou não com essa aproximação com o PT. Por isso eu rompi com o Sergio de Souza, um velho amigo meu, e nós nem nos falamos mais, não temos mais relações pessoais. Eu fiquei muito deprimido e abalado com essa história. Muitos me procuram, mas eu ainda não consigo falar sobre o assunto (FIORUCCI, 2009, p. 78).

As capas da revista exibiram títulos coloridos já a partir do número 4 (julho de 1997), a princípio restritos a uma cor diferente do preto. Algumas charges e seções fotográficas ganhariam cores depois do número 21 (dezembro de 1998), embora o restante das páginas mantivesse o padrão monocromático inicial. Até o número 37 (abril de 2000, edição comemorativa do terceiro aniversário), as capas continuaram no referido modelo, com esporádicas inserções coloridas nos subtítulos e fotografias. Essa edição também se destaca pela maior tiragem que a revista já teve, 77.786 exemplares, talvez devida à bombástica reportagem investigativa, matéria de capa, intitulada “Por

---

<sup>17</sup> <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Aos-10-anos-Caros-Amigos-continua-icone-do-jornalismo-progressista/12/13139>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>18</sup> <http://www.carosamigos.com.br/index.php/home/historia>. Acesso em: 9 fev. 2015.

que a imprensa esconde o filho de 8 anos de FHC com a jornalista da Globo?” (FIORUCCI, 2009, p. 98).

A edição número 39 (junho de 2000) iniciou uma permanência definitiva e ininterrupta da policromia nas capas. Nessa época, dos articulistas que participaram no primeiro número, apenas Emiliano José, Luis Fernando Veríssimo e Frei Betto continuavam a colaborar com a revista, os dois primeiros em aparições esparsas. Ao mesmo tempo, Guto Lacaz (artista gráfico), Georges Bourdoukan (escritor), Ana Miranda (escritora), Carlos Castelo Branco (jornalista), Palmério Dória (jornalista), Paulo Freire e Claudius (chargista) constituíam o novo grupo de colaboradores regulares da revista, com o acréscimo de Jarbas Medeiros (escritor), Nicodemus Pessoa (jornalista), Guilherme Scalzilli (escritor), César Benjamin (cientista político) e Ferréz (escritor) pouco depois.

### Seção Enfermaria, antes e depois da reforma

**enfermaria**  
Zona do agrião  
por Milton Saveliano

**Torna de deus**  
Com a reforma da Previdência Social, o Brasil se prepara para enfrentar o desafio de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. O texto discute as implicações da reforma e as perspectivas para o futuro do sistema.

**Parati, para nós, para eles**  
Amanhã é o dia 19 de maio de 1964. Há 40 anos que o Brasil vive sob o regime da ditadura militar. O texto reflete sobre o impacto da ditadura na sociedade brasileira e as consequências para a atual geração.

**Capítulo V (Final) - Uma vitória rinda o hotel**  
Um texto de ficção que narra a história de um hotel e os personagens envolvidos. O texto aborda temas de poder, corrupção e a luta por justiça social.

**Desenhe a sua**  
1. Karla, administradora de empresas. De onde se trata?  
2. O texto discute a importância da administração pública e o papel do gestor público na melhoria dos serviços oferecidos à população.

**LEI DA TRANSLUCIDANÇA APLICADA**  
1. A lei prevê a transparência em todas as ações do governo federal, estadual e municipal.  
2. O texto discute a importância da transparência para a accountability do poder público e a promoção da cidadania.

**LIBERDADE DE IMPRENSA**  
1. Desde o fim da ditadura, a imprensa brasileira vive um período de liberdade e crescimento.  
2. O texto discute o papel da imprensa na sociedade democrática e a importância da liberdade de expressão para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**OBS CENAS**  
TESTE SEUS CONHECIMENTOS DE POLÍTICA  
LUIZ LULA

**LIBERDADE DE IMPRENSA**  
1. Desde o fim da ditadura, a imprensa brasileira vive um período de liberdade e crescimento.  
2. O texto discute o papel da imprensa na sociedade democrática e a importância da liberdade de expressão para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**TESTE SEUS CONHECIMENTOS DE POLÍTICA**  
1. Qual é o nome do atual presidente do Brasil?  
2. Qual é o nome do atual primeiro-ministro do Brasil?  
3. Qual é o nome do atual ministro da Saúde do Brasil?  
4. Qual é o nome do atual ministro da Educação do Brasil?  
5. Qual é o nome do atual ministro da Justiça do Brasil?

**LIBERDADE DE IMPRENSA**  
1. Desde o fim da ditadura, a imprensa brasileira vive um período de liberdade e crescimento.  
2. O texto discute o papel da imprensa na sociedade democrática e a importância da liberdade de expressão para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O número 62 (abril de 2002) trouxe a primeira reformulação gráfica do mensário, realizada por Rafic Farah. As principais mudanças ocorreram no logotipo da revista (o novo, “retangular” e sem serifas, permanece até o momento), nas fontes dos textos e dos títulos e na diagramação das páginas, que foram organizadas em duas ou três colunas e ganharam espaços brancos maiores. Também as ilustrações receberam

tamanhos e posicionamentos relativamente fixos. Esse modelo seguiu inalterado no restante da coordenação de Sérgio de Souza.

Farah explicava as mudanças no editorial:

Em *Caros Amigos* é vontade geral uma limpeza, um ordenamento das informações gráficas. Nesse sentido, sim, na história da revista estamos apresentando uma novidade. Há ainda um bom caminho pra percorrer – que passa por hábitos editoriais – para chegarmos a algo que agrade e surpreenda os olhos do leitor. Por hora, vocês terão um acesso mais límpido às informações, aos bons textos de *Caros Amigos*.

### Capa do número 132



A última edição preparada por Sérgio de Souza (número 132, março de 2008) teve o jornalista Luis Nassif na capa, como o personagem da Entrevista Explosiva. Guto Lacaz, Marilene Felinto (jornalista), Glauco Mattoso (escritor), Renato Pompeu (jornalista), Mylton Severiano, Palmério Dória, Joel Rufino dos Santos (historiador), Marcos Bagno (lingüista, estreando), Gilberto Felisberto Vasconcellos (sociólogo) e Claudius assinavam as seções fixas. Ana Miranda, Fidel Castro, Frei Betto, Ulisses Tavares (escritor), José Arbex Jr. (jornalista), Emir Sader (sociólogo), Georges

Bourdoukan, João Pedro Stédile (economista), Hamilton Octávio de Souza, Guilherme Scalzilli, César Cardoso e Gershon Knispel (artista plástico) continuavam entre os colaboradores regulares.

Um detalhe visual interessante do final da fase Sérgio de Souza é a presença de títulos, subtítulos e fotografias coloridos no miolo. Essa prática, ensaiada timidamente pelo menos desde o início de 2002, transformou-se num hábito regular nos números seguintes. Os maiores espaços publicitários da edição 132 (segunda, terceira e quarta capas) eram ocupados respectivamente pelo Banco do Nordeste (governo federal), pelo Governo do Piauí e pela Caixa Econômica Federal. Pequenos espaços internos foram pagos por empresas privadas (editora Agir, agência Radioweb, Cuca Propaganda). A tiragem chegou a 40 mil exemplares.

**Número 132, anúncio do Banco do Nordeste**

**Banco do Nordeste  
Desempenho 2007**

**Operações Totais (bilhões e longos períodos)**

| Ano  | Operações Totais (bilhões) |
|------|----------------------------|
| 2003 | 1.100                      |
| 2004 | 1.250                      |
| 2005 | 1.400                      |
| 2006 | 1.550                      |
| 2007 | 1.700                      |

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior**

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Operações Totais (bilhões e longos períodos)**

| Ano  | Operações Totais (bilhões) |
|------|----------------------------|
| 2003 | 1.100                      |
| 2004 | 1.250                      |
| 2005 | 1.400                      |
| 2006 | 1.550                      |
| 2007 | 1.700                      |

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior**

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Operações Totais (bilhões e longos períodos)**

| Ano  | Operações Totais (bilhões) |
|------|----------------------------|
| 2003 | 1.100                      |
| 2004 | 1.250                      |
| 2005 | 1.400                      |
| 2006 | 1.550                      |
| 2007 | 1.700                      |

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior**

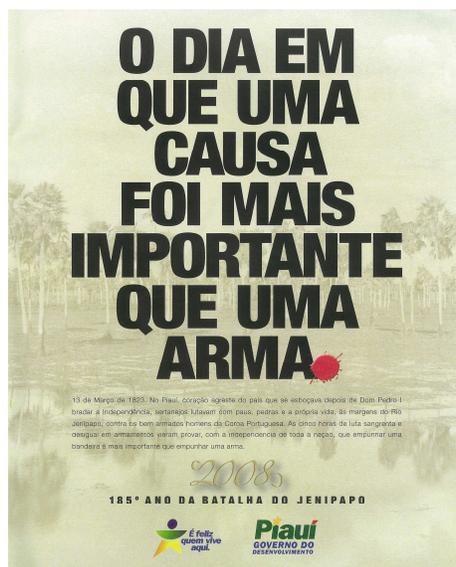
**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

**Em 2007, o Banco do Nordeste cresceu 11,9% em relação ao ano anterior, atingindo o recorde histórico de 1,7 bilhão de reais em operações totais.**

Número 132, anúncio da Caixa Econômica Federal



Número 132, anúncio do governo do Piauí



### 3.2 – Período Mylton Severiano (2008-2009)

Mylton Severiano (1940-2014) abandonou o curso de Direito para tornar-se jornalista na *Folha de S. Paulo*. Participou, com Sérgio de Souza, dos grupos que produziram as revistas *Quatro Rodas* e *Realidade* e os alternativos *Jornalivro*,

*Bondinho, Grilo e Ex-*. Trabalhou no *Estado de São Paulo* e no *Jornal da Tarde*, entre outros, além das tevês Tupi, Cultura, Globo e Record. Escreveu biografias do papa João XXIII, do empresário Jorginho Guinle e do escritor João Antônio <sup>19</sup>. Na revista *Caros Amigos*, assinou a coluna “Enfermaria”, de temática variada, desde 1999. Tornou-se editor-executivo da revista em julho de 2007 (número 124), com a saída de Marina Amaral. Amigo próximo de Sérgio de Souza, era considerado seu substituto natural na coordenação da revista <sup>20</sup>.

Capa do número 133



O primeiro exemplar sob o comando de Severiano (número 133, abril de 2008) teve a capa dedicada ao senador José Agripino Maia (DEM-RN), aludindo a um perfil escrito por Léo Arcoverde. O então chanceler venezuelano Nicolas Maduro, o professor Lúcio Flávio Rodrigues e o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) concederam entrevistas. O quadro anterior dos colunistas e colaboradores não sofreu alterações. Os maiores espaços publicitários (segunda, terceira e quarta capas) eram ocupados respectivamente pelo governo do Pará, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Coca

<sup>19</sup> <http://www.revistabrasileiros.com.br/2014/05/myltainho-morre-aos-73-anos/#.VFk0oDTF-So>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>20</sup> <http://www.notaderodape.com.br/2008/06/aos-funcionarios-colaboradores-e.html>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Cola. Uma página interna foi paga pela prefeitura da Angatuba (SP) e espaços menores (meia página) pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (governo federal) e pela Agência Radioweb. A tiragem totalizou 40 mil exemplares.

A curta passagem de Severiano pela chefia da revista foi conturbada. Em junho de 2008, três meses depois da morte de Sérgio de Souza, desentendimentos com o novo editor levaram à demissão do secretário de redação, Thiago Domenici. Por solidariedade ao colega, Cylene Dalbon (repórter), Jackson Viapiana (estagiário), Léo Arcoverde (repórter), Mariana Nóbrega (assistente de arte), Mariana Santos (estagiária), Natália Mendes (estagiária), Rodrigo Aranha (repórter), Rodrigo Mendes (texto), Vinícius Souto (assistente de redação), Mariana Camarotti (correspondente na Argentina), Fernando Evangelista (repórter) e Lilian do Amaral (texto) também se afastaram.

O depoimento assinado pelos demissionários em 18 de junho de 2008 afirmava:

Desde a morte do editor e fundador de *Caros Amigos*, Sérgio de Souza, em 25 de março de 2008, procuramos levar adiante seu projeto e visão editoriais. (...) Nesse período, embora esperássemos mudanças por parte da nova direção, não imaginávamos que estas seriam tão contrárias àquilo que ainda nos mantinha no projeto e ao que sempre norteou o dia-a-dia da redação: liberdade de opinião, transparência nas decisões e, sobretudo, o diálogo.

Nunca houve nenhum tipo de articulação e também nenhuma oposição ou tentativa de interferência ao processo de sucessão do editor. Em nenhum momento qualquer das pessoas que assinam essa carta duvidou que Mylton Severiano estivesse apto para assumir a direção da revista.

Com o fechamento da edição especial de Meio Ambiente, no último dia 12, concluímos que esse número já não condiz com a proposta da revista idealizada por Sérgio de Souza <sup>21</sup>.

Antes de completar um ano como editor, o próprio Mylton Severiano seria demitido, juntamente com Amâncio Chiodi, seu amigo e responsável pela coordenação fotográfica da publicação. A decisão ocorreu em março de 2009 e partiu do diretor-geral da revista, Wagner Nabuco, que havia assumido esse cargo de chefia administrativa após a morte do antigo editor <sup>22</sup>. Nabuco justificou a medida por “divergências no modo de conduzir a redação em seu aspecto editorial, mas principalmente no estilo de exercer

---

<sup>21</sup> [http://www.portalimprensa.com.br/portal/ultimas\\_noticias/2008/06/19/imprensa20304.shtml](http://www.portalimprensa.com.br/portal/ultimas_noticias/2008/06/19/imprensa20304.shtml). Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>22</sup> <http://www.carosamigos.com.br/index.php/home/historia>. Acesso em: 9 fev. 2015.

a autoridade advinda do cargo de diretor de redação”. Hamilton Octavio de Souza, que viria suceder Severiano, associou o caso à demissão da equipe, nove meses antes. “Justamente esse tipo de situação levou à saída do Myltainho”, afirmou. “Questão de como se relacionar com a equipe de redação, com os colaboradores”<sup>23</sup>.

Severiano refutou a insinuação de autoritarismo. Segundo ele, seu afastamento foi provocado por discussões em torno de uma charge que seria publicada num caderno dedicado ao Fórum Social Mundial. “A charge era tudo que a *Caros Amigos* não é. Eu disse que comigo de editor, ela não seria publicada. O Wagner me chamou para conversar e me demitiu. Ele é o dono, pode fazer o que quiser”. A respeito do clima geral predominante na redação, Severiano decretou que “com certeza, a velha *Caros Amigos*, fundada pelo Serjão, essa já era”.<sup>24</sup>

#### Capa do número 144



A última edição sob sua responsabilidade (número 144, março de 2009) tinha a capa dividida em duas chamadas: uma para entrevista com a professora e economista

<sup>23</sup> <https://outroladodanoticia.wordpress.com/2009/03/15/mylton-severiano-e-demitido-do-cargo-de-editor-da-caros-amigos/>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>24</sup>

[http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/24487/mylton+severiano+e+amancio+chiodi+deixam+a+revista+icaros+amigos+i](http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/24487/mylton+severiano+e+amancio+chiodi+deixam+a+revista+icaros+amigos+i). Acesso em: 9 fev. 2015.

Maria da Conceição Tavares e outra para reportagem sobre a ocupação policial na favela de Paraisópolis, em São Paulo. Ao grupo de colaboradores herdado da gestão Sérgio de Souza somaram-se Néstor Gorojovski (geógrafo), MC Leonardo (músico) e Eduardo Suplicy (político), sendo que os dois últimos participariam com regularidade nas futuras edições da revista. A publicidade era dominada pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Brasil (ambos do governo federal) e pelo governo do Maranhão. Quatro páginas internas receberam anúncios do governo da Bahia e espaços menores foram ocupados por empresas.

Um diferencial importante da edição residiu na mudança do papel utilizado no miolo. Agora de tipo “couché” (brilhante, de uso tradicional em revistas), foi adotado por uma imposição financeira, conforme explica o editorial:

As causas, em três passos: 1. o custo do papel que usamos, o off-set alcalino, subiu demais nos últimos 18 meses; 2. vínhamos administrando o aumento, mas agora as receitas não conseguem mais cobri-lo; 3. para economizar sem perder qualidade editorial, passamos o miolo para o papel LWC, que por causa da queda do consumo mundial ficou bem mais barato – só que é mais fino.

O texto era assinado pelo próprio Mylton Severiano, prática inusual na história da revista. Embora nesse número específico não haja menção à tiragem, nos outros do período a cargo do editor ela se manteve em 40 mil exemplares.

### **3.3 – Período Hamilton Octavio de Souza (2009-2013)**

Hamilton Octavio de Souza exerce o jornalismo desde o início dos anos 1970. Trabalhou nos jornais *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, na Editora Abril e em veículos sindicais e ligados a movimentos populares. Colaborou com artigos para publicações como *Brasil de Fato*, *Cantareira*, *A Palavra Latina*, *PUCViva*, etc. Esteve entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores (1980), do qual se afastou em 2004. “Até 89 era um partido agressivo, combativo, em defesa da transformação profunda da sociedade. A partir de 89 foi começando a fazer concessões na linha política”, declarou

mais tarde.<sup>25</sup> Atualmente é professor da PUC-SP.

Souza assinava a coluna “Entrelinhas – A mídia como ela é”, desde o número 100 (julho de 2005) da revista. Assumiu a editoria com José Arbex Jr. e Igor Fuser no número 145 (abril de 2009). Em junho do mesmo ano passou a ocupar o cargo sozinho. Sua estréia teve matéria de capa destinada ao protesto contra a “Ditabranda” na sede do jornal *Folha de São Paulo*, com uma chamada para entrevista concedida pelo então governador maranhense Jackson Lago (PDT). Não houve mudança no quadro de articulistas em relação ao número anterior. A publicidade foi reduzida à segunda e à quarta capas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente). Inexistem referências de tiragem, lacuna que permaneceria nas edições seguintes.

#### Capa do número 145



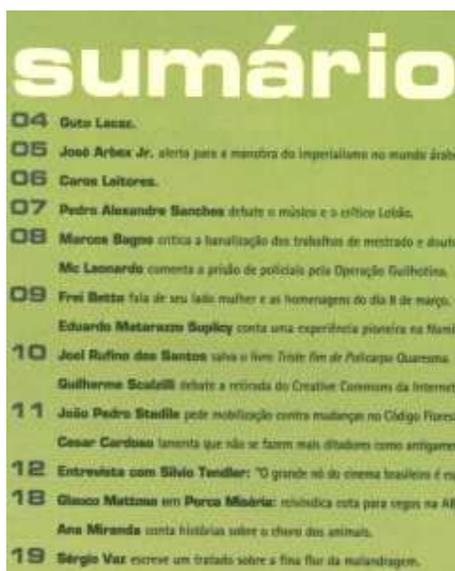
Entre março e abril de 2011, a revista conheceu a sua primeira reforma editorial de grandes proporções. Houve cortes pontuais no quadro de colaboradores e uma reorganização temática do conteúdo, agora dividido no sumário em “reportagens”, “entrevistas”, “artigos e colunas”, “seções” e “charges”. Os articulistas e colunistas remanescentes foram MC Leonardo, José Arbex Jr., Sérgio Vaz, João Pedro Stédile, Gilberto Felisberto Vasconcellos, Fidel Castro, Frei Betto, Luís Vignolo, Gershon

<sup>25</sup> <http://revistavidaape.com.br/2013/10/22/vida-e-luta-hamilton-octavio-de-souza/>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Knispel e Emir Sader. Entre as seções preexistentes e as recém-criadas estavam “Falar Brasileiro” (Marcos Bagno), “Paçoca” (Pedro Alexandre Sanches), “Amigos de Papel” (Joel Rufino dos Santos), “Ensaio Fotográfico” (Gabriela Moncau), “Perfil” (Débora Prado), “Tacape” (Rodrigo Vianna) e “Idéias de Botequim” (Renato Pompeu).

As imagens a seguir permitem comparar as diagramações dos sumários antes e depois da mudança:

Números 168 e 169, p. 3 (detalhes)



O editorial justificava as transformações:

Mais uma vez a revista procura ajustar-se com o seu público, investe em reportagens e entrevistas, reforça a cobertura de questões nacionais e internacionais, com o perfil político no campo da esquerda. (...) Ao mesmo tempo, a revista trata de reforçar o material de reportagem, ampliar as entrevistas e fornecer um material mais denso em análises e reflexões.

Podemos afirmar que a reforma teve caráter político-editorial, pois não ocorreu diminuição no total de 46 páginas e as colaborações tampouco eram remuneradas, desautorizando a hipótese de qualquer motivação econômica para a medida. Em depoimento anterior, José Arbex Jr. anunciara a intenção de promover rearranjos muito parecidos na linha editorial da publicação, sugerindo adotar um padrão ortodoxo do

jornalismo de revista e adequá-lo às novas conjunturas do país:

(...) é preciso garantir, em escala cada vez maior, o espaço para a grande reportagem nas páginas da revista. Não precisamos de grandes emoções, novidades ou inovações. É manter a entrevista como carro-chefe e investir em reportagem. (...) O potencial diferenciador do discurso contra o neoliberalismo se esgotou. É preciso criar outros diferenciais. E a revista tem de fazer render o capital humano que ela possui para desenvolver essas reportagens. Se isso não existir, não vai rolar. Sem reportagens, a revista corre o risco de naufragar <sup>26</sup>.

É interessante notar que a aproximação de um modelo tradicional esteve entre os desígnios originais dos fundadores do mensário, apesar do formato diferenciado (opinativo e autoral) com o qual ele ficaria associado. Sérgio de Souza, aliás, jamais escondeu sua predileção pelas grandes reportagens, no estilo do *new journalism* estadunidense, que marcaram o gênero predominante na *Realidade* <sup>27</sup>.

A passagem de Hamilton Octavio de Souza na revista foi marcada pela sucessão de problemas financeiros que gradativamente forçaram a precarização nas relações de trabalho da editora Casa Amarela. A crise culminou numa greve da equipe, ocasionada pela intenção do diretor geral, Wagner Nabuco, de cortar metade do quadro funcional <sup>28</sup>. Os profissionais paralisados foram Alexandre Bazzan, Caio Zinet, Cecília Luedemann, Débora Prado, Eliane Parmezani, Gabriela Moncau, Gilberto Breyne, Otávio Nagoya, Paula Salati, Ricardo Palamartchuk e o próprio Hamilton Octavio de Souza.

Segundo Nabuco, desde o ano anterior houve reuniões com os funcionários da redação para tratar da crise financeira da editora, ocasionada pela queda nas vendas e pelo aumento dos custos operacionais <sup>29</sup>. Gabriela Moncau afirmou que esses problemas não amenizavam as insatisfações dos grevistas:

---

<sup>26</sup> <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/Caros%20Amigos%20Um%20outro%20jornalismo%20e%20possivel.doc>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>27</sup> Idem

<sup>28</sup> <http://jornalismob.com/2013/04/19/hamilton-octavio-de-souza-editor-demitido-da-caros-amigos-concede-entrevista-exclusiva-ao-jornalismo-b/>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>29</sup> <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/57301/nao-e-possivel-trabalhar-sem-confianca-diz-diretor-da-caros-amigos-apos-demissoes>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Entendemos a importância que a *Caros Amigos* tem e, claro, por isso muitas vezes nos submetemos a condições que em outros veículos não nos submeteríamos. Mas era o nosso trabalho, não a nossa militância. Até quando patrões de instituições de esquerda utilizarão a "militância" dos que ali trabalham para fechar os olhos às condições precárias a que estes são submetidos? <sup>30</sup>.

Segundo o jornalista Renato Pompeu (1941-2014), os cortes salariais e as demissões não eram práticas novas na revista. Usualmente, porém, cabia ao editor-chefe escolher os funcionários a serem desligados, ou negociar com a equipe eventuais afastamentos voluntários. Wagner Nabuco então se limitava a comunicar-lhe os cortes necessários. Pompeu ressalta, porém, que esse vínculo foi quebrado pela falta de confiança da redação na diretoria financeira da editora:

Não se tratava assim de simplesmente você, Wagner, não confiar mais na redação. Tratava-se também de a redação não confiar em você. Concluí que se criou uma situação em que, ou saía você, Wagner, e a redação assumia o controle da empresa, ou saía a redação <sup>31</sup>.

Com o impasse ocasionado pelo protesto dos jornalistas e colaboradores, o diretor demitiu todos os membros da redação, incluindo o editor-chefe. No seu lugar assumiu interinamente o jornalista Aray Nabuco, irmão de Wagner. Desde o número 193 (abril de 2013), Aray permanece no cargo.

### **3.4 – Modelo editorial da revista**

A publicação, fechada, tem 27 centímetros de largura e 33 centímetros de altura. Até a edição número 144 (março de 1999), o papel utilizado era o *off-set* alcalino, tipo sulfite, depois substituído pelo LWC, “couché”, de menor gramatura. O miolo é impresso majoritariamente em preto e branco. A partir do número 21 (dezembro de 1998), certas áreas internas receberam cores, nos cadernos que incluem as capas, as duas primeiras e as duas últimas páginas e, dependendo do caso, os ensaios

---

<sup>30</sup> <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/comunicacom/36526-entrevista-com-jornalista-demitida-da-revista-caros-amigos.html>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<sup>31</sup> <http://renatopompeu.blogspot.com.br/2013/04/carta-aberta-wagner-nabuco.html>. Acesso em: 9 fev. 2015.

fotográficos. Os exemplares mantêm o padrão inicial de 46 páginas <sup>32</sup>.

Desde o número 39 (junho de 2000), as capas são coloridas. No início do período chefiado por Sérgio de Souza (1997-2008), elas costumavam trazer a fotografia do principal entrevistado da edição, mas esse modelo foi logo flexibilizado, permitindo a inserção de outros destaques. Sob Mylton Severiano (2008-2009), as chamadas passaram a se concentrar quase exclusivamente nas reportagens, hábito que prosseguiu na gestão Hamilton Octavio de Souza (2009-2013). Os títulos aludindo ao conteúdo são numerosos, adotando tipos variados, sem localização fixa. Os nomes dos colaboradores sempre apareceram nas capas, em ordem aleatória: a princípio numa coluna lateral e, a partir de março de 2001, ocupando um rodapé visualmente diferenciado.

Cada exemplar apresenta de duas a quatro reportagens e um número semelhante de entrevistas. Uma das entrevistas, mais elaborada e extensa, costumeiramente chamada de “Explosiva”, envolve diversos componentes da redação e costuma ocorrer na sede da editora Casa Amarela. Não há similaridades nos perfis dos entrevistados que permitam classificá-los para além de suas afinidades genéricas com o vasto repertório de valores de esquerda que se convencionou chamar “progressista”.

A heterogeneidade autoral afasta o mensário do modelo desenvolvido por Luiz Beltrão (1960, p. 61), que, refutando a dicotomia entre jornalismo de opinião e de informação, propõe uma divisão entre a categoria “ecclética” e a “ideológica”. Por um lado, é difícil não vislumbrar certo alinhamento ideológico nos colaboradores da *Caros Amigos*, ainda que cheio de nuances e variações, no mínimo porque eles são fiadores do já citado contrato de leitura explicitado na epígrafe “A primeira à esquerda”. Por outro lado, tampouco podemos afirmar que os autores compartilham idênticos cabedais subjetivos, ou que adotam linhas interpretativas imutáveis acerca dos temas abordados.

As seções fixas da revista possuem título e diagramação próprios, além da fotografia do autor. Durante os primeiros catorze anos, a maioria desses espaços não sofria qualquer restrição de conteúdo: “Picadinhas” (Palmério Dória), “Desaviso” (Marilene Felinto), “Enfermaria” (Mylton Severiano), “O caso do milênio” (Gilberto Felisberto Vasconcellos) e “Porca miséria” (Glaucio Mattoso) podiam abarcar desde anedotas a sonetos, passando por denúncias, memórias e análises políticas. Na reforma

---

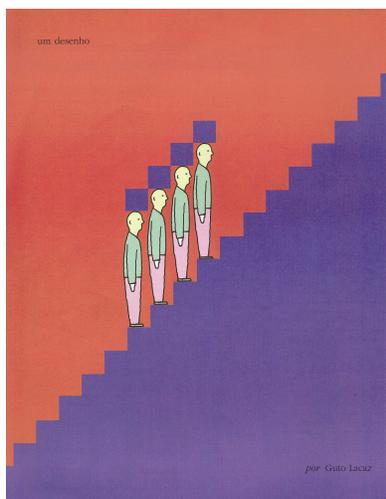
<sup>32</sup> <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lelo-thales-caros-amigos-conexoes-entre-projeto-grafico.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2015.

editorial de 2011 foram estabelecidas seções dedicadas a ramos específicos (literatura em “Amigos de papel”, lingüística em “Falar brasileiro” e música em “Paçoca”), apesar de os assuntos abordados às vezes fugirem do escopo original.

Número 60, charge de Claudius (p. 46)



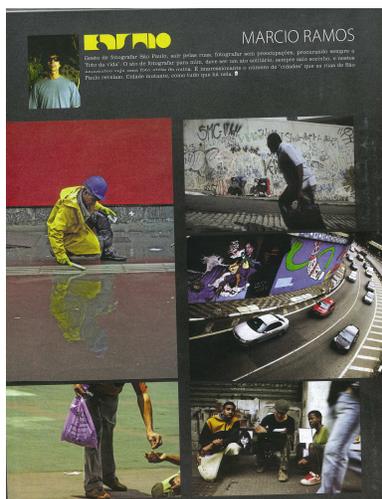
Número 132, charge de Guto Lacaz (p.4)



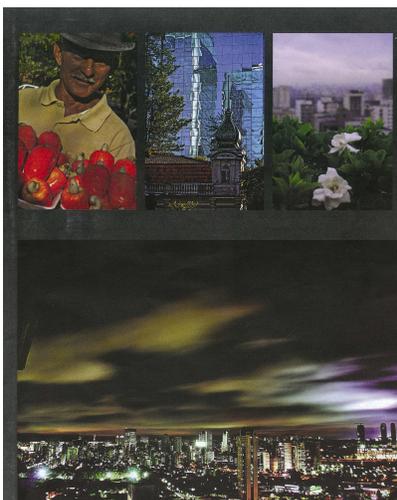
Outros gêneros autorais permanentes na revista são a charge e o ensaio fotográfico. No primeiro caso ficam a cargo de autores com antiga participação no mensário, como Guto Lacaz (página 4) e Claudius (página 46). Os ensaios incluem fotógrafos diferentes a cada exemplar e ocupam o caderno central. Algumas tentativas

de introduzir seções de quadrinhos, com desenhistas variados, foram logo abandonadas e retornaram esporadicamente.

Número 142, ensaio de Márcio Ramos (p. 22)



Número 142, ensaio de Márcio Ramos (p. 23)



Os editoriais, situados com o sumário e o expediente na página 5, sempre se restringiram a apresentar os destaques da edição, geralmente as reportagens. Também

fazem comentários sobre ausências de colaboradores, aumentos no preço do exemplar e mudanças editoriais ou de diagramação. Possuem títulos alusivos ao tema de maior relevância e podem trazer ilustrações. Em apenas duas ocasiões foram assinados: nos números 143 (fevereiro de 2009) e 144 (março de 2009), por Mylton Severiano. Os sumários preservam um antigo hábito explicativo, resumindo o tema abordado em cada texto, sem mencionar o seu título.

Até o final do período Hamilton Octavio de Souza, a página 5 recebia as cartas dos leitores. Salvo a correspondência (quando presente), o editorial, o sumário, as charges e os ensaios fotográficos, inexistem localizações rígidas para o conteúdo da revista. Embora algumas seções e alguns autores costumem aparecer em regiões previsíveis do miolo, esse critério não chega à paginação exata. As extensões dos textos são igualmente variáveis. As entrevistas principais e as grandes reportagens costumam ocupar entre seis e oito páginas, mas a multiplicidade do material publicado impede qualquer padronização a respeito. As seções permanentes podem variar de apenas uma coluna a duas páginas inteiras, mantendo, porém, o respectivo tamanho em todos os exemplares.

**Número 61, p. 5**

**CAROS LEITORES**

**CONCEIÇÃO PALESTINO**

... (text truncated) ...

**ARBORE POLICIAL EM FORTALEZA**

... (text truncated) ...

**CICT E LUIZ MARINHO**

... (text truncated) ...

**NOVA DA INVASÃO**

... (text truncated) ...

**MI L DO MEU**

... (text truncated) ...

**SERVA L SERNET**

... (text truncated) ...

**GENÓCIDO PALESTINO**

... (text truncated) ...



Os artigos opinativos publicados na *Caros Amigos* diferenciam-se das seções pela ausência de efeitos visuais próprios, de identificação (títulos, vinhetas ou logotipos) e de fotografias dos autores. Ilustrações aparecem ocasionalmente nesses espaços,

sugerindo que atendem a exigências da diagramação. A liberdade temática e estilística predomina, pelo menos no que diz respeito a possíveis interferências da redação. Os títulos originais e as referências biográficas (escolhidas pelos próprios colaboradores) são reproduzidos integralmente. Com raras exceções, os revisores toleram coloquialismos, neologismos, estrangeirismos e mesmo chulismos, limitando-se a demarcá-los graficamente (itálico, aspas, etc.).

Sem participar das reuniões de pauta, o colaborador desconhece os assuntos das futuras reportagens, ficando impossível programar-se em função delas. O fechamento das edições ocorre na segunda semana de cada mês, para publicação na primeira ou na segunda semana do mês seguinte. A produção dos artigos está afastada, portanto, cerca de trinta dias do momento de sua leitura. Essa defasagem cronológica influencia a escolha e o tratamento dos assuntos, aumentando a importância da contextualização nos relatos factuais e incentivando a escolha de temas amplos, atemporais ou prospectivos.

Considerando os exemplares utilizados na amostragem desta pesquisa (ver Capítulo IV), o articulista do mensário tem um perfil predominantemente caucasiano e masculino. O número de lançamento não trouxe nenhuma autora entre os colunistas. Apenas Mariana Ianelli, Marilene Felinto e Ana Miranda apareceriam nos números seguintes, as duas últimas com maior regularidade. Apesar disso, a equipe de redação teve numerosa participação feminina, inclusive em posições de chefia e liderança, como no longo caso de Marina Amaral.

O mesmo não se pode dizer, porém, da composição étnica do quadro fixo de participantes da publicação. Refletindo sobre o tema, Renato Pompeu lembrou os exemplos isolados de Joel Rufino dos Santos entre os colunistas e de Fernando Prudencio entre os membros da equipe, “único jornalista preto que jamais vi trabalhar na redação da *Caros*”. Pompeu relatava que a demissão de Prudencio devolveu a equipe à sua homogeneidade primeira:

Desse modo, como quase sempre aconteceu na redação da *Caros* desde que lido com a revista, isto é, desde seu segundo número até agora, a redação ficou novamente composta exclusivamente de “brancos” e “brancas” de classe média<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> <http://renatopompeu.blogspot.com.br/2013/04/carta-aberta-wagner-nabuco.html>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Em levantamento realizado sobre a trajetória da *Caros Amigos* entre 1997 e 2006, Rodolfo Fiorucci (2009, p. 73-74) apontou que cerca de 390 autores já haviam passado pela revista, dos quais 70% se resumiram a uma ou duas aparições. Nove articulistas tiveram mais de 50 textos publicados no período: Frei Betto (116), Ana Miranda (113), Georges Bourdoukan (112), José Arbex Jr. (108), Emir Sader (78), Guilherme Scalzilli (68), Ferréz (65), João Pedro Stédile e Jarbas Medeiros (51 cada). Os responsáveis pelas seções com presença mais freqüente foram Gilberto Felisberto Vasconcellos (170), Mylton Severiano (118), Léo Gilson Ribeiro (107), Carlos Castelo Branco (79), Marilene Felinto (46) e Palmério Dória (32). Esse quadro ilustra com razoável fidelidade as gestões Sérgio de Souza e Mylton Severiano, além dos dois primeiros anos de Hamilton Octavio de Souza, considerando que não houve mudanças relevantes na política de colaborações até abril de 2011.

Após a última reformulação editorial, o grupo de articulistas passou a reunir MC Leonardo, José Arbex Jr., Sérgio Vaz, João Pedro Stédile, Gilberto Felisberto Vasconcellos, Fidel Castro, Frei Betto, Luís Vignolo, Gershon Knispel e Emir Sader. As seções incluíram inicialmente “Falar Brasileiro” (Marcos Bagno), “Paçoca” (Pedro Alexandre Sanches e depois Eliete Negreiros), “Amigos de Papel” (Joel Rufino dos Santos), “Tacape” (Rodrigo Vianna) e “Idéias de Botequim” (Renato Pompeu e depois Ciro Marcondes Jr.). O padrão permanece até o momento, com alterações esporádicas.

Comparando os levantamentos, notamos que o número de colaboradores regulares permaneceu estável depois da reformulação, tanto no que concerne apenas aos articulistas quanto na soma destes com os responsáveis pelas seções fixas. Há uma diferença relevante, contudo, entre os dois recortes cronológicos: a redução da heterogeneidade autoral. No modelo fundado por Sérgio de Souza, a revista publicou cerca de quarenta autores, em média, por ano. Já no padrão posterior, esse número não chega a vinte nomes. A edição 205 (abril de 2014), por exemplo, totaliza apenas doze colaboradores, entre os que assinam artigos, colunas e seções.



## CAPÍTULO 4: O DISCURSO POLÍTICO DA CAROS AMIGOS

### 4.1 – *Corpus* e abordagem

A amostragem desta pesquisa abarca cinco edições da revista *Caros Amigos*, com intervalos quadrienais a partir do lançamento, contemplando todos os editores-chefe que passaram por ela no período 1997-2013. A seleção resulta, assim, nos números 01 (abril de 1997), 46 (janeiro de 2001), 94 (janeiro de 2005), 142 (janeiro de 2009) e 190 (janeiro de 2013).

Os artigos foram escolhidos segundo seu alinhamento ao eixo temático “política brasileira”, abordando tópicos afins como disputas eleitorais, partidos, programas administrativos, governos, doutrinas, movimentos sociais, plataformas de luta, etc, sempre com foco no Brasil <sup>34</sup>. Esse critério fornece a necessária base comparativa para determinarmos eventuais tendências, no interior da multiplicidade autoral do veículo, ao longo da periodicidade adotada (LEACH, 2002, p. 66-56). Além disso, o procedimento seletivo alinha-se à terceira hipótese apresentada por Dominique Maingueneau em “Gênese do Discurso” (2007), onde o autor reitera a importância do tema na conformação da semântica global de um *corpus* determinado (p. 22). No âmbito do opinionismo militante, a política brasileira pode ser considerada um *tema específico* da formação discursiva de esquerda, por sua “relação semântica privilegiada com o sistema de restrições” que vigora ali (p. 88).

O uso referencial do tema ajuda a iluminar os assuntos da contemporaneidade que foram considerados relevantes pelos autores em cada época. Embora seja impossível especificar os juízos individuais que determinam essa relevância, devido ao caráter essencialmente subjetivo e espontâneo do opinionismo considerado, podemos

---

34 A título de comparação, mencionamos o estudo realizado por Rodolfo Fiorucci (2009, p. 79) sobre 117 exemplares publicados entre 1997 e 2006. Segundo o autor, a política brasileira foi o segundo assunto mais abordado (387 vezes), atrás apenas da “crítica social” (497 vezes). Em terceiro lugar aparece a política internacional (267 artigos), seguida por “criação literária” (250), cultura (213), imprensa (129) e neoliberalismo (105).

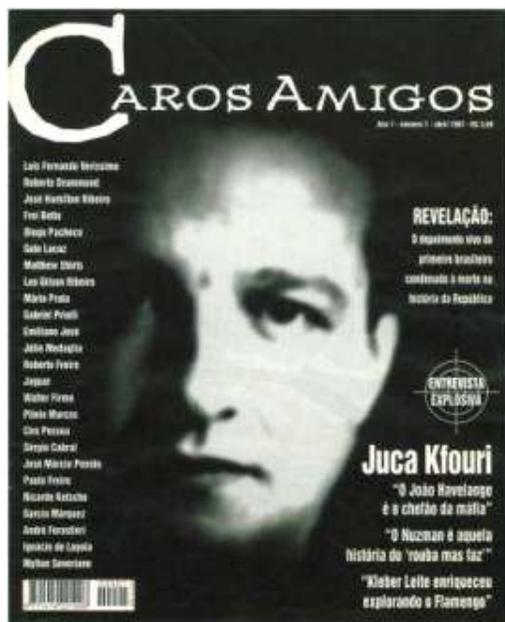
afirmar que ela reflete aspectos importantes das condições do contrato de leitura firmado pela publicação. Na imprensa gráfica de tipo revista (*magazine*), de periodicidade mensal e cunho fundamentalmente interpretativo, o conteúdo possui um caráter “metalingüístico”, dedicado a abordar não apenas fatos isolados, mas principalmente o conjunto de significações que o jornalismo diário formula e divulga respeito desses fatos (VERÓN, 2004, p. 74). Assim, os tópicos abordados pelos articulistas combinam os debates que mobilizam as esferas midiáticas, sociais e políticas na época da produção dos seus artigos, as afinidades intelectuais e profissionais dos autores e os efeitos pragmáticos (as motivações) que estes buscam produzir no público.

Por sua vez, o leitor do veículo informativo encontra-se inserido no âmbito de uma “ética cidadã”, que desfruta de certa autonomia para problematizar os tópicos desenvolvidos pela mídia. A ética cidadã vislumbrada pelos artigos de opinião conecta repertórios de valores mais ou menos homogêneos (remetendo ao conceito platônico de *doxa*) e serve como representação simbólica de um destinatário ideal do veículo. Esfera dinâmica, fonte e produto de múltiplas influências, a opinião incorpora as normas dos sistemas subjetivos e os pressupostos genéricos vigentes no seu contexto comunicativo. O discurso gerado por esse âmbito se afirma no espaço de locução (modo de assumir a palavra), no espaço de relação (construção identitária) e no espaço de tematização (referências externas), legitimando-se através de estratégias imaginadas ou efetivas de validação social (EMEDIATO, 2008, p. 76-89).

Os conceitos apresentados nos Capítulos I e II permitem apontar características do modelo semântico do discurso político veiculado pela revista *Caros Amigos* em cada número da abordagem. A partir do léxico empregado e do modo de enunciação (elementos dêiticos, modalizações, etc), revelam-se os enunciados reivindicados, os enunciados rejeitados e as estratégias persuasivas adotadas pelos textos, gerando um esboço do *ethos* autoral que configura a identidade editorial da revista através dos seus colaboradores. Cabe salientar que a escolha desses aspectos não implica a presunção de que eles esgotem a complexidade discursiva do *corpus* abordado, tampouco a de que sejam autônomos e indissociáveis.

As edições do recorte são apresentadas a seguir, com as respectivas capas, os nomes dos editores-chefes, os governos federais em exercício e os artigos opinativos

contabilizados pelo mapeamento dos volumes. Aos nomes de autores, títulos dos textos e números das páginas onde estes aparecem, seguem-se resumos dos assuntos abordados. Os títulos dos artigos considerados para análise neste trabalho, que totalizam 15 artigos de um total de 63 encontrados em todas as edições, aparecem sublinhados e negritados no mapeamento. Cada seqüência discursiva será identificada pela data da publicação (1997, 2001, 2005, 2009 ou 2013) e por uma letra que a localiza no exemplar. Os termos e expressões diretamente referidos aparecerão sublinhados. A íntegra dos textos pode ser encontrada no Anexo III.



**Nº 1, abril de 1997**

**Editor: Sérgio de Souza**

**Governo Federal: Fernando Henrique Cardoso I (1995-1998)**

**18 artigos opinativos**

1. José Márcio Penido: **“Parem o Brasil que eu quero descer”** (p. 6).  
*Referido como 1997.A.*  
Temas: mídia; política brasileira, cultura de massa.
2. Mylton Severiano da Silva: **“Últimas notícias”** (p. 6-7).

Temas: literatura, biografia de João Antônio.

3. Luís Fernando Veríssimo: “Sorvedouro” (p. 7).

Temas: política internacional; drogas; EUA.

4. Frei Betto: **“Real e virtual”** (p. 9).

*Referido como 1997.B.*

Temas: política econômica; neoliberalismo; governo federal.

5. Ignácio de Loyola: “Aceito clones de primeira” (p. 10).

Temas: ciência; consumo; cultura de massa.

6. José Hamilton Ribeiro: “Veja isto, se você é homem” (p. 11).

Temas: gêneros; trabalho; jornalismo.

7. André Forastieri: “A cultura do consenso” (p. 13).

Temas: artes; mídia; cultura de massa.

8. Gabriel Priolli: “Viagens” (p. 14).

Temas: turismo; economia.

9. Júlio Medaglia: “Socorro, o século 20 está acabando!” (p. 14).

Temas: artes; modernidade; tecnologia; cultura de massa.

10. Mário Prata: “Ainda, a próstata” (p. 15).

Temas: memórias; saúde, gêneros.

11. Paulo Freire: “Os reis no Urucuia” (p. 23).

Temas: memórias; folclore; artes.

12. Ricardo Kotscho: **“Por onde andarão, eles e seus sonhos?”** (p. 28).

*Referido como 1997.C.*

Temas: PT; política nacional; mobilização; esquerda.

13. Diogo Pacheco: “A sopressata do Giovanni Bruno” (p. 29).

Temas: memórias; música; viagens; gastronomia.

14. Matthew Shirts: “Novo-new-neo vanguarda” (p. 42).

Temas: cultura de massa; artes; EUA; modernidade.

15. Roberto Drummond: “Carta de Havana” (pg. 43).

Temas: memórias; política internacional; Cuba; socialismo; EUA.

16. Ciro Pessoa: “TV World: democracia da luz” (p. 44).

Temas: mídia; TV; jornalismo.

17. Sérgio Cabral: “Este assunto merece um livro” (p. 44).

Temas: música; literatura; ditadura; censura.

18. Gabriel García Márquez: “A melhor profissão do mundo” (p. 46).

Temas: memórias; jornalismo; mídia.



Nº 46, janeiro de 2001

Editor: Sérgio de Souza

Governo Federal: Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002)

13 artigos opinativos

1. José Arbex Jr.: **“O rei está nu. E agora?”** (p. 10).

*Referido como 2001.A.*

Temas: neoliberalismo; política brasileira e internacional; movimentos sociais.

2. Ana Miranda: “Novo milênio” (p. 11).

Temas: ano-novo, tempo, esperança.

3. Serge Halimi e Loïc Wacquant: “A lição” (p. 18).

Temas: EUA; eleições; democracia; economia.

4. André Forastieri: “Uma estrela para lembrar” (p. 20).

Temas: religião; modernidade; utopia.

5. Wander Pirolli: “É preciso cumprir o mandato” (p. 26).  
Temas: gêneros; trabalho; casamento.
6. Mariana Ianelli: “A solidão avulsa e portátil de cada um” (p. 26).  
Temas: tecnologia; consumo; modernidade.
7. Georges Bourdoukan: “A escolha” (p. 26).  
Temas: política internacional; Oriente Médio; guerra.
8. Frei Betto: **“Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível”** (p. 39).  
*Referido como 2001.B.*  
Temas: neoliberalismo; política nacional; movimentos sociais; esquerda.
9. Augusto Boal: “Fala-se em cultura: o que é?” (p. 42).  
Temas: cultura; artes; modernidade; cultura de massa.
10. Hélio Alcântara: “Homem de Neandertal” (p. 42).  
Tema: religião.
11. Emir Sader: **“Um outro Brasil é possível – e necessário”** (p. 43).  
*Referido como 2001.C.*  
Temas: eleições; partidos políticos; governo federal; economia; esquerda.
12. Cláudio Nogueira: “Nossa cultura em movimento” (p. 44).  
Temas: educação, União Nacional dos Estudantes; cultura popular.
13. Jarbas Medeiros: “Brasil, enigma fascinante” (p. 45).  
Temas: história brasileira; cultura.



**Nº 94, janeiro de 2005**

**Editor: Sérgio de Souza**

**Governo Federal: Luiz Inácio Lula da Silva I (2003-2006)**

**12 artigos opinativos**

1. Frei Betto: “Feliz ano-novo” (p. 08).  
Temas: ano-novo; religião; fé.
2. Ana Miranda: “A rosa profunda” (p. 08).  
Temas: ano-novo; Lygia Fagundes Telles.
3. Guilherme Scalzilli: “Estratégia do diálogo” (p. 10).  
Temas: terrorismo; política internacional; EUA.
4. Marcos Chor Maio: “Judeus, utopias libertárias e a metáfora do DNA” (p. 12).  
Temas: religião; Oriente Médio; socialismo; utopia.
5. Gershon Knispel: “Quem tem medo da paz?” (p. 13).

Temas: Oriente Médio; guerra; política internacional.

6. José Arbex Jr.: “Insh Alah” (p. 14).

Temas: Oriente Médio; terrorismo; política internacional; EUA.

7. João Pedro Stédile: **“Tudo vai ser diferente”** (p. 16).

*Referido como 2005.A.*

Temas: Fórum Social Mundial; neoliberalismo; movimentos sociais; esquerda.

8. Jarbas Medeiros: “Capitalismo para quê?” (p. 17).

Temas: neoliberalismo; economia; democracia.

9. Cesar Cardoso: “Ontem é um novo dia” (p. 18).

Tema: ano-novo.

10. Frederico Mendonça de Oliveira (Fredera): “Tom Jobim morreu com o e pelo Brasil” (p. 18).

Temas: música; memória.

11. Caio Mourão: “Vivendo ‘de ameia’” (p. 42).

Temas: memórias; cultura; viagem.

12. Emir Sader: **“Hereges e renegados”** (p. 43).

*Referido como 2005.B.*

Temas: socialismo; utopia; movimentos sociais; mídia.



**Nº 142, janeiro de 2009**

**Editor: Mylton Severiano**

**Governo Federal: Luiz Inácio Lula da Silva II (2007-2010)**

**13 artigos opinativos**

1. Ana Miranda: “A libertação de Sísifo” (p. 8).  
Temas: mitologia; filosofia.
2. Marilene Felinto: **“Uma marcha pelas margaridas Marina e Dilma”** (p. 9).  
*Referido como 2009.A.*  
Temas: eleições; PT; governo Lula; partidos políticos brasileiros.
3. Ferréz: “Matemática da favela” (p. 20).  
Temas: pobreza; mídia; economia.
4. Fidel Castro: “Crise custará sofrimento aos povos” (p. 26).  
Temas: EUA; política internacional.

5. Cesar Cardoso: **“Ano novo lenga-lenga nova”** (p. 30).  
*Referido como 2009.B.*  
Temas: ano-novo; economia; consumo; tecnologia; cultura de massa; política.
  
6. Frei Betto: “O STF e a verdade histórica” (p. 31).  
Temas: Poder Judiciário; Lei de Anistia; ditadura; holocausto.
  
7. Georges Bourdoukan: “Da imprensa à empresa” (p. 31).  
Temas: mídia; cultura de massa.
  
8. Gershon Knispel: “Na sombra de Barack Obama” (p. 32).  
Temas: EUA; Oriente Médio.
  
9. Eduardo Matarazzo Suplicy: “Marina, Chico Mendes e a florestania” (p. 32).  
Temas: direitos humanos; Amazônia; ambientalismo.
  
10. João Pedro Stédile: **“MST: 25 anos de teimosia”** (p. 33).  
*Referido como 2009.C.*  
Temas: esquerda; movimentos sociais; utopia; governo federal.
  
11. Ulisses Tavares: “Reformando a casa mil vezes” (p. 39).  
Temas: memórias.
  
12. Guilherme Scalzilli: “Da marola ao tsunami” (p. 39).  
Temas: economia; imprensa.
  
13. Emir Sader: **“Democratizar a democracia”** (p. 40).  
*Referido como 2009.D.*  
Temas: eleições; democracia; neoliberalismo; esquerda.



Nº 190, janeiro de 2013

Editor: Hamilton Octavio de Souza

Governo Federal: Dilma Rousseff (2011-2014)

07 artigos opinativos

1. MC Leonardo: **“Aí irmão, humildade e disciplina!”** (p. 6).  
*Referido como 2013.A.*  
Temas: educação; políticas públicas; governo federal.
2. Gilberto Felisberto Vasconcellos: **“A TV é que ti vê, seu babaca!”** (p. 8).  
*Referido como 2013.B.*  
Temas: televisão; movimentos sociais; ideologia; neoliberalismo.
3. José Arbex Jr.: “Tio Sam mobiliza robôs contra seres humanos” (p. 9).  
Temas: EUA; guerra; Oriente Médio; imperialismo.
4. João Pedro Stédile: **“O pior ano da reforma agrária”** (p. 14).  
*Referido como 2013.C.*

Temas: movimentos sociais; governo federal.

5. Frei Betto: “Feliz 2013” (p. 14).

Temas: ano-novo; utopia; fé.

6. Sérgio Vaz: “Caçador de migalhas” (p. 15).

Tema: mediocridade; cultura de massa.

7. Gershon Knispel: “Oscar, colega, companheiro e amigo” (p. 36).

Temas: memórias; socialismo; Oriente Médio.

## **4.2 – Marcas da formação discursiva de esquerda**

Mencionamos anteriormente que a revista *Caros Amigos* afirma sua identidade editorial através da epígrafe “A primeira à esquerda”, que também lhe serve de jargão publicitário. Apesar da amplitude quase metafísica do rótulo, é possível associá-lo a um conjunto amplo de programas político-partidários, de herança marxista, comunista ou socialista, ultimamente abarcados pela bandeira neutralizadora e generalizante do *progressismo*.

Nas disputas eleitorais brasileiras das últimas duas décadas, o campo institucional progressista tem sido protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ocasionalmente aglutinando legendas menores, organismos civis de luta, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e eventos agregadores do pensamento contestatório, como o Fórum Social Mundial (FSM). As muitas linhas programáticas e os conflitos de interesses resultantes do pragmatismo eleitoral tornam esse campo heterogêneo e instável, dificultando simplificá-lo sob um modelo discursivo fechado. Mesmo assim, é possível buscar alguma coesão nas premissas que norteiam o contrato de comunicação estabelecido entre os agentes políticos e seu público (CHARAUDEAU, 2006b, p. 52).

Esse repertório subjetivo determina estratégias de enunciação adequadas às projeções que os editores e os colaboradores da *Caros Amigos* constroem sobre as expectativas do leitorado. A linha editorial assumida publicamente pela revista sugere

que seus textos adotem e reproduzam “enunciados fundadores” tidos como próprios da esquerda e supostamente desejados ou aceitos no âmbito da recepção dos textos. Trata-se então de partilhar uma intertextualidade, isto é, de presumir um conhecimento prévio de conceitos e denominações que amalgamam a cumplicidade entre o autor e o coletivo imaginário dos leitores (idem, p. 106-107).

Na dinâmica interdiscursiva característica da militância política, de forte cunho polêmico, sobressai um elo de “interincompreensão” com formações discursivas e posicionamentos considerados antagônicos às referências simbólicas do veículo (MAINGUENEAU, 2007, p. 103). No caso da *Caros Amigos*, o Outro é identificado com uma “direita” personificada pelos adversários circunstanciais dos grupos de interesses com os quais os colaboradores da revista possuem afinidades. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ocupa um lugar central nessa esfera antagonista, associado a coletivos tradicionalmente rejeitados pela esquerda, como os empresários, as instituições financeiras, o agronegócio, as grandes corporações midiáticas, etc.

O sistema de restrições e coerções semânticas impostas pela formação discursiva de esquerda à comunidade articulista da publicação fornece marcas linguísticas dos enunciados reivindicados e rejeitados pelos autores. A própria oposição entre idéias aceitas e negadas configura uma regularidade marcante na amostragem. Seleccionamos algumas seqüências que iluminam como a revista filtra enunciados sobre política brasileira a partir da semântica global de esquerda. Sublinhamos os trechos que poderiam contribuir, num outro escopo analítico, para a constituição de uma semântica de base adotada pelos articulistas. No presente estudo, limitamo-nos a sugerir eixos lexicais que identificam os seus posicionamentos em cada época.

## **1997**

**Editor:** Sérgio de Souza

**Governo Federal:** Fernando Henrique Cardoso I (1995-1998)

### **Artigos:**

“Parem o Brasil que eu quero descer”, de José Márcio Penido (1997.A)

“Real e virtual”, de Frei Betto (1997.B)

“Por onde andarão, eles e seus sonhos?”, de Ricardo Kotscho (1997.C)

1. Duradouro, no Brasil, só a miséria, que se alastra a olhos vistos e, pelo jeito, essa nódoa de ser uma nação escravocrata governada por imperadores e, agora, essa mania primeiro-mundista que nos enche de importados e enlatados (...) (1997.B)
2. O Real, mirabolante plano eleitoreiro, teve sucesso enquanto atingiu seus objetivos precípuos: reduzir a inflação (...) e eleger um presidente que dança conforme a música das elites, sob a batuta do FMI. Contudo, haja crescimento da dívida externa para sustentar essa estabilidade da moeda em meio à borrasca da instabilidade em que vive a maioria da população. (1997.B)
3. O que comprova que os brasileiros configuram, a seus olhos, como consumidores e não como cidadãos (...) (1997.B)
4. Como somos vice-campeões mundiais de má distribuição de renda (...). Por que não se promove uma reforma tributária que distribua melhor a renda? Não seria mais democrático que manter os juros altos e favorecer a inadimplência, as concordatas e a quebradeira? (1997.B)
5. O real é uma moeda virtual (...) Também são virtuais a democracia brasileira, o combate à pobreza e à corrupção, a melhoria dos sistemas de saúde e educação. Com um fazendeiro como ministro da Agricultura, como esperar que a reforma agrária deixe de ser virtual para ser real? (1997.B)
6. A desindexação não vale para as rendas do capital. Vale para o suor do trabalho. Ora, com a inflação retornando, os juros em alta e os salários tão defasados (...), a desindexação é um incentivo à greve. Livre negociação num país cujos empresários não mostram planilhas de custos, não gostam de sentar à mesa com sindicalistas, preferem terceirizar serviços e tratam o governo como seu cartório particular, só pode ser piada de mau gosto. (1997.B)
7. Isto é real: mexe-se na moeda, penhora-se o patrimônio público através das privatizações (...) o governo só não mexe nas estruturas arcaicas, como a fundiária; nos mecanismos televisivos de incentivo ao consumo supérfluo; na voracidade especulativa do mercado. (1997.B)
8. Sonho, utopia, esperança (...) (1997.C)
9. Foi-se o tempo em que uma bela bandeira, algumas palavras de ordem e uma boa música colocavam um sonho em marcha. Hoje, acho que o grande desafio é encontrar uma outra forma capaz de transformar novamente os milhões de sonhos pessoais num sonho coletivo; em que o trabalhador empregado, feliz com o fim da inflação, possa descobrir que o drama do seu vizinho desempregado pode ser também seu, amanhã; em que o habitante urbano se preocupe com a reforma agrária, sem a qual o êxodo rural agravará cada vez mais (...) (1997.C)
10. Na luta pela sobrevivência – seja ela política, partidária, eleitoral, profissional, material –, perdemos aquilo que tínhamos de mais precioso: a capacidade de sonhar coletivamente. (1997.C)

Os artigos políticos de 1997 apresentam forte preocupação em denunciar

problemas de natureza social: a miséria (1), a má distribuição de renda (4), a pobreza, a necessidade de melhorias nos sistemas de saúde e educação (5), o desemprego (9) e a “luta pela sobrevivência” da população (10). O caráter profundamente desigual da sociedade brasileira é marcado por uma essência “escravocrata” (1) e “arcaica” (7), que opõe, de um lado, a “maioria” (2) dos trabalhadores (6 e 9), e, de outro, uma elite (2) formada por “imperadores” (1), “fazendeiros” (5) e “empresários” (6).

O governo (com tratamento genérico que subentende tratar-se do âmbito federal) aparece associado negativamente às classes privilegiadas (1,5, 6 e 7), mas esse elo se dá através de aspectos econômicos positivos. Em tempos de apogeu da popularidade do Plano Real, os artigos dialogam com a propaganda oficial do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), repercutindo o aumento do poder compra (“importados e enlatados” em (1), “consumidores” em (3) e “incentivo ao consumo” em (7)), a “estabilidade da moeda” (2) e o “fim da inflação” (9) que se seguiram à passagem de Cardoso pelo Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco (1992-93).

Mas esses feitos são relativizados, pois, sem alterar as estruturas da sociedade (1, 4, 5, 6, 7 e 9), conduziram ao “consumo supérfluo” (expressão repetida em 1997.B), à ingerência do FMI (2), ao aumento da dívida externa e da “instabilidade” (2), à insolvência dos endividados (4), às privatizações (7) e à perda do poder aquisitivo (6). Não há sugestões de atitudes a tomar diante desse quadro, salvo pela esperança numa transformação futura (8, 9 e 10).

O vocabulário explora registros superlativos (“miséria que se alastra” em (1) e “voracidade especulativa” em (7)) e metafóricos (“dança” e “borrasca” em (2), “vice-campeões” em (4) e “bandeira” em (9)) que intensificam as denúncias arroladas. As construções remetem a enunciados recorrentes nos discursos eleitorais e reivindicatórios adotados pela esquerda numa conjuntura em que a sua possibilidade de chegar ao poder administrativo federal era quase utópica (8). A associação entre o sonho e a “boa música” de 1997.C alude ao jingle da campanha presidencial petista de 1989 (“Lula lá”, composto por Hilton Acioli), utilizado informalmente nas disputas seguintes. A composição estabelece de maneira eficaz e duradoura o enunciado da “esperança” que o PT repetiria até sua vitória em 2002.

Podemos ainda mencionar certos termos-chave característicos dos debates da época, como “enlatados” (1), “quebradeira” (4), “desindexação” (6) e “privatização”

(7), que funcionam de maneira semelhante na desqualificação do Outro imaginado. Mais do que os demais termos abrangentes usados no esforço denunciador, de apropriação diversa pela interdiscursividade política, essas noções marcaram o posicionamento radicalmente antiliberal da oposição aos governos FHC.

## **2001**

**Editor:** Sérgio de Souza

**Governo Federal:** Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002)

### **Artigos:**

“O rei está nu. E agora?”, de José Arbex Jr. (2001.A)

“Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível”, de Frei Betto (2001.B)

“Um outro Brasil é possível – e necessário”, de Emir Sader (2001.C)

11. Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar “ordem neoliberal” na América Latina (2001.A)
12. Em toda a América Latina, incluindo o Brasil, multiplicam-se os movimentos nacionais e populares de resistência, alguns de grande amplitude. (2001.A)
13. Na Argentina, os trabalhadores realizaram três greves gerais (...). Segundo o próprio governo, a terceira greve obteve a adesão de 80 por cento dos trabalhadores (o que permite medir o seu extraordinário sucesso). (2001.A)
14. E, com o resolutivo apoio da mídia, o governo lançou uma ofensiva em grande escala contra o MST (...) (2001.A)
15. O quadro geral, portanto, está bastante claro. De um lado, a Casa Branca, ciente de que o seu edifício está em ruínas, procura tomar a iniciativa na América Latina, com o Plano Colômbia, a intervenção descarada do FMI na Argentina, as “orientações” para a “recomposição da normalidade” no Peru, a “disciplinarização” do Chile (forçado a anunciar sua ruptura com o Mercosul) etc. De outro lado, estão os movimentos nacionais e populares em todos os países latino-americanos, desfechando golpes profundos na “ordem neoliberal”. (2001.A)
16. O momento exige a mais ampla unidade nacional e popular contra os planos do imperialismo, contra a barbárie, contra os agentes da ditadura militar encastelados na Abin e no governo FHC. (2001.A)
17. No mesmo período, em Davos, na Suíça, os ricos do mundo se encontrarão no Fórum Econômico Mundial. (2001.B)
18. Desde 1971, os patrocinadores do sistema capitalista reúnem-se em Davos, sempre

no final de janeiro. Ali trocam experiências, inquietações e projetos, que visam mercantilizar ainda mais as relações sociais e pessoais. A partir deste ano, o Fórum Social Mundial fará oposição ao da Suíça, congregando movimentos e pessoas que emprestam sua voz aos que não têm voz. (2001.B)

19. Não se pode admitir que só o capital viole fronteiras e soberania nacionais. A globalização da solidariedade exige que se articule uma imensa rede internacional capaz de mobilizar quem é sensível aos direitos humanos e à preservação de Gaia. (2001.B)
20. Na verdade, há na América Latina, com exceção de Cuba e Venezuela, uma cumplicidade endógena com o receituário monetarista do FMI. Cabe à população exigir contas dessas medidas que salvam governos e afundam nações, condenando a população a um crescente estado de pobreza. (2001.B)
21. O documento final deverá anunciar que “um outro mundo é possível!” e divulgar as bases consensuais de um projeto de sociedade planetária sem centralidade no lucro e no mercado, aberto ao direito de todos os bens da vida. (2001.B)
22. Os processos eleitorais não são loterias. Quando se chega a eles, grande parte da opinião pública já foi constituída, nos anos anteriores, num mecanismo em que os grandes meios de comunicação têm um papel essencial. (2001.C)
23. Além disso, a campanha não rompeu com a apatia de mobilização popular que o neoliberalismo impôs. (2001.C)
24. (...) porque se esgotou um modelo de hegemonia das elites tradicionais (...) (2001.C)
25. Revela-se assim 2001 como o ano em que um grande debate sobre o tipo de país, o tipo de sociedade, o tipo de Brasil que desejamos e precisamos pode nutrir uma plataforma das oposições, que galvaniza o descontentamento generalizado que corre por todos os cantos do país. (2001.C)

Em 2001, os artigos são dominados pelo viés econômico. O neoliberalismo recebe diversas menções, diretas e indiretas, sempre com abordagem negativa. Às citações nominais da doutrina (11, 15 e 23) somam-se alusões correlatas, seguindo paralelos típicos do imaginário da esquerda marxista, como “imperialismo” (16), mercantilização (18), “capital” (19), “lucro” e “mercado” (21) e “elites” (24). Também existe a personificação institucional do termo no Fundo Monetário Internacional (FMI) (20) e no Fórum Econômico Mundial (FEM) (17).

A rejeição ao receituário neoliberal serve como parâmetro para os articulistas estabelecerem dois eixos antagônicos. No lado positivo, há os “movimentos de resistência” (12), os trabalhadores (13), o FSM e “os que não têm voz” (18), reunidos numa “sociedade planetária” (21). No lado negativo, o governo FHC (14 e 16), a Casa

Branca (15), os “ricos do mundo” e o FEM (17), os veículos de comunicação (14 e 22) e as “elites tradicionais” (24). A repetição dos adjetivos “nacional” e “popular” (12, 15, 16, 19 e 23), de uso extenso nos enunciados da formação discursiva de esquerda, une os referentes positivos e valoriza-os através da aproximação com o imaginário patriótico.

Apesar do conjunto dissertativo calcado em referências factuais, os textos possuem clara determinação mobilizadora, seja contra os governos de direita e centro-direita da época, particularmente na América Latina, seja no palco geopolítico, desafiando os interesses estadunidenses. Essas menções, evidentemente, servem como exemplos de ações bem-sucedidas que possam nortear a militância brasileira. Os apelos à resistência e à luta estão presentes em quase todos os excertos, especialmente no triunfalismo dos relatos sobre os movimentos sociais estrangeiros (11 e 13) e no tratamento simpático dado ao MST (14), ao Mercosul (15), a Cuba e à Venezuela (20). O slogan do FSM (“Um outro mundo é possível”), citado literalmente no título de 2001.B e indiretamente no de 2001.C (“Um outro Brasil é possível”), reforça a natureza concitativa dos textos.

## **2005**

**Editor:** Sérgio de Souza

**Governo Federal:** Luiz Inácio Lula da Silva I (2003-2006)

### **Artigos:**

“Tudo vai ser diferente”, de João Pedro Stédile (2005.A)

“Hereges e renegados”, de Emir Sader (2005.B)

26. A humanidade está em crise. (2005.A)
27. Inclusive, o pior deles, a fome (...) (2005.A)
28. Porque, além de depredar nossos recursos naturais, a forma capitalista de organizar a produção não consegue gerar os bens para atender as necessidades básicas de toda a população. (2005.A)
29. Uma crise cultural, porque os poderosos, os países ricos querem transformar todas as manifestações culturais em mercadoria, querem vender, ganhar dinheiro, e precisam impor a sua visão de mundo aos demais. (2005.A)
30. Essas três crises são o resultado da hegemonia que nos foi imposta nas últimas duas décadas pelo capital internacional, agora na sua versão financeira e de grandes

corporações econômicas. (2005.A)

31. O primeiro passo é reunir o maior número possível de pessoas, entidades, forças sociais que estejam dispostas a debater a crise e suas saídas. E, nesse sentido, é bom e necessário que o Fórum seja um festival de idéias, de propostas, onde todos e todas temos a liberdade de dizer o que pensamos e o que queremos, sem a necessidade de impor aos outros ou aceitar obrigatoriamente o que os outros defendem. (2005.A)
32. Os governos e os partidos, em geral centralizadores, é que têm o costume de dizer o que os outros têm de fazer, como se fossem donos da verdade. (...) (2005.A)
33. Além de debater idéias, vamos nos reunir com outros parceiros, outras forças sociais de todo o mundo, realizar assembléias mundiais de movimentos sociais, assembléias com militantes da campanha continental contra a ALCA, assembléia dos militantes de movimentos sociais brasileiros. E procurar nessas assembléias debater atividades e agendas comuns, que possam construir uma força acumulada, frente ao inimigo comum: o imperialismo, com todos os seus tentáculos internacionais e nacionais. (2005.A)
34. A ruptura com ideais utópicos, que haviam preenchido a vida e a alma das pessoas (...) ex-militantes de esquerda, que passavam a vida toda explicando para a burguesia que já não eram (...) (2005.B)
35. (...) e inclusive disponíveis a aceitar cargos e funções dentro do sistema. (2005.B)
36. (...) aquele que foi o momento mais bonito de suas vidas, de maior entrega a ideais, de generosidade, de idealismo. (2005.B)
37. Estão por aí, irmãos que desfrutam generosamente das páginas da *Folha* para falar mal da esquerda, do socialismo, da militância política, de Cuba, do MST, da Venezuela – de tudo que cheire esquerda e o seu passado. (2005.B)
38. Outros foram a ministérios do governo FHC, passaram sem pena nem glória, mas teceram, promiscuamente, laços de que agora desfrutam materialmente. (2005.B)
39. São espectros, pobres sombras que vagueiam pelos espaços que a mídia burguesa lhes concede, contanto que falem mal da esquerda, que chamem a gente de esquerda de “pró-castristas”, “neobolcheviques”, “stalinistas”, retomando o palavreado dos editoriais (...) (2005.B)

Os textos de 2005 apresentam poucas variações em relação à amostra anterior, no que diz respeito aos eixos semânticos. As definições identitárias marcadoras de posicionamento continuam situando a “população” (28), os militantes, os movimentos sociais, Cuba e a Venezuela (31, 33 e 37) no flanco positivo da esquerda, e os “poderosos” e os “países ricos” (29), o “capital internacional” e as “corporações econômicas” (30), a Área de Livre Comércio das Américas (33), a “burguesia” (34), o

“sistema” (35), o governo FHC (38) e a “mídia burguesa” (39) no pólo negativo de direita.

As dicotomias acima são reforçadas pelas marcas de uma crise profunda (26 a 30) ligada ao capitalismo (28, 29, 30), ao autoritarismo (30), à centralização (32) e ao “imperialismo” (33). Os meios defendidos para combatê-los são agora a união, a assembléia e o debate propositivo (31 e 33), calcados na coerência com os ideais socialistas (35 a 38).

Não há menções diretas ao governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As críticas possuem alcance amplo (ou “sistêmico”), ultrapassando os limites nacionais que poderiam atingir o petista (26 a 33). Mas existem sinais de enunciados muito frequentes nos debates que envolveram o campo progressista após 2002, em torno de um suposto caráter centralizador do governo Lula (31 e 32) e da necessidade do militante de esquerda se manter fiel às suas convicções (37), livre das promiscuidades do poder (35 e 38). Essas questões faziam parte das críticas repetidas por antigos membros descontentes do governo, que depois terminaram abandonando-o (BETTO, 2006, p. 76).

Nota-se um diálogo interincompreensivo permanente com a “visão de mundo” (29) do Outro capitalista. O mais nítido contraponto a ele ocorre no choque da “generosidade” e do “idealismo” (36) contra a imagem que o campo conservador supostamente constrói acerca de seus adversários. A reprodução de termos pejorativos originados no discurso anticomunista tradicional (“pró-castristas”, “neobolcheviques”, “stalinistas”), ou melhor, de termos com os quais o enunciador de esquerda julga ser representado no discurso de direita, marca bem esse conflito (39).

## **2009**

**Editor:** Mylton Severiano

**Governo Federal:** Luiz Inácio Lula da Silva II (2007-2010)

### **Artigos:**

“Uma marcha pelas margaridas Marina e Dilma”, de Marilene Felinto (2009.A)

“Ano novo lenga-lenga nova”, de Cesar Cardoso (2009.B)

“MST: 25 anos de teimosia”, de João Pedro Stédile (2009.C)

“Democratizar a democracia”, de Emir Sader (2009.D)

40. Visto que o presidente não se “lascou” (...), visto que, muito pelo contrário, nunca se teve um Brasil tão bom quanto sob Luiz Inácio Lula da Silva (...) e visto que se trata de defender mesmo este governo contra grupos políticos conservadores e golpistas, contra a campanha de desqualificação, contra o rancor e contra a arrogância das corporações de mídia (...) (2009.A)
41. Sensibilidade social, virtudes e currículo contra tanta injustiça (...) (2009.A)
42. A marcha agora é por elas porque “a pátria dos proletários é a pátria-povo, ou a humanidade (...) a pátria está em qualquer lugar onde se cometa uma injustiça no mundo e se levante uma voz em protesto (...)” (2009.A)
43. Organizar um movimento de massas a nível nacional, que pudesse conscientizar os camponeses para lutar por terra, por reforma agrária (significando mudanças mais amplas na agricultura) e por uma sociedade mais justa e igualitária. Queríamos enfim combater a pobreza e a desigualdade social. (2009.C)
44. Muitas mobilizações, muitas lutas, e uma teimosia constante, de sempre lutarmos contra o latifúndio. (2009.C)
45. Depois, com a vitória do neoliberalismo do governo FHC, foi o sinal verde para os latifundiários e suas polícias estaduais atacar o movimento. (2009.C)
46. Mas brecamos o neoliberalismo elegendo o governo Lula. (...) Não houve reforma agrária durante o governo Lula. (2009.C)
47. (...) as forças do capital internacional e financeiro, através de suas empresas transnacionais, ampliaram o controle sobre a agricultura brasileira. (2009.C)
48. A democracia liberal faz com que a democratização seja limitada, para tentar impedir o acirramento da contradição entre democracia e capitalismo. (2009.D)
49. O capitalismo tem como um dos fundamentos o segredo das empresas, (...) mas tem sobretudo um poder autocrático, que impõe de cima para baixo, sem consulta ou apelação, as ordens de produção sobre os trabalhadores. (2009.D)
50. (...) nosso país reproduz a maior concentração de renda, de patrimônio, de acesso ao poder, de bens simbólicos, nas mãos da mesma elite (mesmo com a melhoria destes últimos anos). (2009.D)
51. Trata-se portanto de uma imensa ditadura econômica, social e cultural, a que uma suposta democracia política serve funcionalmente. (2009.D)
52. Democratizar a democracia significa introduzir profundas reformas, nada dos projetos epidérmicos que mantêm uma representação parlamentar que não responde à distribuição da população, a ponto que em uma eleição o PFL teve o mesmo número de votos do PT, e mais que o dobro de deputados. (2009.D)
53. Mas representa principalmente desconcentrar o poder econômico, quebrar o poder das grandes corporações, antes de tudo as do sistema bancário e financeiro e as da

mídia (...) (2009.D)

A derrisão do capitalismo permanece nos artigos de 2009, através das referências aos latifundiários (44 e 45), ao “capital internacional e financeiro” (47 e 53), às “empresas” privadas (49), à “elite” (50) e à “mídia” (53). Os traços qualificadores da ação nefasta desses agentes ganham viés antidemocrático (48, 49 e 51), marcando a presença do conceito sacralizado de democracia, um dos “imaginários de verdade” mais frequentes do discurso político (CHARAUDEAU, 2006b, p. 209). A associação entre democracia (48, 52 e 53) e justiça (41, 42 e 43) legitima as lutas sociais, enquanto, por oposição, os adversários são identificados como “golpistas”, conservadores, rancorosos e arrogantes (40), autoritários (49) e ditatoriais (51), em confronto com a “pátria dos proletários” (42) e os trabalhadores em geral (49).

Se o governo FHC é rejeitado retrospectivamente pela associação ao neoliberalismo (45 e 46), o governo Lula ganha tratamento dúbio, ora de apoio (40), ora de ligeira decepção (46). Essa ambiguidade está relacionada aos debates que dominavam o campo de esquerda no período. No ano seguinte, em 2010, haveria eleições presidenciais e Lula não poderia ser candidato, forçando os antigos apoiadores a realizar um balanço crítico das suas gestões e a especular alternativas sucessórias.

O desalento genérico (novamente “sistêmico”) de certos trechos (43 e 48) indica um esforço para poupar o governo petista de ataques diretos, enquanto o repúdio aos adversários (40 e 46) serve como pretexto para defendê-lo. Por outro lado, o projeto reformista admite as qualidades da administração federal (50), mas sugere que seus problemas têm um caráter representativo, ligado à base congressista e à governabilidade (52), incorporando outro raciocínio usual do situacionismo.

Apesar das referências intertextuais ao corolário socialista, o léxico é menos especializado ou erudito do que o presente no exemplar de 2005, com resultado equivalente na escassez de complexidade argumentativa. A mesma sequência (40), por exemplo, reproduz uma expressão coloquial usada por Lula (“se lascou”) e alude a um notório enunciado auto-elogioso do então presidente (“nunca antes neste país”). A aproximação da imagem popular do petista com o ineditismo de suas conquistas administrativas gera um efeito de simpatia que dispensa embasamentos técnicos.

As marcas de ação presentes nos trechos selecionados possuem viés incisivo. O

uso de expressões como “marcha” e “protesto” (42), “lutas” (44), “profundas reformas” (52) e “quebrar o poder” (53) subentende um cenário conflituoso na sociedade brasileira, perante o qual o leitor é instado a posicionar-se.

## 2013

**Editor:** Hamilton Octavio de Souza

**Governo Federal:** Dilma Rousseff (2011-2014)

### Artigos:

“Aí irmão, humildade e disciplina!”, de MC Leonardo (2013.A)

“A TV é que ti vê, seu babaca!”, de Gilberto Felisberto Vasconcellos (2013.B)

“O pior ano da reforma agrária”, de João Pedro Stédile (2013.C)

54. Se nós, seres humanos, que nos julgamos racionais, chegássemos ao nível máximo da humildade e da disciplina, além de termos a educação em um nível infinitamente superior ao que nós temos hoje, não iríamos ter as guerras, fome, abandono, desmatamento e tantas outras coisas que, às vezes, nos fazem pensar que o mundo deu errado. (2013.A)
55. A presidente Dilma deu seu veredito sobre o pré-sal, decidindo que todos os municípios do Brasil terão direito à partilha dos royalties do petróleo, e que cada centavo arrecadado terá que ser investido na educação. (2013.A)
56. A esquerda alienada não considera a telenovela o maior obstáculo ideológico à consciência de classe do proletariado. (2013.B)
57. (...) a telenovela é um instrumento de sacralização do latifúndio e demonização da reforma agrária no inconsciente do Sem Terra. (2013.B)
58. O ideal seria eliminar a propriedade privada da televisão, mas isso somente se conseguirá com uma revolução socialista de verdade. (2013.B)
59. Idiotice é afirmar que telenovela é cultura. A cultura esclarece e desvenda a realidade, enquanto a telenovela oculta, falseia e deforma as coisas e as relações sociais. (2013.B)
60. A telenovela (como toda TV) é dinheiro, comércio, valor de troca. (2013.B)
61. É o trabalho morto do trabalhador que paga a audiência e os anunciantes. A lógica do trabalho não pago, que é o fundamento da exploração capitalista, está presente quando o trabalhador vê telenovela (...) (2013.B)
62. Para esconder a decisão de não querer desapropriar os latifúndios para reforma agrária, os tecnocratas de plantão (...) (2013.C)

63. (...) o governo gasta 200 bilhões de reais por ano em pagamento de juros aos banqueiros (...) (2013.C)
64. (...) entre a opção de apoiar o modelo do capital, o agronegócio, ou o modelo dos trabalhadores: a agricultura familiar. (2013.C)

Nos artigos 2013 permanecem algumas das marcas negativas ligadas ao capitalismo (60 a 64), aos latifúndios (57 e 62) e ao agronegócio (64). Também a reforma agrária continua a ser defendida com certa reincidência (57 e 62), num posicionamento crítico ao governo Dilma Rousseff (PT), associado a “banqueiros” (63) e ao “capital” (64). Mas a menção à presidenta pelo primeiro nome, criando efeito de familiaridade, e o valor de convicção dado à suas atitudes (55) insinua que o desalento com a administração federal continua restrito à esfera do movimento agrário.

Nota-se, porém, um novo traço positivo nos trechos selecionados: a educação, identificada com a racionalidade (54), a consciência de classe (56) e o esclarecimento da realidade (59). Seu antípoda aparece na forma de males diversos (54), mas ancorado principalmente nas ideias de alienação (56), ocultação, falseamento e deformação da realidade (58), características da própria “exploração capitalista” (61).

Apesar das vulgarizações pontuais, as marcas de intertextualidade remetem a enunciados próprios de vertentes radicais de esquerda. A concepção da “ideologia” televisiva enquanto barreira que impede a “consciência de classe” (56) do proletariado estabelece um elo intertextual bastante explícito com o pensamento marxista (VALVERDE, 1986, p. 96). O elogio da disciplina (54) também possui algo da pragmática insurrecional clássica, particularmente a originada no marxismo. Basta lembrar a valorização que o termo recebe no pensamento leninista, como função organizadora da sociedade e do Estado, através de uma rígida educação dos militantes (idem, p. 165). Essa guinada se mostra ainda mais clara no uso de léxico marcante do discurso revolucionário: “proletariado” (56), “revolução socialista” (58) e “desapropriar os latifúndios” (62).

#### **4.2.1 – Traços semânticos**

O *imaginário sociodiscursivo* que articula as características identitárias de um veículo reflete “discursos de configuração” adotados e reproduzidos no âmbito da

interdiscursividade (CHARAUDEAU, 2006b, p. 206-208). O repúdio ao neoliberalismo, aos interesses geopolíticos dos EUA, à mídia corporativa e a facções adversárias da política nacional, independentemente da precisão dos termos e das variações eventuais que esses assuntos admitem, compõe o repertório tradicional do pensamento de esquerda e anuncia um viés previsível para qualquer artigo da *Caros Amigos* que se dedique a abordar os fenômenos citados ou seus desdobramentos.

Os diversos repertórios simbólicos que circulam nos debates políticos passam por um processo de singularização e essencialização, que ajuda a simplificar e a naturalizar as idéias socialmente. O objetivo é alcançado pelo emprego recorrente de “sintagmas cristalizados” e “frases elípticas”, “definicionais”, “tautológicas”, etc, que adquirem caráter absoluto, definidor ou motivacional, amiúde surtindo o mesmo efeito dos slogans publicitários (idem, p. 98-100).

No caso da *Caros Amigos*, esse fenômeno se materializa na recorrência de conjuntos léxicos e estruturas sintáticas usuais no discurso progressista consagrado, com o uso de ternos-chave como *globalização, capitalismo, privatização, imperialismo, conservadorismo, elite, especulação, juros e lucro*, por exemplo, geralmente em associações negativas entre eles. Outros termos operam no sentido oposto, isto é, aproximam-se e compartilham sentidos por associação positiva: *socialismo, popular, nacionalismo, soberania, liberdade, revolução, militância, resistência*. O uso da terminologia marxista e do cabedal léxico dos movimentos de esquerda reforça a importância do vocabulário na compreensão do interdiscurso que referencia a identidade editorial da revista (MAINGUENEAU, 1997, p. 155).

Embora o léxico não deva ser tomado de forma isolada, ele remete a certa memória discursiva externa, que os articulistas usam como referência para legitimar seus enunciados no interior do grupo a que se dirigem (MAINGUENEAU, 2007, p. 121). Daí advém o recurso ao que Dominique Maingueneau (2008c) chama de “participação”, isto é, a “palavra-valise que une participação e citação”. Na participação, o locutor alude a elementos discursivos previamente aceitos e reconhecidos pela comunidade-alvo, reforçando a adesão de ambos ao mesmo repertório simbólico e, portanto, garantindo a validade da sua postura enunciativa (p. 94).

Os eixos lexicais apontados nos excertos acima funcionam como operadores de coesão semântica que organizam o sistema de restrições da interdiscursividade de

esquerda, atravessando e constituindo os discursos políticos da *Caros Amigos*, independente da época abordada. É possível notar, contudo, certas oscilações nos traços semânticos positivos e negativos predominantes em cada número da amostragem.

Os artigos de 1997 são marcados por um forte sentido de *denúncia*, contraposta à *exploração* dos agentes capitalistas. A noção de *logro*, qualificando negativamente a estabilidade econômica dos anos FHC (e seu discurso), recebe um contraponto de *esperança* numa possível mudança futura.

O *neoliberalismo* assume posição privilegiada no eixo negativo dos enunciados de 2001, enquanto a *militância* dos movimentos sociais situa-se no pólo contrário. A *hegemonia* predatória do capital exige a *reação* das entidades civis nos embates eleitorais que se aproximam, conflito que também é representado pelo choque entre o *intervencionismo* estrangeiro e o *nacionalismo*.

*Debate e reunião* dominam afirmativamente os textos de 2005, sob o primeiro governo Lula. *Sistema*, em acepção ampla e opressiva, marca a permanência de *hegemonia* no flanco rejeitado. Cabe apontar que esses traços, embora se afirmem numa relação de antagonismo contextual, não funcionam como antíteses diretas no âmbito prático.

Em 2009, o vocabulário enfático radicaliza o posicionamento dos enunciados, através de conceitos fortes como *democracia* e *ditadura*. A necessidade da *luta* popular (oscilando entre a resistência e o reformismo) marca a ação desejada, novamente em contraposição com a ideia de *hegemonia* dos agentes capitalistas.

Já os textos de 2013 parecem calcados na defesa da *conscientização* mobilizadora do trabalhador, contra a *alienação* que o impediria de buscar seus direitos. O primeiro substantivo está ligado a um possível *despertar*, que levaria ao rompimento da *passividade* vigente, aqui tomada numa dupla noção pejorativa (do cidadão e do governo federal petista).

### **4.3 – Variações de um *ethos* pedagógico**

Os articulistas da *Caros Amigos* são identificados por breves notas de rodapé aos textos, os chamados “pés biográficos”. As especialidades profissionais que elas indicam não correspondem a avais técnicos para a posição enunciativa do autor, pois sua pauta é

livre e diversificada, inclusive nos próprios rodapés. Embora essas menções não deixem de conferir certa competência intelectual, socialmente determinada, a própria inclusão na revista já estabelece a autoridade enunciativa dos colaboradores. É o pertencimento a um rol privilegiado de mediadores, e não a presunção do saber acadêmico, que autoriza as opiniões sobre os temas. Isso explica por que os artigos opinativos apresentam acentuado tom diletante, usando as marcas de intertextualidades externas menos para ganhar embasamento científico do que para estabelecer um *ethos* autoral privilegiado.

Essa autoridade enunciativa também se afirma pela construção da “voz” textual. O artigo opinativo combina padrões semântico-argumentativos de cunhos confessionais, informativos, ensaísticos e doutrinários, resultando numa forma híbrida, que talvez pudéssemos chamar de “pedagógica”, cuja eficiência origina-se da maneira como o autor configura os enunciados para seduzir ou satisfazer o leitor. Os efeitos de adesão resultantes não dependem necessariamente de um rigor conceitual acerca das pautas abordadas, mas do tratamento que esses temas recebem. Em outras palavras, dependem menos da capacidade do autor de causar uma impressão de verdade em torno do que diz e mais do efeito de confiabilidade que esse *ethos* híbrido consegue inspirar na vigência do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006b, p. 101).

Visando sistematizar a exposição, sugerimos três tipos de voz enunciativa que englobam as principais nuances do *ethos* pedagógico predominante no articulismo da *Caros Amigos*. Esses tipos são, eles mesmos, heterogêneos, variáveis e interligados, mas cada qual resulta num fiador imaginário característico. O objetivo da categorização é verificar os procedimentos de “incorporação” que permitem ao autor identificar-se com as demandas e expectativas da comunidade leitora da revista (MAINGUENEAU, 2008a, p. 100).

#### **4.3.1 – O *ethos* de cumplicidade**

65. Eu simplesmente não aguento mais. A monotonia tomou conta dos jornais, revistas e telejornais. E das conversas também. Todo dia é a mesma lengalenga, temas eternamente repisados, notícias velhas, ramerrão, lugar-comum. (1997.A)
66. Dona Ruth não quer ser chamada de primeira-dama. Já o primeiro-marido é aquele que adora viajar. (1997.A)

67. Político de Brasília trabalha de terça a quinta, e olhe lá. Empreiteira acusada de corrupção. Este país tem feriados demais. (1997.A)
68. Pelé, o atleta do século, Xuxa e (argh) Angélica, Angélica (argh) e Xuxa, eta papo morrinha... (1997.A.2)
69. Quem matou Ayrton Senna? Quem é contra a reeleição? Quem é contra parar de falar nisso, pelamordedeus? (1997.A)
70. Porém, se temos, ao mês, um índice de inflação que as nações ricas têm ao ano, os salários de nostros trabalhadores são ridículos (...) (1997.B)
71. Semana passada vi a folha de pagamento de uma centena de peões de uma empreiteira. (1997.B)
72. Caro Lula (1997.C)
73. Sei que a isto se dá o nome de utopia, o que para muita gente é palavrão, mas para mim é o que faz a gente acordar todo dia com vontade de ter esperança. (1997.C)
74. Já sei o que o velho Lula vai me responder: se é assim tão fácil, então por que diabos você não faz logo esse projeto, não apresenta uma proposta? E eu te diria: porque, se tivesse esta capacidade, eu hoje seria um líder político, e não um mero jornalista. (1997.C)
75. (...) o tipo de Brasil que desejamos e precisamos (...) (2001.C)
76. É uma oportunidade e um desafio que temos pela frente, para não chegar a 2002 como estamos hoje (...) (2001.C)
77. Porque, além de depredar nostros recursos naturais (...) (2005.A)
78. E há uma crise ideológica, pois não encontramos um caminho comum que nos oriente sobre as saídas. (2005.A)
79. (...) é bom e necessário que o Fórum seja um festival de idéias, de propostas, onde todos e todas temos a liberdade de dizer o que pensamos e o que queremos (...) (2005.A)
80. E precisamente é isso que nós, da Vila Campesina e dos movimentos sociais, vamos fazer no FSM. (2005.A)
81. Estão por aí, irmãos que desfrutam generosamente das páginas da Folha (...) (2005.B)
82. (...) sabemos que são pobres-diabos que não respeitam a si mesmos, não são respeitados pela burguesia e menos ainda merecem qualquer atenção da nostra parte. (2005.B)
83. (...) sua eleição e reeleição [de Lula] foram vitórias históricas da gente de esquerda da minha geração e da anterior à minha (...) (2009.A)

84. Leitora querida, que saudades! Já fez suas promessas de ano novo? E já deu tempo de quebrar todas elas? Confesso que não sou mutante mas ando meio desligado. (2009.B)
85. E quase me descabelo com a crise. Gente, tá na cara que os governos ajudar os banqueiros não vai adiantar nada. (2009.B)
86. Gente, socialismo, CD, fita de vídeo, isso tudo está out, acabou. Hoje a gente baixa tudo pela internet, de música pras raves a projeto político pra sociedade. (2009.B)
87. Temos que ser é mais capitalistas. (2009.B)
88. Tínhamos conquistado anistia parcial (...) (2009.C)
89. Hoje a maior parte de nossas riquezas, produção e distribuição de mercadorias agrícolas está sob controle das empresas transnacionais. (2009. C)
90. Concordo em parte com ele (...) (2013.A)
91. Certa vez, o Mano Brown, ao receber um prêmio dentro da sua “quebrada” (...) (2013.A)
92. Se nós, seres humanos, que nos julgamos racionais (...) (2013.A)
93. Por isso, peço que todos os governantes desse país (...) (2013.A)
94. Ainda não pintou parlamentar de esquerda (...) (2013.B)
95. Nosso amigo Stédile prestaria um inestimável serviço ao desenvolvimento da consciência socialista se proibisse a telenovela nos assentamentos. (2013.B)

O fiador cúmplice busca aproximar-se do leitor, principalmente através de um estilo íntimo e confessional. O aspecto diferenciador do efeito de cumplicidade é estabelecer uma situação de aparente equivalência entre os participantes do ato de comunicação, buscando seduzir o co-enunciador e envolvendo-o, portanto, numa empatia de natureza emotiva, irracional ou intuitiva.

Esse *ethos* é marcado pela auto-referência (inclusão explícita do enunciador no relato), principalmente através do recurso aos dêiticos pessoais. O uso de verbos na primeira pessoa do plural e dos respectivos embeantes (“nós”, “a gente”) ajuda a expandir a individualidade “para além da pessoa escrita”, inserindo o locutor no grupo social ou profissional de referência (MAINGENEAU, 2008a, p. 127). É como geralmente os militantes e admiradores do MST reportam as lutas do movimento (80, 88 e 95), mas também como certos articulistas se referem a toda uma comunidade discursiva identificada com a esquerda, solidarizando-se com ela (81 e 82) ou

supostamente traduzindo seus interesses e anseios (78, 79 e 82), transformando o autor numa espécie de porta-voz informal desse coletivo. Outra função do recurso é expandir a ideia do “nós” aos brasileiros em geral (70, 75, 76, 77, 87, 89) e, menos frequentemente, a todos os seres humanos (92).

Os dêiticos da primeira pessoa do singular têm função majoritariamente confessional e visam “um ‘eu’ de identificação” que incentiva o leitor a ocupar o lugar do enunciador (idem, p. 128-129). Expondo sua intimidade, amiúde num tom de desabafo (65, 69, 73, 84 e 85), às vezes autodepreciativo (74), o autor atrai uma adesão simpática ao próprio gesto de sinceridade e angaria a adesão automática do leitor ao argumento apresentado. A embreagem temporal ou espacial do enunciador permite que ele sirva de testemunho e intérprete dos fatos relatados (71, 83 e 90), reforçando sua posição privilegiada.

A auto-referência está associada à cenografia intimista apresentada na enunciação. Ela pode reproduzir o âmbito de uma correspondência dirigida a um personagem real, dissociado do efetivo leitor do texto, como na “carta aberta”. Aqui, as marcas de afinidade com o destinatário (71 e 74) servem para reforçar a autoridade do *ethos* enunciador, principalmente quando se trata de uma liderança de grande popularidade, como é o caso de Lula. Parece evidente que o destinatário pressuposto da carta em 1997.C não é o célebre político, mas que sua inclusão serve para envolvê-lo de modo especial no tema abordado, sem um tratamento distanciado que poderia soar formal ou até crítico demais.

Outra cenografia presente nos excertos selecionados é a da conversa entre amigos ou colegas, apoiada em “cenas validadas” reconhecíveis pela comunidade-alvo (ibidem, p. 91). O estereótipo do bate-papo feminino (84) é construído pelo vocativo que abre o texto (84), pela interjeição “gente” e por expressões coloquiais que remetem a tecnologias de uso doméstico (85 e 86). A escolha do léxico ajuda a criar um efeito de familiaridade com a linguagem oral de certos repertórios de valores (65, 68 e 69) e grupos sociais (91 e 94), dando coesão ao modelo discursivo de referência.

O humor também constitui um elemento privilegiado na construção da cumplicidade. Rompendo a “fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor” (MAINGUENEAU, 1997, p. 98), a ironia mergulha o enunciado numa ambígua relação de concordância e distanciamento em relação ao exposto. Quando

utiliza o discurso indireto livre para reproduzir parodicamente os lugares-comuns do noticiário (65 a 69) e a defesa da ortodoxia econômica do governo federal petista (85 a 87), o autor ao mesmo tempo apresenta e condena o Outro a que esses ditos estão associados. Também pode ridicularizá-lo diretamente (66) ou usar a comicidade para esboçar breves juízos de valor que em contextos diversos pediriam esforços argumentativos mais elaborados (67 a 69).

A ironia tem um caráter pedagógico, pois articula conhecimentos prévios do público e o induz a conclusões quase inevitáveis no contexto argumentativo (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 236). O subentendido humorístico aproxima o leitor do articulista, sem deixar de conferir ao segundo uma posição ligeiramente superior na interpretação da realidade.

#### 4.3.2 – O *ethos* racional

96. Veja-se o crescente número de crianças e famílias morando na rua. O Real, mirabolante plano eleitoreiro, teve sucesso enquanto atingiu seus objetivos precípuos: reduzir a inflação – que de 1829 a 1993 passou da casa do sextilhão (dezenove dígitos) – e eleger um presidente que dança conforme a música das elites, sob a batuta do FMI. (1997.B)
97. Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar “ordem neoliberal” na América Latina. Economicamente debilitado pelas sucessivas crises financeiras, a partir de 1997, o edifício neoliberal começou a ser politicamente destruído com a vitória de Hugo Chávez, na Venezuela (final de 1998) e pela greve de um ano da Universidade Autônoma do México (Unam), a maior universidade pública da América Latina, realizada entre abril de 1999 e fevereiro de 2000. (2001.A)
98. Há, portanto, um quadro geral, uma tendência global (sem trocadilhos) de desabamento do edifício neoliberal. (2001.A)
99. Segundo o professor Noam Chomsky, o Fórum Social Mundial “proporcionará uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres, no sentido de desenvolver alternativas construtivas em defesa da esmagadora maioria da população mundial (...)”. (2001.B)
100. As conferências matinais do Fórum Social Mundial buscarão resgatar as alternativas que têm sido formuladas nos últimos anos por quem resiste à lógica do mercado, da especulação e da desigualdade. Além de abrir espaço para um diálogo sobre propostas, a metodologia estimulará organizações de todo o mundo a

proporem, no período da tarde, atividades para o debate detalhado de temas mais específicos. (2001.B)

101. Os processos eleitorais não são loterias. Quando se chega a eles, grande parte da opinião pública já foi constituída, nos anos anteriores, num mecanismo em que os grandes meios de comunicação têm um papel essencial. O horário eleitoral gratuito não representa um jogo que começa do zero. É ilusório imaginar que os instrumentos do marketing eleitoral podem afetar profundamente o que foi constituído cotidianamente nos anos anteriores, através da reiteração de valores, de campanhas políticas, de desqualificações e exaltações, de repetições e de exclusões. (2001.C)
102. Embora a campanha eleitoral tenha trazido resultados positivos para a esquerda, eles devem ser analisados na sua real dimensão, porque se referem a governos que não enfrentam a direção da política econômica nacional (...), em que é plebiscitada a estabilidade monetária e a chantagem do retorno da inflação atua de forma direta. (2001.C)
103. A humanidade está em crise. (2005.A)
104. Nos tempos da Guerra Fria, havia o trajeto clássico de comunistas a ex-comunistas e dali a anticomunistas. (2005.B)
105. Em 2007, segundo estudo da União Interparlamentar, o Brasil ocupava o centésimo sétimo lugar em presença feminina nos poderes legislativos de 189 países. Com 8,8% de cadeiras ocupadas por mulheres no Legislativo, o Brasil está longe da Argentina (35%) e mesmo da Costa Rica (38,6%). (2009.A)
106. Entre 1979 e 1984 se realizaram dezenas de ocupações de terra. Os posseiros, os sem-terra os assalariados rurais perderam o medo. Não queriam mais migrar para a cidade como bois marcham para o matadouro (na expressão do poeta uruguaio Zitarroza). (2009.C)
107. O capitalismo prega a democracia formal em instâncias determinadas da vida política – nas eleições, nos parlamentos – permanecendo assim, no melhor dos casos, uma proposta democrática para o funcionamento do sistema político, mas pretende que isto defina o caráter de um país, de uma sociedade. (2009.D)

O *ethos* racional oferece um fiador intelectualizado, semelhante ao dos modelos científico, acadêmico e filosófico, capaz de apreender e interpretar a realidade a partir de uma posição legítima e irrefutável (MAINGUENEAU, 2008c, p. 22-23). Sua força persuasiva advém de recursos valorizados pelo imaginário objetivista, guardando semelhanças com o padrão jornalístico em vigor nos grandes veículos e com os textos característicos das cenas englobantes de tipo institucional ou corporativo. Podemos detectá-las, nos exemplos acima, nas cenografias de análise sócio-política (1997.B, 2001.C, 2005.A e 2009.D), de reportagem (2001.A e 2009.A), de relato histórico

(2005.B e 2009.C) e de programa de atividades de um evento (2001.B).

Ao contrário do que ocorre no efeito de cumplicidade, aqui não interessa tanto a empatia pelo autor, ou a adesão a seu modo de interpretar o mundo, mas a transmissão de fatos e o embasamento técnico dos juízos. O apagamento das marcas emocionais, necessário para configurar a credibilidade do enunciador, exige que este se apresente como uma “não-pessoa”, sem marcas de embreagem, isto é, “isolado da situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 114). Todos os excertos selecionados têm essa característica de suprimir a relação “eu-você” do *ethos* cúmplice.

O plano não embreado vincula-se ao uso dos verbos nos pretéritos perfeito (96, 97 e 106) e imperfeito (104 e 105), reproduzindo o sistema de enunciação dos textos jornalísticos e historiográficos (idem, p. 118-119). Mas a “desembreagem” pessoal não implica a ausência de embreantes temporais nos enunciados de teor objetivo. Os verbos no presente dêitico, que referenciam o momento da escritura ou da leitura dos textos, conferem um sentido de simultaneidade histórica aos argumentos, permitindo que eles funcionem a favor de ações urgentes (98, 102 e 103). Já o presente não dêitico favorece as generalizações que encontramos em (101) e (107). Os verbos no futuro indicam a certeza de que o evento previsto irá se realizar, conferindo tom peremptório ao relato, quase ao ponto de antecipar um juízo sobre os fatos vindouros (99 e 100).

O predomínio do discurso direto segue a pretensão de criar efeitos de autenticidade, distanciamento e objetividade (ibidem, p. 142). Os mesmos propósitos determinam o apelo a referências autorizadas, sejam institucionais (105) ou pessoais (99 e 106), reconstituindo o discurso citado com valor documental (ibidem, p. 155). Também é comum o uso de marcas de precisão (estatísticas, datas, siglas, etc.) que reforçam a confiabilidade dos argumentos (96, 97, 105 e 106). O vocabulário às vezes foge ao padrão jornalístico e aproxima-se de um léxico especializado para tratar de certos temas sensíveis, embutindo respeitabilidade aos enunciados (96, 97 e 102).

Outros recursos persuasivos, embora não pertençam exclusivamente ao *ethos* racional, são usados com frequência nas suas manifestações. A parafraseagem permite o deslizamento metadiscursivo pelo universo polifônico dos significados, estabelecendo fórmulas mais ou menos unívocas de interpretação dos fatos (MAINGUENEAU, 1997, p. 95-96). É assim que os enunciadores pontuam veredictos sobre o Plano Real (96) e o capitalismo (107), por exemplo.

A negativa, “reação a uma afirmação real ou virtual de outrem” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 175), serve para rejeitar o Outro sem excluí-lo totalmente do diálogo, mantendo o enunciado no âmbito da polifonia. Colocando em cena um enunciador imaginário com o qual o próprio leitor pode inicialmente concordar, o autor refuta metalinguisticamente uma pressuposição que ambos compartilhariam (MAINGUENEAU, 1997, p. 80-83). Além disso, rechaça todo um cabedal imaginário ligado a esse pressuposto, como ocorre na negação da ideia de que o voto é resultado fortuito da propaganda eleitoral (101).

### 4.3.3 – O *ethos* de liderança

108. Para reduzir a miséria real, o Brasil precisaria de um governo menos virtual e de uma economia menos oscilante. (1997.B)
109. Foi-se o tempo em que uma bela bandeira, algumas palavras de ordem e uma boa música colocavam um sonho em marcha. Hoje, acho que o grande desafio é encontrar uma outra forma capaz de transformar novamente os milhões de sonhos pessoais num sonho coletivo; em que o trabalhador empregado, feliz com o fim da inflação, possa descobrir que o drama do seu vizinho desempregado pode ser também o seu, amanhã; em que o habitante urbano se preocupe com a reforma agrária, sem a qual o êxodo rural agravará cada vez mais os problemas das grandes cidades. (1997.C)
110. Esta há de ser uma tarefa coletiva, sem prazos nem objetivos imediatos. E o que me aflige é que continuamos todos presos aos compromissos do dia-a-dia, discutindo o varejo, com os olhos mais voltados para o passado do que para o futuro. (1997.C)
111. O rei está nu. E agora? (2001.A)
112. Ela corresponde ao sentimento generalizado da população de todo o mundo, de que não é mais possível suportar o neoliberalismo. Acabou. (2001.A)
113. O momento exige a mais ampla unidade nacional e popular contra os planos do imperialismo, contra a barbárie, contra os agentes da ditadura militar encastelados na Abin e no governo FHC. O momento é já. Aqueles que não souberem se colocar à altura desse desafio serão devidamente varridos para baixo do tapete da história. (2001.A)
114. Não se pode admitir que só o capital viole fronteiras e soberania nacionais. A globalização da solidariedade exige que se articule uma imensa rede internacional capaz de mobilizar quem é sensível aos direitos humanos e à preservação de Gaia. (2001.B)
115. Cabe à população exigir contas dessas medidas que salvam governos e afundam nações, condenando a população a um crescente estado de pobreza. (2001.B)

116. Um outro Brasil é possível – e necessário. (2001.C)
117. Debates com o que de melhor a intelectualidade – no sentido amplo – brasileira produziu (...) podem ser o instrumento fundamental dessa virada. (2001.C)
118. O presidente da República chegou a desdenhar o Fórum, dizendo que havia se transformado num festival ideológico. Soou como crítica. Mas deveria ser um elogio. (2005.A)
119. O primeiro passo é reunir o maior número possível de pessoas, entidades, forças sociais que estejam dispostas a debater a crise e suas saídas. E, nesse sentido, é bom e necessário que o Fórum seja um festival de idéias, de propostas (...). Os governos e os partidos, em geral centralizadores, é que têm o costume de dizer o que os outros têm de fazer, como se fossem donos da verdade. Ninguém mais acredita que esse seja o melhor caminho. (2005.A)
120. Mas não conseguem nem sequer provocar polêmicas, porque sabemos que são pobres-diabos que não respeitam a si mesmos, não são respeitados pela burguesia e menos ainda merecem qualquer atenção da nossa parte. (2005.B)
121. (...) agora é hora de pensar na continuação desse projeto de país (ou de um projeto melhor, a partir deste). (2009.A)
122. (...) agora é hora de pensar em eleger alguém como Marina Silva, como Dilma Rousseff, à presidência. É tempo de levar a fragilidade-força de Marina Silva, senadora (pelo PT do Acre) e ex-ministra do Meio Ambiente, ao centro do poder. Tempo de assistir à consagração do determinismo de Dilma Vana Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil, pela via da paridade nos espaços de poder. (2009.A)
123. Uma reforma política que permita às brasileiras ampliar sua presença nas instâncias de poder só virá com a eleição de uma mulher à presidência. (2009.A)
124. A Marcha agora é por essas duas Margaridas – e contra toda a boataria e maledicência que já se levanta em relação a elas. (2009.A)
125. Agora, o combate à pobreza no campo depende de mudança não só da propriedade da terra, mas também do modelo de produção. E se agora os inimigos são também as empresas internacionalizadas, que dominam os mercados mundiais, significa também que os camponeses dependerão cada vez mais das alianças com os trabalhadores da cidade. (2009.C)
126. Democratizar a democracia significa introduzir profundas reformas, nada dos projetos epidérmicos que mantêm uma representação parlamentar que não responde à distribuição da população (...). Mas representa principalmente desconcentrar o poder econômico, quebrar o poder das grandes corporações, antes de tudo as do sistema bancário e financeiro e as da mídia – as duas maiores tarefas que tem por diante a luta democrática no Brasil. (2009.D)
127. Ái irmão, humildade e disciplina! (2013.A)
128. A TV é que ti vê, seu babaca! (2013.B)

129. Telenovela ou socialismo, that's the question... (2013.B)
130. Para começar o ano de 2013, caros amigos, pelo menos fiquem sabendo que o governo Dilma tirou zero em reforma agrária em 2012. Está em dívida com os sem-terra, com o MST, com a Contag, com as mulheres camponesas, com a sociedade brasileira. E não adianta esconder-se nos índices de popularidade, porque os problemas sociais quando não resolvidos, dia mais ou dia menos, vão aparecer. Depois não digam que não avisamos! (2013.C)

Igualmente multifacetado, o *ethos* de liderança é composto na dinâmica de uma interdiscursividade política. Em vez de construir a imagem atraente de um candidato, porém, ele se dedica a realçar a competência militante do enunciador, voltada para a obtenção de efeitos pragmáticos favoráveis a determinado partido, movimento ou projeto reformista. No caso da *Caros Amigos*, conforme apontamos anteriormente, parte desse objetivo é antecipada na própria inserção do autor no quadro de colaboradores do periódico. Mas a credibilidade advinda do sentido de pertencimento ao grupo precisa ser confirmada pelas restrições da formação discursiva de esquerda, que fundamenta o contrato de leitura do veículo.

O fiador líder possui algumas características apontadas por Patrick Charaudeau (2006b, p. 145-166) no *ethos* político. A partir do imaginário da “inteligência”, tomando como base a competência racional, o enunciador angaria a admiração do público perante sua capacidade intelectual de encontrar soluções para os problemas relevantes da atualidade (117). No apelo de “chefe”, ele articula as figuras do guia de um grupo social (119), do profeta inspirado e do comandante visionário que conhece as necessidades da população (115), do país (121, 124, 126) e mesmo do planeta (114). Destes atributos advém a solidariedade com os despossuídos (108, 123, 125), com o seu grupo de afinidade ideológica (118, 130) ou com a classe trabalhadora em geral (109).

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), encontramos pistas para compreender a atuação do opinionismo militante sob a ótica da argumentação. O papel do líder se desdobra numa ênfase variável entre o esforço de convencimento e o de persuasão: convencer é a primeira etapa da adesão racional a um argumento, enquanto persuadir visa suscitar uma ação efetiva (p. 30). Considerando que os valores defendidos pressupõem alguma aceitação prévia dos leitores, o esforço de convencimento é herdeiro do chamado *gênero epidêitico* de oratória, de caráter fundamentalmente

educativo, usado para incrementar a adesão do ouvinte a valores comuns e incontroversos. Já a tentativa de persuasão remete ao *gênero deliberativo*, usual nos debates políticos e judiciários (p. 53-60).

Os artigos 1997.B, 1997.C, 2001.C, 2009.C, 2009.D, 2013.B e 2013.C apostam no convencimento de propostas genéricas sem aplicação imediata, ao passo que 2001.A, 2005.A, 2005.B, 2009.A e 2013.A tentam persuadir o público a tomar atitudes mais ou menos pontuais. Essas posturas não equivalem a qualquer tipo de escala de veemência argumentativa. Tanto as apologias reformistas de grande amplitude e realização incerta quanto a defesa de agendas específicas podem apresentar fiadores radicais ou ponderados.

A modalização é um procedimento discursivo de suma importância no exercício da liderança, marcando o posicionamento do enunciador em relação ao tema e ao próprio leitor (MAINGUENEAU, 2008a, p. 107). O grau de certeza que o autor revela sobre seus argumentos e a ênfase na necessidade ou na urgência das medidas propostas são determinados pelo uso dos modalizadores. A *modalidade epistêmica* aparece nos excertos selecionados marcando impressões pessoais (109 e 110), a crença numa possibilidade (117) e uma convicção (120). Por sua vez, a *modalidade deôntica* expressa proibição, obrigação ou permissão. É interessante notar que, dos trechos apresentados, a grande maioria traz alguma forma de exigência (108, 110, 113, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124 e 127) ou de veto (109, 112, 114, 120 e 130), sendo que apenas três (116, 117 e 129) admitem concessões (embora em 2013.B as alternativas fornecidas pelo enunciador convirjam para uma única solução aceitável).

Quanto aos tempos verbais, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) explicam que “o presente expressa o universal, a lei, o normal. O presente é o tempo da máxima, do adágio, ou seja, daquilo que é considerado sempre atual, jamais invalidado” (p. 181). Não surpreende, portanto, que a presença do *ethos* de liderança esteja quase sempre acompanhada pela marca verbal do imediatismo definitivo e normativo. Mesmo nas poucas ocorrências de ações situadas no futuro (110, 123, 125, 130), essa antecipação tem o caráter incondicional do vaticínio.

Resta analisar o uso dos sinais de pontuação como estratégia de fortalecimento do *ethos* de liderança, através do “tom” que imprimem à sua enunciação. “As perguntas são, em geral, apenas uma forma hábil para encetar raciocínios”, a partir da

cumplicidade irresistível que estabelecem com o interlocutor (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 180). Em (111) a interrogação já aparece no título do artigo (“E agora?”), subentendendo que a resposta será dada ao longo do texto. Mas aqui notamos também que esse instrumento de sedução extrapola a fronteira da curiosidade retórica, tornando-se uma espécie de provocação, um desafio destinado a obter o engajamento do leitor. Dessa forma, a interrogação obtém um efeito diverso daquele observado nas manifestações do *ethos* de cumplicidade (69, 74 e 84).

Outro artifício gráfico de apelo persuasivo é o ponto de exclamação. Símbolo máximo de ênfase, raramente usado no texto noticioso e mesmo no opinionismo impresso, ele está vinculado a efeitos de chamamento, de ordem, de emoção, de ameaça, etc. Os dois primeiros usos aparecem no excerto (127), associados a um lexema bem marcado pela ideia de afinidade social (“irmão”). O terceiro efeito surge no título de (128), na forma de um insulto dirigido ao leitor que assiste a telenovelas (“seu babaca!”), e o quarto fecha o aviso catastrófico de (130), alinhando-o com posturas intransigentes típicas do extremismo político (BOBBIO, 2011, p. 72). A particularidade que distingue estas ocorrências daquela presente, por exemplo, em (84), é o tipo de vínculo que estabelecem com o interlocutor. A exclamação de liderança já não se limita a enfatizar emocionalmente o enunciado, mas a fortalecer a posição do fiador no elo comunicativo.

#### **4.4 – Da liberdade ao dogmatismo**

O mapeamento temático dos exemplares do recorte, as marcas semânticas do *corpus* e os desdobramentos do fiador pedagógico nele predominante confluem para um esboço analítico a respeito das transformações da identidade editorial da revista *Caros Amigos*. Repetimos que não se trata de estabelecer veredictos definitivos acerca desse conjunto numeroso e heterogêneo de textos autorais, mas de propor uma via possível para compreendê-los sob a ótica da interdiscursividade. O próprio enfoque no contrato de leitura, aplicado às peculiaridades do artigo de opinião, pressupõe um exercício interpretativo que jamais poderia almejar a infalibilidade.

O primeiro número da revista é o que apresenta a maior quantidade de textos opinativos. A variedade temática reflete o conjunto multidisciplinar de colaboradores,

com uma incidência de preocupações culturais e de um viés humorístico que não virá a se repetir e que talvez seja sintomática do espírito descontraído e diletante que vigorava na concepção do periódico. Os artigos políticos são dominados pelo *ethos* cúmplice, com acentuado tom confessional, demonstrando certa valorização do ego criativo em detrimento do esforço mobilizador. Há unanimidade na posição crítica ao primeiro governo FHC, mas esse desapontamento não parece partidarizado o suficiente para almejar o âmbito das efetivas disputas pelo poder. Embora às vezes indignado, o fatalismo se apresenta vazio de conotações pragmáticas: o leitor concebido pelos articulistas é um cidadão descontente que está prestes a perder a esperança e procura interlocutores que o ajudem a fortalecê-la.

Quatro anos depois, a revista apresenta um modelo editorial consolidado, que perdurará com poucas variações por pelo menos uma década. O grupo de articulistas ainda é eclético e seus temas possuem notável diversidade, mas toda a publicação já está empenhada no ativismo de esquerda que afastara alguns dos fundadores nos primeiros anos. O estilo intimista quase desapareceu dos textos políticos. A combinação de objetividade e persuasão apoia os argumentos em fiadores didáticos e formais, próximos de um *ethos* acadêmico tradicional. O apelo à insurreição organizada contra o neoliberalismo reflete o esgotamento do projeto administrativo de FHC, então no final de um turbulento segundo mandato. A impopularidade do líder tucano e o avanço do PT nas eleições municipais de 2000 alimentavam as expectativas reais do petismo na disputa sucessória do ano seguinte. Daí o caráter ao mesmo tempo educativo e mobilizador dos enunciados. O interlocutor deles é o cidadão-eleitor, bem informado, politicamente conscientizado e progressista.

O exemplar de 2005, apesar do leque temático mais restrito a questões da atualidade, possui apenas dois artigos sobre política nacional. Em ambos, o *ethos* pedagógico articula de maneira homogênea as variações de cumplicidade, racionalidade e liderança. Esse equilíbrio de tom lembra cenografias típicas de uma locução oral como a aula ou a palestra política. A ênfase no debate e no respeito às tradições do pensamento de esquerda não é casual, portanto, mostrando que o anseio de luta se encontra numa situação de recuo estratégico, focado mais em ideias do que em atitudes. As manifestações contrárias ao primeiro governo Lula são veladas e insinuam críticas repetidas pelos movimentos sociais desde o início da administração petista. O

antagonismo de um Outro hegemônico e difuso não possui incorporação pessoal ou institucional, podendo eventualmente incluir a própria esquerda acomodada ao poder. Por isso o público visado pertence a um coletivo descontente com a gestão federal, ainda que não convicto o bastante para rechaçá-la.

Em 2009, o teor das colaborações, reportagens e entrevistas aponta para uma politização da identidade editorial da *Caros Amigos*. Assuntos envolvendo política brasileira ocupam registros variados, desde a apologia eleitoral petista ao desabafo incrédulo, passando por uma homenagem ao MST e pela análise sobre o conceito de democracia. Esse arco apresenta a mais acentuada polarização entre defensores e detratores de um governo federal observada na amostragem, captando o clima que antecedeu ao lançamento da candidatura Dilma Rousseff. Os dois pólos contrários de posicionamentos relativos ao petismo são ocupados por fiadores que agregam estratégias de intimidade e persuasão, resultando numa variedade emotiva de militância, dedicada a fortalecer o pertencimento do *ethos* a grupos de referência abrangentes (mulheres e camponeses, em particular). É razoável afirmar, porém, que o pólo situacionista encontra-se isolado num conjunto em que prevalece o desalento e a tendência a tratar o governo Lula com uma dureza outrora dedicada a FHC. O enunciador radicalizado e concitativo e a simplificação argumentativa presumem um público eleitor, permeável aos apelos propagandísticos do imaginário populista.

Um modelo diferente aparece na edição de 2013. A reforma editorial reduziu drasticamente o espaço dedicado ao artigo opinativo. O enxugamento estreitou o leque biográfico dos colaboradores e, portanto, a amplitude dos seus repertórios simbólicos. Observando o quadro opinativo, e sabendo que ele é mais ou menos fixo até hoje, temos a sensação de que a revista passou a buscar certa “representatividade social”, redirecionando os vínculos com a formação discursiva de esquerda. É difícil analisar os *ethé* incorporados nos textos sobre política nacional sem ancorá-los na cultura da periferia, no universo acadêmico e em movimentos reivindicatórios organizados, âmbitos particularmente profícuos para o extremismo político. As marcas de valorização dos enunciadores segundo essa filiação ideológica sobressaem nos respectivos traços semânticos e interdiscursivos, contribuindo para entendermos a combinação da natureza doutrinadora dos enunciados com o radicalismo às vezes autoritário dos posicionamentos. Tantas restrições têm reflexos claros na pouca

amplitude do público sugerido pelo novo contrato de leitura da publicação.

As oscilações observadas no *corpus* não equivalem a uma curva constante e gradativa. As peculiaridades históricas e as variações dos quadros de colaboradores marcaram a *Caros Amigos* de formas diversas, impossibilitando simplificar suas características discursivas em função, por exemplo, do apoio ou da rejeição a governos e partidos políticos. O viés anticapitalista parece a única tendência imutável da publicação desde a origem, servindo como âncora interdiscursiva para marcar os posicionamentos inconformistas dos autores mesmo quando eles se arriscam a contrariar as preferências eleitorais do público majoritário.

Por outro lado, embora o alinhamento a repertórios simbólicos de esquerda redunde em certas homogeneidades semânticas, suas nuances ajudam a perceber que os articulistas se encaminharam de uma posição de centro-esquerda, simultaneamente igualitária e libertária, para uma de extrema-esquerda, em que a segunda qualidade dá lugar ao autoritarismo (BOBBIO, 2011, p. 135). Indissociáveis desse movimento, as variações do *ethos* pedagógico fizeram semelhante percurso, partindo de uma postura esperançosa, depois militante e mobilizadora, para terminar em fiadores intransigentes, agressivos e catastrofistas.

O universo especulativo da *Caros Amigos* chegou a 2013 rarefeito e fechado. Perdeu a heterogeneidade conflituosa de outrora, transformando-se em canal para a veiculação de um limitado imaginário ativista. “Se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade” (MARIANI, 1996, p. 64-65). O sectarismo de esquerda virou arma de combate ao sectarismo de direita. O mesmo didatismo simplificador usado pelos grandes veículos no tratamento do discurso comunista (idem, p. 230-231) serve agora para estigmatizar os obstáculos à causa revolucionária. Inclusive o PT, que desfrutou de ampla afinidade dos articulistas no passado recente.

É significativo que o salto dogmático do mensário tenha acompanhado a drástica mudança do seu padrão editorial. O modelo objetivista neutraliza os perigos da opinião dissidente, e pode até excluí-la em nome de uma suposta isenção informativa. A adesão ao tradicionalismo jornalístico talvez visasse abrir o escopo mercadológico do contrato de leitura da revista, mas terminou, paradoxalmente, afunilando-o. A limitação do raio

da incerteza polêmica restringe a liberdade analítica do leitor, que consegue facilmente desenvolver essa prerrogativa na dinâmica diversidade autoral das mídias eletrônicas. Além disso, quanto mais radicalizado é o público-alvo, mais difícil satisfazê-lo, alimentando uma espiral restritiva que precisa continuar afastando os indecisos para garantir a fidelidade dos poucos remanescentes convictos. Sob o prisma contratual, portanto, a *Caros Amigos* substituiu o diferencial atrativo da multiplicidade por uma versão discursivamente previsível do padrão hegemônico no periodismo impresso.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da revista *Caros Amigos* ilustra as funções desempenhadas pelo artigo de opinião na imprensa militante, remetendo à distinção que Eliseo Verón (1980b) faz entre o “efeito de conhecimento” e o “efeito ideológico” do discurso. Servindo ao primeiro, o opinionismo articula-se a enunciados que exibem as suas contingências produtivas e que são constituídos para criar *saberes* sobre a realidade. No entanto, incorporada a discursos que se apresentam como absolutos, ela contribui na geração de *crenças* (p. 92). Este é o caso, para o autor, do discurso político, dedicado à “aniquilação” do Outro antagonista (p. 96).

Entre saberes e crenças oscila o caráter do fiador autoral ou institucional que legitima o ato comunicativo. A princípio, todas as modulações do *ethos* pedagógico permitem algum nível de contraditório, pois se equilibram em dados e raciocínios passíveis de questionamento na mesma rede intertextual. À medida que assimila repertórios supostamente incontestáveis e estratégias argumentativas inflexíveis, porém, o ativismo jornalístico adquire um viés sectário e extremista que reduz a liberdade interpretativa do leitor sob o pretexto de superar os adversários.

Esse resultado também pode advir da falta de pluralidade opinativa. O espaço dedicado à especulação determina a riqueza polêmica oferecida pelo veículo de comunicação. Quanto menos diversificada é a polifonia interdiscursiva que o atravessa, menor a complexidade das interações que ele estabelece a partir do contrato implícito com o público. A redução drástica no número e na variedade dos colaboradores da *Caros Amigos*, apontada no Capítulo III, já anunciava as consequências empobrecedoras depois observadas no âmbito discursivo do opinionismo. Isso evidencia, contrariando o paradigma objetivista, que os eventuais acirramentos ideológicos de um veículo jornalístico não se devem ao predomínio da subjetividade e da individualidade. Notamos exatamente o oposto no processo de radicalização política da revista, que acompanhou sua assimilação do modelo hegemônico no mercado, refratário à incerteza e ao senso crítico.

Parece claro que as vicissitudes administrativas e as personalidades dos diferentes editores-chefes afetaram a evolução da identidade editorial do mensário.

Certamente não é casual o fato de que os episódios conflituosos que abalaram a redação, mesmo os anteriores à morte de Sérgio de Souza, acompanharam mudanças no grau de politização da *Caros Amigos*. Tampouco a adoção (contraditória apenas na aparência) de um modelo editorial mais pluralista sob a hegemonia neoliberal e de um modelo menos pluralista diante do fracasso do PT em superá-la. Mas não podemos exagerar a influência das suas condições de produção no repertório opinativo publicado, extrapolando as contingências do âmbito empresarial para que elas justifiquem os estímulos criativos do articulismo. Para compreendê-los é necessário esmiuçar a trajetória da intelectualidade de esquerda ao longo dos sucessivos contextos históricos da amostragem.

O repúdio unânime aos programas neoliberais dos anos Fernando Henrique Cardoso (privatizações, paridade cambial, endividamento externo, desindexação salarial, etc) criou a expectativa de que Luiz Inácio Lula da Silva, então seu maior adversário, representaria uma ruptura com aquele modelo. Mesmo após a célebre “Carta ao povo brasileiro” (junho de 2002)<sup>35</sup>, em que o candidato do PT se comprometia com a estabilidade econômica do país, setores da esquerda continuaram acreditando na possibilidade de uma transformação dos padrões administrativos e políticos vigentes.

O anseio reformista, já apaziguado pelo pragmatismo eleitoral, logo esbarrou nas limitações da governabilidade. Desde o início, a gestão federal petista viu-se refém das estruturas predominantes nas relações entre o Executivo e o Legislativo a partir da redemocratização pós-ditatorial. Marcos Nobre (2013) reúne essas estruturas sob um fenômeno que chama de “pemedebismo”, pois gestado no protagonismo original do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) durante o retorno do poder civil (p. 13). Adaptado às oscilações governistas dos anos 1990, o pemedebismo naturalizou-se de tal forma que passou a representar uma “blindagem característica do sistema político contra a sociedade”, incompatível com as evoluções necessárias do projeto social-desenvolvimentista consolidado por Lula (p. 146-147).

Ao longo do seu primeiro governo, o exercício do poder revelou-se frustrante para muitos dos antigos apoiadores. Frei Betto deixou a coordenadoria de Mobilização Social do Programa Fome Zero em dezembro de 2004, “cético quanto aos rumos da economia e movido por minha compulsiva paixão pelas letras” (BETTO, 2006, p. 125).

---

<sup>35</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Para o escritor dominicano, um dos mais longevos colaboradores da *Caros Amigos*, o maior erro do PT foi se afastar das bases sociais históricas: “quanto mais a questão do poder tornou-se vital para os membros do partido, deu-se menos importância ao fortalecimento dos movimentos populares. Pretendeu-se equipar a máquina estatal com os quadros do partido” (p. 206).

Francisco de Oliveira, que rompeu com o PT em 2003 para se tornar um fervoroso crítico de Lula, tem opinião semelhante. O sociólogo acredita que o partido “seqüestrou as organizações e movimentos sociais, e casou-se com uma progressiva profissionalização da academia”, forçando a intelectualidade a poupar as gestões petistas por receio de fortalecer o PSDB e de se alinhar à direita (NOVAES, 2006, p. 302). “O sequestro dos movimentos sociais pelo governo Lula retira bases de interlocução, sem o que o papel dos intelectuais pode voltar apenas ao redil do ‘marxismo ocidental’” (idem, p. 303).

Se a ortodoxia econômica e o distanciamento dos princípios originais do PT vinham desagradando parte da esquerda, foi o pemedebismo que gerou seus maiores embaraços de natureza ética. O comprometimento da administração federal com as alas conservadoras e fisiológicas das siglas governistas atingiu o nível da ilegalidade, culminando no escândalo do chamado “mensalão”, que chegou a conhecimento público em 2005. Nesse esquema, o caixa dois de campanhas eleitorais petistas era desviado para certos parlamentares aliados, em troca de seu apoio ao Planalto – uma prática antiga, mas duramente rejeitada pelo PT nos tempos de oposição.

Para o filósofo Francis Wolff, espelhando a reação da esquerda francesa ao governo do socialista François Mitterrand (1981-1995), a intelectualidade brasileira dividiu-se diante do escândalo, “alguns escolhendo a ruptura estrondosa com o partido, outros se refugiando num silêncio embaraçado” (ibidem, p. 46). Segundo Wolff, esse dilema ético remete ao nascimento dos intelectuais na Grécia antiga e envolve a abrangência da sua atuação nos debates de seu tempo, as suas relações com o poder e os valores que norteiam as respectivas escolhas (ibidem, p. 61-67).

A cisão apontada na esquerda brasileira é incontestável, mas soa equivocado resumir as posturas dos intelectuais, sob qualquer conjuntura histórica, à oposição ferrenha ou ao “silêncio obsequioso”. No Brasil atual essa dicotomia não abarca toda a complexidade dos debates políticos. Mesmo nos momentos mais conturbados, sempre

houve quem defendesse moderada e criticamente o legado dos governos petistas, em particular o lulismo, sem acatar as eventuais ilicitudes cometidas.

É o caso de André Singer, ex-porta-voz da Presidência da República (2003-2007) e ex-secretário de Imprensa do Palácio do Planalto (2005-2007). Singer (2012) acredita que Lula manteve a política econômica dos antecessores “para desestimular conflitos” (p. 22) e que a redução da desigualdade social promoveu uma “revolução passiva”, no sentido gramsciano, que permitiu a realização parcial e controlada de algumas importantes plataformas populares (p. 37-38). Por outro lado, o apaziguamento político-social resultante levou a um “consenso neoliberal” na esquerda majoritária e ao esvaziamento de projetos anticapitalistas, agora restritos a pequenos grupos radicalizados (p. 219-220).

Todo esse ambiente intelectual múltiplo e conflituoso transparece no quadro opinativo da *Caros Amigos*. Até 2011, quando a reforma editorial reduziu seu elenco de articulistas, a publicação pode ser tomada como espécie de microcosmo representativo do pensamento de esquerda sobre a política brasileira contemporânea. Ali encontramos a indignação contra o neoliberalismo dos anos FHC, as expectativas geradas pela ascensão de Lula, as primeiras decepções, as concessões pragmáticas, a defesa de princípios reformistas e até a indignada ruptura com o governo petista. Depois da reforma, a falta de ecletismo parece fazer da publicação um exemplo da aparente dualidade apontada por Francis Wolff.

As oscilações são evidenciadas pelas marcas semânticas abordadas no Capítulo IV. Os artigos políticos de 1997 recorrem aos problemas sociais brasileiros para denunciar a enganosa estabilidade econômica do Plano Real, embora esta pareça insuperável nas disputas eleitorais vindouras. Em 2001, o ímpeto de confronto faz da mobilização antiliberal um claro combustível de apoio à candidatura de Lula. O primeiro governo petista desfruta de certa condescendência dos autores nos textos de 2005, mas os primeiros sinais de ruptura se fazem notar, na reincidência do descontentamento com o programa econômico da administração federal e nas críticas ao seu caráter centralizador. Quatro anos depois, o acirramento das posições favoráveis e contrárias à gestão federal antecipa os debates sucessórios de 2010, notadamente o conflito entre o espírito reformista e o combate pragmático à alternativa conservadora. Em 2013 restam enunciados de viés revolucionário, com referências tímidas à

administração Dilma Rousseff, salvo no ataque ameaçador do líder do MST.

Mas a grande contribuição da Análise do Discurso para a abordagem de um *corpus* opinativo é justamente relativizar juízos simplistas acerca do apoio e do repúdio a governos, a partidos ou a quaisquer focos de controvérsia. Sob a ótica da interdiscursividade, os enunciados do texto militante publicado na *Caros Amigos* possuem relevância apenas quando iluminam a maneira como os autores reproduzem certos repertórios imaginários de esquerda a partir das restrições semânticas e intertextuais impostas pelas circunstâncias. Por motivos similares, a construção do *ethos* autoral possui maior importância para a investigação do ativismo jornalístico do que a personalidade, a filiação partidária ou a formação profissional do indivíduo que escreve. Quando associamos o articulismo da revista à trajetória da intelectualidade brasileira, enfocamos principalmente o papel que esta busca desempenhar na dinâmica das lutas políticas, isto é, a natureza da relação que estabelece com a coletividade interlocutora. Daí a relevância do conceito de “contrato de leitura” para o desdobramento da análise.

Os dois tipos de intelectual descritos por Norberto Bobbio (1996) ajudam a abordar a questão. O autor diferencia os *ideólogos* dos *especialistas* (“expertos”), segundo a tarefa que assumem na formulação e na transmissão de valores políticos (p. 72). Os ideólogos expressam “princípios-guia”, ou ideias gerais que norteiam a busca por objetivos determinados. Já os especialistas reproduzem “conhecimentos-meio”, repertórios específicos originados em campos do saber técnico, que ajudam a decidir os instrumentos mais adequados para cada situação. O primeiro legitima a ação através dos valores que a pretextam, enquanto o outro legitima a ação por sua natureza racional e eficaz (p. 73-74). No pólo extremo do tipo ideólogo há o utopista, preso à supremacia da finalidade sobre os meios; já o técnico puro é insensível aos fins, pois lhe importa apenas a correção dos meios necessários para atingi-los (p. 75). A ideologia e o tecnicismo pragmático admitem duas éticas próprias, respectivamente a da convicção e a da responsabilidade (p. 76). Mas cabe lembrar que tais posturas não determinam intensidades de engajamento, e sim a forma como o intelectual se relaciona com o poder estabelecido, reforçando ou negando a sua validade (p. 104-105).

O conjunto de artigos estudados nesta pesquisa ilustra com razoável abrangência as nuances possíveis da tipologia e os entrelaçamentos que a permeiam. De maneira semelhante ao que observamos acima quanto à elaboração de saberes e crenças sobre a

realidade, o material opinativo é constituído através de repertórios doutrinários e técnicos escolhidos segundo as finalidades e os meios privilegiados pelo interesse político que motiva o gesto militante.

Ao mesmo tempo, adaptando os conceitos de Bobbio à esfera discursiva, concluímos que as figuras do ideólogo e do especialista ajudam a caracterizar os fiadores construídos pelos articulistas da *Caros Amigos* em determinados contextos. As reflexões desenvolvidas no Capítulo IV mostram que cada variante do *ethos* pedagógico recorre de maneira específica a princípios e conhecimentos, amiúde reforçando-os mutuamente, para alicerçar a sua autoridade e aprimorar o efeito persuasivo do ato de comunicação. Assim, a cumplicidade, a racionalidade e a liderança advêm de estratégias combinadas pelos enunciadores em função das supostas expectativas e afinidades do público: o tom intimista e confessional alimenta o descontentamento esperançoso, o efeito de objetividade fornece argumentos para embasar a mobilização e esta, por sua vez, obedece às convicções de um guia sensível às necessidades coletivas.

Tudo isso demonstra que o estilo de atuação do intelectual depende também da imagem que ele espera construir no interior da comunidade discursiva. Mesmo as ideias de isenção e engajamento que definem a sua postura pública servem a um propósito de afirmação social, ganhando viés autoritário à medida que se aproximam de extremos absolutos. “Estamos condenados, em nosso próprio discurso, a expressar o próprio poder que nos domina” (VERÓN, 1980b, p. 87), mas este poder condiciona inclusive os papéis que procuramos desempenhar nos debates cotidianos. Eis a dimensão ética que assemelha o ativismo às demais práticas da instância política.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1985.

ADORNO, Theodor. **O ensaio como forma**. São Paulo: Ática, 1986.

ALMIRON, Núria; JARQUE, Josep Manuel. **El mito digital**: discursos hegemónicos sobre Internet y periodismo. Barcelona: Anthropos Editorial, 2008.

ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de São Paulo**. 2005. 268 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do Discurso Hoje**, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Silveira. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In GENETTE, Gérard [et ali.]. **Literatura e semiologia**: pesquisas semiológicas. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1972, p. 35-44.

\_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**, Rio de Janeiro: Livraria Agir

Editora, 1960. Disponível em: <http://biblioteca.comunicamos.org/wp-content/uploads/2012/12/filosofia.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre, Sulina, ARI, 1980.

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BONINI, Adair. Análise crítica de gêneros jornalísticos. In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. **SBPJor** – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná: 2012. Disponível em: <http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292>. Acesso em: 22 jan. 2015.

BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 32, p. 111-118, março de 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Ideias para um novo jornalismo nos meios impressos. **O Xis da Questão**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/>

admin/arquivos/artigos/2012\_7\_31\_14\_30\_18\_10820.pdf. Acesso em: 10 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Jornalismo não se divide em Opinião e Informação. **O Xis da Questão**. São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012\\_7\\_31\\_14\\_34\\_6\\_09719.pdf](http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012_7_31_14_34_6_09719.pdf). Acesso em: 10 abr. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'Analyse du Discours**. Paris: Éditions du Seuil. 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. Discours journalistique et positionnements énonciatifs: frontières et dérives. Le site de Patrick Charaudeau. **SEMEN 22**, Presses Universitaires de Franche-Comté, Besançon, novembro de 2006. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Discours-journalistique-et.html>. Acesso em: 07 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit. **Le Français Aujourd'hui**, n°123, Association Française des Enseignants de Français, Paris, 1998. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/L-argumentation-n-est-peut-etre,74.html>. Acesso em: 07 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CORRÊA, Elizabeth Saad. O Jornalismo Contemporâneo no Brasil: as mídias digitais como elo entre a crise e a busca de uma nova identidade. **Anais da Bienal Iberoamericana de Comunicação**, 2005. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org>.

mx/anteriores/n49/bienal/Mesa%206/elizabethsaad.pdf. Acesso em: 07 mai. 2014.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo**: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009.

DELEUZE Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, Editora 34, 1992.

DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques (Orgs). **A imprensa em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DITTRICH, Ivo José. **Lingüística e jornalismo**: dos sentidos à argumentação. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 1997.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

FARO, J. S. **Realidade (1966-1968)**: tempo de reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre/RS: Editora Ulbra/Age, 1999.

FIORUCCI, Rodolfo. **A revista Caros Amigos (1997-2006) e os governos FHC e Lula**: nova imprensa alternativa, política e publicidade. 2009. 249 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** 3. ed. Trad. Antônio Fernando Cascais. [s.l]: Vega, 1997.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index1.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornalismo brasileiro**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

HACKETT, Robert. Decline of a paradigm? Bias and objectivity in news media studies. **Critical Studies in Mass Communication**. v. 1, n.3, p. 229-259, setembro de 1984. Disponível em: <http://titiesel.files.wordpress.com/2008/09/hackett-robert-ae2809cdecline-of-a-paradigm.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent:** the political economy of the mass media. Nova York: Pantheon Books, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na Era Virtual:** ensaios sobre o colapso da razão

ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. Trad. Rafael Varela jr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LANE, Robert E.; SEARS, David O. **A Opinião Pública**. Trad. Álvaro Cabral. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1966.

LEACH, Joan. Análise retórica. In: BAUER, Martin W.; GASKWELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guarschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/ethos\\_discursivo\\_primeiro\\_capitulo.pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Meus%20documentos/Downloads/ethos_discursivo_primeiro_capitulo.pdf). Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gênese do Discurso**. Trad. Sírío Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **Initiation aux méthodes de l'Analyse du Discours: problèmes et perspectives**. Paris: Classique Hachette, 1976.

\_\_\_\_\_. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indusky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. **INTERCOM** – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, ano XIV, n. 64, p. 74-92, jan/jun 1991.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus Editorial. 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. Trad. Patrícia De Cia. São Paulo: Contexto, 2007.

MIRA, Maria Celeste. **O Leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. Campinas (SP), 1997. 359 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso**

comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. 'Profissionalismo' e 'objetividade': o jornalismo na contramão da política.

**Biblioteca online de Ciências da Comunicação**. 2001. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>

Acesso em: 10 abr. 2014.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOTTA, A. R.; POSSENTI, S. Direita e esquerda: volver! In: 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2008, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2008. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/jied/pdf/DIREITA%20E%20ESQUERDA%20motta%20e%20possenti.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, RJ, p. 5-9, setembro de 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2014.

MOTTER, Maria de Lourdes. **Ficção e História: imprensa e construção da realidade**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1989.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOVAES, Adauto (org). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. **Caros Amigos e o Resgate da Imprensa Alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1996.

PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: **SECOM** – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, fevereiro de 2014. 151 p. Disponível em: [http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/livro-pesquisa-brasileira-de-midia\\_internet-pdf/view](http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/livro-pesquisa-brasileira-de-midia_internet-pdf/view). Acesso em: 22 jan. 2015.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. Uma abordagem da ideologia. **Revista Discurso**, São Paulo, USP, n. 16, 1987, p. 131-144.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Trad. Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SEIXAS, Lia. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. **Galáxia**. São Paulo, n. 25, p. 165-179, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n25/v13n25a14.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideology and Modern Culture**: critical social theory in the era of mass communication. Cambridge, UK: Polity, 1990.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS: 2001. Disponível em: [http://minhateca.com.br/margareth.alberico/Livros/NELSON+TRAQUINA+-+o+estudo+do+jornalismo+no+s\\*c3\\*a9culo+XX,352302.rtf](http://minhateca.com.br/margareth.alberico/Livros/NELSON+TRAQUINA+-+o+estudo+do+jornalismo+no+s*c3*a9culo+XX,352302.rtf). Acesso em: 22 jan. 2015.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: an Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2776752?sid=21105678628153&uid=4&uid=2>. Acesso em: 22 jan. 2015.

VALVERDE, Monclar. **Militância e poder**: balizas para uma genealogia da militância. 1986. 309 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología**: un enfoque multidisciplinario. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. Trad. Alex Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. Discurso, poder, poder del discurso. **Anais** do Primeiro Colóquio de Semiótica. São Paulo - Rio de Janeiro: Edições Loyola-PUC, 1980. Disponível em: <http://eliseoveron.com/wp-content/uploads/2013/08/Discurso-poder-poder-del-discurso.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. El análisis del “Contrato de Lectura”, un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media. **Les Medias**: experiences, recherches actuelles, applications, IREP, París, 1985. Disponível em: [http://arfuch2.files.wordpress.com/2009/10/veron\\_eliseo\\_analisis\\_del\\_contrato\\_de\\_lectura.pdf](http://arfuch2.files.wordpress.com/2009/10/veron_eliseo_analisis_del_contrato_de_lectura.pdf). Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Fragmentos de un tejido**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2004.

VOGEL, Daisi L. A ficção do relato jornalístico. **Caligrama**, São Paulo, USP, v. 1, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/56676/59706> Acesso em: 22 jan. 2015.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## ANEXO I: ARTIGOS DE GUILHERME SCALZILLI PUBLICADOS NA REVISTA CAROS AMIGOS

2011

“Copywrong”

*Março*

“WikiLeaks e os mitos da democracia”

*Fevereiro*

“Notas sobre a guerra do Rio”

*Janeiro*

2010

“Salvem o Enem”

*Dezembro*

“A soberania das Malvinas”

*Novembro*

“Réquiem para o Datafolha”

*Outubro*

“Pagando para sofrer”

*Setembro*

“Reflexões pragmáticas”

*Agosto*

“O direito de não votar”

*Julho*

“Torcendo contra”

*Junho*

“Abusos de função”

*Mai*

“Um país de corsários”

*Abril*

“O direito de comparar”

*Março*

“Por uma Assembléia reformista”

*Fevereiro*

“Time pobre não tem vez”

*Janeiro*

**2009**

“Fumaça oportunista”

*Dezembro*

“O caráter porcino”

*Novembro*

“Carta aos petistas: momento de reagir”

*Outubro*

“O front paulista”

*Setembro*

“Jornalismo publicitário”

*Agosto*

“O império derrotado”

*Julho*

“A internet sob controle”

*Junho*

“Exterminadores de times”

*Maiο*

“A vez do PMDB”

*Abril*

“Leis que secam”

*Março*

“Fatos consumados”

*Fevereiro*

“Da marola ao Tsunami”

*Janeiro*

**2008**

“Máquinas invencíveis”

*Dezembro*

“Operação José Serra”

*Novembro*

“Aborto e Estado laico”

*Outubro*

“O ano assassinado”

*Setembro*

“Conservadorismo de esquerda”

*Agosto*

“A vez do Sistema \$”

*Julho*

“A cultura do capital”

*Junho*

“O apagão paulista”

*Maiο*

“Carta aberta ao ministro da Saúde”

*Abril*

“A ditadura insepulta”

*Março*

“Sabotadores”

*Fevereiro*

“Chávez, o estorvo”

*Janeiro*

2007

“O lobby antimaconha 2”

*Dezembro*

“O lobby antimaconha”

*Novembro*

“Poderes sob pressão”

*Outubro*

“O cansaço da oposição”

*Setembro*

“A democracia dos outros”

*Agosto*

“A ética dos outros”

*Julho*

“Morte na escola”

*Junho*

“País de heróis ridículos”

*Maior*

“O começo do fim”

*Abril*

“Opção pela barbárie”

*Março*

“A indignação entorpecente”

*Fevereiro*

“A direita alucinada”

*Janeiro*

**2006**

“A ira da mídia vilã”

*Dezembro*

“As vitórias de Lula”

*Novembro*

“Às ruas”

*Outubro*

“O guardião do ninho”

*Setembro*

“A vez de Ricardo Teixeira”

*Agosto*

“Guerra de mentiras”

*Julho*

“O público privado”

*Junho*

“As ilusões democráticas 2”

*Maior*

“As ilusões democráticas 1”

*Abril*

“Governo invisível”

*Março*

“Caetano e Gullar, entre a inocência e a má-fé”

*Fevereiro*

“Reta final”

*Janeiro*

**2005**

“Um estupendo logro cívico”

*Dezembro*

“Os cúmplices de Edílson”

*Novembro*

“São todos responsáveis”

*Outubro*

“O golpe escancarado”

*Setembro*

“Conspiração”

*Agosto*

“Escandalolatria”

*Julho*

“Paradoxo da governabilidade”

*Junho*

“Doutrina da obsolescência”

*Mai*

“As liberdades segundo Tio Sam”

*Abril*

“As origens do retrocesso”

*Março*

“Tirem as patas do meu torresmo”

*Fevereiro*

“A estratégia do diálogo”

*Janeiro*

**2004**

“O governo venceu. E daí?”

*Dezembro*

“O império abalado”

*Novembro*

“Defesa da livre manipulação”

*Outubro*

“Maldição rediviva”

*Setembro*

“Cotas: o debate que ninguém faz”

*Agosto*

“Sorria, você está sendo humilhado”

*Julho*

“Putrefação ideológica”

*Junho*

“Decálogo do golpe moderno”

*Maiο*

“Crises nossas de cada dia”

*Abril*

“O diálogo urgente”

*Março*

“Dedos gringos”

*Fevereiro*

“O ano um”

*Janeiro*

**2003**

“Luana, inocente”

*Dezembro*

“Os donos da bola”

*Novembro*

“A ameaça fantasma”

*Outubro*

“Campeão em desperdício”

*Setembro*

“O jogo jogado”

*Agosto*

“Outros estelionatos”

*Julho*

“Deus é brasileiro?”

*Junho*

“A imagem dos matadores”

*Maiο*

“A única solução é discriminar”

*Abril*

“Prezado senhor Kofi Annan”

*Março*

“Democratismos de ocasião”

*Fevereiro*

“Medos que a esperança não venceu”

*Janeiro*

**2002**

“A absolvição do tucanato”

*Dezembro*

“Sobre vitórias impossíveis”

*Novembro*

“Uns loucos de pedra”

*Outubro*

“Campo minado”

*Setembro*

“O outro em gestação”

*Agosto*

“A vida fácil do bom tucano”

*Julho*

“Viagem pelas trevas do ludopédio”

*Junho*

“A sombra”

*Maiο*

“Por falar em alianças”

*Abril*

“A política do crime”

*Março*

“Poliana amedrontada”

*Fevereiro*

“Uma cidade brasileira”

*Janeiro*

**2001**

“Guerra contra o mato proibido”

*Dezembro*

“Cuidado com o vírus antibrasileiro”

*Novembro*

“Dois comentários sobre o terror”

*Outubro*

“Fazendo uma vaquinha”

*Setembro*

“A torcida global”

*Agosto*

“*Brucutus albaneses* contra vaquinhas de presépio”

*Julho*

“Apagão com fritas”

*Junho*

“Quem deve e quem teme”

*Maior*

“Neoxiitas”

*Abril*

## **ANEXO II: A REVISTA CAROS AMIGOS EM TRABALHOS ACADÊMICOS**

**Título:** “Duas leituras do Fórum Social Mundial: Caros Amigos e Catolicismo”

**Autora:** Maria do Carmo Ivo de Medeiros

**Ano:** 2004

**Instituição:** UNICAMP

**Nível:** Mestrado em Linguística

**Resumo:** Neste trabalho, seguindo a abordagem proposta por Maingueneau (1984), analisamos o discurso de duas revistas – Catolicismo (porta-voz da TFP) e Caros Amigos (revista comprometida com a esquerda) – sobre o Fórum Social Mundial (FSM). Analisamos especialmente os discursos construídos sobre o lema do FSM (“Um Outro Mundo é Possível”), procurando explicitar alguns dos traços semânticos que definem o discurso da TFP e o discurso das esquerdas no Brasil. Através da análise de enunciados contidos nas matérias das referidas revistas, mostramos como se organiza o conflito entre esses dois discursos. A revista Caros Amigos dá voz aos organizadores e participantes do FSM, e a revista Catolicismo vai ler o FSM segundo sua semântica, resultando disso uma leitura em forma de simulacro do discurso do FSM. A análise que foi desenvolvida mostrou como se constrói o discurso do FSM. Ficou claro que, como propõe Maingueneau em *Genèses du discours* (1984), um discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos: no caso, o FSM se define a partir da negação do que representa o FEM. Em seguida, explicitou-se a interação semântica entre os discursos como um processo de interincompreensão regrada, ainda no sentido de Maingueneau (1984), através da forma como a TFP lê o discurso do FSM: em especial, qualquer proposta do FSM de mais igualdade é lida pela TFP - que tem como traços principais a hierarquia e a desigualdade harmônica - como “comunismo escamoteado”. Por fim, esse trabalho mostrou a validade de outra hipótese de Maingueneau exposta em *Genèses du Discours* (1984): que uma semântica global rege os discursos que se materializam em vários gêneros e em vários sistemas semióticos. A análise mostrou que a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de proposições, mas que depende de uma coerência global que integra suas múltiplas dimensões textuais.

**Título:** “A força fictícia na narratologia de Caros Amigos”

**Autora:** Carla Ferreira Nascimento

**Ano:** 2005

**Instituição:** PUC/RJ

**Nível:** Mestrado em Letras

**Resumo:** A presente dissertação tem como objetivo fazer uma conexão entre mídia e literatura. Busca-se estudar o tipo de mediação a que a revista Caros Amigos se propõe e a oscilação de seus textos entre jornalismo e literatura. Para tal foram selecionadas as publicações de setembro de 2001 a abril de 2002, período de significativo êxito da revista, que vai do fatídico 11 de setembro - data marcada pelo atentado ao World Trade Center - até o aniversário de cinco anos do periódico. O período marca um retorno do discurso humanístico e ao tratamento subjetivo dos assuntos, à margem, portanto, do que se acredita ser a objetividade dos mass media, ao mesmo tempo em que tenta desvendar o mistério sobre o responsável pelo atentado, semelhante ao que a literatura é capaz de fazer através de contra-narrativas que revelam a força fictícia do discurso.

**Título:** “O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião”

**Autora:** Maria Angelica Freire de Carvalho

**Ano:** 2005

**Instituição:** UNICAMP

**Nível:** Doutorado em Linguística

**Resumo:** Esta tese toma como tema o fenômeno da rotulação discursiva em textos opinativos. À luz de uma perspectiva sociocognitiva e textual-interativa, procede-se à observação dos rótulos em seu funcionamento discursivo, como recurso sumarizador (encapsulador) e organizador de conteúdos precedentes ou subseqüentes, apto a dotar o texto de uma orientação argumentativa. A pesquisa realizada demonstra que se trata de importante estratégia não só de referenciação, como também de encadeamento, na medida em que evidencia o funcionamento dos rótulos como: operadores de argumentação e de organização textual; recursos de ordem textual-discursiva orientadores do leitor na construção do sentido; operadores de explicitude de sentidos

(caráter meta). Constituem corpus da pesquisa matérias opinativas da revista Caros Amigos, selecionadas em números publicados entre os anos de 1998 e 2005. Após o levantamento dos rótulos presentes em cada texto, verifica-se sua maior ou menor frequência no corpus em análise e procede-se à sua classificação, de acordo com critérios previamente estabelecidos, passando-se, então, à discussão dos resultados obtidos. Conclui-se pela relevância do fenômeno estudado para a organização do texto e para o encaminhamento do sentido a ser construído pelo leitor.

**Título:** “Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena”

**Autora:** Érica Peçanha do Nascimento

**Ano:** 2006

**Instituição:** USP

**Nível:** Mestrado em Antropologia Social

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a apropriação recente da expressão “literatura marginal” por escritores oriundos da periferia, tomando como ponto de partida o conjunto de autores que publicaram nas três edições especiais Caros Amigos/ Literatura Marginal, nos anos de 2001, 2002 e 2004. A pista deixada por essas publicações era que, mais do que o perfil sociológico dos participantes ou um determinado tipo de literatura, a junção das categorias literatura e marginalidade por tais escritores encobria uma atuação cultural específica que está relacionada a um conjunto de experiências e elaborações compartilhadas sobre marginalidade e periferia, assim como a um vínculo estabelecido entre criação literária e realidade social. Por isso, além de apresentar empiricamente essa nova geração de escritores marginais, esta pesquisa visou articular a formação interna do grupo e seu significado mais geral, buscando demonstrar como um conjunto de idéias e vivências compartilhadas possibilitou que moradores da periferia, tradicionalmente excluídos como sujeitos do processo simbólico, pudessem entrar em cena para produzir sua própria imagem, dando origem a uma intensa movimentação cultural em bairros da periferia paulistana.

**Título:** “Persuasão e subjetividade na entrevista jornalística”

**Autora:** Rosselane Giordani

**Ano:** 2007

**Instituição:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Nível:** Mestrado em Letras

**Resumo:** O presente trabalho examina, a partir dos pressupostos teóricos da Nova Retórica ou Teoria da Argumentação, os movimentos argumentativos que se realizam na entrevista jornalística. Objetivou-se revelar como as técnicas de entrevista podem ser abordadas como estratégias de persuasão, e ganhar, desse modo, um suporte teórico para sustentar a tese da interação como espaço de encontro de subjetividades. Foram identificadas nas perguntas do entrevistador marcas lingüísticas usadas como argumentos para tentar persuadir o entrevistado, controlar os sentidos deliberados e o fluxo da conversa. Esses elementos lingüísticos foram sistematizados, conforme os dados se entrelaçavam com a teoria, em categorias retóricas criadas ao longo da pesquisa. As perguntas foram sistematizadas, então, conforme a finalidade e o efeito que produziam. Duas grandes macro-categorias surgiram: 1) controle de sentidos, 2) controle de fluxo da conversa. Desse recorte surgiram as categorias de análise compreendidas como estratégias de entrevista e persuasão. A partir dessas macro-categorias visualizam-se quais são os instrumentos utilizados na argumentação do entrevistador frente ao entrevistado. Na primeira macro-categoria de controle de sentidos aparece: 1) uso de modalidades interrogativas: a) tese-interrogação, b) pergunta no estilo direto; 2) uso de noções: a) adjetivos (avaliativos), b) substantivos (nominações e classificações). Já na categoria de controle de fluxo da entrevista estão: 3) uso de expressões restritoras de início, de retomada e de finalização: pra começar, retomando a questão, mudando de assunto, pra encerrar; 3.1) uso de expressões denotadoras de restrição: dentro do que você disse, mas a questão é. Foram examinadas 10 entrevistas selecionadas da seção “Entrevistas Explosivas”, da Revista Caros Amigos.

**Título:** "Garota de programa: acontecimento discursivo"

**Autora:** Romilda Meira de Souza Barbosa

**Ano:** 2008

**Instituição:** UFMS

**Nível:** Mestrado em Linguística

**Resumo:** O deslocamento da existência do "outro" nas sociedades, maximizado pela

mídia, pode provocar ruptura ou deslizamentos de sentidos nos discursos. Então, com os objetivos de: a) analisar o discurso da/sobre a prostituta/prostituição, para observar a tensão entre formações discursivas (FDs) componentes desse discurso; b) analisar as relações de FDs, sentidos, sujeitos no espaço intra e interdiscursivo a fim de verificar deslocamentos de sentido para a inscrição do acontecimento discursivo "garota de programa", esta pesquisa ancorou-se nos aportes teóricos da linha francesa da Análise de Discurso, em que é possível a articulação entre língua, história e ideologia na produção dos sentidos. O corpus constitui-se de enunciados extraídos de textos diversos publicados no período de 1996-2007: discursos veiculados na mídia nacional, a saber, no livro *O doce veneno do escorpião* e nas revistas *Metrópole*, *Caros Amigos*, *Isto é*, *Veja*, *Época*, *Nova*, e discursos em dicionários de língua portuguesa, da categoria padrão. A metodologia compreendeu as seguintes etapas: a) coleta de discursos da/sobre a prostituta/prostituição nos suportes mencionados; b) recorte de enunciados que atendiam às especificidades da análise; c) composição de um banco de dados compreendendo 133 enunciados; d) agrupamento de 104 desses enunciados em seqüências parafrásticas; e) análise das relações entre FDs, sentidos e sujeitos e suas filiações em redes de memória. No primeiro capítulo, foi feita a configuração do trabalho em termos de objeto (ao traçar considerações sobre o corpus), da teoria (ao mapear conceitos da Análise de Discurso francesa, escopo teórico da pesquisa) e da história (ao descrever a prostituição no Ocidente e, em específico, no Brasil); parte necessária para o delineamento das condições de produção dos discursos. O segundo compreendeu a análise de 51 enunciados, discursividades que emergiram na sociedade, via discurso midiático, para verificar a contribuição da mídia na legitimação de FDs instauradas no discurso da/sobre a prostituta e a prostituição. No terceiro capítulo, tomou-se por referência algumas entradas, alusivas ao verbete "prostituição", em dicionários de língua portuguesa, para a análise da expressão "garota de programa" e, em seguida, foram analisadas seqüências de paráfrases para investigar se tal enunciado se constitui como acontecimento discursivo. Observou-se que coexistem diferentes FDs: da ordem trabalhista, configuradas na família 5198 da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações); da inclusão e da Lei, com a criação de associações, redes, projetos; do discurso capitalista pós-moderno, daí a necessidade de ressignificação desse espaço discursivo, mediante terminologias eufemizadas para referência ao mesmo objeto. O

confronto discursivo para o acontecimento "garota de programa", trabalhado pela mídia, iniciou-se antes, por meio de formulações e retomadas. Sua opacidade inscreveu-o noutras denominações, em enunciados parafrásticos que remetem ao enunciado "garota de programa", mas que não constroem a mesma significação. A produção discursiva na mídia não é um reflexo do que acontece no espaço público, mas um universo discursivamente construído. Há estratégias linguisticodiscursivas marcadas por designações para a marginalização de um sujeito e afirmação do outro, no caso, afirmação da "garota de programa" como "produto" novo no "mercado" que atenda ao público exigente em decorrência das DST, em especial, da AIDS.

**Título:** “O discurso midiático no fogo cruzado entre grupos transgressores organizados e equipes de segurança nacional: balas perdidas ou tiros certos?”

**Autor:** Jefferson Barbosa de Souza

**Ano:** 2008

**Instituição:** UFMS

**Nível:** Mestrado em Letras

**Resumo:** Este trabalho visou problematizar o funcionamento de estratégias discursivas inerentes à constituição da formação discursiva no discurso da mídia relativa à criminalidade, a partir de regularidades e descontinuidades, tendo por referência discursos em prol da ressocialização e punição das identidades transgressoras, formando uma espécie de pedagogia social contra o crime. Para tanto, este estudo pautou-se na seleção de enunciados materializados em revistas de circulação nacional, Veja, Época e Caros Amigos. Vale dizer que tomamos o ponto de vista de entremeio da Análise do Discurso franco-brasileira, cujos pressupostos metodológicos e os princípios analíticos nos subsidiam a partir das concepções de enunciado, acontecimento, arquivo e memória. Importante mencionar que se desenvolveram ao longo deste trabalho, diálogos com os Estudos Culturais anglo-brasileiros, os quais forneceram as bases históricas e culturais da prática midiática, além do estudo da ética no que tange às políticas minoritárias. De modo geral, nosso trabalho organiza-se de forma a, no primeiro capítulo, fornecer, a partir da leitura de alguns enunciados pertencentes ao corpus, as condições de produção do discurso midiático, desde a história de sua constituição à visualização da revista como uma prática do discurso midiático. No segundo capítulo, discorreremos sobre a

história do projeto da Análise do Discurso francesa, tendo Michel Pêcheux como seu proponente. No capítulo seguinte, recorreremos aos conceitos com os quais a análise efetua-se propriamente, tendo como referência os métodos de descrição/análise enunciativa e a imbricação do poder, propostos por Michel Foucault, estudos sobre a heterogeneidade discursiva e representação e imaginário sociais. O quarto capítulo destina-se à análise dos enunciados selecionados nas revistas mencionadas, dedicando-se um item a cada revista, em ordem de sucessão acontecimental. As análises demonstraram que o discurso da mídia funciona como um macro-dispositivo que permite a intersecção e inter-relação entre variados discursos e gêneros, que além de configurarem a polifonia, possibilitam às revistas deslocamentos de sua identidade no regime da contradição entre a formulação dos enunciados e a constituição das formações discursivas. Além disso, foi possível observar que o discurso da mídia, como uma espécie de discurso que é da ordem do acontecimento, tende a (re)produzir representações negativas do sujeito que vive na marginalidade, configurando, assim, sua identidade como transgressor. Portanto, em relação a esse esquema imaginário e os da empresa midiática, tendo em vista o espetáculo que permeia a formulação de sua escrita, as identidades transgressoras são levadas pela ordem do discurso à segregação do âmbito social.

**Título:** “As notícias sobre crime e a construção da realidade: Uma análise da cobertura dos ataques vinculados ao grupo Primeiro Comando da Capital, em maio de 2006”

**Autora:** Tatiana Bastos de Sousa

**Ano:** 2009

**Instituição:** PUC/RJ

**Nível:** Mestrado em Comunicação Social

**Resumo:** O estudo de caso As notícias sobre crime e a construção da realidade: uma Análise da cobertura dos ataques vinculados ao grupo criminoso Primeiro Comando da Capital, em maio de 2006, tem como objetivo investigar as notícias sobre crime nas páginas de algumas das mais importantes revistas do país: Veja, Época e Caros Amigos. Para isto, parte-se de uma análise da cobertura destes periódicos sobre os ataques vinculados ao grupo criminoso Primeiro Comando da Capital, à cidade de São Paulo, em maio de 2006. O que se pretende, através desta pesquisa, é compreender de que

forma tais notícias influem na solidificação de conceitos de realidade imaginados pelo leitor a respeito do crime, de seus praticantes e das leis designadas à punição de seus atos.

**Título:** “As margens na literatura: uma análise discursiva de versos marginais”

**Autora:** Gissele Bonafe Costa

**Ano:** 2009

**Instituição:** UNICAMP

**Nível:** Mestrado em Linguística

**Resumo:** No dicionário, o verbete 'marginal' aponta, em sua materialidade, diferentes possibilidades de o sujeito colocar-se fora da sociedade ou da lei: "Diz-se de pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei...". A margem, que delimita o espaço, isola aquilo que está dentro (a sociedade, as leis) e exclui o que está fora (o marginal). Ser marginal, nesse sentido, é estar fora da sociedade e de suas leis. Porém, ao nos confrontarmos com a opacidade dos sentidos ali formulados, deparamo-nos com a conjunção "como" que liga (separando) a multiplicidade dos sentidos da palavra 'marginal' ("diz-se de pessoa que vive à margem da sociedade") com a restrição limitante da conformidade ou da comparação: "como vagabundo, mendigo ou delinquente". A defesa pela legitimidade do uso da nomenclatura "Literatura Marginal" realizada por Ferréz e observada na análise das revistas Caros Amigos/Literatura Marginal sugere outras possibilidades de significação da marginalidade, ou seja, outras formas de o sujeito colocar-se fora da sociedade e de suas leis, as quais NÃO significam, necessariamente, ser "vagabundo", "mendigo" ou "delinquente", o que também é observado na Poesia Marginal da década de 70. Na tentativa de compreender como, pelo poético, a marginalidade é formulada, - passando inclusive, em sua ligação com a literatura, a ser um objeto simbólico pelo qual se luta - apresento, nesta dissertação, a análise das poesias reunidas nas antologias Literatura Marginal: Talentos da escrita periférica (2005), organizada por Ferréz e 26 poetas Hoje (1976), por Heloísa Buarque de Hollanda. Na comparação entre essas duas produções poéticas, marcadas igualmente pela formulação 'marginal', pergunto-me sobre o que nelas se repete, o que produz diferença e por quê. É nesse jogo entre a marginalidade na década de 70 e a marginalidade na atualidade que outras possibilidades de significação 'marginal' aparecem, indicando, assim, - para além dos

sentidos de "vagabundo", "mendigo" ou "delinquente" - a resistência dos sujeitos na/pela poesia da língua.

**Título:** “A revista Caros Amigos (1997-2006) e os governos FHC e Lula: Nova imprensa alternativa, política e publicidade”

**Autor:** Rodolfo Fiorucci

**Ano:** 2009

**Instituição:** UNESP

**Nível:** Mestrado em História

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma análise pormenorizada da revista Caros Amigos nos seu dez primeiros anos de circulação. Nesse sentido, foi possível levantar diversas questões sobre a prática de jornalismo alternativo executada pelo mensário e entender qual o seu papel na história da imprensa brasileira contemporânea. Caros Amigos foi analisada em sua totalidade, o que permitiu conclusões seguras sobre todos os aspectos estudados, ou seja, ainda que as pesquisas tenham sido feitas por partes (seções, publicidade, direcionamento político e ideológico, colaboradores), sempre esteve em perspectiva o prévio conhecimento da totalidade, o que possibilitou entender não apenas as partes específicas, mas como cada uma contribuiu para a caracterização da publicação em sua primeira década. Ainda foram levantadas e analisadas questões espinhosas, como as preferências políticas dos colaboradores de Caros Amigos, a relação entre a revista e o PT, assim como a elevada quantidade de publicidade desse partido.

**Título:** “A revista Caros Amigos e seu modo de narrar histórias”

**Autora:** Luciana Almeida das Chagas

**Ano:** 2009

**Instituição:** UFF

**Nível:** Mestrado em Comunicação e Mediação

**Resumo:** O campo jornalístico cria normas que legitimam um único fazer jornalístico: o jornalismo hegemônico feito pela grande mídia. A partir da análise das narrativas utilizadas nas reportagens da revista Caros Amigos, essa dissertação evidencia que o modo de fazer jornalismo da revista não segue, necessariamente, O autorizado pelo

campo jornalístico, causando assim o seu transbordamento. Nesta pesquisa é também contemplada a história da revista Caros Amigos, ressaltando especialmente o seu modo de produção, o perfil dos seus jornalistas e a estrutura narrativa das suas reportagens. O presente trabalho compreende que o fazer jornalístico da revista Caros Amigos pode, também, contribuir com a reflexão e a revisão do jornalismo praticado em nossa sociedade atualmente.

**Título:** “Jornalismo literário a serviço da imprensa alternativa: contribuições”

**Autor:** Bruno Ravanelli Pessa

**Ano:** 2011

**Instituição:** UMESP

**Nível:** Mestrado em Comunicação Social

**Resumo:** Com caráter propositivo, este estudo interliga duas áreas aparentemente sem conexões do campo jornalístico: jornalismo literário e imprensa alternativa. Visa verificar possíveis contribuições das técnicas literárias para o aprofundamento qualitativo das reportagens nos veículos alternativos, no sentido de uma maior colaboração para o diálogo social e o protagonismo humano. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, ancora-se na hipótese de que o JL pode auxiliar a imprensa alternativa a humanizar os personagens de suas narrativas, recorrendo a exemplos inspiradores de jornalismo literário na prática, em diferentes suportes, antes de efetuar a confluência entre recursos literários e reportagens de duas publicações alternativas reconhecidas nacionalmente na atualidade – o jornal Brasil de Fato e a revista Caros Amigos -, por meio de análise de conteúdo. Conclui que a contribuição do jornalismo literário para a imprensa alternativa é possível tendo como sustentação os pilares da imersão do repórter na realidade e da humanização.

**Título:** “A construção discursiva do sistema de cotas na revista Caros Amigos”

**Autora:** Irene de Lima Freitas

**Ano:** 2011

**Instituição:** PUC/SP

**Nível:** Doutorado em Linguística Aplicada

**Resumo:** esta pesquisa tem por objetivo discutir como se dá, na mídia, a construção do

discurso sobre o sistema de cotas no Brasil e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão dos negros na sociedade brasileira. Dada à amplitude da questão, o objeto de estudo foi escolhido tendo em vista, primeiramente, o ano de 2002, período de efervescência, na mídia, do embate discursivo da exclusão tendo como pano de fundo o sistema de cotas. Nesse ano, um periódico que se ocupou sistematicamente do assunto foi a revista Caros Amigos. Assim, considerando que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estipulou cotas de até 40% no acesso de populações negras e pardas à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, com base na Lei nº 3708, de 08 de novembro de 2001, a revista foi a escolhida para ser analisada a partir dos números veiculados nos meses de junho a novembro de 2002. Antes da análise propriamente dita, e para poder fundamentá-la historicamente, buscamos os antecedentes dessa política denominada ação afirmativa, com o objetivo de entender que elementos colaboraram para que medidas nessa direção fossem adotadas no Brasil. Em seguida escolhemos, no universo dos números selecionados, 5 artigos, 6 cartas de leitores e 6 capas, conjunto voltado para a questão das cotas, e consideramos cada um deles como enunciados verbais e/ou verbo/visuais.

**Título:** "A opinião veiculada no discurso da revista Caros Amigos: uma análise à luz da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional"

**Autora:** Daniele de Oliveira

**Ano:** 2013

**Instituição:** UFMG

**Nível:** Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso.

**Resumo:** Esta tese investiga como é a construção da opinião no discurso da revista Caros Amigos, tendo como foco a opinião sobre os Atores Sociais "mídia hegemônica", a própria revista Caros Amigos e o leitor da revista. Para tanto, elegemos a Análise Crítica do Discurso, a partir dos pressupostos de Fairclough e do aparato teórico disponibilizado pela Linguística Sistêmico-Funcional proposta por Halliday. Entre os recursos linguísticos disponíveis para análise nessa corrente teórica, selecionamos o gênero discursivo, o Sistema de Transitividade, a representação de Atores Sociais e a estrutura temática presentes nesse discurso para nossa pesquisa. Dessa forma, tentamos preencher uma lacuna nos estudos discursivos referente à análise do discurso da mídia

alternativa, em geral, preterida em relação à “mídia hegemônica”. Nosso corpus é formado por quinze editoriais da revista Caros Amigos e três artigos de opinião da mesma revista. O que une esse corpus é a centralidade temática no fazer jornalístico, seja da “mídia hegemônica”, seja da própria Caros Amigos. Partindo do pressuposto de que a linguagem é um sistema de escolhas disponível em determinado meio social para que o usuário possa desempenhar funções sociais, consideramos pertinente a concepção sistêmico-funcional da linguagem que adotamos com o intuito de investigar como se constrói a opinião no discurso da revista Caros Amigos. De modo geral, nossas análises demonstraram que: i) o aspecto circunstancial e o uso do presente do indicativo podem ser considerados traços característicos do editorial da revista; ii) a avaliação presente nos editoriais desempenha papel fundamental na construção do ponto de vista nesse discurso; iii) a representação da experiência (processos materiais), as classificações e definições (processos relacionais), bem como a inserção de outras vozes (processos verbais) constituem a base estrutural do discurso da revista; iv) os Atores Sociais “mídia hegemônica”, revista Caros Amigos e leitor da revista geralmente estão relacionados a processos materiais, ou seja, exercem papéis fundamentalmente ativos nesse discurso; v) a frequente categorização da “mídia hegemônica” revela uma homogeneização desta, em geral, ela não é referida de maneira específica, ao contrário da revista Caros Amigos, frequentemente nomeada; e vi) a estrutura temática do discurso da revista revela a importância do ator social “mídia hegemônica” nesse discurso. Dessa forma, podemos ressaltar a complexidade da construção da opinião veiculada no discurso da revista Caros Amigos, seu caráter ideológico e a importância do ator social “mídia hegemônica” nesse contexto.

**Título:** “A biografia como divulgação científica: uma análise do discurso da coleção ‘Grandes Cientistas Brasileiros’”

**Autor:** Fabiano Ormanze

**Ano:** 2013

**Instituição:** UNICAMP

**Nível:** Mestrado em Divulgação Científica e Cultural

**Resumo:** Este trabalho analisa a coleção “Grandes Cientistas Brasileiros”, produzida pela revista Caros Amigos, entre dezembro de 2009 e novembro de 2010. A partir de

Pêcheux (1969; 1975), Orlandi (1993, 1998, 2001, 2008 e 2009) e Foucault (1969, 1970), o objetivo é identificar a imagem de Ciência e de cientista presente nos textos, as condições de produção que lhe permitiram emergir e o modo como o interdiscurso se faz presente, com base nos efeitos de pré-construído. O estudo também teve como propósito verificar como a função-autor (ORLANDI, 1998) é exercida pela revista Caros Amigos e de que forma o projeto científico do Brasil (uma vez que a coletânea foi produzida com patrocínio do Ministério da Ciência e Tecnologia), a linha editorial da revista e as tradicionais práticas jornalísticas, como a ideia de objetividade, atuam como interdiscurso, ainda que num gênero que se estrutura a partir do Jornalismo Literário. Também foram estudadas as diferenças entre os discursos relativos às áreas de Ciências Humanas e de Ciências Naturais, como produtos da constituição de cada campo do conhecimento, bem como do já-dito sobre cada área, além da presença de imagens cristalizadas de cientistas, que se constituem como estereótipos em cada campo e nas diferenças entre homens e mulheres na Ciência. Esta análise se faz importante, uma vez que as biografias representam um gênero crescente no País e, embora haja diversos estudos sobre Jornalismo Científico, não foi encontrado nenhum trabalho que analisa a biografia como estratégia de divulgação científica. Ademais, textos biográficos costumam gerar identificação nos leitores e, por essa razão, também exercem o papel de serem modelos de Ciência e de cientista e, no caso da presente coleção, esse caráter modelar fica mais evidente, uma vez que a coletânea tinha como um de seus objetivos servir de material didático para escolas. A análise de dez das 24 biografias publicadas pela coletânea demonstrou não só a presença da percepção pública sobre ciência, do projeto científico nacional, dos paradigmas positivistas de Ciência e Jornalismo atuando como interdiscurso, além de lugares distintos e ideologicamente marcados para homens e mulheres na Ciência, mas também imagens diferenciadas sobre cientistas e o fazer Ciência nas áreas de Humanas e de Naturais.

**Título:** “Trabalhadores, personagens em discursos de mensários sociopolíticos: Caros Amigos e Le Monde Diplomatique Brasil”

**Autora:** Maria Juliana Horta Soares

**Ano:** 2013

**Instituição:** UFMG

**Nível:** Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso.

**Resumo:** Esta pesquisa tem como principal objetivo pensar o lugar do personagem trabalhador nos mensários sociopolíticos brasileiros a partir de uma análise contrastiva entre Caros Amigos (CA) e Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB). Nosso cópús foi escolhido na tentativa de contribuir para reverter uma injustiça histórica: os diversos discursos em circulação em nossa sociedade, entre eles o jornalístico, costumam reproduzir os discursos hegemônicos, dos que têm poder econômico, social e cultural. Assim, ao analisar veículos midiáticos alternativos (em relação à mídia de referência), buscamos destacar discursos em que a temática do trabalho tenha destaque, como também os personagens trabalhadores. Para a análise de CA e LMDB, aliamos categorias analíticas da semiolinguística (CHARAUDEAU, LOCHARD, entre outros) e de outras teorias linguísticas anteriores a ela (BAKHTIN, FIORIN, MAINGUENEAU e outros). O primeiro campo teórico, da semiolinguística, nos permitiu fazer a análise desses discursos jornalísticos sob a ótica da contradição que os constitui: entre a lógica mercadológica e a simbólica, é preciso convencer o leitor e conquistá-lo. A mise en page, a seleção temática e a relação entre credibilidade e captação foram alguns dos aspectos que analisamos sob esta perspectiva. Já os outros estudos linguísticos nos ajudaram a pensar nos discursos dos mensários no que diz respeito ao seu conteúdo (categorias relacionadas a intradiscorso e interdiscorso, reflexo e refração e estratégias discursivas de convencimento). Ao fim deste estudo, após analisar aspectos intra e interdiscursivos de CA e LMDB, pudemos encontrar diferenças entre os dois mensários no que diz respeito, principalmente, ao formato como se apresentam a seu público.

## ANEXO III: ARTIGOS ANALISADOS



**JOSÉ MÁRCIO  
PENIDO**

### Parem o Brasil que eu quero descer

**E**u simplesmente não aguento mais. A monotonia tomou conta dos jornais, revistas e telejornais. E das conversas também. Todo dia é a mesma lengalenga, temas eternamente repisados, notícias velhas, ramerrão, lugar-comum. Pois não dizem de novo que o teatro está morrendo? Já o cinema brasileiro, dado como falecido, ressuscita — outra reprise. Ninguém ajuda os artistas. Faltam verbas para a cultura. Dona Ruth não quer ser chamada de primeira-dama. Já o primeiro-marido é aquele que adora viajar. Edmundo, emburrado, não assina contrato. Sívio, doidão, não joga. Romário, Crises e Caprichos, capítulo 12.889.

Paulista gosta de trabalhar. Carioca, de praia. Baiano, teu nome é preguiça. Gaúcho é muito pesca. Mineiro come quieto. Gay que come gay não é gay. Quem dá, é. *Cidadão Kane* é o maior filme de todos os tempos. Trânsito para na volta às aulas. Estreia a nova novela das 8, igualzinha à antiga jóvela das 8, e um pouco mais chata. Político de Brasília trabalha de terça a quinta, e olhe lá. Empreiteira acusada de corrupção. Este país tem feriados demais.

Patrimônio histórico em ruínas. Santuários ecológicos em perigo. Bala perdida mata criança. É preciso resgatar a cidadania. Além de bonita, Vera Fisher é boa atriz. O drama sem fim das crianças de rua. Gente, como o papa tá derrubado! Falar nele, pode ser mais careta? O sonho da casa própria. As meninas de ouro e prata do vôlei de praia. Os juros estratosféricos. O drama do sem-terra. Tiririca, o sem-dentes. Índios invadem sede da Funai. Quero ser atriz t modelo.

Os termos politicamente corretos, que transformaram nosso bom negócio em afro-brasileiro. Aumenta a taxa de desemprego. *Crack*, a droga que mata. Sai mais barato viajar para Miami que para o Nordeste. Fumar provoca diversos males à sua saúde. A arquitetura de Niemeyer é bonita, mas nada funcional. Quem tem medo da informática? Não beba antes de dirigir, não dirija depois de beber. Use camiseta. Compare os preços antes de comprar.

Veja depois dos comerciais.

Deus é brasileiro. Português é burro. Francês não toma banho. Caos na saúde pública. Ninguém faz musicais como Hollywood. Nova York é a capital do mundo. A música popular brasileira é a mais rica do mundo. Carnaval carioca, a maior festa popular do mundo. Baixada Fluminense, o lugar mais violento do mundo. CPs em geral. Justiça brasileira tanta e falha. Traições e namoros (com direito a chapão no dedão do pé) das princesinhas de Mônaco e de Windsor. Charles, entre a coroa feiosa que gosta de levar pra cama e a outra, de ouro e pedras-preciosas, que a mãe não tira da cabeça nem por decreto. Pelé, o atleta do século. Xuxa e (argh) Angélica. Angélica (argh) e Xuxa, eta papo moerinha... Madonna e seu amante latino, Madonna e Maria de Lourdes, Madonna e Évita... Santa Évita, nunca vão te deixar repousar em paz? Quem matou Ayrton Senna? Quem é contra a reeleição? Quem é contra parar de falar nisso, pelamordedeus?

Bem, a Semana Santa vem aí: portanto, Feliz Páscoa! E Feliz Dia dos Namorados em junho, Boas Férias, Feliz Dia dos Pais, Feliz Dia das Crianças, Bom Feriado em novembro, e depois, Gingobels, Boas Festas e Feliz Ano Novo!

Ainda bem que este não é ano de Copa. Assim, pelo menos, ficamos livres daquelas musiquinhas ufano-esportivas.

Afinal, a Copa do Mundo é nossa e com o brasileiro não há quem possa. ■



Eli Sumida

6

José Márcio Penido: “Parem o Brasil que eu quero descer”

Nº 1, abril de 1997, p. 6

Referido como 1997.A

FREI BETTO

# Real & virtual

*Certas diferenças entre uma coisa e outra, no Brasil*



Júlio Barreto

**D**uradouro, no Brasil, só a miséria, que se alastra a olhos vistos e, pelo jeito, essa nódoa de ser uma nação escravocrata governada por imperadores e, agora, essa mania primeiro-mundista que nos enche de importados e enlatados enquanto nem sequer chegamos ao século 15 da Alemanha, quando Thomaz Münzer liderou a revolta dos camponeses pela reforma agrária.

Veja-se o crescente número de crianças e famílias morando na rua. O Real, mirabolante plano eleitoral, teve sucesso enquanto atingiu seus objetivos precípuos: reduzir a inflação – que de 1829 a 1993 passou da casa do sextilhão (dezenove dígitos) – e eleger um presidente que dança conforme a música das elites, sob a batuta do FML. Contudo, haja crescimento da dívida interna e sangria de dólares via juros da dívida externa para sustentar essa estabilidade da moeda em meio à borrasca da instabilidade em que vive a maioria da população. Porém, se temos, ao mês, um índice de inflação que as nações ricas têm ao ano, os salários de nossos trabalhadores são ridiculos comparados ao que ganham não europeus ou norte-americanos, mas sim argentinos, paraguaios e venezuelanos.

No comércio os preços chegam a ser o dobro do que se paga pela mesma mercadoria em Nova York, Paris ou Frankfurt. Em Estocolmo um almoço executivo sai por 8 dólares, exatamente a metade do preço do que se cobra no centro de São Paulo. Agora, o governo gaba-se de o consumo ter aumentado nas classes populares. O que comprova que os brasileiros figuram, a seus olhos, como consumidores, e não como cidadãos – que, como tais, deveriam ter direito e acesso à saúde, educação, moradia e cesta básica.

Ora, a maioria não consome nem o alimento básico. Como somos vice-campeões mundiais de má distribuição de renda (superados apenas por Botsuana), somente 10% da população detém mais de 50% da renda nacional. Por que não se promove uma reforma tributária que distribua melhor a renda? Não seria mais democrático que manter os juros altos e favorecer a inadimplência, as concordatas e a quebra de empresas? Vide as filas da classe média à porta das escolas públicas.

O real é uma moeda virtual: quase tão forte quanto o dólar, não goza de conversibilidade internacional. Possui real poder aquisitivo mas, no bolso do assalariado, só existe virtualmente. Semana passada vi a folha de pagamento de uma centena de peões de uma empreiteira. Os salários oscilavam entre 200 e 350 reais. Não mais de dez ganhavam em torno de 500 reais.

Não é de estranhar que o real seja virtual. Também são vir-

tuais a democracia brasileira, o combate à pobreza e à corrupção, a melhoria dos sistemas de saúde e educação. Com um fazendeiro como ministro da Agricultura, como esperar que a reforma agrária deixe de ser virtual para ser real? Aliás, a virtualidade impera em todos os campos. Há quem prefira o sexo virtual das ligações telefônicas ao compromisso afetivo com outra pessoa. Pela Internet, pode-se manter uma amizade virtual a distância, sem temer que o vizinho bata à porta para pedir uma ajuda. Conectados a bibliotecas e bancos de dados, nossos computadores fazem com que nos sintamos virtualmente ocultos. Está tudo ali, menos em nós mesmos.

Nas avenidas, em reluzentes carros importados desfila o Brasil virtualmente Primeiro Mundo. E o governo garante: com as novas mudanças no Real, sobretudo a desindexação

dos salários, chegaremos ao melhor dos mundos. Os estrategistas oficiais, virtualmente inteligentes, julgam que somos todos realmente imbecis. A desindexação não vale para as rendas do capital. Vale para o suor do trabalho. Ora, com a inflação retornando, os juros em alta e os salários tão defasados – hoje, o salário mínimo, segundo o DIEESE, deveria estar em torno de 800 reais –, a desindexação é um incentivo à greve. Livre

negociação num país cujos empresários não mostram planilhas de custos, não gostam de se sentar à mesa com sindicalistas, preferem terceirizar serviços e tratam o governo como seu cartório particular, só pode ser piada de mau gosto. Agora, cada categoria profissional terá de manter rigorosa vigilância sobre os índices oficiais e lutar com todas as suas forças para que a negociação seja real, e não apenas virtual. E se o empregador se recusar a negociar? O governo apoiará o empregado na defesa de seus direitos? Ou livre negociação é arrocho real numa democracia virtualmente anárquica?

Isto é real: mexe-se na moeda, penhora-se o patrimônio público através das privatizações e, num oceano de ferozes tubarões, deixa-se à deriva a frágil canoa dos salários. Virtualmente voltado ao bem comum, o governo só não mexe nas estruturas arcaicas, como a fundiária; nos mecanismos televisivos de incentivo ao consumo supérfluo; na voracidade especulativa do mercado. Para reduzir a miséria real, o Brasil precisaria de um governo menos virtual e de uma economia menos oscilante. Mas quem sobreviver verá: em 1998 teremos novo plano de estabilização e, quem sabe, nova moeda. Porque o governo acredita que iremos às urnas eleger, de novo, o mesmo presidente da República. ■

**“Os estrategistas oficiais, virtualmente inteligentes, julgam que somos todos realmente imbecis”**

Frei Betto: “Real e virtual”

Nº 1, abril de 1997, p. 9

Referido como 1997.B

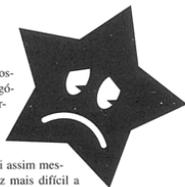
RICARDO KOTSCHO

## Por onde andarão, eles e seus sonhos?

Caro Lula

**S**ei que você não gosta muito desse negócio de mandar carta aos amigos pelo jornal (da última vez, tivemos uma discussão que durou anos, lembra-se?), mas vai assim mesmo. Além de ser cada vez mais difícil a gente se encontrar, morando em cidades diferentes e sempre viajando muito, acho que o assunto desta carta interessa a mais pessoas.

Ando pensando naqueles milhões de brasileiros que você reuniu nas praças de todo o país ao longo das duas últimas campanhas presidenciais. Gente de todas as idades, que cantava, gritava, agitava bandeiras, ria e chorava, movida por um sonho. Por onde andarão, eles e seus sonhos, o que estarão pensando da vida?



Cada um, é claro, podia ter seu sonho particular, mas o que se sentia, no meio daquelas multidões, era a força de um sonho coletivo disposto a enfrentar a realidade contra tudo e contra todos para a construção de um país mais justo e fraterno. Sei que a isto se dá o nome de utopia, o que para muita gente é palavrão, mas para mim é o que faz a gente acordar todo dia com vontade de ter esperança.

Sonho, utopia, esperança: escritas assim, uma após a outra, estas palavras hoje querem dizer muito pouco para a maioria das pessoas, se não vierem acompanhadas de um projeto concreto, uma proposta viável para melhorar a vida de cada um – o que talvez explique esta maré baixa, este marasmo em que se encontra a oposição brasileira.

Foi-se o tempo em que uma bela bandeira, algumas palavras de ordem e uma boa música colocavam um sonho em marcha. Hoje, acho que o grande desafio é encontrar uma outra forma capaz de transformar novamente os milhões de sonhos pessoais num sonho coletivo; em que o trabalhador empregado, feliz com o fim da inflação, possa descobrir que o drama do seu vizinho desempregado pode ser também seu, amanhã; em que o habitante urbano se preocupe com a re-

forma agrária, sem a qual o êxodo rural agravará cada vez mais os problemas das grandes cidades.

Já sei o que o velho Lula vai me responder: se é assim tão fácil, então por que diabos você não faz logo este projeto, não apresenta uma proposta? E eu te diria: porque, se tivesse esta capacidade, eu hoje seria um líder político, e não um mero jornalista. Esta há de ser uma tarefa coletiva, sem prazos nem objetivos imediatos. E o que me aflige é que continuamos todos presos aos compromissos do dia-a-dia, discutindo o varejo, com os olhos mais voltados para o passado do que para o futuro.

Na luta pela sobrevivência – seja ela política, partidária, eleitoral, profissional, material –, perdemos aquilo que tínhamos de mais precioso: a capacidade de sonhar coletivamente. Por onde recomeçar? Penso que esta é a primeira pergunta que precisamos, humildemente, tentar responder, para manter viva a esperança de encontrar uma nova utopia. Qual? Qual quer uma. Sem isto, a vida fica muito chata, sem sentido, mesmo que a geladeira esteja cheia e a criançada com saúde, como diria o mestre Darcy Ribeiro, que deve estar cheio de novas idéias, chamando o povo do céu para a vida. ■

28

CAROS AMIGOS - ABRIL 1997

“Por onde andarão, eles e seus sonhos?”, de Ricardo Kotscho

Nº 1, abril de 1997, p. 28

Referido como 1997.C

# O rei está nu. E agora?

por José Arbex Jr.

Os acontecimentos monumentais do ano que se encerra completaram o processo de destruição política da nefasta ficção que se convencionou chamar "ordem neoliberal" na América Latina. Economicamente debilitado pelas sucessivas crises financeiras, a partir de 1997, o edifício neoliberal começou a ser politicamente destruído com a vitória de Hugo Chávez, na Venezuela (final de 1998) e pela greve de um ano da Universidade Autónoma do México (Unam), a maior universidade pública da América Latina, realizada entre abril de 1999 e fevereiro de 2000. Em toda a América Latina, incluindo o Brasil, multiplicaram-se os movimentos nacionais e populares de resistência, alguns de grande amplitude. Isso tudo permite prever um novo período de intensa agitação política. Vamos aos fatos:

No Equador, os indígenas, que somam quase 50 por cento da população, chegaram a ocupar o Palácio Presidencial, em janeiro. Foi uma verdadeira revolução, feita em aliança com trabalhadores e um amplo setor das Forças Armadas, liderado pelo coronel Lucio Gutiérrez. O movimento refletiu sem ter sido derrotado, mas sem que nenhuma de suas reivindicações fosse atendida, particularmente aquelas que se referem à punição dos corruptos e à melhoria da distribuição da renda nacional.

No Peru, acabou a ditadura de Ernesto Fujimori, fundada mediante o "autogolpe" de abril de 1992, com o fechamento do Congresso Nacional e a concentração de todos os poderes na figura do presidente. A fraude eleitoral que lhe garantiria um terceiro mandato presidencial foi derrotada por um processo agudo de mobilização de massas, que aprofundou a um ponto insuperável as fissuras existentes no governo (apesar do apoio assegurado por FHC). O episódio que mostrou o envolvimento de Vladimir Montesinos, homem forte de Fujimori, com o narcotráfico, foi apenas o resultado mais visível desse processo de desagregação da elite corrupta.

Na Argentina, os trabalhadores realizaram três greves gerais em menos de um ano da gestão do presidente Fernando de la Rúa. Isso significa que não foi concedida ao novo governante nem sequer a "trégua" que lhe permitiria "mostrar serviço". A primeira greve geral aconteceu no dia 5 de maio, a segunda em 9 de junho, e a terceira, de 36 horas, foi iniciada em 23 de

## Sob o impacto da crise e dos golpes desfechados pelos movimentos nacionais e populares, o edifício do neoliberalismo desaba na América Latina. O que fará a esquerda brasileira?

novembro. Segundo o próprio governo, a terceira greve obteve a adesão de 80 por cento dos trabalhadores (o que permite medir o seu extraordinário sucesso). Ela foi convocada contra o alto nível de desemprego, a política econômica neoliberal de De la Rúa e contra um pacote de medidas que previa a privatização do sistema de previdência e o aumento da idade de aposentadoria das mulheres.

Na Colômbia, a guerrilha – organizada, principalmente, em torno das Farc e do ELN – trava intensos combates com as Forças Armadas e com os "esquadrões da morte" de extrema direita financiados por narcotraficantes. Controlam, atualmente, cerca de 40 por cento do território colombiano, mas já enfrentam a presença ostensiva de "especialistas" e armamentos americanos no país, no quadro do Plano Colômbia. Não foi por acaso, aliás, que Bill Clinton iniciou precisamente nessa conjuntura a operação de invasão da Colômbia: os senhores da Casa Branca já se deram conta do quadro de mobilizações que agitam incessantemente o conjunto do hemisfério latino-americano.

A lista poderia continuar: a expressiva vitória eleitoral que reconduziu Chávez à presidência, em julho de 2000, apesar das pressões de Washington e das enchentes; a mobilização da sociedade civil chilena pela punição de Augusto Pinochet; a contínua e inquebrantável resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional; a recuperação, ainda que lenta e gradual, da economia cubana, e a vitória moral de seu regime no "caso Elián", ainda mais quando contrastada com o fiasco das eleições presidenciais nos Estados Unidos...

A crise agônica do neoliberalismo não é, obviamente, uma particularidade latino-americana. Basta pensar nas manifestações de Seattle, em novembro de 1999, contra a Organização Mundial do Comércio. Seattle foi o "ápice da panela de pressão": a economia mais poderosa do planeta emite sinais de esgotamento. Os especialistas falam no "desaquecimento" da economia (o "pouso da água", na metáfora de Alan Greenspan, chefe do Tesouro americano), e entram em pânico a cada oscilação do índice Nasdaq, essa bolha especulativa grávida de tragédias. O nada "esquerdista" John Kenneth Galbraith fala na "brazilianização" dos Estados Unidos, para descrever um processo de brutal concentração de renda (12 por cento da população americana passa fome).

Há, portanto, um quadro geral, uma tendência global (sem trocadilhos) de desabamento do edifício neoliberal. Sua coluna "doutrinária" de sustentação, o Consenso de Washington (o receitório de dez pontos para "recuperar" as economias ex-socialistas e as "emergentes"), resume-se, hoje, a uma esquelada caricatura de si mesmo. É esse quadro geral que dá pleno sentido à extraordinária vitória eleitoral da esquerda brasileira, particularmente do PT, nas eleições municipais. Ela corresponde ao sentimento generalizado da população de todo o mundo, de que não é mais possível suportar o neoliberalismo. Acabou.

No Brasil, o grande sinal do avanço do movimento nacional e popular foi, sem dúvida, a Marcha de Brasília, que levou 100.000 manifestantes à capital federal, em 1999. A realização da marcha teve um imenso significado histórico, facilmente detectado quando se lembra que Brasília foi, propositalmente, construída longe de qualquer centro urbano importante, para, entre outras coisas, evitar manifestações de massa. A Marcha dos 100.000

representou, nesse sentido, a ocupação de Brasília pela nação. Nada fica a dever à manifestação de 1 milhão pelas eleições diretas, no vale do Anhangabau, em São Paulo, em 1984.

O ano 2000 foi repleto de manifestações populares, todas muito bem simbolizadas pelas "comemorações" dos quinhentos anos, no dia 22 de abril, na região de Porto Seguro. A violentíssima ação da Polícia Militar e o estado de prontidão do Exército contra índios, negros, estudantes, trabalhadores urbanos e os sem-terra foram a síntese perfeita da história do país. O que se seguiu, depois disso, foi a multiplicação de atos violentos e repressivos contra os movimentos populares, incluindo a transformação da avenida Paulista em praça de guerra, no dia 18 de maio, quando a PM feriu 35 professores, funcionários públicos e estudantes.

Na esteira da escalada repressiva, o governo FHC reconstruiu o sinistro Serviço Nacional de Informações, agora rebatizado como Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que logo se mostrou um organizador de "arapongas" a serviço de cliques em disputa de poder. E, com o resolutivo apoio da mídia, o governo lançou uma ofensiva em grande escala contra o MST, incluindo a prisão totalmente arbitrária de seis de seus militantes, em Boituva, SP, em novembro de 1999 (além da impunidade assegurada aos assassinos de outros dez integrantes do movimento, ao longo do ano 2000).

Nada disso surtiu o efeito desejado. As manifestações não refluiram. Ao contrário, o movimento universitário dá sinais de vida, após um longo período de sonolência, como mostraram a greve de cinquenta dias da Universidade de São Paulo e a das universidades federais. E foram multiplicados os movimentos e as paralisações de um sem-número de categorias de trabalhadores, de desempregados e sem-terra. Cinco milhões de brasileiros mostraram, nas urnas da consulta popular, que são contra o pagamento da dívida externa e favoráveis a uma auditoria. Essa participação de votantes foi extraordinária, ainda mais quando se considera que o plebiscito foi totalmente boicotado pela mídia. Esse processo foi coroado com a esplendorosa vitória eleitoral da esquerda.

O quadro geral, portanto, está bastante claro. De um lado, a Casa Branca, ciente de que o seu edifício está em ruínas, procura tomar a iniciativa na América Latina, com o Plano Colômbia, a intervenção descarada do FMI na Argentina, as "orientações" para a "recomposição da normalidade" no Peru, a "disciplinarização" do Chile (forçado a anunciar sua ruptura com o Mercosul) etc. De outro lado, estão os movimentos nacionais e populares em todos os países latino-americanos, desfechando golpes profundos na "ordem neoliberal".

A América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, poderão dar um grande salto organizativo e político no próximo período. O rei está nu: as condições objetivas estão dadas. O que fará a esquerda brasileira diante desse quadro? Vai repetir seus trágicos erros de sempre, alimentando os sectarismos, as acusações mútuas, as posturas dogmáticas? Ou, na pior vertente, vai rifar sua consciência e suas atitudes por cargos no governo? O momento exige a mais ampla unidade nacional e popular contra os planos do imperialismo, contra a barbárie, contra os agentes da ditadura militar encastelados no Abin e no governo FHC. O momento é já. Aqueles que não souberem se colocar à altura desse desafio serão devidamente varridos para baixo do tapete da história. □

José Arbex Jr. é jornalista.

CAROS AMIGOS - JANEIRO 2001

“O rei está nu. E agora?”, de José Arbex Jr.

Nº 46, janeiro de 2001, p. 10

Referido como 2001.A

# FÓRUM SOCIAL MUNDIAL UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

REI BETTO

O que vai ser discutido, quais os objetivos e quem vai falar em Porto Alegre

De 25 a 30 de janeiro próximo estarão reunidas, na PUC de Porto Alegre, mais de 2.000 pessoas, participantes do Fórum Social Mundial. Até novembro, já estavam inscritas 450 organizações de 77 países. No mesmo período, em Davos, na Suíça, os ricos do mundo se encontrarão no Fórum Econômico Mundial.

Desde 1971, os patrocinadores do sistema capitalista reúnem-se em Davos, sempre no final de janeiro. Ali, trocam experiências, inquietações e projetos, que visam mercantilizar ainda mais as relações sociais e pessoais. A partir deste ano, o Fórum Social Mundial fará oposição ao da Suíça, congregando movimentos e pessoas que emprestam sua voz aos que não têm voz.

O Fórum Social Mundial será um novo espaço de reflexão, debate e planejamento estratégico para todos que se contrapõem às políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington através do Banco Mundial e do FMI, favorecidas pela queda do Muro de Berlim e pela unipolarização do planeta sob hegemonia dos EUA. De certa forma, o fórum dará continuidade às mobilizações iniciadas em 1998 contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e que tiveram continuidade, a partir de 1999, em Seattle (reunião da Organização Mundial do Comércio), Washington (FMI), Praga (FMI e Banco Mundial) e em Nice (Comunidade Europeia).

Em Porto Alegre, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades religiosas e lideranças mundiais debaterão táticas e estratégias que visam assegurar os direitos dos pobres e debilitar as políticas de reajustes que beneficiam os credores internacionais em detrimento da maioria da população. Não se pode admitir que só o capital viole fronteiras e soberania nacionais. A globalização da solidariedade exige que se articule uma imensa rede internacional

proporcionando uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres, no sentido de desenvolver alternativas construtivas em defesa da esmagadora maioria da população mundial, que sofre constantes agressões aos direitos humanos fundamentais. É uma importante oportunidade para se avançar no sentido de enfraquecer as concentrações ilegítimas de poder e estender os domínios da justiça e da liberdade.

## OBJETIVOS

As conferências matinais do Fórum Social Mundial buscarão resgatar as alternativas que têm sido formuladas nos últimos anos por quem resiste à lógica do mercado, da especulação e da desigualdade. Além de abrir espaço para um diálogo sobre propostas, a metodologia estimulará organizações de todo o mundo a proporem, no período da tarde, atividades para o debate detalhado de temas mais específicos.

As oficinas da tarde abordarão temas como: ALCA, taxa Tobin, Plano Colômbia, transgênicos, trabalho, saúde, gênero, meio ambiente, variados impactos da globalização, violência, desenvolvimento sustentável, identidade cultural, espiritualidade, educação, democracia, universidades, exclusão social, tortura, discriminação racial, juventude, direitos humanos, direitos econômicos, sociais e culturais, responsabilidade empresarial social, voluntariado, drogas, saúde pública, cidades sustentáveis, dívida externa, cooperação internacional, moradia, orçamento participativo e experiências de movimentos sociais.

O Fórum Social Mundial quer fazer ecoar críticas e alternativas ao neoliberalismo provenientes de vozes sociais e científicas, culturais

Argentinas: Kalaysh Sayarti, coordenadora da Marcha Mundial contra o Trabalho Infantil; Dita Sari, líder do movimento estudantil na Indonésia; François Chesnais, economista francês; Njoki Njehi, representante da 50 Years is Enough; Susan George, escritora e vice-presidente da ATTAC/França; François Houtart, presidente do Centro Tricontinental, da Bélgica; Daniele Mitterrand, presidente da France Liberté; Kevin Danaher, diretor da Global Exchange; Ariel Dorfman, escritor chileno; Ignacio Ramonet, presidente-diretor do *Le Monde Diplomatique*; Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida Externa dos Países do Terceiro Mundo; Norman Solomon, crítico de mídia norte-americana; Yoko Kitazawa,

## COMITÊ ORGANIZADOR FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2001

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais  
ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos  
CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da CNBB  
CIVES - Associação Brasileira de Empregados pela Cidadania  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### EIXO I A REPRODUÇÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE RIQUEZAS

1. Como construir um sistema de produção de bens e serviços para todos?
2. Que comércio internacional queremos?
3. Que sistema financeiro é necessário para assegurar a igualdade e o desenvolvimento?
4. Como garantir as múltiplas funções da terra?

### EIXO II O ACESSO ÀS RIQUEZAS E À SUSTENTABILIDADE

1. Como traduzir o desenvolvimento científico em desenvolvimento humano?
2. Como garantir o caráter público dos bens comuns à humanidade, sua desmercantilização e o controle social sobre o meio ambiente?
3. Como promover a universalização dos direitos humanos e assegurar a distribuição de riquezas?
4. Como construir cidades sustentáveis?

### EIXO III A AFIRMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

1. Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis e a construção do espaço público?
2. Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?
3. Como assegurar o direito à informação e a democratização dos meios de comunicação?
4. Como garantir as identidades culturais e proteger a criação artística da mercantilização?

### EIXO IV PODER POLÍTICO E ÉTICA NA NOVA SOCIEDADE

1. Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder?
2. Como democratizar o poder mundial?
3. Qual o futuro dos Estados-nações?
4. Como mediar os conflitos e construir a paz?

capaz de mobilizar quem é sensível aos direitos humanos e à preservação de Gaia.

Nossos governos precisam estar cientes de que a opinião pública está atenta às medidas que tomam. Não basta atribuir tudo às pressões de fora e à conjuntura internacional desfavorável. Na verdade, há na América Latina, com exceção de Cuba e Venezuela, uma cumplicidade endôgena com o receitário monetarista do FMI. Cabe à população exigir contas dessas medidas que salvam governos e afundam nações, condenando a população a um crescente estado de pobreza.

Segundo o professor Noam Chomsky, o Fórum Social Mundial

e religiosas, ecológicas e políticas. O documento final deverá anunciar que "um outro mundo é possível" e divulgar as bases consensuais de um projeto de sociedade planetária sem centralidade no lucro e no mercado, aberto ao direito de todos aos bens da vida.

## PARTICIPANTES

Já confirmaram presença em Porto Alegre: Graça Machel, ex-primeira-dama de Moçambique; Eduardo Galeano, escritor uruguaio; Tabaré Vázquez, presidente da Frente Ampla do Uruguai; José Bové, agricultor francês, porta-voz da Confederação Paysan; Nora de Cortiñas, presidente das Mães da Praça de Maio, da

presidente do Jubileu 2000 do Japão; Vandana Shiva, física, ecofeminista, escritora e líder do Movimento Internacional pela Preservação do Meio Ambiente e Culturas Agrícolas Indígenas; Samir Amin, economista egípcio; José Ramos Horta, líder timorense e Prêmio Nobel da Paz; Ben Bella, ex-presidente da Argélia; Nanjunda Swamy, ambientalista indiano.

Do Brasil, participarão, entre outros, Lula, presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT) e conselheiro-fundador do Instituto Cidadania; João Pedro Sedde, da direção nacional do MST; Marina da Silva, senadora; Sebastião Salgado, fotógrafo; Emir Sader, sociólogo; João Manuel Cardoso de Mello, coordenador do Departamento de Economia da Unicamp; Oscar Niemeyer, arquiteto; Leonardo Boff, teólogo; João Felício, presidente da CUT; Tania Bacelar, economista; Eduardo Suplicy, senador; Rai, presidente da Fundação Gol de Letra.

Para quem não participa oficialmente do fórum haverá programações paralelas em Porto Alegre, através das quais o público poderá ter contato com as personalidades convidadas.

Mais informações nos sites:

[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

[www.worldsocialforum.org](http://www.worldsocialforum.org)

Escritório de São Paulo: rua General Jardim, 660, 8º andar, CEP 01223-010, São Paulo, SP; telefone (11) 258-8914, fax 258-8469, e-mail [fm2001@uol.com.br](mailto:fm2001@uol.com.br)

Para informações sobre Comitês de Mobilização do Fórum, contatar Carlos Tibúrcio ou Diego Azzi: [fm2001inter@uol.com.br](mailto:fm2001inter@uol.com.br)

Frei Betto é escritor e membro do Conselho Consultivo do Centro de Justiça Global, falará no FSM sobre "Espiritualidade e Solidariedade", [www.dominicanos.org.br](http://www.dominicanos.org.br)

“Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível”, de Frei Betto

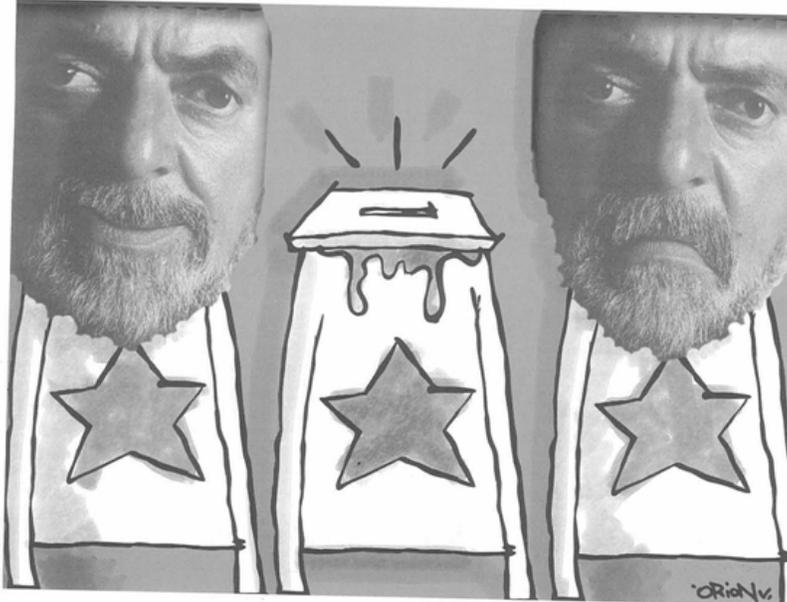
Nº 46, janeiro de 2001, p. 39

Referido como 2001.B

# UM OUTRO BRASIL É POSSÍVEL – E NECESSÁRIO

EMIR ŠADER

*Se pudermos mudar a forma de pensar da maioria*



Os processos eleitorais não são loterias. Quando se chega a eles, grande parte da opinião pública já foi constituída, nos anos anteriores, num mecanismo em que os grandes meios de comunicação têm um papel essencial. O horário eleitoral gratuito não representa um jogo que começa do zero. É ilusório imaginar que os instrumentos do *marketing* eleitoral podem afetar profundamente o que foi constituído cotidianamente nos anos anteriores, através da reiteração de valores, de campanhas políticas, de desqualificações e exaltações, de repetições e de exclusões.

Embora a campanha eleitoral municipal tenha trazido resultados positivos para a esquerda, eles devem ser analisados na sua real dimensão, porque se referem a governos que não enfrentam a direção da política econômica nacional – ainda que seus efeitos diretos, como a discussão sobre a prioridade da responsabilidade fiscal ou da responsabilidade social –, em que é plebiscitada a estabilidade monetária e a chantagem do retorno da inflação atua de forma direta. Além disso, a campanha não rompeu com a apatia de mobilização popular que o neoliberalismo impôs. Triunfou um certo consenso passivo – consultada, a opinião pública prefere governos que privilegiam o social e que atuam de forma honesta. Tanto assim, que esses resultados não alteraram as pesquisas para as eleições presidenciais – nem fazendo com que os avanços do PT fizessem subir a cotação de Lula, nem que os reverses do PPS alterassem para baixo os índices de Ciro Gomes.

As pesquisas sobre o governo FHC, por sua vez, demonstram desgaste da figura do presidente, mas prestígio do Plano Real. Isto é, a confiar nessas pesquisas, a média dos brasileiros não mudou sua forma de pensar e, projetadas as condições de hoje, daria a vitória a um candidato como Ciro Gomes – que promete, demagogicamente, manter o atual esquema de estabilidade monetária, somando (sabe-se lá como, ou melhor, sabe-se: com o fracasso espetacular de De la

Rúa, que fez as mesmas promessas) desenvolvimento econômico, empregos, políticas sociais e tudo o mais que exista de bom sob o céu. Ou algum candidato governamental que se distancie prudentemente de FHC.

Se não conseguirmos mudar a forma de pensar da maioria dos brasileiros, mais uma vez a esquerda sofrerá uma derrota, então de maneira mais grave, porque se esgotou um modelo de hegemonia das elites tradicionais, baseado estritamente na estabilidade monetária. Tanto assim, que as elites buscam alguém que lhes devolva a esperança de retomar o crescimento, diminuir um pouco a crise social, voltar a projetar o Brasil no mercado internacional. Enquanto o povo, passivamente, espera para saber em que candidato votar, movido pelos valores que os grandes meios de comunicação e o Plano Real lhe inculcaram.

Revela-se assim 2001 como o ano em que um grande debate sobre o tipo de país, o tipo de sociedade, o tipo de Brasil que desejamos e precisamos pode nutrir uma plataforma das oposições, que galvaniza o descontentamento generalizado que corre por todos os cantos do país. Debates com o que de melhor a intelectualidade – no sentido amplo – brasileira produziu, valendo-se de um *site* na Internet e seminários nas grandes cidades brasileiras, com ampla participação, que desemboca em propostas para um outro Brasil, podem ser o instrumento fundamental dessa virada.

É uma oportunidade e um desafio que temos pela frente, para não chegar a 2002 como estamos hoje, permitindo que a oxigenação do projeto atual das elites se reproduza através da “terceira via”. E para demonstrar que um outro Brasil é não somente possível, como necessário e urgente. □

Emir Šader é jornalista e escritor.

“Um outro Brasil é possível – e necessário”, de Emir Šader

Nº 46, janeiro de 2001, p. 43

Referido como 2001.C

# tudo vai ser diferente

João Pedro Stedile

De 26 a 31 de janeiro estaremos realizando mais um Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Lá estarão cerca de 30.000 delegados previamente inscritos pela Internet, e certamente outros milhares chegarão para participar de mais de 2.000 atividades organizadas por mais de 3.000 entidades – organizações, movimentos, ONGs – e intelectuais de todo o mundo.

Dessa vez, as atividades não serão centralizadas pela comissão organizadora – as propostas foram apresentadas livremente por qualquer entidade que encontrasse outros interessados e, ao final, as propostas convergentes foram agrupadas em onze espaços temáticos.

Muita gente fica se perguntando o que é mesmo o FSM e para que serve. O presidente da República chegou a desdenhar o Fórum, dizendo que havia se transformado num festival ideológico. Souo como crítica. Mas deveria ser um elogio.

A humanidade está em crise.

Uma crise social, porque os problemas da maioria das pessoas, em todo o planeta, só aumentam. Inclusive, o pior deles, a fome, que diariamente põe em risco a sobrevivência de 880 milhões de pessoas, a maioria crianças.

Uma crise econômica. Porque, além de depredar nossos recursos naturais, a forma capitalista de organizar a produção não consegue gerar os bens para atender as necessidades básicas de toda a população. Nem oferecer oportunidade de trabalho para todos. Ao contrário, o desemprego cresce. E, com ele, milhões perdem a dignidade e a possibilidade de futuro.

Uma crise cultural, porque os poderosos, os países ricos querem transformar todas as manifestações culturais em mercadoria, querem vender, ganhar dinheiro, e precisam impor a sua visão de mundo aos demais.

Essas três crises são o resultado da hegemonia que nos foi imposta nas últimas duas décadas pelo capital internacional, agora na sua versão financeira e de grandes corporações econômicas. Não mais que quinhentas empresas transnacionais controlam 58 por cento de toda a riqueza mundial. E elas dão emprego para apenas 1,8 por cento da população.

E há uma crise ideológica, pois não encontramos um caminho comum que nos oriente sobre as saídas.

Como encontrar esse caminho?

O primeiro passo é reunir o maior número possível de pessoas, entidades, forças sociais que estejam dispostas a debater a crise e suas saídas. E, nesse sentido, é bom e necessário que o Fórum seja um festival de idéias, de propostas, onde todos e todas temos a liberdade de dizer o que pensamos e o que queremos, sem a necessidade de impor aos outros ou aceitar obrigatoriamente o que os outros defendem. Os governos e os partidos, em geral centralizadores, é que têm o costume de dizer o que os outros têm de fazer, como se fossem donos da verdade. Ninguém mais acredita que esse seja o melhor caminho.

Mas tampouco é solução apenas debater idéias quase sem compromisso. É um passo necessário, mas insuficiente. Daí por que qualquer movimento social ou força social pode e deve aproveitar o espaço do FSM para identificar seus parceiros, seus aliados e tentar construir redes, calendários, ações comuns. É preciso acumular forças. E precisamente é isso que nós, da Via Campesina e dos movimentos sociais, vamos fazer no FSM. Além de debater idéias, vamos nos reunir com outros parceiros, outras forças sociais de todo o mundo, realizar assembleias mundiais de movimentos sociais, assembleias com militantes da campanha continental contra a ALCA, assembleia dos militantes de movimentos sociais brasileiros. E procurar nessas assembleias debater atividades e agendas comuns, que possam construir uma força acumulada, frente ao inimigo comum: o imperialismo, com todos os seus tentáculos internacionais e nacionais.

Temos grande expectativa de que durante esse FSM poderemos dar passos concretos na construção dessa agenda de temas e ações comuns. Defendemos que somente a unidade e a ação de massas poderão alterar a correlação de forças em nível nacional e internacional, e construir alternativas concretas ao neoliberalismo e ao imperialismo.

Com idéias e ideais compartilhados em reuniões e plenárias, deveremos priorizar o espaço das ruas, campos e fábricas como o melhor berço para o nascimento de projetos populares alternativos. ■

João Pedro Stedile é dirigente do MST e da Via Campesina Brasil.

FOTO: OLAVO CAMANHO/A ILUSTRAÇÃO: BANGHO TANTOBIEN

“Tudo vai ser diferente”, de João Pedro Stédile

Nº 94, janeiro de 2005, p. 16

Referido como 2005.A



Nos tempos da Guerra Fria, havia o trajeto clássico de comunistas a ex-comunistas e dali a anti-comunistas. Captados pela lógica de renegar os princípios em que haviam acreditado e passar a seu oposto, encontravam ampla repercussão na "imprensa livre" da época – a mesma de agora, aliás –, tornando-se "heróis" que denunciavam seus ex-companheiros, abraçavam a "liberdade", enfim encontrada, nos braços da *Seleções do Reader's Digest*, do *Estado*, da SIP – a Sociedad Interamericana de Prensa. Carlos Lacerda, "o corvo", foi o exemplo mais conhecido, na sua ruptura com o comunismo e sua adesão à direita brasileira, publicando seu livro *Anatomia do Comunismo*.

O grande historiador de origem polonesa, radicado na Inglaterra, Isaac Deutscher escreveu artigo sobre o tema, com o título que tomei emprestado para este texto – "De Hereges a Renegados" –, para indicar o plano inclinado em que ingressaram tantas pessoas. A ruptura com ideais utópicos, que haviam preenchido a vida e a alma das pessoas, se tornava uma virada tão forte que não permitia – nesses casos – mudanças graduais, mas sim renegar radicalmente aqueles ideais e passar para o lado oposto de armas e bagagens.

Havia outro aspecto nessa "conversão" – era a de ex-militantes de esquerda, que passavam a vida toda explicando para a burguesia que já não eram

o que tinham sido, que tinham sido mas já não eram perigosos, que haviam lutado contra o capitalismo, mas agora estavam plenamente dispostos a aceitá-lo e inclusive disponíveis a aceitar cargos e funções dentro do sistema. Passaram a lutar a vida inteira buscando conquistar a credibilidade da burguesia, para "limpar" essa "mancha" de sua juventude errante. Ficam a vida inteira renegando aquele que foi o momento mais bonito de suas vidas, de maior entrega a ideais, de generosidade, de idealismo. Passaram a adotar aquela bobagem do senso comum – "incendiário aos 20, bombeiro aos 40" ou que "é imbecil quem não é revolucionário na juventude e é imbecil quem continua a sê-lo na maturidade". A "maturidade", a "idade da razão" seria isso – o realismo, o aceitar o mundo tal qual é, o render-se ao possível e, principalmente, o condenar sua própria juventude como "loucura adolescente".

Esses personagens ainda andam tristemente por aí. Alguns, mais velhos, foram militantes trotskistas no Brasil, quando a única tendência era a então radicalíssima tendência posadista. Estão por aí, irmãos que desfrutaram generosamente das páginas da *Folha* para falar mal da esquerda, do socialismo, da militância política, de Cuba, do MST, da Venezuela – de tudo o que cheira esquerda e o seu passado. Outros foram a ministérios do governo FHC,

passaram sem pena nem glória, mas teceram, promiscuamente, laços de que agora desfrutam materialmente.

São espectros, pobres sombras que vagueiam pelos espaços que a mídia burguesa lhes concede, contanto que falem mal da esquerda, que chamem a gente de esquerda de "pró-castristas", "neobolcheviques", "stalinistas", retomando o palavreado dos editoriais com que essa mídia pregou o golpe militar – de que alguns foram vítimas não por ter sido reprimidos, mas porque o susto que levaram foi um dos responsáveis pelo abandono de ideais tão perigosos quanto o socialismo.

Escrevem, provocam a esquerda, para ver se alguém se dispõe a responder-lhes e assim eles posam reluzir mais ainda para a burguesia contra a qual se perfilaram contra nós. Mas não conseguem nem sequer provocar polêmicas, porque sabemos que são pobres-diabos que não respeitam a si mesmos, não são respeitados pela burguesia e menos ainda merecem qualquer atenção da nossa parte. De hereges chegaram a renegados e hoje a tristes escribas de um capitalismo putrefato, que os utiliza como *clowns*. Perderam os ideais e, com eles, a dignidade. ☹

**Emir Sader** é jornalista, escritor, autor de *A Vingança da História*, editora Boitempo.

“Hereges e renegados”, de Emir Sader

Nº 94, janeiro de 2005, p. 43

Referido como 2005.B



marilene felinto

## Uma marcha pelas Margaridas Marina e Dilma

ILUSTRAÇÃO DE FELINTO

Visto que o presidente não “se lascou” (como ele mesmo diz, e que, no português falado no Nordeste, significa “danar-se”, “fracassar” ou “ferrar-se”, na gíria), visto que, muito pelo contrário, nunca se teve um Brasil tão bom quanto sob Luiz Inácio Lula da Silva, e visto que sua eleição e reeleição foram vitórias históricas da gente de esquerda da minha geração e da anterior à minha, e visto que se trata de defender mesmo este governo contra grupos políticos conservadores e golpistas, contra a campanha de desqualificação, contra o rancor e contra a arrogância das corporações de mídia, visto tudo isso, agora é hora de pensar na continuação deste projeto de país (ou de um projeto melhor, a partir deste).

Ainda que pese a apatia política das novas gerações, ainda que pese a quase ausência de mulheres nas instâncias de poder brasileiras (e por isso mesmo), agora é hora de pensar em eleger alguém como Marina Silva, como Dilma Rousseff, à presidência. É tempo de levar a fragilidade-força de Marina Silva, senadora (pelo PT do Acre) e ex-ministra do Meio Ambiente, ao centro do poder. Tempo de assistir à consagração do determinismo de Dilma Vana Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil, pela via da paridade nos espaços de poder.

Em 2007, segundo estudo da União Interparlamentar, o Brasil ocupava o centésimo sétimo lugar em presença feminina nos poderes legislativos de 189 países. Com 8,8% de cadeiras ocupadas por mulheres no Legislativo, o Brasil está longe da Argentina

(35%) e mesmo da Costa Rica (38,6%). Uma lei de cotas, aprovada em 1997 e que exige 30% de mulheres nas candidaturas de cada partido à Câmara dos Deputados, produz resultados iníquos. Os partidos brasileiros não cumprem a lei de cotas: ou cumprem-na apenas formalmente, sem destinar recursos nem apoiar as candidatas (Mario Osava, 2007).

Uma reforma política que permita às brasileiras ampliar sua presença nas instâncias de poder só virá com a eleição de uma mulher à presidência. Sensibilidade social, virtudes e currículo contra tanta injustiça não faltam a Marina Osmarina Marina Silva de Souza Vaz de Lima (não é um nome qualquer) nem a Dilma Vana Rousseff (não é uma cara qualquer). Marina é mais do que um exemplo de resiliência e sobrevivência em condições adversas: em 1988, foi eleita vereadora de Rio Branco (AC). Dois anos depois, se elegeu deputada estadual e, em 1994, aos 36 anos, chegou ao Senado Federal como a mais jovem senadora do país. Ex-seringueira ligada a movimentos ecológicos da região amazônica, Marina Silva, formada em História pela Universidade Federal do Acre, em 1985, aprendeu a ler já adolescente ao se mudar para Rio Branco, onde foi tratar uma hepatite. No Seringal Bagaço, a 70 quilômetros de Rio Branco, onde nasceu, não havia escolas. Na universidade, entrou para o PRC (Partido Revolucionário Comunista), grupo semi-clandestino que fazia oposição ao regime militar. Depois de formada, começou a dar aulas de história e participar do movimen-

to sindical dos professores. Junto com Chico Mendes, em 1984, fundou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Acre.

Dilma Vana Rousseff também foi militante política na juventude, torturada nos porões da ditadura, é economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em teoria econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutora em economia monetária e financeira pela mesma universidade. Foi ministra da pasta das Minas e Energia entre 2003 e junho de 2005; secretária da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988); presidente da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (1991-1993); e secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações daquele Estado (1993-1994 e 1999-2002).

A Marcha agora é por essas duas Margaridas – e contra toda a boataria e maledicência que já se levanta em relação a elas. A marcha agora é por elas porque “a pátria dos proletários é a pátria-povo, ou a humanidade, esta grande humanidade que o histórico líder cubano Fidel Castro sentenciou há quase meio século ter dito “basta!” e ter então começado a andar”: porque “a pátria está em qualquer lugar onde se cometa uma injustiça no mundo e se levante uma voz em protesto, como nos dizia o imortal Che Guevara” (Carlos Rivera Lugo, 2008). 🗳️

Marilene Felinto é escritora.  
marilenefelinto@carosamigos.com.br

“Uma marcha pelas margaridas Marina e Dilma”, de Marilene Felinto

Nº 142, janeiro de 2009, p. 9

Referido como 2009.A

cesar cardoso

## ANO NOVO LENGA-LENGA NOVA

Leitora querida, que saudades! Já fez suas promessas de ano novo? E já deu tempo de quebrar todas elas? Confesso que não sou mutante mas ando meio desligado. Desliguei a tv, o celular, o computador, o microondas e o MPB-4 – não, esse é aquele grupo de música? Enfim desliguei tudo e fui pro meio do mato, num hotelzinho onde estou só com a natureza e o microondas, o computador, o celular... (e uns caras que acho que são o MPB-4). Daqui, penso em 2009.

E quase me descabelo com a crise. Gente, tá na cara que os governos ajudar os banqueiros não vai adiantar nada. Nós também temos que dar uma força pros coitadinhos! Vamos lá, pessoal, vamos fazer uma vaquinha, emprestar nossas domésticas pra uma faxina nas agências. E você aí que é professora, em 2009 trate de aprovar os filhos deles na escola, mesmo que não estudem. Os garotos não podem ficar traumatizados. Amanhã eles herdarão os bancos e podem resolver se vingar.

E que ninguém venha de novo com essa conversa de socialismo como saída pra crise. Gente, socialismo, CD, fita de vídeo, isso tudo está out, acabou. Hoje a gente baixa tudo pela internet, de música pras raves a projeto político pra sociedade. Temos que ser é mais capitalistas. Proponho a privatização da Casa da Moeda e cada um que fabrique seu próprio dinheiro. O meu vai se chamar Obama – o dinheiro que chega botando a maior banca, mas no fim também não vale nada.

Enfim, proposta é o que não falta nesse novo ano, como o eterno projeto político da classe média: acabar com as favelas e levar o cachorro pra fazer cocô na rua. Como a idéia já tá batida, a gente podia dar uma reformulada. Quem sabe levar os cachorros pras favelas e trazer os pobres pra latir no condomínio? Eles se adaptam a tudo, certamente se acostumariam a comer ração e dar a patinha. O chato é que o carnaval já tá aí e vai ser difícil criar uma escola de samba com a cachorrada. 🐕

**Cesar Cardoso** é escritor modelo 2009, com cérebro opcional e coluna vertebral totalflex.

“Ano novo lenga-lenga nova”, de Cesar Cardoso

Nº 142, janeiro de 2009, p. 30

Referido como 2009.B

João Pedro Stedile

## MST: 25 ANOS DE TEIMOSIA

Em janeiro de 1984, havia um processo de reascenso do movimento de massas no Brasil. Os partidos clandestinos já estavam na rua, como PCB, PCdoB etc. Tínhamos conquistado anistia parcial, mas a maioria dos exilados tinha voltado.

Já haviam se formado o PT e a Cut, a Conclat. Amplos setores das Igrejas cristãs ampliavam seu trabalho em defesa dos pobres.

Os camponeses viviam o mesmo clima e a mesma ofensiva. Entre 1979 e 1984 se realizaram dezenas de ocupações de terra. Os posseiros, os sem-terra, os assalariados rurais perderam o medo. Não queriam mais migrar para a cidade como bois marcham para o matadouro (na expressão do poeta uruguaio Zitarroza).

Nos reunimos em Cascavel, em janeiro de 1984, estimulados pelo trabalho pastoral da CPT, presentes lideranças de lutas pela terra de 16 Estados. E lá fundamos o MST. Nossos objetivos eram claros. Organizar um movimento de massas a nível nacional, que pudesse conscientizar os camponeses para lutar por terra, por reforma agrária (significando mudanças mais amplas na agricultura) e por uma sociedade mais justa e igualitária. Queríamos enfim combater a pobreza e a desigualdade social. E a causa principal dessa situação no campo era a concentração da propriedade da terra.

Passaram-se 25 anos. Muitas mobilizações, muitas lutas, e uma teimosia constante, de sempre lutarmos contra o latifúndio.

Pagamos caro. Durante o governo Collor, fomos duramente reprimidos, com a instalação inclusive de um departamento especializado em sem-terra na Polícia Federal. Depois, com a vitória do neoliberalismo do governo FHC, foi o sinal verde para os latifundiários e suas polícias estaduais atacar o movimento. E tivemos em pouco tempo dois massacres: Corumbiara e Carajás. Ao longo desses anos, centenas de trabalhadores rurais pagaram com a própria vida o sonho da terra livre.

Mas breCAMOS o neoliberalismo elegendo o governo Lula. Tínhamos esperança de que a vitória eleitoral pudesse desencadear novo reascenso do movimento de massas, e com isso a reforma agrária tivesse mais força de ser implementada. Não houve reforma agrária durante o governo Lula. Ao contrário, as forças do capital internacional e financeiro, através de suas empresas transnacionais, ampliaram o controle sobre a agricultura brasileira. Hoje a maior parte de nossas riquezas, produção e distribuição de mercadorias agrícolas está sob controle das empresas transnacionais. Elas se aliaram com os fazendeiros capitalistas e produziram o modelo de exploração do agronegócio. Agora, o combate à pobreza no campo depende de mudança não só da propriedade da terra, mas também do modelo de produção. E se agora os inimigos são também as empresas internacionalizadas, que dominam os mercados mundiais, significa também que os camponeses dependerão cada vez mais das alianças com os trabalhadores da cidade. ■

João Pedro Stedile é membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina Brasil.

“MST: 25 anos de teimosia”, de João Pedro Stédile

Nº 142, janeiro de 2009, p. 33

Referido como 2009.C

## DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

Norberto Bobbio dizia que, a partir do momento que se obtém o voto universal, é preciso seguir lutando para se ter o direito de voto em todos os espaços da sociedade. É preciso votar no exército, nas igrejas, nas fábricas, nos bancos, nos comércios, nos escritórios, nas redações dos jornais, rádio, revistas, televisões, nas escolas, nos clubes, nos movimentos sociais – em todos os espaços de vida coletiva, de convivência social.

A democracia liberal faz com que a democratização seja limitada, para tentar impedir o acirramento da contradição entre democracia e capitalismo. (Tão bem estudada por Ellen Meisken Wood, em *Democracia contra Capitalismo*, da Boitempo.) O capitalismo tem como um dos fundamentos o segredo das empresas, por exemplo, em função da competição entre elas, mas tem sobretudo um poder autocrático, que impõe de cima para baixo, sem consulta ou apelação, as ordens de produção sobre os trabalhadores.

O capitalismo prega a democracia formal em instâncias determinadas da vida política – nas eleições, nos parlamentos – permanecendo assim, no melhor dos casos, uma proposta democrática para o funcionamento do sistema político, mas pretende que isto defina o caráter de um país, de uma sociedade. Por exemplo, caso se coloque a questão de se o Brasil é um país democrático, a resposta é totalmente restritiva, refere-se a se há eleições periódicas, com vários partidos, se há separação dos poderes no Estado, se há direitos de organização e de expressão, se há liberdade de imprensa (que é assimilada à "liberdade privada"). Não se pergunta se o Brasil, como país, é democrático, como sociedade. É claro que não é: ao ser o país mais desigual e injusto da América Latina, por sua vez o continente mais desigual e injusto do mundo, nosso país reproduz a maior concentração de renda, de patrimônio, de acesso ao poder, de bens simbólicos, nas mãos da mesma elite (mesmo com a melhoria destes últimos anos).

Trata-se portanto de uma imensa ditadura econômica, social e cultural, a que uma suposta democracia política serve funcionalmente.

A pergunta real seria: é o Brasil um país democrático, com todas as amplas acepções da democracia? Transitamos da ditadura à democracia, do ponto de vista político, jurídico e institucional, mas a estrutura de poder no sistema bancário, na estrutura industrial, comercial, agrária, midiática, não apenas não se democratizou, como se tornou mais concentrada, mais ditatorial.

Democratizar a democracia significa introduzir profundas reformas, nada dos projetos epidérmicos que mantêm uma representação parlamentar que não responde à distribuição da população, a ponto que em uma eleição o PFL teve o mesmo número de votos do PT, e mais que o dobro de deputados. Mas representa principalmente desconcentrar o poder econômico, quebrar o poder das grandes corporações, antes de tudo as do sistema bancário e financeiro e as da mídia – as duas maiores tarefas que tem por diante a luta democrática no Brasil. 

### sugestões de leitura

**O MITO DO COLAPSO DO PODER AMERICANO**  
JOSÉ LLUIS FIORI, CARLOS MEDEIROS E FRANKLIN SERRANO  
EDITORA RECORD

**A MONTANHA É ALGO MAIS QUE UMA IMENSA ESTEPE VERDE**  
OMAR CABEZAS, EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

**A ESTRADA**  
JACK LONDON, EDITORA BOITEMPO

Emir Sader é cientista político.

“Democratizar a democracia”, de Emir Sader  
Nº 142, janeiro de 2009, p. 40

Referido como 2009.D

Mc Leonardo

## **AÍ IRMÃO, HUMILDADE E DISCIPLINA!**

Em todas as discussões que surgem em qualquer lugar e sobre qualquer assunto, o final é sempre o mesmo: Educação.

O senador Cristóvão Buarque tem em todos os seus discursos a seguinte frase: "Educação, educação e educação!"

A presidente Dilma deu seu veredito sobre o pré-sal, decidindo que todos os municípios do Brasil terão direito à partilha dos royalties do petróleo, e que cada centavo arrecadado terá que ser investido na educação.

Mas onde está a educação?

Em entrevista a um programa de TV, o cantor sertanejo César Menotti disse que a escola é o lugar do saber das crianças e jovens, e que ela possui a "janela pro conhecimento" e nada mais, fazendo com que a educação fique a critério dos pais, ou seja da criação dos alunos, César foi aplaudido de pé.

Concordo em parte com ele, pois no interior do Brasil está cheio de gente que jamais entrou em uma sala de aula, no entanto são dotados de educação. Mas será que os pais estão prontos para educarem seus filhos?

Será que só o fato de serem "pais" faz com que eles se tornem automaticamente educadores?

Bom, jamais posso tirar a responsabilidade direta da escola na educação, pois é na escola que o aluno vai passar boa parte do seu tempo, e a socialização é fundamental para qualquer pessoa no que diz respeito à educação.

Certa vez, o Mano Brown, ao receber um prêmio dentro da sua "quebrada", falou assim: "Geralmente, as pessoas inteligentes são humildes, a humildade é uma sabedoria!"

A disciplina é a marca das pessoas humildes, não a disciplina punitiva, e sim a libertadora, as que fazem as pessoas se descobrirem, e se descobrindo irão conseguir se enxergar.

As pessoas que não se enxergam, não podem ser levadas a qualquer lugar, pois correm um sério risco de não terem o comportamento adequado para a ocasião.

A pessoa disciplinada aproveita mais o seu tempo, e não atrapalha a disciplina e o tempo do outro.

Se nós, seres humanos, que nos julgamos racionais, chegássemos ao nível máximo da humildade e da disciplina, além de termos a educação em um

nível infinitamente superior ao que nós temos hoje, não iríamos ter as guerras, fome, abandono, desmatamento e tantas outras coisas que, às vezes, nos fazem pensar que o mundo deu errado.

Se na visão da maioria, tudo é questão de educação e há quem diga que ela não está na escola, como investir na educação?

A presidente Dilma poderia falar que os recursos vindos da partilha do petróleo teriam que ser investidos na formação escolar, pois a educação mesmo que esteja na sala de aula, ela não está somente ali, ela está em tudo.

Por isso, peço que todos os governantes desse País na hora de gastarem ou investirem o "dinheiro do público" (mesmo os que não venham do petróleo), pratiquem a humildade e tenham disciplina, assim estarão contribuindo diretamente para a educação em nosso País.

Desejo a todos os leitores dessa revista um ano repleto de realizações e esperanças em um país com muito mais educação! 🇧🇷

Mc Leonardo é cantor, compositor e presidente da APAFUNK.

“Aí irmão, humildade e disciplina!”, de MC Leonardo

Nº 190, janeiro de 2013, p. 6

Referido como 2013.A

Gilberto Felisberto Vasconcellos

## A TV É QUE TI VÊ, SEU BABACA!

Ainda não pintou parlamentar de esquerda propondo um dispositivo democrático e humanista para suprimir a telenovela da televisão. A ausência dessa iniciativa revela a mediocridade política da esquerda brasileira. É por isso que inexistente partido da classe operária. A esquerda alienada não considera a telenovela o maior obstáculo ideológico à consciência de classe do proletariado.

Curso, reunião, assembleia, sindicato, comício, organização de greve – nada disso adianta se o operário depois da fábrica vai para casa ou para o boteco ver telenovela. O mesmo seja dito em relação ao Sem-Terra deseducado politicamente pela telenovela. Nosso amigo Stédile prestaria um inestimável serviço ao desenvolvimento da consciência socialista se proibisse a telenovela nos assentamentos. Isso porque, entre outras coisas deploráveis, a telenovela é um instrumento de sacralização do latifúndio e demonização da reforma agrária no inconsciente dos Sem-Terra.

Que um juiz parnasiano do STF fale e gesticule de acordo com o código telenovelístico é lamentável, porém não é tão nocivo quanto um proletariado ou um trabalhador Sem-Terra telenovelizado.

O ideal seria eliminar a propriedade privada da televisão, mas isso somente se conseguirá com uma revolução socialista de verdade. A televisão não faz

a economia nem é o motor da história, mas esse aparelho de comunicação acaba por interferir na maneira coletiva de sentir e pensar.

Eis a operação diabólica que não é visível para a maioria dos trabalhadores: a telenovela é um objeto imaterial, porém funciona como uma justificativa das condições materiais de exploração econômica. Afinal, qual é a ideologia dominante na sociedade brasileira? A jurídica do STF ou a da telenovela? A primeira é uma arma da propriedade privada e da desigualdade social, pois o direito segue sendo o que sempre foi: o direito à desigualdade. A telenovela tece o psiquismo no cotidiano, é uma espécie de terrorismo psicológico, ainda que isso seja sentido como um doce terrorismo. Idiotice é afirmar que a telenovela é cultura. A cultura esclarece e desvende a realidade, enquanto a telenovela oculta, falseia e deforma as coisas e as relações sociais.

A cultura é crítica do modo de viver da sociedade. A telenovela (como toda TV) é dinheiro, comércio, valor de troca. Por conseguinte, a televisão está dissociada da cultura, quando não é inteiramente anticultural, porque sua linguagem é instrumento mercantil de venda; nada aí lida com ideia e beleza. A telenovela só fala de dinheiro e de outras mercadorias.

A pergunta está mal formulada: se a telenovela

é esse horror todo, então por que o povo gosta dela? É que a oferta (há cinquenta anos a telenovela invade sua casa) condiciona a demanda, convertendo-a em norma, ou seja, o hábito boçal passa a ser objeto de desejo. I love telenovela.

Outro argumento (vá lá a palavra) “populista” de direita é que a telenovela é o único divertimento grátis que o povo tem todos os dias, mas acontece que ela é paga pela audiência, ainda que aparentemente o telespectador não coloque a mão no bolso. É o trabalho morto do trabalhador que paga a audiência e os anunciantes. A lógica do trabalho não pago, que é o fundamento da exploração capitalista, está presente quando o trabalhador vê telenovela, porque o trabalhador trabalha grátis diante da telenovela. O trabalhador produz um excedente psíquico, tal qual produz um excedente econômico quando está na fábrica. Então, a tela prolonga a fábrica como uma cadeia, a fábrica é cadeia, como dizia Charles Fourier. A noção de entretenimento é um engodo, como se a telenovela tivesse um valor de uso (serventia) para satisfazer a necessidade de fantasia do telespectador. Telenovela ou socialismo, that's the question....

Gilberto Felisberto Vasconcellos é sociólogo, jornalista e escritor.

“A TV é que ti vê, seu babaca!”, de Gilberto Felisberto Vasconcellos

Nº 190, janeiro de 2013, p. 8

Referido como 2013.B

João Pedro Stedile

## O PIOR ANO DA REFORMA AGRÁRIA

O ano de 2012 foi um dos piores anos para a reforma agrária em toda história do MST, comparado apenas a outros períodos muito duros, como foram 1990-92, no governo Collor, e no final do mandato de FHC, de 2000 a 2002, durante a gestão de Raul Pinto Jungmann no Incra.

Há muitas formas de se medir avanços ou retrocessos sociais. Uma das formas de analisar é através dos dados estatísticos, que sempre são muito limitados ou manipuláveis, porém podem demonstrar a tendência dos acontecimentos.

No ano de 2011, teriam sido assentadas ao redor de 20 mil famílias, e em 2012, menos de 12 mil famílias foram assentadas. Esse fato, representa menos de 500 famílias por estado no ano, não só é ridícula como política pública, como é vergonhosa para qualquer governo. Até uma prefeitura qualquer, poderia assentar esse número de famílias se fosse função sua!

Os movimentos sociais começaram o ano de 2012 com mais de 150 mil famílias de camponeses pobres, acampados, sob lonas pretas, na beira das estradas e fazendas. Só do MST, contabilizamos, agora em dezembro de 2012, mais de 90 mil famílias acampadas em 827 acampamentos. Algumas delas estão esperando desde o início do governo Lula!

No meio do ano, o governo trocou o Presidente do Incra. Imaginávamos que até o governo

estava insatisfeito e, portanto, precisava mudar a política, acelerar o passo. Mas mudou apenas o nome, e não mudou a política fundiária, nem jeito, nem a velocidade. Tudo piorou.

É preciso reestruturar o Incra mudar os critérios de realização de concursos, e ter uma política agrária, clara, propositiva. Mudar a forma das superintendências estaduais atuarem, hoje são apenas loteamentos do orçamento entre as correntes partidárias, de todos os matizes!

Para esconder a decisão de não querer desapropriar os latifúndios para reforma agrária, os tecnocratas de plantão inventaram duas teses estapafúrdias:

a) Que é muito caro desapropriar terra e assentar. Ou seja, é muito caro resolver problema de pobre. Mas não sentem vergonha ao não explicar porque então o governo gasta 200 bilhões de reais por ano em pagamento de juros aos banqueiros, numa dívida interna mal explicada.

b) Precisamos cuidar das famílias já assentadas para depois cuidar dos sem-terras! Ora, é como dizer aos sem-teto da cidade, que primeiro o governo vai pintar as casas de quem já tem, para só depois construir a quem não tem.

O governo Dilma, nesse último ano, não fez nada para mudar essa situação. Apenas mudou o presidente do Incra que fez o relatório!

De nossa parte, nos mobilizamos, pressionamos

de todas as formas, e apresentamos dezenas de propostas para o governo solucionar esses problemas, desde a criação do setor de habitação rural na Caixa, um programa de reflorestamento, um programa de agroindústrias cooperativadas, novo formato de crédito rural, e indicativos de como acelerar o acesso à terra. Mas não somos ouvidos.

Haveria também outras formas de analisar a eficiência do governo, como comparar a prioridade de sua política geral, entre a opção de apoiar o modelo do capital, o agronegócio, ou o modelo dos trabalhadores: a agricultura familiar. E, infelizmente, embora termos apoios para reforma agrária, o agronegócio é hegemônico dentro do governo. Mas esse tema fica para outro dia.

Para começar o ano de 2013, caros amigos, pelo menos fiquem sabendo que o governo Dilma tirou zero em reforma agrária em 2012. Está em dívida com os sem-terra, com o MST, com a Contag, com as mulheres camponesas, com a sociedade brasileira. E não adianta esconder-se nos índices de popularidade, porque os problemas sociais quando não resolvidos, dia mais ou dia menos, vão aparecer. Depois não digam que não avisamos! ✊

João Pedro Stedile é da coordenação do MST e da Via Campesina.

“O pior ano da reforma agrária”, de João Pedro Stédile

Nº 190, janeiro de 2013, p. 14

Referido como 2013.C